

3

RENEFARA

Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia
Volume 3, Número 3 (2012)

ISSN: 2236-8779



Faculdade
Araguaia

RENEFARA

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE ARAGUAIA



FACULDADE ARAGUAIA

DIRETOR GERAL

Arnaldo Cardoso Freire

EDITORA-CHEFE

MSc. Rita de Cássia Rodrigues Del Bianco

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr. Milton Gonçalves Silva Junior

MSc. Ronaldo Rosa dos Santos Junior

COORDENADORA DO DOSSIÊ

MSc. Rita de Cássia Rodrigues Del Bianco

CONSELHO EDITORIAL

Dr.^a. Martha Nascimento Castro, Dr.^a. Alaídes Maria Fereira Rocha, Dr.^a. Florence Rodrigues Valadares, Dr.^a. Nélia Rodrigues Del Bianco, Dr. Marcus Vinícius Minuzzi, Dr. Milton Gonçalves Silva Junior, MSc. Thiago Santos, MSc. Paola Carloni, MSc. Roberta Elaine de Souza Nascimento Barros, MSc. Paulo Roberto Miranda, MSc. José Delfino Duarte, MSc. Gláucia Rosalina Machado Vieira, M Sc. Hélcio Marques Júnior.

PARECERISTAS AD HOC/2012

MSc. Rita de Cássia Rodrigues Del Bianco, Dr. Milton Gonçalves Silva Junior, MSc. Ronaldo Rosa dos Santos Junior, Dr.^a. Martha Nascimento Castro, Dr.^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, Dr. Roney Jorge de Souza Raimundo.

RENEFARA

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE ARAGUAIA

3

N.3

OUTUBRO

2012

Revisão: MSc. Tatiana Carilly Oliveira Andrade

Projeto gráfico da capa: Douglas Ferreira da Silva

Ilustração da capa:
Título: RENEFARA

Editoração: Coordenação dos Cursos de Jornalismo
e Publicidade e Propaganda da Faculdade Araguaia

Apoio especial:
Coordenações dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade Araguaia

RENEFARA é uma publicação eletrônica semestral da Faculdade Araguaia. Seu objetivo consiste em publicar, mediante avaliação por pares do Conselho editorial ou pareceristas ad hoc, artigos, pontos de vista, resumos, resenhas, ensaios relevantes e resultantes de estudos teóricos e pesquisas sobre educação, notadamente nas áreas de administração, ciências biológicas e contábeis, educação física, engenharia ambiental, jornalismo, pedagogia, publicidade e propaganda abrangendo temáticas ou linhas de pesquisa multidisciplinares com enfoque direcionado ao aperfeiçoamento da educação, geração de solução para problemas da sociedade, desenvolvimento do senso crítico profissional como fonte de recursos para a construção do conhecimento.

Ficha Catalográfica

RENEFARA. Revista Eletrônica de educação da Faculdade Araguaia, v. 3, 2012 - Goiânia: Editora Faculdade Araguaia, 2012 - v. 3, n. 3, outubro, 2012.

Semestral.

ISSN (online): 2236-8779

1. Faculdade Araguaia - Periódicos.

Tiragem: 100 exemplares

Indexada em:

SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas) ([http:// seer.ibict.br](http://seer.ibict.br))
DIADORIM [(Diretório de Acesso Aberto de Revistas Científicas Brasileiras (<http://diadorim.ibict.br>)
LATINDEX - México [Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal. (<http://www.latindex.unam.mx>)]

Acesso em:

Faculdade Araguaia, Centro de Divulgações e Publicações (CDP). Rua 18, nº 81, Centro, Goiânia - Goiás. CEP: 74.030-040 - Fones: (62) 32248829, 32743161
- E.mail: renefara@renefara.com.br Home page:
<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara>

Circulação: a partir de dezembro de 2011
Publicação Eletrônica Gratuita

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE ARAGUAIA

Volume 3

2012

ARTIGOS**NAS ENTRELINHAS: UM OLHAR SOBRE AS MASCULINIDADES NAS COLUNAS FEMININAS**

L. de P. Nóbrega.....1-15

ENVELHECIMENTO E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA

B. P. de S. Rosa.....16-29

A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA FACULDADE ARAGUAIA – GOIÂNIA

S. de A. Porto.....30-39

REFLETINDO ACERCA DA VOZ DO PROFESSOR E DA NECESSIDADE DE UM PLANEJAMENTO ESPECÍFICO PARA SUA APLICABILIDADE EM SALA DE AULA

M. P. de Oliveira.....40-53

A REPRESENTAÇÃO DOS CIGANOS NO CINEMA DOCUMENTÁRIO: IMAGENS DO PASSADO REFLETIDAS NO PRESENTE

F. F. F. de Miranda.....54-68

CRIANÇAS, EDUCAÇÃO INFANTIL, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA WALLONIANA

M. M. Arantes & F. R. Valadares.....69-80

FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS NA GESTÃO DE COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA

M. G. da Silva Júnior, A. C. Luz & D. da S. Bezerra.....81-107

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO DO SURDO

A. C. F. de S. Arantes & E. M. Pires.....108-118

TEORIA CRÍTICA E ENSINO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM UMA SOCIEDADE INFLUENCIADA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO

K. M. de O. Farias, R. R. dos Santos Junior, M. S. Silva & F. G. do Nascimento.....119-130

DEMOCRACIA E INFORMAÇÃO NA ERA DA INTERNET

U.C. C. Borges, R. R. dos Santos Junior & H. P. e Costa.....131-148

MARKETING AMBIENTAL: CARACTERÍSTICAS, IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA

F. G. Nascimento, M. Soares, L. R. da Costa & L. C. Brito.....149-163

A LINGUAGEM SECRETA DA SÉTIMA ARTE: INFÂNCIA, NARRATIVA E EXPERIÊNCIA

T. C. O. Andrade.....164-173

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA: ESPAÇOS DE CONSUMO

L. R. da Costa, M. L. Pereira, U. C. C. Borges & K. M. de O. Farias.....174-182

A IMPORTÂNCIA DO APRENDIZADO DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS NO ATENDIMENTO AO DEFICIENTE AUDITIVO EM SERVIÇO DE SAÚDE

R.J. de S. Raimundo & T. A. dos Santos.....183-190

Pede-se permuta
We ask for exchange
On demande l'échange
Austausch wird gebeten
Si tichiede lo scambio
Oni petas intersangon
Pídese permuta

NAS ENTRELINHAS: UM OLHAR SOBRE AS MASCULINIDADES NAS COLUNAS FEMININAS

Lívia de Pádua Nóbrega¹

RESUMO

O presente artigo faz uma breve análise de algumas colunas femininas escritas pela escritora e jornalista Clarice Lispector no início dos anos 1960 na imprensa brasileira para mapear o perfil de masculinidade passível de ser vislumbrado nas entrelinhas do discurso destinado às mulheres e assim observar essa representação do homem para perceber também as masculinidades em uma perspectiva de construção histórica, social e cultural, para além das concepções limitadoras que alocam o homem somente no lugar do opressor/culpado enquanto lega às mulheres o papel de vítimas.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Clarice Lispector; Imprensa feminina; Jornalismo; Masculinidades.

Imprensa feminina

A imprensa feminina, no que se refere a uma imprensa escrita para mulheres, mas nem sempre por mulheres, teve sua época áurea no Brasil entre os anos de 1940 e 1960 por meio do gênero coluna opinativa. Ainda que tenha surgido antes e proliferado para além do referido recorte temporal, o início da década de 40 e o fim de 60 do século XX foi profícuo em divulgar e reforçar um modelo de mulher considerado ideal.

Legitimado por práticas e discursos de diversas outras esferas sociais, esse perfil de mulher veiculado à exaustão nas inúmeras colunas femininas dos mais variados jornais e revistas brasileiros, ancorou-se em um quádruplo de características naturalizadas como essenciais do ser mulher.

O primeiro desses quatro atributos tidos como parte de uma pressuposta natureza feminina remete à relação da mulher consigo mesma. Trata-se da mulher vaidosa, feminina, sempre apta a fazer do cuidado de si uma ferramenta a seu favor na arte da sedução, seja para conseguir um marido ou manter o já existente. Alienada à sua própria figura, essa mulher era aconselhada pelas páginas femininas a conhecer os truques indispensáveis à manutenção de sua beleza. Tal qual uma feiticeira medieval em seu caldeirão, ela deveria manusear com destreza o arsenal de cosméticos e dicas à sua disposição.

Conquistado o marido, a tarefa agora era mantê-lo. A conquista diária e constante exigia esforço. Isso nos leva para o segundo dos predicados acessórios a essa mulher idealizada das páginas dos jornais e revistas: ser uma boa esposa. Agradar ao marido, como

¹ Docente cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Educação Física da Faculdade Araguaia, e-mail: jornalistalivia@yahoo.com.br.

sua metade complementar, ser o outro do homem, como uma parte que jamais existe em absoluto, mas somente em relação à, como teorizou Beauvoir (1970), relacionava essa mulher à suas duas últimas propriedades: ser uma dona de casa zelosa e uma mãe dedicada.

Nesses quatro vértices estava traçado o papel da mulher no mundo e cotidianamente na vida em sociedade, ainda que muitas vezes esta se resumisse para ela ao ambiente privado do lar, onde deveria realizar-se nas tarefas diárias, esgotando suas possibilidades de existência e sendo uma exímia anfitriã, acima de qualquer suspeita.

Feminina, esposa, dona de casa e mãe. Eis o quádruplo definidor da representação feminina considerada ideal no século XX. Além de acumular os quatro fatores citados, essa mulher deveria exercê-los com perfeição, habilidade natural para a mulher de verdade.

Correlato a um perfil de mulher, é possível entrever nessas colunas conselheiras, também um modelo de homem visto como ideal. Na medida em que, ao trazer para a cena a mulher, a imprensa feminina perpassava necessariamente pelo seu par natural. No que se refere às páginas femininas, Beauvoir (1970) já atentava para o fato sintomático de não existirem tais colunas voltadas aos homens. Para ela, enquanto os homens se comunicam como indivíduos, as mulheres acham-se unidas pela cumplicidade. Para Bourdieu (2010), isso se deve ao fato de que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como natural e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la (p. 18).

Daí o numeroso volume de colunas femininas até a atualidade em contrapartida com a quase inexistência desse tipo de texto direcionado aos homens. Por isso, o presente artigo se dedicará a perscrutar algumas colunas femininas escritas na década de 60 do século XX para lançar um olhar sobre as masculinidades, passíveis de serem vislumbradas mesmo quando o foco é a mulher.

Para tanto, as técnicas utilizadas para nortear esse olhar são provenientes da Análise de Discurso (A.D.) de corrente francesa, que nos incita a uma interpretação crítica dos textos. Para além da materialidade explícita do que é escrito, a A.D. questiona não somente o que literalmente é dito, mas ainda como o texto significa, aquilo que ele não diz, mas que é significativo do dizer embutido em sua mensagem (ORLANDI, 2001).

Por questões de espaço e pela própria natureza sintética de um artigo, o corpus de análise constituir-se-á de cinco colunas escritas pela escritora e jornalista Clarice Lispector

em dois de seus três momentos de contribuição com a imprensa feminina: quando criou o pseudônimo Helen Palmer para comandar a coluna Correio Feminino: feira de utilidades, no jornal Correio da Manhã (1959 – 1961) e quando atuou como ghost-writer da atriz Ilka Soares na coluna Só para mulheres (1960 – 1961).

Observar o homem que aparece nas entrelinhas do discurso prescritivo das colunas femininas é perceber que, assim como a própria categoria gênero já pressupunha, trazer a mulher para o centro de uma reflexão, inclui necessariamente em trazer também o homem, na medida em que as relações de poder entre os sexos sempre permearam as discussões, tantos no campo do feminismo quanto das masculinidades. Perceber a mulher ou o homem é atentar para um dos componentes das relações sociais entre os sexos.

Segundo Lira e Medrado (2008), as teorizações que tomaram as masculinidades como objeto de estudo tiveram início no final dos anos 1980, cerca de uma década depois da consolidação das produções teóricas feministas no Brasil. Um dos alvos dessas produções, foi a divisão – difícil de localizar no tempo e espaço - que tentou naturalizar a esfera doméstico-privada como espaço de atuação feminina, enquanto direcionou os homens à esfera pública do trabalho. Consequentemente, as mulheres passaram a estar relacionadas à esfera da reprodução da vida humana, o que essencializou a experiência reprodutiva da maternidade e o cuidado com os filhos como um suposto instinto feminino. Por outro lado, os homens mantiveram-se relacionados à esfera da produção dos recursos necessários à vida humana, atividade custeada a partir do trabalho.

Colocados sempre em relações de oposições binárias que aprisionam, mulheres e homens tiveram no gênero um fator que os distancia, sendo a diferença biológica não apenas um ponto de diferença, mas também de desigualdade.

Para Weler-Lang (2004), as primeiras problematizações acerca das masculinidades envolveram dois eixos que conduziram as posições dessas discussões. O primeiro deles girou em torno de reflexões críticas de homens que se posicionaram contra o sexismo, mas que teorizaram a partir da perspectiva de heterossexualidade, refletindo essencialmente sobre questões ligadas aos padrões de heteronormatividade.

Ainda de acordo com o autor, posteriormente, tem-se estudos que colocam em cheque as homossexualidades masculinas e a exclusividade dos papéis ditos masculinos na sexualidade. Sendo assim, nem mesmo as pesquisas conseguiram fugir aos binarismos, polarizando heterossexualidade e homossexualidade como duas vertentes que vão acompanhar o pensamento proposto.

De acordo com Haraway (2004, p. 211), “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta.” Para Scott (1995), enquanto o sexo é biologicamente dado, o gênero engloba os significados atribuídos culturalmente a esse sexo. Já Rubin (1993), define o que chamou de sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos por meio dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana.

Comum às três visões está a ideia que, o binarismo cultura/natureza limita. Assim, a categoria gênero busca desconstruir tudo aquilo que foi histórica, social e culturalmente produzido. Ela traz para o cerne da análise um sistema de relações simbólicas nas quais mulheres e homens encontram-se distintamente alocados.

Para além da perspectiva costumeira que visa a conferir às mulheres um lugar de subalternidade e vitimização e as homens o papel da culpabilização e do opressor, está a tentativa de identificar de que forma se (re)atualizam constantemente as desigualdades de gênero.

Dentro desse quadro, entre as diversas instituições que tomaram para si o dever de divulgar e reforçar as noções capazes de alocar mulheres e homens em diferentes lugares no campo social está a mídia. Utilizando a imprensa feminina, e mais especificamente, o gênero coluna, a mídia serviu como um locus de majoração de uma tradição androcêntrica. Valendo-se de recursos como, dicas e truques, as colunas utilizam como voz uma colunista já iniciada na “arte da feminilidade”, o que lhe confere autoridade para ditar padrões de comportamento e modos de ser e estar no mundo.

Representativa dessa aprendizagem do ser mulher é a coluna “Férias... em casa”, publicada em 05 de janeiro de 1961 por Clarice Lispector como ghost writer da atriz Ilka Soares no jornal Diário da Noite. Como complemento ao epíteto “mulher, rainha do lar”, o texto dá ao homem o título de rei do lar:

Todos os dias a gente devia poder tirar umas horinhas de férias. E em casa mesmo. Você tem em seu lugar o “lugar ideal”? Aquele no qual você é você mesma, e com todo conforto? Onde você parece estar estirada no paraíso? Quem não tem seu “cantinho” em casa – quase que não tem casa. Veja essa poltrona. Talvez seja disso que você precisa: de um lugar que acolha bem você. E, se você é casada, seu marido terá esse lugar quando chegar do trabalho: o lugar onde ele é rei, onde o patrão não manda, onde as intrigas não chegam, onde as preocupações de dinheiro não entram. Um lugar bom para “ser”. O mesmo que, de dia, você tomou para si, como uma rainha. O melhor seria ter dois lugares perfeitos, pense nisso (LISPECTOR, 2008, p.16).

Na medida em que é visto como o rei da casa, o homem é, conseqüentemente, aquele que manda nesta. À mulher, caberia a tarefa de fazer da casa um lugar agradável para o marido.

Um papel ainda mais definido desse homem aparece na coluna “A casa própria aumenta a felicidade?”, publicada em 19 de outubro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal Correio da Manhã:

Uma casa de sua propriedade, onde se pode fazer melhoramentos e modificar à vontade, é o sonho de toda mulher. Com raras exceções, uma esposa preferirá uma casa própria a um automóvel. Um lar – sendo a casa sua – aumenta a sensação de segurança de uma esposa e dá ao homem uma satisfação muito parecida com a do dever cumprido perante sua família. Saber que os seus terão um teto, dado por eles à custa do suor e sofrimento, contribui para cimentar o caráter já formado de um homem. Estreita os laços e naturalmente, muito contribuirá para a felicidade completa de um casal. Dizemos contribuirá, porque um casa simplesmente não dá felicidade a ninguém, mas ajuda a achar ou cimentar a felicidade existente. Andam muito acertados os casais que fazem sacrifícios enormes para adquirir sua casa, pois na luta em comum e nas privações dos pequenos prazeres e alegrias, eles se encontram, amadurecidos para a vida e com mais disposição para se compreenderem melhor (LISPECTOR, 2008, p.11).

Fica nítida na coluna a ideia do dever masculino em relação a sua família: prover um teto aos seus à custa do trabalho. Além de conferir segurança à esposa, o expediente é visto como algo inerente ao caráter do homem. Fica claro também que a divisão dos papéis e tarefas circunscritos ao casal, se bem seguida, pode ser responsável mesmo pelo equilíbrio e sucesso da relação, já que no contrapeso do homem que trabalha para prover um lar para sua família e da mulher que trabalha cuidando desse lar, o relacionamento encontraria sua estabilidade.

Os conceitos prescritivos que acompanham as práticas e discursos provêm das mais variadas esferas da vida humana: a Igreja, a Escola, a Ciência, a Política e inclusive, o Direito. O eterno destino de cada sexo é reafirmado pelo poder simbólico, mas também de modo visível pelo jurídico.

Del Priore (2011) nos conta que, o Código Civil de 1916 garantia a indissolubilidade do vínculo do casamento, além de prever que deveria caber ao marido a representação da família, bem como a administração dos bens do casal e a responsabilidade de fixar o domicílio do casal. O trabalho feminino fora era permitido, desde que consentido pelo marido e aceitava-se o uso da violência nos casos de adultério feminino, a antiga prática de lavar a honra. A traição masculina era tolerada e até mesmo aconselhável, posto que o marido deveria guardar seus excessos e desinibições para as “mulheres da vida” para manter pura e casta a

“mulher de família”. Casos extraconjugais femininos eram comumente seguidos de crime e escândalo, enquanto a infidelidade masculina era assunto reservado aos liames da vida privada.

A ela cabia a identidade doméstica; a ele, a pública. Mas não sem um ônus: a de ser honesto e trabalhador em tempo integral. Esse era o papel social que mais valorizava o homem. Quando a falta de trabalho ou qualquer desastre profissional o impedia de ser o único provedor da família, alguns chegavam ao desespero de suicidar-se. O nome “limpo” do pai e provedor era tudo (DEL PRIORE, 2011, p. 246-248).

Tal qual a mulher, que tinha seu papel social delimitado por um quádruplo de características, também o homem detinha a sua gama de qualidades: honesto, trabalhador, bom marido e pai. Se os dois últimos predicados deveriam possuir posição de centralidade na vida da mulher, na do homem essas distinções deveriam ocupar um lugar diferente, existindo sempre, mas com um tanto quanto de distanciamento, por se tratarem de especialidades femininas. Um casal era, em suma, composto pela rainha do lar e pelo provedor natural da casa.

Obviamente, a realidade é muito mais complexa que todo e qualquer modelo e abarca uma pluralidade muito maior de representações. Não existe uma única ideia de masculinidade, mas assim como as representações não almejam um status de verdade totalizante e colocam-se somente como uma, entre outras, possibilidades de leitura, tal era o perfil hegemônico das masculinidades nas colunas femininas em questão. Como é possível perceber na coluna “Reciprocidade”, publicada em 06 de fevereiro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal Correio da Manhã:

A maioria das mulheres sonha com o home ideal. Para esse homem ideal exigem físico atraente, personalidade, cultura, cavalheirismo, e, quase sempre, dinheiro e posição social. Está certo. Ninguém vai desejar para companheiro um homem que não possua tais requisitos. Aceita-o, quando não há outro remédio, mas não o coloca no altar do ideal. O que acontece, no entanto, é que quase nunca as mulheres pensam no que irão dar a esse homem, em troca de tantas qualidades exigidas. Um físico bem cuidado? Um espírito brilhante? Meiguice? Compreensão? A primeira qualidade usam-na, geralmente, apenas como arma de sedução, e, apanhado o marido, desinteressam-se dele. Continuam a enfeitar-se, sim, mas para os estranhos. Para o marido, não. Espírito brilhante? Não gastam essa riqueza com o pobre companheiro, de quem exigiram e continuam exigindo tanto; guardam seus ditos espirituosos, seu bom humor, sua alegria, para uso dos salões. Na intimidade, quase nem falam, ou se o fazem é somente para queixar-se das mazelas, dos aborrecimentos com as empregadas e da falta de dinheiro. A meiguice feminina transforma-se em ranzinze insuportável. A compreensão passa ser lenda. Vejamos, minhas amigas e leitoras, isso não é justo! Se um homem existe que merece de nós toda a simpatia, o carinho e todo o calor do nosso encanto, esse homem é o nosso marido que nos proporciona um lar, nos dá apoio nas horas de depressão, nos ajuda

nas doenças, nos protege com o seu nome e a sua pessoa. Além disso, resta-nos ainda não esquecer que o fato de estar ligado a nós pela lei não o escraviza, e que outras mulheres há pelo mundo, também à procura do seu homem ideal, e que poderão desejar o nosso. Insatisfeito, sem nada receber do que se lhe deve, ele será presa fácil. E reconquistá-lo, depois de perdê-lo, é muito mais difícil do que qualquer uma de nós pensa. Quase posso dizer que é impossível (LISPECTOR, 2006, p.80).

Além dos adjetivos listados já no início do texto, o homem é visto como receptáculo da simpatia, do carinho e do encanto feminino. A ele são devotadas as maiores manifestações de uma presumida natureza feminina. Fica evidente ainda, que a mulher faz de tudo para agradar ao homem em paga da casa que este lhe proporciona, além do apoio nos momentos ruins e nas doenças e, o mais interessante: ele é aquele que protege a mulher com o seu nome e a sua pessoa. O nome de um homem funciona, pois como uma garantia de proteção à esposa, aliança travada no ato do casamento.

Fugindo da ideia simplista da culpabilização do homem e de sua adequação à condição de opressor, é possível ir além e perceber esse homem não como o centro de irradiação do poder de uma tradição machista, mas apenas como um dos inúmeros centros de transmissão e circulação desse poder, em meio às teias por onde transitam as relações de poder em uma perspectiva foucaultiana. O homem, sujeito das masculinidades, é o sujeito da ordem do discurso (FOUCAULT, 2008). Aquele que responde ao que se espera dele, ainda que em muitas das vezes essa condição não lhes pareça conflituosa. O que importa aqui é inserir o homem nas malhas de relações muito mais complexas que envolvem o poder e não apenas deixá-lo estancar em uma posição em que o poder emana dele para oprimir as mulheres.

Perceber esse homem dentro de um circuito e relações de poder em que, tanto ele quanto as mulheres caracterizam-se como centros de transmissão, podendo o poder permear tanto dominados quanto dominantes, é contextualizar também o masculino em uma tradição androcêntrica que se (re)inscreve cotidianamente nas práticas e discursos da sociedade.

Até que ponto esses homens naturalizam essa identidade masculina previamente determinada configura-se outra questão. O importante aqui é observar também ao homem como um sujeito portando uma identidade respaldada nos discursos oferecidos pelas representações disponíveis.

Notar também esse homem como resultado de construções sociais, históricas, econômicas e culturais é conduzir esforços no sentido de desnaturalizar os construtos que tentaram determinar as identidades feminina e masculina com base em discursos legitimadores a respeito das características ditas essenciais aos sexos.

Assim, as relações entre mulheres e homens não estão instauradas sob o prisma da dominação masculina (BOURDIEU, 2010), como uma instância hermeticamente fechada em si mesma e da qual não se pode escapar, mas sim como relações de poder, que estão constantemente sendo questionadas e remodeladas à medida que se alarga o horizonte de consciência possível das sociedades nas quais esses seres encontram-se diferentemente inseridos.

A fim de manter o equilíbrio da sociedade, elencando à mulheres e homens um papel específico no campo social e os alocando de modo diverso a esses papéis, estão as instituições, que por mais que se revelem abstrações, tornam-se concretas por meio de seus discursos e práticas.

O perfil hegemônico de homem defendido nesses meios, é o de um sujeito que, segundo Welzer-Lang (2004, p. 118): “Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo.” O autor lembra que as escolas, grupos de escoteiros e partidos políticos são espaços onde os homens definem o mundo entre si e suas atitudes com as mulheres e com outros homens. “Esses espaços são a casa-dos-homens” (WELZER-LANG, 2004, p. 119). São locais onde as relações são criadas, legitimadas pelos discursos, divulgadas pelas práticas e reforçadas cotidianamente pela tradição, que permite que tais hábitos e costumes se reinscrevam diariamente.

Para ilustrar essa ideia, a coluna “A colaboração no lar”, publicada em 15 de janeiro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal *Correio da Manhã*:

As mulheres têm muita influência sobre a vida do marido, especialmente no setor de trabalho. Por trás de todo homem casado que trabalha, está a sombra da esposa. Esta poderá ajudá-lo a subir muito além dos outros, ou fará tanto peso para baixo que ele desistirá de lutar. Uma coisa é estimular pelo elogio e camaradagem, outra coisa é queixar-se todo dia de que ele não sobe na vida e ganha menos do que se gasta em casa. Isso pode arruinar a vida de um marido. Que deve você fazer para animar seu marido? Em primeiro lugar, mostrar-lhe por pequeninas coisas, que você tem confiança nele, que espera dele grandes coisas e que ele é seu herói. Faça sua parte, limpando a casa, preparando pratos saborosos e educando as crianças. Ele se sentirá feliz num ambiente sossegado e poderá repousar melhor. No dia seguinte, estará apto para enfrentar novas lutas e poderá conseguir novas vitórias (LISPECTOR, 2008, p.34).

O texto é passível de observações em diversos sentidos. Logo de início, tem-se uma paráfrase do arraigado ditado, “Por trás de todo grande homem há sempre uma grande mulher”. Por paráfrase compreende-se uma ideia dominante que se repete em diversas

situações (PORTO, 2010). A paráfrase contém sempre um mesmo elemento que se mantém fixo e imutável, como uma espécie de modelo. Ela representa o retorno constante aos mesmos espaços do dizer. O expediente permite produzir diversos significados, entretanto, todos circularão sobre o mesmo dizer. Ela promove a produtividade no discurso, na medida em que, permite que uma mesma ideia seja veiculada de diferentes formas. É como uma novela, que a salvo as particularidades de cada enredo, assiste-se a uma trama que é sempre essencialmente a mesma.

Assim, utilizando alguns termos distintos, a coluna remete a um dito já bastante antigo e amplamente divulgado na sociedade. No campo das ferramentas discursivas, as máximas e os ditados sempre foram utilizados como modelos de conduta, logo como obrigatórias (ORLANDI, 1996). É como se o ditado reafirmasse noções já há muito cristalizadas. Noções estas que funcionam como o que Charaudeau (2006, p. 118) chamou de discurso circulante: “soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados”.

Grosso modo, o discurso circulante engloba toda e qualquer ideologia que consiga aceitação tácita na sociedade na qual se insere e por isso adquire a popularização do senso comum. No presente caso, essa banalização ocorre sob a forma do clichê. Apesar de aparentemente inocente, a posição “atrás” carrega consigo o caráter de inferioridade, já que só pode ser compreendida em sua plenitude quando vista em relação ao seu antônimo, “frente”. Isso remete ao desequilíbrio das oposições binárias, tais como Cultura/Natureza; Cabeça/Coração; Alta/Baixa; Frente/Atrás. Tais dicotomias não estão ligadas unicamente a lógica da linguagem, mas envolvem uma rede de determinações culturais (BOURDIEU, 2010). Isso mostra como os sistemas simbólicos atuam na produção de identidades e no caso referido, conferem uma significação subalterna à mulher. Evidências de como as palavras representam mais que conceitos, mas proposições que envolvem poder.

Por meio do uso do expediente discursivo do ditado, a coluna esboça uma ideia de mulher (que está por trás de todo grande homem), mas que só é passível de ser entendida quando vista na totalidade de seu complemento: em relação a todo grande homem. Percebe-se que, o senso comum, no qual as máximas circulam, justifica a opinião de que todo homem, sendo “homem de verdade”, só pode ser um grande homem.

Mais adiante, quase ao final do texto, a própria coluna legitima sua consideração inicial ao afirmar que, a mulher deve demonstrar que espera grandes coisas do homem com quem se casou. Enquanto ela encontra-se ligada ao ambiente micro da esfera doméstica, ele

encontra-se relacionado aos aspectos grandiosos da vida, motivo pelo qual se espera que ele, sendo apto para atuar no espaço público, conquiste grandes coisas.

As noções que seguem no texto somente reforçam esse imaginário do homem herói, que deve ser estimulado por meio do elogio e da camaradagem. Sutilmente, é possível perceber o interdiscurso que recorda que, lembrar a um homem que ele ganha menos do que se gasta em casa, é ferramenta certa para arruinar sua vida. O interdiscurso refere-se ao conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos: Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. Nesse caso, a coluna faz sentido porque se insere em meio a um universo de saber já instituído. É perceptível o dizer implícito que mostra que ao homem deve caber a tarefa de prover a casa e que não são permitidas falhas diante desse dever.

A mulher é aconselhada a nutrir confiança pelo homem, pois ele seria “naturalmente” predisposto a zelar pela segurança feminina. Como um dos pólos da complementaridade endossada pela imprensa feminina, à mulher caberia fazer sua parte: “limpando a casa, preparando pratos saborosos e educando as crianças”. A divisão de papéis restringe a mulher ao mundo privado e inclina o homem ao mundo das lutas e vitórias.

Welzer-Lang (2004), remete ao caráter histórico da aprendizagem do ser mulher ou do ser homem nas sociedades. Uma catequese que se faz mesmo desde antes do nascimento, quando a preparação do mundo ao qual a criança fará parte se faz por intermédio das cores: rosa para meninas, azul para meninos. A doutrinação segue na mais tenra idade, quando as garotas são direcionadas para brincadeiras que ressaltam as atividades domésticas, o cuidado com as crianças e a valorização de uma situação de dependência, seja do pai, do marido ou do patrão. Por outro lado, os garotos são incitados aos brinquedos de luta, que destaquem a valorização de sua autonomia. Deste modo, percebe-se ao longo da vida, somente aumentarem as instituições que propalam normas regulatórias de comportamento, determinando as condutas consideradas masculinas como produtos das relações sociais de sexo.

Assim como as mulheres, os homens também não representam uma categoria homogênea, já que não existe uma essência comum e ontológica a todo e qualquer homem. Dentro das masculinidades, cada um é portador de especificidades várias, como ser homem e negro ou homossexual ou trabalhador ou diversas outras particularidades. As colunas trabalham sob uma perspectiva totalizante. É a ideia de que, por natureza, todo homem é ou deveria ser de uma determinada maneira, assumir uma identidade previamente construída. Na

medida em que permite vislumbrar um modelo de masculinidade ao esboçar um perfil de feminilidade, a imprensa feminina (re)cria uma homogeneização do que é considerado ser homem. Organiza-se o modo de funcionamento do discurso a partir de um nivelamento baseado no estereótipo, uma visão simplificada da realidade que reduz a variedade e as diferenças em prol de uma visão padrão de algo ou de algum conceito. Padronizam-se assim comportamentos e sujeitos.

Segundo Freire Filho (2004), estereótipos são padrões amplos de tipificação e representação mediante ao qual é possível estruturar e interpretar experiências, eventos e objetos. São construções simbólicas enviesadas que atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social:

Os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade do pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração (FREIRE FILHO, 2005, P. 22).

De acordo com o autor, os estereótipos configuram-se como uma tentativa de organização do campo social que atua imputando a uma massa, virtualmente homogênea, uma ideia de normalidade, enquanto atribui àqueles considerados diferentes, uma visão caricata, apoiada em julgamentos negativos. Trata-se de uma forma de apresentar o mundo como se os indivíduos obedecessem a um padrão social previamente estabelecido, o que justifica que aqueles que não se enquadram nessa padronização, sejam ridicularizados.

Segundo esse raciocínio, um homem que não possua as características comumente ligadas a um ideal de masculinidade, seriam conseqüentemente, menos homens. O estigma é consequência direta da inadequação ao homem hegemônico. “Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo... senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos homossexuais” (WELZER-LANG, 2004, p. 118). A representação dominante não apaga a diferença, mas oprime e tenta inibir a sua expressão, relacionando-a a pecha de inferior. A visão heteronormativa é quem avalia o outro e nega sua legitimidade, colocando-se como centro e transmitindo ao outro a noção de periferia e subalternidade.

A punição ao homem que nega o que supostamente deveria ser parte de sua essência, não ocorre apenas no plano simbólico da estigmatização. Na esfera jurídica, leis específicas do Código Penal já fizeram com que a França regesse as relações entre mulheres e homens e que diversos países considerassem as práticas homossexuais um delito. Foi assim que o

escritor Oscar Wilde, em 1895, necessitou responder perante a Justiça por sua sexualidade, vista como desviante (CLAYTON, 2004).

Como representativa da naturalização do discurso do homem instintivo e que vê a luta diária com “naturalidade”, tem-se uma última coluna, “Compreenda o seu marido”, publicada em 22 de janeiro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal Correio da Manhã:

Não é tão difícil como parece. Desde que tratado com carinho, um pouco de mimos, raramente contrariado, todo homem é um anjo. Carinho não nos é difícil dar-lhe, se o amamos. Mimos... afinal, penso que é esse mesmo o destino das mulheres, não acham? Não contrariá-lo... aí está o problema. Nem sempre isso é fácil, e nem sempre também é possível. Contudo, devemos ter cautela, tato e inteligência, quando decididamente não podemos concordar com ele. Nunca fazê-lo com sobrançeria e severidade. Isso desperta nos homens o instinto de luta, e nasce a discussão muitas vezes destruidora do seu lar. Os homens detestam as discussões ainda mais que nós, ou dizem isso. Não as enjeitam, porém, quando há uma pequena razão para elas. A mulher, pelo seu temperamento mais afetivo e predisposto ao perdão, esquece com facilidade as más palavras surgidas numa discussão. Com o homem não acontece o mesmo. Conheço alguns que tiveram seus casamentos arrasados por uma palavra ou uma frase impensada de sua mulher. Um desses, habitando a mesma casa que a esposa durante doze anos sem dar-lhe uma palavra, contou-me que se casara por amor, mas todo esse amor desaparecera no dia em que ela maldisse o seu casamento, e no auge de uma discussão exclamou: “Maldito o dia em que me fizeram casar com você.” “Fizeram-na casar.” E ela respondera que era uma criança, na época do casamento, e que os outros adultos eram responsáveis pela tolice. Não é tão grave, ou não nos parece assim, o que ela disse. No entanto, por essa frase, ela perdeu o marido, toda sua felicidade foi por água abaixo. Terminada a educação dos filhos, separaram-se definitivamente. Cuidado, portanto, na maneira como trata seu marido, minha amiga e leitora! Pense no que seria perdê-lo... e faça-lhe as vontades. Quando não, use de diplomacia e delicadeza. Garanto que é o melhor meio de domá-los (LISPECTOR, 2006, p.79).

No texto, ao homem é imputado o instinto de luta. A própria noção de instinto é questionada há muito, já que, para postular a existência deste, faz-se necessário que a totalidade das pessoas se sintam abarcadas por esse sentimento instintivo. Sendo a realidade muito mais complexa, é minimamente questionável o conceito de um instinto masculino, tanto quanto não é possível detectar solidez alguma à ideia de natureza masculina e/ou feminina.

As masculinidades, assim como as feminilidades - já há mais tempo teorizadas em perspectivas que colocam em questionamento o que nos parece óbvio e evidente – também são construções históricas, sociais, culturais, políticas, econômicas e de diversas outras searas. Defendidas desde as escrituras, na figura de um Adão bíblico, colocado como absoluto a ponto da mulher surgir a partir dele mesmo.

Pêcheux (2009, p. 141) recorre a Althusser para defender que, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. A própria tradição – discursiva ou não – encarrega-se de inserir esse homem em uma concepção de mundo androcêntrica para transformá-lo em um sujeito machista. É a ideologia que designa, por meio do hábito, o que é e o que deve ser. A ideologia fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” (PÊCHEUX, 2009, p. 146) o que é um homem. Tal expediente quer passar uma noção de universalidade ideológica do sujeito. No contexto das colunas femininas, a ideia que se quer passar é a de um homem provedor da casa e portador de características ditas masculinas, como a virilidade, a coragem, a bravura e tantas outras.

Dizer que um homem deve ser viril – ou outro predicado comum à visão que se tem das masculinidades - não quer dizer que nós, ou quem quer que seja, desejamos, queiramos, ordenamos ou exigimos isso. Poderíamos distinguir aí a opinião de que, em geral, no que concerne a cada homem, um desejo ou uma exigência dessa natureza são justificados. Um homem deve ser viril quer dizer que, somente um homem viril pode ser considerado ideal. O grau de aceitação desse homem em sociedade como um “homem de verdade” dependerá do gradiente de adequação que ele tem do que se espera de um homem. Em suma, depende do quão próximo ele é ou está do perfil idealizado de masculinidade. Percebe-se assim como a ideologia dominante corresponde à reprodução das relações de desigualdade e subordinação.

Obviamente que, os indivíduos são dotados de capacidade crítica e por isso mesmo detêm a possibilidade de se descentrar de concepções previamente determinadas e realizar a crítica do sujeito, incorporando assim outras visões de mundo que questionem o modo de ver dominante. Entretanto, grande parte – uma maioria? – de homens não realizarão esse percursos de crítica e instalar-se-ão confortavelmente sob os liames de uma tradição conservadora androcêntrica, que o coloca em uma posição privilegiada de existência.

A naturalização do pensamento machista não retira do homem a responsabilidade de transformação do que lhe foi imputado. Tão somente o insere também no universo dos construtos. A ideologia liga o sujeito a diversas “pessoas morais” reunidas em uma coletividade. Essa coletividade atua como uma entidade pré-existente, que impõe sua marca a cada sujeito sob a forma de uma socialização do indivíduo nas relações sociais. Não aceitar essas construções enviesadas e questionar os discursos legitimadores com suas fórmulas prontas sobre modo de ser e estar no mundo de homens e mulheres, deve ser o dever desses mesmos homens e mulheres diariamente.

O presente artigo objetivou traçar o perfil masculino passível de ser visto nas entrelinhas do discurso das colunas femininas escritas pela escritora Clarice Lispector nos anos 1960 para analisar o caráter de construto das masculinidades e refletir brevemente sobre a forma como as estratégias discursivas da imprensa feminina – sobretudo no que diz respeito ao gênero opinativo coluna – tomaram para si a tarefa de reforçar as noções referentes à divisão dos papéis sociais de homens e mulheres. Buscou-se fugir de perspectivas que alocam homens e mulheres em uma relação unicamente de opressor/vítima para enxergá-los inseridos nas relações de poder em que, a partir de um ponto de vista foucaultiano, torna-se possível perceber um poder que perpassa tanto homens quanto mulheres em suas relações cotidianas.

O retirar do véu de ingenuidade que eventualmente cobre as leituras que fazemos do mundo deve servir de imperativo para que, cada vez mais, questionemos as instituições que se prestam à difusão de ideias responsáveis por manter os indivíduos como tutelados por uma tradição androcêntrica dominante, ao invés de oferecer espaços para que estes atuem como sujeitos livres das amarras de identidades pré-construídas e baseada nos princípios de heteronormatividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: 1. Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CLAYTON, Susan. O hábito faz o marido? O exemplo de uma female husband, James Allen (1787 – 1829). In: _____ SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 151-174).
- DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FREIRE FILHO, J. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Eco-Pós**, v. 7 (2) : p. 45-71, 2004.
- _____. Força de Expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista Famecos**, Porto Alegre, RS, (28) : p. 18-29, dez. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, (22) : p. 201-246, 2004.
- LISPECTOR, Clarice. **Correio Feminino**. NUNES, Maria Aparecida (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. **Só para Mulheres**. NUNES, Maria Aparecida (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PORTO, Sérgio Dayrell. **Análise de Discurso**: o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada. Brasília, DF: Casa das Musas, 2010
- RUBIN, G. O tráfego de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife, PE, **S.O.S Corpo**, mar., 1993.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, São Paulo, v. 20 (2), 1995.
- WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino na perspectiva das relações sociais de sexo. In: _____ SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 107-128.

Recebido em 02 de setembro de 2012.
Aprovado em 24 de novembro de 2012.

ENVELHECIMENTO E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA

Bárbara Pereira de Souza Rosa¹

1. Envelhecimento

O crescimento do número de idosos em termos absolutos e relativos vem acompanhando o desenvolvimento mundial e é caracterizado por taxas cada vez menores de fecundidade e taxas maiores da esperança média de vida (Carvalho, 2006; Matsudo *et al.*, 2000). Esse envelhecimento demográfico desperta o interesse de vários estudiosos e pesquisadores, que tentam compreender este processo, além de possibilitar a integração equilibrada dos idosos na sociedade e ainda criar iniciativas e intervenções que preservem ao máximo a qualidade de vida nas idades avançadas (Farinatti, 2008).

O envelhecimento é um processo inevitável e irreversível, no qual o indivíduo se torna mais frágil, aparecem declínios fisiológicos, funcionais e limitações. É um processo, ou conjunto de processos, inerente a todos os seres vivos e que se expressa pela perda da capacidade de adaptação e pela diminuição da funcionalidade (Spirduso, 2005).

É justamente na tentativa de amenizar os efeitos degenerativos associados ao processo de envelhecimento que vários autores analisam maneiras de tornar a vida do idoso mais autônoma, afinal, como diz Mazo (2008) é necessário “dar vida aos anos e não apenas anos à vida”, ou seja, envelhecer com melhores padrões de vida, e não somente deixar o tempo passar e esperar o fim.

Mazo (2008) apresenta os diversos estudos sobre as diferentes perspectivas relacionadas ao envelhecimento, dentre eles podemos destacar a classificação do envelhecimento primário, secundário e terciário: primário – são as mudanças intrínsecas, são irreversíveis, progressivas e universais; secundário – mudanças relacionadas com doenças, o passar do tempo vivido significa um aumento da probabilidade de exposição a fatores de risco; terciário – declínio terminal, caracterizado por um grande aumento das perdas num período relativamente curto, resultando na morte (Birren e Scrnoots, 1995 *apud* Mazo 2008).

Existem autores que classificam o envelhecimento como: velhice produtiva, velhice bem-sucedida e envelhecimento com sucesso. Na velhice produtiva temos a ideia do idoso com trabalho remunerado ou não e que contribui com a economia. Na velhice bem-sucedida o

¹ Coordenadora e professora do Curso de Educação Física da Faculdade Araguaia. e-mail: barbarapsr@yahoo.com.br.

conceito de velhice tem três conotações, o alcance do bem-estar físico, social e psicológico, tendo em vista o grupo, parâmetros, objetivos e valores sociais. O Envelhecimento com sucesso é o fato do indivíduo não precisar de assistência ou não ter dificuldades na manutenção da função física incluindo atividades vigorosas e moderadas de lazer (Mazo, 2008).

Para OMS (2002) o envelhecimento ativo é um projeto de política de saúde, que visa discutir e formular planos de ação para um envelhecimento saudável e ativo. Ativo no sentido de continuidade da participação na vida social, cultural, espiritual, cívica e não apenas físico.

“Uma das certezas da vida, talvez a única, é que a cada dia todo mundo envelhece. Chega um momento em nossas vidas que esse fato se torna pessoalmente relevante. O momento é diferente para cada um e a consciência pode ser repentina ou sutil, porém, em uma determinada idade, cada um de nós realmente compreende pela primeira vez que não somos imortais” (Spirduso, 2005).

2. Atividade Física

Atualmente existe um forte suporte científico sobre as adaptações crônicas positivas provocadas pela atividade física regular e monitorada, o *American College Sport Medicine* (2006) lista alguns benefícios da atividade física, especialmente em idosos: melhoria da longevidade, diminuição dos índices de morbidade e mortalidade, redução da prescrição de medicamentos, prevenção do declínio cognitivo, diminuição da frequência de quedas e fraturas, garantia da independência e autonomia, e produção de efeitos positivos psicológicos, como por exemplo, a integração social ou a satisfação pessoal.

Neste sentido, a atividade física tem sido considerada um importante mediador para o envelhecimento saudável e com qualidade, pois é considerada como o melhor meio de quebrar o círculo vicioso que acompanha o envelhecimento/inatividade/incapacidade (Heikkinen, 1998); ou seja, as pessoas mais velhas tendem a diminuir a atividade física, o que leva ao descondicionamento, gerando a fragilidade (principalmente músculo-esquelética), o que por sua vez leva a perda do estilo de vida independente, acarretando assim uma menor autoestima e menor motivação por parte dos idosos, aumentando a ansiedade e depressão, o que conseqüentemente gera mais inatividade física e que agrava ainda mais as doenças e as incapacidades do envelhecimento (Nobrega *et al.*, 1999).

A atividade física direcionada a idosos é uma estratégia simples e eficaz para diminuir os custos relacionados à saúde e melhorar a qualidade de vida dessa população. Afinal, a manutenção de um estilo de vida ativo, nesta faixa etária, está associada com o fator de prevenção contra os decréscimos funcionais paralelos ao envelhecimento.

Na maioria dos indivíduos, a atividade física aumenta o bem-estar, elevando o coeficiente de qualidade e a expectativa de vida. Os benefícios fisiológicos da atividade física regular têm sido bem documentados em diversos estudos.

Além dos benefícios biológicos existem os benefícios psicossociais. Para Mazo (2008), a prática da atividade física regular está associada com a melhoria de vários aspectos, como: função cognitiva, depressão, percepção de controle ou auto-eficácia.

Em sua obra, Ribeiro (2002) cita autores que dizem existir uma inter-relação entre o exercício e o envelhecimento, que gera um ciclo viciado, em que o aumento da idade contribui para realização de menos exercícios, o que por sua vez leva a decréscimos nos fatores fisiológicos, implicando um envelhecimento sócio-psicológico, o que ajuda a um decréscimo suplementar na atividade física, conseqüentemente uma deterioração física, e isso ocorre enquanto a idade aumenta, reiniciando o ciclo sucessivamente.

Os fatores biológicos e psicossociais que influenciam o sedentarismo dos idosos são geralmente acompanhados pelas doenças, incapacidade e dependência. Nesse sentido, um estilo de vida ativo por parte dos idosos deve ser encarado como uma forma de quebrar o círculo vicioso da idade-sedentarismo-doença-incapacidade, com os estereótipos de uma velhice sem movimento e sem participação ativa na sociedade (Mazo, 2008).

Um grande número de idosos vive abaixo do linear da sua capacidade física, isso devido ao declínio funcional, o que faz com que apenas um mínimo problema na saúde os tornem completamente dependentes (Okuma, 1998).

A participação em atividade física regular e moderada pode retardar declínios funcionais. Pode reduzir o início de doenças crônicas tanto em idosos saudáveis como nos doentes crônicos. Uma vida ativa melhora a saúde mental e frequentemente promove contatos sociais (OMS, 1997).

Apesar dos benefícios normalmente associados à prática de Atividade Física, a maioria dos idosos prefere adotar estilos de vida sedentários (Carvalho e Mota, 2002). É então necessário alterar as mentalidades como forma de desbloquear estas eventuais “barreiras” para

a prática de atividade física. É importante alterar as formas de pensar e educar os idosos no sentido de estes terem uma vida mais ativa, realçando sempre os benefícios a ela associados e alertá-los para os perigos do sedentarismo (Faria Júnior, 1999 *apud* Carvalho e Mota, 2002).

Para que os idosos iniciem e mantenham a sua participação em atividades físicas é necessário criar atividades que lhes propiciem o bem-estar, o que pressupõe a adequação à sua condição de idoso. Não existe idade para aprender novos movimentos, sendo apenas necessário adaptar as atividades físicas às características e possibilidades de cada um, ao seu grau de patologia, mobilidade e autonomia (Carvalho e Mota, 2002).

Logo, para combater o sedentarismo e amenizar as consequências da idade, surge a atividade física como importante estratégia de intervenção sobre a população da terceira idade.

Tendo em vista esta importante estratégia, cabe aos investigadores, comprovar, avaliar e diagnosticar essa influência da atividade física no envelhecimento. Para isso, surgem os métodos para quantificar e classificar a atividade física.

3. Avaliação da Atividade Física

A atividade física é uma das atividades humanas mais difíceis de se medir, existem vários autores que tentam quantificá-la, mas até hoje não existe um consenso do melhor método.

Para quem investiga, no âmbito da atividade física, todos os passos são de maior importância para encontrar o método mais eficaz de avaliação. Com certeza, o objetivo máximo (provavelmente utópico) será encontrar um método 100% válido e fiável de avaliação da atividade física em condições de terreno (Aires, 2009).

Existem inúmeras formas de avaliar a atividade física do indivíduo; estes métodos variam de acordo com a idade dos participantes, com o objetivo da pesquisa, com questões práticas (como os custos), com o tempo para a aplicação, conforme a aceitação dos sujeitos e principalmente com a validade e fiabilidade do instrumento.

A determinação do instrumento a ser utilizado é uma difícil escolha, no qual o investigador deve estar atento às vantagens e desvantagens, e principalmente se fornecerá uma análise rigorosa. Por isso, é importante durante a escolha do instrumento ter em vista o por que se quer avaliar e para que, ou seja, os objetivos.

Além disso, enquanto não se encontra um instrumento que atenda a todas as características desejadas, a combinação de diferentes instrumentos pode fornecer dados mais confiáveis e precisos. Por exemplo, ao combinar sensores de movimento ou monitores de frequência cardíaca com questionários, é possível que se obtenha informações mais adequadas quanto ao tipo, intensidade, e duração da atividade, assim como do gasto energético (Reis *et al.*, 2000).

Na literatura pode-se encontrar uma grande diversidade de metodologias e métodos para se avaliar atividade física, podendo ser divididos em duas categorias: métodos laboratoriais e métodos de terreno. Dentro deste propósito segue abaixo a tabela com os métodos de avaliação da atividade física.

Tabela 1 - Os métodos de avaliação da atividade física.

Métodos Laboratoriais	Métodos de Terreno
1. Fisiológicos	1. Diários ou registros de atividade
a. Calorimetria Direta	2. Questionários e entrevistas
b. Calorimetria Indireta	3. Marcadores fisiológicos
	a) Água Duplamente Marcada
	b) Aptidão cardiorrespiratória
2. Biomecânicos	4. Monitores mecânicos e eletrônicos
a. Plataformas de força	a) Sensores do movimento
	* Pedômetros
	* Acelerômetros
	b) Monitores de Frequência Cardíaca
	5. Observações diretas (comportamentais)
	6. Classificação da atividade profissional
	7. Aporte nutricional

• Fonte: Sumário dos métodos de avaliação da atividade física, adaptado Oliveira e Maia (2001).

Os métodos laboratoriais apresentam procedimentos mais objetivos e precisos, porém requer equipamentos sofisticados e caros, além de processos de análise de dados complexos. Ficaria inviável aplicar estes métodos em estudos epidemiológicos, mas servem de critério de validação para os métodos de terreno. No que diz respeito aos métodos de terreno, são menos precisos, porém são mais fáceis para aplicar em amostras de grandes dimensões e amostras diferenciadas (Sapage e Maia, 2007).

Diante dessa variedade de métodos, cabe ao investigador escolher o que melhor se aplica a sua população e aos seus objetivos. Tendo em vista que estamos diante de um crescimento acelerado da população idosa, estes têm se tornado alvo forte de investigação e intervenção.

Na escolha de uma metodologia para a população idosa, deve-se estar atento aos quadros clínicos dessa população, o processo de envelhecimento físico e psicológico que essa faixa etária está enfrentando, devem ser métodos não invasivos, que respeitem suas capacidades.

Logo, o foco deve ser identificar instrumentos que avaliam o nível da atividade física do idoso, retratando as devidas limitações e dificuldades. O uso de métodos adequados apresentam uma importância para o campo da pesquisa, a fim de construir intervenções que minimizem e controlem os problemas relacionados com o declínio funcional e orientem

práticas coerentes (quantidade, intensidade e frequência) com a realidade da população idosa (Rabacow *et al.*, 2006).

Alguns métodos merecem destaque e um maior aprofundamento.

3.1. Acelerômetros

Os acelerômetros são usados para medir, detectar a aceleração e desaceleração do movimento humano e podem ser usados para prever a energia despendida e classificar níveis de atividade física. Estes são mais detalhados do que os questionários e mais baratos do que a técnica da água duplamente marcada (Valente, 2005).

A aceleração é diretamente proporcional à força muscular e ao dispêndio energético, por isso quanto maior for o número de *counts* obtidos maior terá sido a atividade do sujeito (Montoye *et al.*, 1996).

Existem dois principais tipos de acelerômetros uniaxiais e triaxiais, no qual se destacam o Caltrac e o MTI Actigraph (uniaxiais) e o Tritac e o Tracmor (triaxiais). Os acelerômetros triaxiais classificam a atividade física do indivíduo com base em três planos de movimento: vertical, horizontal e mediolateral, ou seja, avalia a aceleração corporal nos eixos antero-posterior, médio-lateral e vertical. Os uniaxiais avaliam os movimentos apenas no plano vertical. Estes são muito utilizados devido a suas pequenas dimensões, o que não interfere nos movimentos diários dos indivíduos estudados, devido ao seu peso leve e ao seu preço acessível.

Os acelerômetros de uma forma geral apresentam várias vantagens: são indicadores objetivos do movimento corporal (aceleração); indicam a intensidade, frequência e duração; não são invasivos; permitem grandes períodos de recolha; marcam o número de passadas (Aires, 2009).

Porém, como todo método, existem desvantagens: os custos poderão ser um problema para grandes amostras; são imprecisos em algumas atividades (ex: movimento dos braços, pedalar, atividades aquáticas); falta de equações que permitam calcular com precisão o dispêndio energético de populações específicas no terreno (Aires, 2009).

Os acelerômetros estão sendo muito usados em estudos com idosos na tentativa de perceber a atividade física destes, e ainda perceber a influência que a atividade tem sobre o envelhecimento.

3.2. Pedômetros

Tendo em vista que a marcha (andar) é uma das formas mais comuns de atividade física, pois contribui com o nível de atividade física diária total, os pedômetros eletrônicos surgem com o objetivo de avaliar o comportamento do indivíduo durante a marcha, ou seja, realiza a contagem de passos e distância percorrida (Oliveira e Maia, 2001). É um método barato, não invasivo; podem ser usados no dia a dia; fácil administração em grandes amostras; potencial na promoção da alteração de comportamentos.

Porém, os pedômetros apresentam uma falta de precisão na avaliação da corrida ou *Jogging*; são desenhados para avaliarem somente a caminhada; não avaliam a amplitude da passada. O aparelho não faz distinção entre a marcha e a corrida, portanto assume um valor de gasto de energia por passo independente da velocidade (Aires, 2009).

No estudo de validade e fiabilidade feito por Oliveira e Maia (2001), os autores comprovaram que o pedômetro da marca Yamax possui evidência substancial que é um indicador objetivo da atividade física habitual, portanto avalia de forma objetiva a atividade física relacionada com o deslocamento do pé.

Mesmo com essas desvantagens, o pedômetro é um instrumento muito interessante para idosos, pois pode indicar a quantidade de passadas que estes fazem ao dia, e isto pode servir de estímulo para aumentar a atividade física. Além disso, é um instrumento fácil de ser manuseado e de fácil interpretação que o próprio idoso pode fazê-lo, e para aqueles sedentários é um ótimo indicador a ser mudado.

3.3. Monitores de Frequência Cardíaca

A frequência cardíaca é uma unidade de medida muito utilizada como indicador da intensidade do exercício físico. Existe uma relação linear da frequência cardíaca, o percentual de VO₂ e os níveis de dispêndio energético (Vasconcelos, 2007).

Podemos quantificar a intensidade relativa do exercício aeróbico através de vários indicadores, como: frequência cardíaca (FC), o equivalente metabólico (MET), o consumo máximo de oxigênio (VO₂máx) e a percepção subjetiva do esforço (ACSM, 2006).

Entre os métodos de medida da frequência cardíaca estão a radiotelemetria, a gravação contínua do E.C.G e o microcomputador (Karvonen & Vuorima, 1988). Nos últimos anos, com o avanço na telemetria e miniaturização dos equipamentos, o monitor de frequência cardíaca tem sido amplamente utilizado e tem grande aceitação. O equipamento da marca

Polar armazena os dados e permite a transferência para um microcomputador por meio de um software específico (Reis *et al*, 2000)

Porém, Aires (2009) ressalta que existem alguns contratempos, como: os custos são elevados para uma amostra grande; existe interferência de outros aparelhos que gerem eletricidade; existe variabilidade individual da FC; a frequência cardíaca e a condição física afetam a relação FC-VO₂max e níveis reduzidos do dispêndio energético apresentam algum erro de estimativa.

3.4. Questionários

Dentre os métodos de terreno, os questionários têm sido muito aplicados para avaliar atividade física, principalmente em estudos de caráter epidemiológico de grande abrangência. Os questionários apresentam inúmeras vantagens, como: obter informações qualitativas e quantitativas; possuem baixo custo financeiro; são fáceis de administrar e relativamente rápidos; podem estimar o dispêndio energético das atividades diárias; permite obter uma grande quantidade de informações e detalhes (Oliveira e Maia, 2001).

Dentre as desvantagens, existem os problemas de fiabilidade e validade associados à recordação da atividade física; problemas de validade das respostas associadas à má interpretação da atividade física em diferentes populações; diferenciação entre os avaliadores (Aires, 2009).

Sabe-se que é preciso ter cautela na escolha do questionário, pois ele deve abranger todas as peculiaridades da atividade física, que podem variar de acordo com o ambiente, cultura e características sócio-demográficas das populações.

A forma de aplicação de questionários é um aspecto importante, quando se trata de idosos, pois podem aparecer dificuldades de compreensão, memória e leitura em algumas questões. Portanto, devem ser consideradas: as habilidades cognitivas, velocidade de processamento da informação, disposição e ansiedade, dentre outros (Aires, 2009).

Oliveira e Maia (2001) fizeram uma revisão dos estudos de validade do questionário de Baecke e perceberam que “os resultados obtidos indicam a enorme potencialidade que o questionário apresenta em avaliar diferentes componentes da atividade física”.

Existem vários questionários para avaliar atividade física aplicáveis a idosos. Rabacow *et al.*(2006) fez um estudo de revisão daqueles que seriam os principais. Neste estudo foram encontrados seis questionários e apresentadas as características de cada um. Os

questionários BAECKE e o IPAQ são os únicos traduzidos e validados para a língua portuguesa, e o IPAQ foi o que pareceu apresentar as melhores condições para ser aplicado em idosos brasileiros.

Tabela 2 - Questionários de medidas de atividade física em idosos.

	VANTAGENS	LIMITAÇÕES	DOMÍNIOS	TEMPO RECORDADO
<p>Physical Activity Scale for the Elderly – PASE</p> <p>(escala de atividades físicas para idosos)</p>	<p>Fácil aplicação. Medida de AF de curto prazo.</p> <p>Determina as atividades cotidianas desenvolvidas pelos idosos.</p>	<p>Sujeito a influências externas (condições do tempo). Dúvidas quanto aos critérios de validação e reprodutibilidade, amostra norte-americana. Boa reprodutibilidade e validação fraca. (WASHBURN,1999).</p>	<p>Lazer, trabalho e atividades domésticas</p>	<p>1 Semana</p>
<p>CHAMPS Physical Activity Questionnaire</p> <p>(Questionário de Atividades Físicas do Programa CHAMPS)</p>	<p>A formatação facilita a resposta para os idosos. Maior número de domínios avaliados.</p>	<p>Não validado para o Brasil. Algumas questões devem ser adaptadas para nossa cultura. Deve ser validado para posterior utilização em nosso país.</p>	<p>Lazer, exercícios e atividades da vida diária</p>	<p>1 Semana</p>
<p>ZUTPHEN Physical Activity Questionnaire</p> <p>(Questionário de Atividades Físicas de ZUTPHEN)</p>	<p>O questionário é de rápida aplicação. Específico para idosos com problemas cardiovasculares.</p>	<p>Não validado para o Brasil. Muitas questões não se aplicam na nossa cultura. Necessitam de adaptação para o grupo com o qual se trabalha.</p>	<p>Lazer</p>	<p>1 Semana</p>
<p>YALE Physical Activity Survey – YPAS</p> <p>(Questionário de Atividade Física de YALE)</p>	<p>Avalia diversos domínios.</p> <p>Fácil aplicação e anotação.</p>	<p>Não validado no Brasil. Disponível apenas em inglês. O instrumento é extenso.</p>	<p>Lazer, exercícios e atividades domésticas</p>	<p>1 Semana</p>
<p>IPAQ International Physical Activity Questionnaire</p> <p>(Questionário Internacional de Atividade Física, QUIAF, adaptado para idosos)</p>	<p>Válido para diferentes populações, facilitando as comparações com outros países. Traduzido e adaptado para o Brasil. Validado para idosos brasileiros, embora a correlação seja fraca.</p>	<p>Não é recomendável utilizá-lo com crianças e quando a amostra for pequena. Extenso e de difícil aplicação.</p>	<p>Trabalho, transporte, lazer e atividades domésticas</p>	<p>1 Semana</p>
<p>Modified BAECKE for Older Adults</p> <p>(Questionário de BAECKE modificado para idosos)</p>	<p>Fácil administração, perguntas claras e objetivas.</p> <p>Validado para o Brasil, embora com correlação fraca.</p>	<p>Falta de caracterização para o nível de atividade física, já que os valores apenas identificam um índice. Forma limitada do preenchimento, apenas por entrevista. Código arbitrário de intensidade, originalmente baseado no gasto energético.</p>	<p>Lazer, esporte e atividades domésticas.</p>	<p>1 Ano</p>

- Fonte: Rabacow, F.M. et. al. (2006) *Questionários de medidas de atividade física em idosos*. Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano; 8(4):99-106.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACMS - American College of Sports Medicine. *ACSM's Guidelines for Exercise Testing and Prescription*. 7ª ed. Philadelphia: ACSM's Publications, 2006.

Aires, L. *Actividade Física. Métodos de Avaliação*. Slides aula dada para o mestrado de actividade física para Terceira Idade. Porto: Faculdade de Desporto, 2009.

Birren, K.W.; Scrnoots, J.F. *History, concepts and theory in the psychology of aging*. In: Birren, J.E. & Schaie, K.W. (eds). *Handbook of the psychology of aging*. San Diego: Academic Press, 1995.

Carvalho, M. J. *A actividade física na terceira idade e relações intergeracionais*. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 20 (5), 71-72. 2006.

Carvalho, J. & Mota, J. *A Actividade Física na Terceira Idade. Justificação e Prática*. Portugal: Câmara Municipal de Oeiras, Divisão do Desporto, 2002.

Faria Júnior, A. *Idosos em movimento – mantendo a autonomia: um projeto para promover a saúde e a qualidade de vida através de actividades físicas*. *Actas de Seminário “A qualidade de vida no idoso: o papel da actividade física”*, p. 36-49, 1999.

Farinatti, P.T. Parte I – Aspectos conceituais do envelhecimento. In: Paulo T. V. Farinatti, *Envelhecimento promoção da saúde e exercício* (pp. 13-55). São Paulo: Manole, 2008.

Fernandes, C.C.T. *O código relacional na actividade física e aptidão física associada à saúde. Efeitos genéticos e ambientais*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADE – UP), 2005.

Heikkinen, R.L. The role of physical activity in healthy ageing In: M., Duarte & M. Nahas. *O Papel da Actividade Física no Envelhecimento Saudável*, (39p). Florianópolis: UFSC, 1998.

Instituto Nacional de Estatística, INE. *Estatísticas Demográficas de 2008*. Disponível em <http://www.ine.pt>. 2007

Karvonen, J.; Vuorimaa, T. *Heart rate and exercise intensity during sportsactivities: practical application*. Sports Medicine, v. 5, p. 303-312, 1988.

Matsudo, S.M., Matsudo, V.K. & Neto, Turíbio L.B. *Impacto do envelhecimento nas variáveis antropométricas, neuromotoras e metabólicas da aptidão física*. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, 8 (4), p. 21-32, 2000.

Mazo, G. Z. *Atividade Física, Qualidade de Vida e Envelhecimento*. Porto Alegre: Sulinca, 2008.

Montoye, H.J; Kemper, H.C.G; Saris, W.H.M; Washburn, R.A. *Measuring Physical Activity and Energy Expenditure*. Ed. Human Kinetics, Champaign, IL, 1996.

Nahas, M. V. *Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. 3ª Ed. Londrina: Midiograf, 2003.

Nóbrega, A.C., Freitas, E.V., Oliveira, M.A., Leitão, M.B., Lazzoli, J.K., Nahas, R.M. et al. *Posicionamento Oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia: Atividade Física e Saúde no Idoso*. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, 5 (6), 207-211, 1999.

Oliveira, M. M.; Maia, J.A. *Avaliação da actividade física em contextos epidemiológicos. Uma revisão da validade e fiabilidade do acelerómetro Tritrac-R3D, do pedómetro Yamax Digi-Walker e do questionário de Baecke*. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, vol. 1, nº 3, p.73-88, 2001.

Organização Mundial de Saúde (OMS). *The heidelberg guidelines for promoting physical activity among older adults*. Journal of Aging and Physical Activity, 1997.

Organização Mundial de Saúde (OMS). *The world health report 2002 – Reducing Risks, Promoting Healthy Life*. WHO, 7-9, 2002.

Okuma, S.S. *O idoso e atividade física*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

Rabacow, M.; Gomes, M.A.; Marques, P.; Benedetti, T.R.B. *Questionários de medidas de atividade física em idosos*. Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano; 8(4):99-106, 2006.

Reis, R.S.; Petroski, E.L.; Lopes, A.S. *Medidas da atividade física: revisão de métodos*. Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano, vol. 2, nº 1, p. 89-96, 2000.

Ribeiro, J.L.S. *A influência da actividade física, na qualidade de vida relacionada com a saúde, em indivíduos com mais de 65 anos*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada à FADE – UP, 2002.

Sapage, I.; Maia, J. *Factores genéticos e ambientais nos níveis e padrões de actividade física: um estudo em gêmeos*. Visões e contextos: Portugal, 2007.

Spiriduso, W. *Physical dimensions of aging* (2 Ed.). Champaign, Illinois: Human Kinetics, 2005.

Valente, M.A.S. *Avaliação da actividade física habitual em crianças e adolescentes. Análise com dois pontos de corte. Relação com o estatuto socioeconómico*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada à FADE – UP, 2005.

Vasconcelos, T. L. Comparação das respostas de frequência cardíaca máxima através de equações preditivas e teste máximo em laboratório. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v 1, nº 2, p. 19-24, 2007.

Recebido em 16 de setembro de 2012.

Aprovado em 22 de novembro de 2012.

A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA FACULDADE ARAGUAIA – GOIÂNIA

Sulamita de Aquino Porto¹

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre a importância da interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem no Ensino Superior. Os dados da literatura pesquisada demonstram que a interdisciplinaridade pode auxiliar na dissociação do conhecimento produzido e orientar a produção de uma nova ordem de conhecimento, constituindo condição necessária para melhoria da qualidade do Ensino Superior, mediante a superação da fragmentação, uma vez que orienta a formação global do homem. Aborda inicialmente uma análise teórica sobre os conceitos de interdisciplinaridade no Ensino Superior, buscando seus elementos centrais. Posteriormente realiza-se um relato de experiência salientando os principais caminhos percorridos pela Faculdade Araguaia para a implantação do trabalho interdisciplinar no Curso de Pós Graduação Gestão e Políticas Públicas considerando a primeira turma do curso que seguiu os módulos propostos de forma sinérgica.

Palavras-chave: conhecimento, eixo integrador, contextualização.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual exige que a universidade não somente capacite os acadêmicos para futuras habilitações nas especializações tradicionais, mas principalmente que tenha em vista a formação dos mesmos para desenvolver suas experiências e habilidades em função de novos saberes que se produzem e que exigem um novo tipo profissional.

No Ensino Superior, a falta de contato do conhecimento com a realidade parece ser uma característica bastante acentuada. Os professores no esforço de levar seus alunos a aprender, o fazem de maneira a dar importância ao conteúdo em si, e não a sua interligação com a situação da qual emerge, gerando, assim a clássica dissociação entre teoria e a prática.

Considerando a necessidade de a educação universitária oferecer aos acadêmicos referenciais que os ajudem a perceber as várias dimensões, levando-os a pensar globalmente no sentido de desenvolver um senso de responsabilidade, profissional e cidadã, este artigo tem

¹ Coordenadora e Professora do Curso de Pós-graduação em Gestão e Políticas Públicas – FARA. e-mail: sulamita.fieg@sistemafieg.org.br

como objetivo refletir sobre a importância da interdisciplinaridade no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior.

Para a compreensão da realidade empírica que é complexa e interdisciplinar, para o entendimento de suas problemáticas, de seus riscos e de tudo o que nela acontece, há a exigência premente de uma formação interdisciplinar. Assim, o modelo tradicional e fragmentário do conhecimento, herança dos estudos cartesianos e da utilização do método analítico e reducionista da ciência levou as instâncias formais de produção do conhecimento a “departamentalizarem” as suas áreas, como estratégia generalizada de reducionismo do conhecimento científico corroborado pela crença de que a compreensão de partes que constituem um todo pode ser adquirida plenamente pela análise individualizada e por disciplinas.

Desta forma, as matérias (disciplinas ou módulos) com seus saberes, são tratadas como se fossem únicas (gavetas) e sem nenhuma relação entre si, causando no aluno a dificuldade de observar que os conhecimentos de cada docente são aspectos diversos de uma só realidade, que deve ser concebido como parte de um todo .

Um bom começo seria que cada docente pudesse em suas aulas expor que os conhecimentos estão ligados entre si na mesma realidade. Outra estratégia mais consistente seria a construção coletiva de projetos em torno de um único tema, que seria o eixo articulador, que nortearia todas as disciplinas. Fazenda (1996), em seu livro publicado Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro, na sua 4ª edição, aborda a interdisciplinaridade como uma nova atitude a ser assumida perante a questão do conhecimento, substituindo a forma fragmentária pela unitária do ser humano. E, para isso a autora destaca a questão interdisciplinar ao enfatizar que esta “não se ensina, não se aprende, apenas vive-se”.

1 O que é Interdisciplinaridade

Para compreender melhor a interdisciplinaridade, faz-se necessário analisar o termo. “Assim tem-se que: o prefixo ‘inter’ significa posição ou ação intermediária, o sufixo ‘dade’ atribui o sentido de ação ou resultado de ação ao termo, já ‘disciplina’ núcleo do termo

estudado, significa a epistemé, podendo caracterizar como ordem que convém ao funcionamento de uma organização, ou ainda regime de ordem imposta ou livremente consentida”.

Dentro do contexto histórico da interdisciplinaridade, pode-se verificar que no Brasil, o conceito de interdisciplinaridade, chegou, inicialmente, através do estudo da obra de Georges Gusdorfe(1996), posteriormente, de Piaget(1984). O primeiro autor influenciou o pensamento Japiassu(1976) no campo da epistemologia e Ivani Fazenda(2003) no campo da educação.

Ao conceituar o termo Interdisciplinaridade, não se possui ainda um sentido único e estável. Trata-se de um conceito que varia, não somente no nome, mas também no seu significado. Entender o vocábulo Interdisciplinaridade foi e ainda é muito discutido, pois existem várias definições para ela, depende do ponto de vista e da vivência de cada um, da experiência educacional, que é particular. Para Japiassu(1976, p.74): “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”.

Essa temática é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, no qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para transpor algo inovador, abrir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado.

Ainda que a noção do termo interdisciplinaridade não se configure como um sentido unívoco e preciso, em vista do conjunto de enfoques que ela recebe, mesmo que não possamos generalizar uma concepção de interdisciplinaridade, o certo é que há uma compreensão comum por parte dos seus diversos teóricos, na necessidade de relação de sentidos e significados na busca do conhecimento, objetivando uma percepção de saberes em conjunto.

O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação. Com base nesses preceitos um dos principais movimentos que se pode observar atualmente é a necessidade de conceituar e diferenciar inter de multi, pluri e interdisciplinaridade. Hoje,

percebe-se o conceito de interdisciplinaridade como polissêmico, pois a atitude interdisciplinar depende da história vivida, das concepções apropriadas e das possibilidades de olhar por diferentes perspectivas uma mesma questão.

A preocupação interdisciplinar não é um fenômeno recente. Na atualidade, na área da educação se revelou tão importante repensarmos a produção dos saberes na prática e na teoria, levando-se em conta as suas implicações mútuas, seus valores, seus fins e motivações para a vida humana. É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador com as disciplinas de um currículo, para que os alunos aprendam a olhar o mesmo objeto sob perspectivas diferentes.

Para que ocorra a interdisciplinaridade não se trata de eliminar as disciplinas, trata-se de torná-las comunicativas entre si, concebê-las como processos históricos e culturais e sim torná-la necessária a atualização quando se refere às práticas do processo de ensino-aprendizagem. A proposta da interdisciplinaridade é estabelecer ligações de complementaridade, convergência interconexões e passagens entre os conhecimentos.

O currículo deve contemplar conteúdos estratégias de aprendizagem que capacitem o aluno para a vida em sociedade, a atividade produtiva e experiências subjetivas, visando à integração. De acordo com Morin (2000), as disciplinas como estão estruturadas só servirão para isolar os objetos do seu meio e isolar partes de um todo. A educação deve romper com essas fragmentações para mostrar as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e dos problemas que hoje existem. Caso contrário, será sempre ineficiente e insuficiente para os cidadãos do futuro.

Essa inadequação de como as disciplinas são trabalhadas, de saberes divididos, compartimentados não está de acordo com a realidade que é global, as relações entre o todo e as partes, impedem a contextualização dos saberes. Essa maneira de isolar os conhecimentos, de compartimentá-los, causa à incapacidade desconsiderar o saber contextualizado e globalizado. Enfatiza Morin (2000, p. 43): “a inteligência parcelada compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional.”

O ensino formal, todo estruturado e institucionalizado em torno de disciplinas e conteúdos delimitados que não tem nada a ver com o mundo real das pessoas, tornam a aprendizagem do aluno artificial e desinteressante. E essa estrutura disciplinar hierarquizada severa do sistema escolar, muitas vezes acaba tornando difícil uma tentativa de atitude interdisciplinar. O professor que se precisa é aquele que conhece bem sua matéria, que tem uma boa compreensão entre as várias disciplinas e que conheça como os alunos constroem seus conhecimentos, desenvolvem suas capacidades mentais e na prática saber estimular esse processo de ensino-aprendizagem.

2 A Interdisciplinaridade e a sua aplicabilidade no ensino superior

A interdisciplinaridade exige dos docentes e discentes a capacidade de aprender a compreender e adotar uma reflexão crítica sobre suas práticas pedagógicas, o seu conhecimento e as novas formas de adquiri-lo. A quebra desse paradigma requer o rompimento das formas tradicionais de busca do conhecimento, a reformulação das relações e os modos de ensino e aprendizagem.

Assumir uma postura interdisciplinar requer uma prática docente que vá além das disciplinas trabalhadas na sala de aula, isso quer dizer que, os professores precisam ter uma clareza muito grande da especificidade da sua disciplina, mas ter a capacidade de explorar ações interdependentes, criar conexões mutuas entre as diversas disciplinas.

Essa nova postura requer uma compreensão mais ampla do processo pedagógico, principalmente aqueles que envolvem uma diversidade muito grande de concepções teóricas tão diferenciadas, exigindo um projeto coletivo capaz de estabelecer um diálogo que seja marcado pela colaboração e a integração entre as disciplinas, sem que se estabeleça essa ou aquela disciplina como eixo norteador.

A postura interdisciplinar deve ser encarada como algo a ser exercido, compartilhado, coletivo e integrando os diversos saberes envolvidos nas disciplinas. Isso requer uma visão sistêmica, entendida como o ato de conseguir enxergar o todo, ser capaz de compreender que somos interdependentes e que o sucesso é obtido quando todos conseguem atingir o objetivo.

A formação de uma postura interdisciplinar deve englobar não apenas no desenvolvimento e aquisição de conhecimento, mas uma ação pedagógica capaz de propiciar transformações mais amplas na instituição, nos professores e nos alunos.

Nesse sentido, a postura interdisciplinar deve vir acompanhada de uma nova proposta de articulação e mudança na prática pedagógica adotada pela instituição de ensino superior. Aprender a trabalhar numa postura interdisciplinar requer uma adequação dos currículos a essa dinâmica e capaz de resignificar os saberes.

Portanto, é necessário refletir sobre um modelo curricular interdisciplinar, que leve em conta nova visão de ensino no contexto social, para que o aluno possa reintegrar o mundo do conhecimento à sua maneira de agir, pensar e sentir a visão interdisciplinar coletivamente, dentro e fora da universidade, superando o modelo fragmentado e compartimentado de estrutura no isolamento de conteúdos.

É necessário um planejamento conjunto que possibilite a eleição de um eixo integrador, que pode ser um objeto de conhecimento, um projeto de intervenção e, principalmente, o desenvolvimento de uma compreensão da realidade sob a ótica da globalidade e da complexidade, uma perspectiva holística da realidade.

Na maioria das instituições de ensino superior, incluindo as universidades, embora seus professores possuam experiência significativa e mesmo anos de estudo em suas áreas específicas, predomina o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja o processo de ensino e de aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis a partir do instante em que ingressam na sala de aula. Geralmente os professores ingressam em departamentos que atuam em cursos aprovados, em que já estão estabelecidas as disciplinas que ministrarão.

A postura interdisciplinar é viável, mas difícil de operacionalizar, pois mexe com o projeto pedagógico institucional, o comportamento dos professores e alunos, exigindo deles uma nova forma de pensar e agir. Os projetos interdisciplinares de caráter colaborativo podem vir a se constituírem em instrumentos necessários para a resistência a esse processo educacional atual e para a sua efetiva transformação. (Kleiman Moraes, 1999).

A postura interdisciplinaridade só terá, certo, sucesso nas instituições superiores, caso a busca de novos saberes do professor passe pelo compromisso e comprometimento fazer o que se propôs da melhor forma possível em fazer uso da razão crítica, da criatividade como instrumentos capazes de romper o processo mecânico de ensino-aprendizagem, garantindo as participações ativas, inteligentes e estimuladoras, considerando os aspectos epistemológicos característicos das mais diversas áreas de conhecimento, apresentando novas questões ao ensino, pois denotam novos entendimentos da questão do conhecimento no mundo contemporâneo.

Isso passa pelas ações que produzem os saberes pedagógicos, a determinação para enfrentar e superar obstáculos e construir de maneira técnico-pedagógico a autonomia do professor e aluno, atuando de maneira colaborativa, comprometido com o crescimento humano e profissional do aluno respeitando as pluralidades desses autores.

Vale ressaltar que, a postura interdisciplinar vale-se de conexões naturais e lógicas que cruzam as áreas de conteúdos e organizam-se ao redor de perguntas, temas, problemas ou projetos. Tal instrução responde melhor à curiosidade dos alunos sobre a vida real e resulta em uma aprendizagem produtiva e atividades produtivas em relação à instituição de ensino e aos professores.

3 A Interdisciplinaridade e a sua efetividade no curso de Pós Graduação em Gestão e Políticas Públicas - Faculdade Araguaia

A prática docente ao adotar a interdisciplinaridade como metodologia do currículo escolar, não significa o abandono das disciplinas. Para maior consciência da realidade, para que os fenômenos complexos sejam observados, vistos e entendidos e descritos torna-se cada vez mais importante a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem. Torna-se necessário realizar um trabalho contextualizado que parte do saber dos alunos para desenvolver competências que venham a ampliar o saber inicial.

Um saber que situe os alunos num campo mais amplo de conhecimentos de modo que possam efetivamente se integrar na sociedade atuando, interagindo e interferindo sobre ela. No curso de Especialização Gestão e Políticas Públicas, a articulação dos conhecimentos, a

integração disciplinar, se deu ao considerar como eixo integrador o tema “*Estado voltado para resultados*,” tratado pelas diferentes disciplinas ou módulo do curso.

No caso deste curso, destinado a servidores públicos, a formação interdisciplinar, procurou combinar saberes competência percepção ética formando pessoas aptas ao novo mundo de trabalho e às demandas de uma sociedade cada vez mais consciente e exigente por resultados mais eficientes eficazes e efetivos O primeiro curso constituiu-se de uma turma fechada de alunos da área de finanças da Prefeitura Municipal de Goiânia em que quase toda a sua totalidade possuía a formação em Ciências Contábeis, sendo seguido por todos os discentes a sequência dos módulos conforme planejado.

A partir do eixo conceitual: *de um “Estado voltado para resultados”* e da contextualização todos os módulos utilizaram do saber dos alunos para desenvolver competências que viessem ampliar o saber inicial. Os módulos foram planejados para que tivessem uma sinergia e objetos comuns de estudo capazes de estabelecer um diálogo produtivo do ponto de vista do trabalho pedagógico. Foi desenvolvido o seguinte cronograma:

- 1) O Estado, o Planejamento e a Gestão governamental
- 2) Orçamento e Finanças Públicas
- 3) Gestão de Projetos
- 4) Planejamento Estratégico
- 5) Políticas Públicas na área Social
- 6) Gestão Estratégica de Pessoas
- 7) Excelência no Serviço Público
- 8) Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica
- 9) Metodologia do Ensino Superior

Foram verificados vários ganhos para os alunos que através da contextualização puderam aplicar o que aprenderam em seu local de trabalho, relacionando os conteúdos com a vida cotidiana. Ficou evidenciado que não existe disciplina ou módulos mais importante que o outro. Cada participante passou a ter consciência de que todos eles são importantes para proporcionar um resultado mais eficaz para a sociedade. Esta prática permitiu que as proposições estabelecidas durante a atividade interdisciplinar fossem baseadas em fatos. Cada

participante passou a ter consciência de que deve estar aberto a acolher as contribuições de todos os módulos no processo.

Do ponto de vista comportamental, observou-se como desafio maior a constituição de competências, habilidades e disposição de condutas (trabalho em equipe apresentações individuais e em grupo), como fator primordial à viabilidade interdisciplinar. Como a grande maioria dos alunos era do curso de ciências contábeis excetuando o módulo Orçamento e Finanças Públicas da grade disciplinar, os demais eram de total desconhecimento por parte dos alunos.

Entretanto uma parte significativa no Trabalho de Conclusão de Curso abordou temas relacionados a Gestão Estratégica de Pessoas, e à Excelência no Serviço Público. É significativo ressaltar que os resultados alcançados foram possíveis alcançar dentre outros fatores :a turma era fechada ,seguindo assim a sequencia sinérgica estabelecida pela grade curricular, foi estabelecido um eixo integrador.

Várias foram às lições que ficaram. Dentre elas destaca-se a necessidade de um trabalho mais intensivo de sensibilização sobre o eixo integrador junto aos professores e alunos e o desenvolvimento das habilidades, competências e atitudes necessárias ao desenvolvimento do trabalho interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no decorrer deste artigo, a preocupação interdisciplinar não é um fenômeno recente. Na atualidade, na área da educação revelou-se muito importante repensar a produção dos saberes na prática e na teoria, levando-se em conta as suas implicações mútuas os seus valores, seus fins e motivações para a vida humana.

A experiência com o curso de especialização Gestão e Políticas Públicas foi fundamental para demonstrar os grandes desafios que se tem que enfrentar, mas que sem dúvida constituiu um marco da prática pedagógica na Faculdade Araguaia

A interdisciplinaridade como ferramenta necessária para a formação do gestor público representa um desafio a ser enfrentado e superado pelas Instituições do Ensino Superior, acomodadas na produção do conhecimento fragmentário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia.** 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 11ª Ed. São Paulo: Papirus, 2003.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação no Futuro.** Curitiba: Cortez, 1999.

KLEIMAN, Angela B. e MORAES, Sérgio. **Leitura e Transversalidade: caminhos para a construção da cidadania.** Campinas: Mercado das Letras, 1999.

PEAGET, Jean. **Temas piagetianos.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

GUSDORFE, Georges. **Conhecimento Interdisciplinares plenos.** Rio de Janeiro: vozes 1991.

Enciclopédia Universalis. “Conhecimento Interdisciplinar.” Publicado originalmente em 1986 vol. 8, PP. 1086-1090.

LEVY, Teresa, orgs. *Interdisciplinaridade. Antologia.* Porto: Campo das Letras, 2006. PP. 37-58.

Recebido em 19 de setembro de 2012.
Aprovado em 03 de dezembro de 2012.

REFLETINDO ACERCA DA VOZ DO PROFESSOR E DA NECESSIDADE DE UM PLANEJAMENTO ESPECÍFICO PARA SUA APLICABILIDADE EM SALA DE AULA.

Mônica Pereira de Oliveira¹

RESUMO

A voz como instrumento de trabalho do professor, só é valorizada diante de sinais e sintomas e constitui conteúdo ainda ausente na maioria dos cursos de formação inicial e continuada. Compreender melhor o comportamento vocal e o seu papel na comunicação oral é útil desde o simples fazer-se ouvir melhor até a sua plena utilização como recurso no trabalho docente e seus reflexos na interação com o aluno, no controle da disciplina e na clareza e ênfase dos conteúdos e atividades. Por isso temos como objetivo com este artigo contribuir para a formação inicial e continuada do professor, refletindo acerca da comunicação oral e da necessidade de um planejamento específico para sua aplicabilidade em sala de aula. Concluímos, portanto, que os aspectos ambientais, organizacionais e emocionais, além da falta de percepção do professor e o abuso vocal, são potenciais fatores de riscos para a saúde vocal do docente, que podem repercutir na sua qualidade de vida. Podemos elencar ações para promoção de saúde desses profissionais da voz, tais como: oficinas de sensibilização para a importância da voz no processo de ensinagem, vivências de aquecimento e desaquecimento vocal, programas de aprimoramento vocal, entre outras. Espera-se que este artigo possa trazer contribuições para a promoção da saúde e qualidade de vida do professor e instigar futuras reflexões e pesquisas acerca do assunto abordado.

Palavras-chave: formação; docente; saúde vocal; qualidade de vida

INTRODUÇÃO

As áreas da educação, comunicação, e artes, em especial os professores, locutores, cantores e atores fazem parte do grupo dos profissionais que usam a voz como instrumento de trabalho, embora nem sempre eles tenham consciência disso (PENTEADO e RIBAS, 2011). É importante ressaltar que para ser um bom profissional destas áreas é fundamental cuidar bem da voz, mantendo a saúde vocal e conseqüentemente, garantindo permanência no mercado de trabalho. A voz como instrumento de trabalho na sala de aula só é valorizada diante de sinais e sintomas e constitui conteúdo ainda ausente nos cursos de formação inicial e continuada. Compreender melhor o comportamento vocal e o seu papel na comunicação oral é útil desde o simples fazer-se ouvir melhor até a sua plena utilização como recurso no trabalho docente e seus reflexos na interação com o aluno, no controle da disciplina e na clareza e ênfase dos conteúdos e atividades (DRAGONE, FERREIRA, GIANNINI, SIMÕES-ZENARI, VIEIRA, BEHLAU, 2010). Por isso temos como objetivo com este artigo contribuir para a atuação docente, refletindo acerca da comunicação oral e da necessidade de um planejamento específico para sua aplicabilidade em sala de aula.

¹ Coordenadora Pedagógica e Professora do Núcleo de Extensão e Pós-Graduação (NEPG) da Faculdade Araguaia - Goiânia-GO, e-mail: monicap@faculdadearaguaia.edu.br

É importante que os profissionais da voz, em especial os professores, busquem auxílio de fonoaudiólogos para que possam ser orientados quanto à higiene vocal, ou seja, exercícios vocais adequados, à alimentação e hábitos que vão contribuir para a saúde vocal e para uma boa voz. Para trazer informações específicas sobre o assunto em questão reunimos as dúvidas mais importantes do dia-a-dia do professor em forma de perguntas e respostas didaticamente planejadas e assimiláveis.

Por que a voz é o instrumento de trabalho indispensável para o professor?

Para pensar na prática pedagógica dos professores, faz-se necessário considerar o processo de formação inicial. E discutir sobre formação de professores na atual conjuntura da educação brasileira é remeter-se a um panorama de mudanças históricas, culturais, políticas, econômicas e educacionais. Atualmente temos uma realidade curricular incoerente, ou seja, mercadológica antes de ser socioconstrutivista, tecnicista antes de ser crítica e política antes de ser educativa (SILVA, 1999).

A formação inicial do professor carece de uma concreta e reflexiva relação teórica-prática, levando os futuros professores a saírem das Universidades despreparados para atuar no mercado de trabalho. A voz como instrumento de trabalho do professor constitui conteúdo ainda ausente nos cursos de formação inicial e continuada.

O conhecimento do corpo e da voz é fundamental para o professor. A anatomia da laringe, das pregas vocais e a produção vocal merecem destaque para que o professor possa perceber mudanças nessa região do corpo e ter consciência de si mesmo.

Portanto, a voz é fundamental para o professor atuar na docência porque tem dupla função: transmitir conhecimento e emoção. Nessa perspectiva, o professor tem papel relevante no processo ensino e aprendizagem no sentido de possibilitar transformações no discente por meio da voz (SERVILHA, MONTEIRO, 2007).

Qual a importância do trabalho vocal para professores dirigido por um fonoaudiólogo?

Atualmente, o profissional da voz, no caso o professor, busca na Fonoaudiologia informações e procedimentos necessários para o uso adequado e aperfeiçoamento vocal.

Deste modo, é função de o fonoaudiólogo desenvolver um programa de profilaxia por meio de um trabalho de esclarecimento e conscientização sobre treino auditivo, desinibição, esquema corporal, postura, relaxamento e higiene vocal, associado a um trabalho com parâmetros de qualidade vocal (coordenação pneumofonoarticulatória, ressonância, ataque

vocal, intensidade, altura, modulação, articulação, projeção vocal e resistência vocal, expressividade, entre outras) (SALES, 1999).

O fonoaudiólogo é o profissional que estuda sobre a anatomia e fisiologia vocal, o que é de extrema importância na escolha de técnicas vocais mais adequadas e equilibradas no treinamento vocal. Por treinamento vocal entende-se a realização de exercícios selecionados para sistematizar os ajustes motores necessários à reestruturação do padrão vocal alterado (PINHO, 1997).

As técnicas vocais são conjunto de procedimentos fonoaudiológicos facilitadores e estão presentes no treinamento vocal realizado pelos fonoaudiólogos em níveis preventivos e/ou de reabilitação. O importante não é a quantidade de técnicas e exercícios vocais, mas, sim, saber utilizar ao máximo cada técnica, fazendo-se as devidas adaptações em razão das condições e necessidades de cada professor (BEHLAU, 2001).

As principais técnicas preventivas estão incluídas nos procedimentos de Higiene Vocal, que consistem em algumas orientações básicas que auxiliam a preservar a saúde vocal e a prevenir possíveis alterações vocais. Nestes procedimentos, estão inclusas algumas técnicas de postura, relaxamento e respiração que auxiliam na produção vocal (BEHLAU e PONTES 2009).

A Higiene vocal é um procedimento fonoaudiológico utilizado principalmente na prevenção de possíveis problemas vocais, mas é também utilizado na reabilitação vocal (tratamento) e no aperfeiçoamento vocal (estética) (BEHLAU e PONTES, 2009; FERREIRA, 2002).

O professor deve investir sim, e muito, no seu aprimoramento auditivo, vocal e oral. Observa-se que os docentes lêem pouco sobre áreas específicas (saúde, voz, articulação, postura, e/ou audição, entre outras). O sucesso requer investimento.

O treinamento deve fazer parte da formação inicial e continuada dos profissionais que usam a voz como instrumento de trabalho.

Sugere-se a proposição de uma disciplina com enfoque em “Cuidados, higiene e saúde vocal para professores”, na matriz curricular dos cursos de licenciatura.

Quais os alimentos maléficos à saúde vocal do professor?

No que se refere à alimentação, deve ser evitada a ingestão de alimentos “gordurosos” e pesados, condimentadas e a ingestão de líquidos gaseificados, pois provocam o refluxo gastroesofágico, podendo dificultar a digestão e irritar a mucosa das Pregas Vocais (PPVV) (BEHLAU e PONTES 2009).

Quanto às pastilhas, principalmente aquelas a base de menta, elas não ajudam a refrescar a garganta, mas sim mascarar os sintomas de esforço vocal por possuírem o poder de anestésico. O mel auxilia na produção de muco espesso alterando a qualidade vocal.

A maçã possui propriedades adstringentes que auxiliam na limpeza do trato vocal (boca e faringe), favorecendo uma voz com melhor ressonância e sua mastigação exercita a musculatura orofacial, responsável pela articulação dos fonemas. No que se refere ao gengibre, não existem estudos que comprovem sua eficácia.

Assim como o café aumenta o suco gástrico, o leite e os chocolates aumentam a viscosidade da secreção (muco), impedindo a livre movimentação das PPVV durante a fonação.

A ingestão de água em temperatura natural (no mínimo 2 litros por dia) é importante para manter as pregas vocais hidratadas e em boa condição de vibração. Os sucos de frutas cítricas, também devem ser consumidos. E os alimentos mais leves e de fácil digestão não podem ser desprezados (BEHLAU e PONTES 2009).

Quais os hábitos maléficos à saúde vocal do docente?

O uso vocal excessivo por si só não causa alteração vocal, mas a somatória de fatores pode desencadear uma disfonia (PINHO 1997; BEHLAU e PONTES 2009).

O ar condicionado provoca o ressecamento das pregas vocais. Nesse caso, é recomendável tomar pequenos goles de água, em temperatura ambiente, de 15 em 15 minutos para compensar o ressecamento da mucosa laríngea.

A falta da hidratação é responsável pelo muco espesso que gruda no trato vocal e que obriga o profissional da voz a raspar a garganta com violência, podendo prejudicar o seu desempenho vocal (PINHO, 1997; BEHLAU e PONTES, 2009).

O tabaco age diretamente na mucosa laríngea provocando irritação em todo aparelho fonador, assim como ressecamento e edemas nas pregas vocais.

Já as bebidas alcoólicas atuam como anestésicos melhorando a voz aparentemente e mascarando o abuso vocal.

Os medicamentos podem representar uma ameaça à voz, por serem compostos químicos. Seus efeitos e reações colaterais podem significar aparecimento de edema vocal, hemorragia e ressecamento da garganta, obstrução nasal, pigarro, além de causar irritabilidade, insônia e irritação gástrica.

O tempo de profissão também colabora para o aparecimento de problemas crônicos pelo uso inadequado e contínuo da voz.

A voz depende da saúde e harmonia de todo o corpo. A qualidade vocal depende de diversos fatores, e o mais relevante deles, é o estilo de vida do professor (SALES, 1999).

Após o uso intenso da voz é ideal um período de descanso (repouso vocal). Os exercícios para o aquecimento e desaquecimento vocal ajudam na preparação das pregas vocais para os períodos de exposição vocal prolongados.

Aquecimento Vocal corresponde à realização de uma série de exercícios respiratórios e vocais, cujo objetivo é preservar a saúde vocal, além disso, este procedimento também, proporcional aquecer a musculatura das pregas vocais antes da exposição vocal, permitindo assim, a coaptação adequada e maior flexibilidade das pregas vocais, aumento da habilidade ondulatória da mucosa, maior intensidade e projeção do vocal, bem como melhores condições gerais para a produção da mensagem (FRANCATO et al, 1996).

O tempo de realização do aquecimento vocal é muito variável. Em média, o aquecimento dura de 10 a 15 minutos (FRANCATO et al, 1996; BEHLAU, 2009; PINHO,1997)

Exercícios específicos de vocalização podem ser utilizados, como são descritos por Francato et al (1996), a seguir: Vibrar lábios; Vibrar língua: RRRR+A, RRRR+E; Estalar a língua; Rotação de língua no vestibulo; Manipulação digital da laringe; Técnica do bocejo; Inspirar pelas narinas e expirar emitindo: “S”- “F”- “X”; Inspirar pelas narinas e expirar emitindo TRRR... e BRRRR.... Sem usar o ar residual; Inspirar pelas narinas e expirar emitindo TRRR... com modulação de som e movimentos de língua; Mastigar o “m”... e soltar as vogais abertas e fechadas - Ex. m... muá , m....muô; Inspirar pelas narinas e expirar emitindo exageradamente BDG; PTK; FSCH; GDB KTP; CHSF; Articulação exagerada das vogais: au, ao, ai, ae, aa; Emitir: FAÇACHA, FECECHE, FICICHI, FOÇOCHO, FUÇUCHU; MANANHA, MENENHE, MININHI MONONHO, MuNUNHU; Respiração costodiafragmática: inspirar e expirar emitindo “X” e depois “TX”; Jogos musicais explorando a respiração - trabalho com extensão vocal e controle de intensidade; Trava línguas.

O desaquecimento vocal após a exposição da voz proporciona a retomada do ajuste fonorespiratório. Francato et al (1996) referem que a duração média do desaquecimento é de 5 minutos, e apesar de bastante curto, este tempo tem-se mostrado eficiente para o retorno à emissão da voz.

Os exercícios podem ser associados a movimentos corporais. Francato et al (1996) descrevem os seguintes exercícios: Técnica do bocejo; Rotação de cabeça com emissão das vogais /a/, /o/ e /u/; Emissão dos sons nasais e/ou vibrantes; Voz salmodiada.

Pode ser realizada manipulação digital da laringe com os dedos indicador e polegar e massagem na região da nuca e no músculo do trapézio. A massagem auxilia a circulação local, levando a diminuição do edema nas pregas vocais e na musculatura do pescoço causado por um uso intenso.

O profissional da voz, em especial o professor, pode ser beneficiado, também com a prática de caminhadas alongamentos, natação e ioga, por promoverem relaxamento, alongamento muscular e consciência respiratória. Desta maneira, esportes como o judô, caratê e aulas aeróbicas devem ser evitados por profissionais da voz pelo fato de combinarem exercício de esforço muscular com emissão vocal. Assim também, basquete, boxe tênis, vôlei, peso e musculação são contra indicados por exigirem movimentos bruscos dos braços, causando rigidez muscular nas regiões do pescoço, ombros, tórax, costas e, conseqüentemente, tensão laríngea, com prejuízo na produção vocal (FERREIRA, 2004).

Um bom treinamento vocal começa pela respiração. É aconselhável que o profissional da voz, realize relaxamento global e específico e que trabalhe o padrão respiratório do tipo costodiafragmático. O importante é ter uma coordenação pneumofonoarticulatória adequada.

Para aprender a controlar a respiração, o professor pode se utilizar do seguinte exercício: Inspirar pelas narinas inflando a parte abdominal; Coloca-se o dorso da mão de frente a boca e expire lentamente; Observa-se que o ar expirado estará quente;

O exercício deverá ser repetido por 15 vezes (três séries de cinco) em frente ao espelho, com o objetivo de se corrigir a postura e verificar que os ombros e o peito não devem ser movimentados. É importante verificar que ao final de cada série, deve-se relaxar para que não se sinta tontura.

A oclusão dentária, assim como a articulação temporomandibular estão intimamente ligadas à fonação. A articulação das palavras deverá ocorrer de forma clara e com abertura bucal adequada. Percebe-se que o que afeta a voz, afeta a fala, a comunicação e a pessoa no seu bem estar biopsicossocial.

Com relação ao sono, este é considerado um fator imprescindível para o bom condicionamento físico e mental. Por isso, a importância de respeitar o tempo de sono para o descanso.

A postura corporal é outro item para a utilização adequada da voz profissional. A boa postura deve permitir a liberdade dos movimentos, evitando-se tensões localizadas (GUIRAUD,1991).

A competição sonora, ou seja, falar, cantar, usar da voz em lugares ruidosos não é aconselhável. Do mesmo modo, os cochichos também não são tolerados, já que submetem as pregas vocais a um demasiado esforço. Os gritos, pigarros, berros e até a fala em tom normal não é permitida por muito tempo sem a lubrificação das pregas vocais, nem mesmo, antes do uso da voz.

O desconhecimento de informações básicas de cuidados com a saúde geral pode tornar mais difícil a vida do ser humano. Profissionais que usam a voz e a audição como instrumentos de trabalho necessitam conhecer e saber utilizá-los. Para isso é necessário que esse profissional, aprenda incorporar alguns hábitos e eliminar tantos outros prejudiciais à sua saúde (HELOANI, 2006).

De acordo com a literatura específica e com a prática profissional na área fonoaudiológica pode-se afirmar que a voz gera imagens mentais que podem ser favoráveis ou não ao tipo de produto empresarial oferecido. Por exemplo: a voz infantilizada transmite pouca confiança e experiência nos assuntos tratados; a voz áspera transmite irritação; a voz travada transmite rigidez ou severidade.

Mas, inegavelmente, a voz do professor deve transmitir credibilidade e firmeza e ao mesmo tempo gentileza e afeto.

Sendo assim, sabendo da complexidade e importância do profissional da voz, este, também, deve ter alguns cuidados corporais. As tensões musculares que envolvem a região do pescoço e ombros devem ser observadas com atenção, pois podem causar tensões nas pregas vocais, criando possibilidades de uma evolução para um nódulo. Isso apresentará um resultado sonoro de disфонia e conseqüentemente, afetará a comunicação. As tensões podem ser em função de uma postura inadequada de trabalho.

Deste modo, os vícios posturais devem ser frequentemente observados e corrigidos.

Um sujeito com postura corporal adequada tem mais disposição, sente-se melhor, fala com mais entusiasmo e tem uma boa qualidade vocal.

Além disso, ouvir é um dos objetivos principais do professor. E saber analisar e interpretar a mensagem sonora são partes fundamentais desse processo. O professor que ouve, analisa e interpreta a mensagem sonora adequadamente encontra respostas mais pertinentes dentro do contexto. O monitoramento da audição, através da avaliação audiométrica, é de fundamental importância para o profissional da voz. Esse deverá procurar o especialista sempre que perceber alterações auditiva e/ ou vocal.

Como já deve ter ficado claro, há todo um cuidado a ser tomado com a linguagem oral. A linguagem oral deve ser, clara, correta e precisa (FEIJÓ 2003).

A voz deve ser mais natural possível. A nasalidade excessiva torna-se um agente de ruído na comunicação. A maior contaminação que se percebe são nos seguintes fonemas /p/,/b/,/t/,/d/,/c/ e /g/. O /d/ está sendo substituído pelo /n/. Como? “Estou explicano”, no lugar de “Estou explicando”.

Deve-se ter cuidado com os “erres” e os “esses”. Por exemplo: “pufavor - por favor”; ”vamo - vamos”. É necessário pronunciar claramente todas as palavras. Sem que isso altere a comunicação.

Mas emitir bem as palavras não é tudo para falar bem. A articulação das consoantes e das vogais é fundamental. E a entonação deve ser adequada.

Pode parecer estranho, mas o professor deve estar atento à sua maneira de se vestir e de se calçar. Esse profissional pode produzir muitos tipos de energia, entre elas à energia sonora. O falante gera um alto potencial de eletricidade e magnetismo. Portanto, as roupas devem ser de fibras naturais e sempre folgadas na região do pescoço e da cintura e os sapatos devem ser solados com couro, nada de solas isolantes de energia, como a borracha ou plástico. O uso de tênis não é aconselhável ao falante, pois pode reter a energia concentrando as tensões.

Cuidar da saúde como um todo é fundamental, pois qualquer problema no corpo pode influenciar na produção vocal do professor.

A prevenção de problemas vocais só depende da conscientização de cada profissional, pois a voz é um sinal de saúde e devemos tratá-la adequadamente.

O professor geralmente atua em situação de estresse que pode afetar o seu desempenho vocal. Nesse caso, em que a fonoaudiologia pode ajudar?

Alguns dos principais fatores de estresse entre professores são: a sobrecarga de trabalho; as exigências para cumprimento das tarefas; a alta competitividade e a falta de reconhecimento do profissional professor.

Segundo a Academia Brasileira de Inteligência, o processo de estresse está presente na atividade dos professores, sendo que a maioria deles apresenta sinais de desgaste físico e emocional contínuo que colocam em risco a saúde geral.

Daí a importância da formação do professor para o uso profissional da voz, com o objetivo de melhorar a expressividade e a comunicação como um todo, englobando parâmetros e qualidades vocais, postura, gestos, expressão vocal/facial/corporal e os cuidados com a voz (KYRILLOS, 2004). Tal formação deve ser orientada pelos

pressupostos da promoção da saúde e pelas relações entre saúde, trabalho e qualidade de vida (CHUN, 2007).

Vale mencionar a importância da adequada orientação e formação do professor em relação ao uso profissional da voz e promoção da saúde geral e vocal. O profissional, uma vez consciente, atento e responsável poderá contribuir para modificações e melhorias da saúde, ambiente e condições de trabalho e qualidade de vida.

Os professores devem estabelecer uma comunicação com o aluno que passe credibilidade, segurança, confiança e empatia. Existe um tom ideal que deve ser utilizado para trabalhar essas competências?

O professor além de utilizar uma boa voz, necessita também ser um bom comunicador e dar mais atenção à postura, à expressão facial, às pausas e à ênfase na mensagem sonora (KYRILLOS, 1995).

O tom de voz assume uma importância muito grande. Portanto deve-se estar em consonância com a respiração calma e harmoniosa. Se a respiração se altera o tom da voz sofre alterações correspondentes, se a respiração está tensa a voz será tensa, travada, e o tom de voz inseguro.

Deve-se elevar um pouco o tom vocal para dar ênfase sonora no conteúdo, abaixar o tom de voz para tratar os assuntos mais delicados. Não falar rápido demais e nem lento demais. Variar o ritmo da fala, sem atropelar as palavras e não se esquecer que conta com a sua voz, fala e audição no exercício da profissão.

Ninguém gosta de ouvir uma pessoa com voz rouca, uma fala sem harmonia, cheia de erros. A boa comunicação depende dos padrões de articulação, pronúncia e impostação vocal, visto que a credibilidade é em grande parte garantida pela expressividade vocal durante a transmissão da mensagem sonora (FERREIRA, 1993).

A voz é a vida da palavra. Deve-se fazer o possível para que a voz não denuncie ou negue tudo o que se está falando.

Além do tom da voz há outros elementos importantes que ajudam a ter uma boa comunicação?

As características positivas que mais chamam atenção são: Voz grave, intensidade média, ressonância difusa, articulação precisa, regionalismo minimizados, velocidade de fala média, uso de pausas expressivas, harmonia entre voz e expressão facial (FRANÇA, 2003).

Sendo assim, transmitir uma mensagem mantendo aspectos mínimos de ressonância, frequência e intensidade, articulação, ritmo e velocidade de fala, ênfase, inflexão e uso adequado das pausas se tornam fundamentais para garantir que essa notícia seja transmitida mantendo parâmetros mínimos de qualidade. Deste modo, facilita-se a compreensão da mensagem e mantêm-se a atenção do receptor, no caso o aluno.

Durante a fonação, vários recursos vocais são utilizados. Ao abordar sobre um assunto, o professor pode elevar a melodia em certos momentos, sobretudo quando frisa certas palavras, conforme as necessidades da argumentação (SOARES, 1977).

A variação vocal em ritmo e volume aumenta a compreensão do ouvinte e, conseqüentemente, atribui mais credibilidade e persuasão à mensagem sonora.

A velocidade de fala e a utilização de pausas também são ferramentas importantes na construção do discurso. Já em relação às pausas, elas contribuem para a espontaneidade e naturalidade da mensagem.

A garantia de uma transmissão adequada do assunto conjuntamente com o despertar do interesse do aluno, é conseguida inclusive através do uso de ênfases, de pausas e da utilização da variação melódica da voz. É importante mencionar que cada tipo de assunto, cada tipo de notícia tem seu padrão não-verbal específico, logo, tanto o texto quanto a locução desse texto devem estar diretamente relacionados (CASOL, 2002).

Vale ressaltar que não adianta dominar os demais fatores envolvidos no processo comunicativo se o professor, não souber prender a atenção do aluno, dando ênfase às palavras do seu discurso. Portanto, o professor deve-se utilizar uma variedade de entonações ou tons durante a fonação.

Quais são as posturas corporais, expressões faciais e gestos que devem ser evitados na sala de aula?

Os professores devem dialogar por meio da linguagem corporal, espontaneidade, voz suave, articulação precisa e palavras bem pronunciadas. Para uma boa transmissão do assunto, não é necessário ter voz bonita, mas boa voz. E para ter qualidade vocal, o professor necessita saber respirar, articular adequadamente os fonemas e usar corretamente o corpo.

A voz e a imagem corporal são complementares. A imagem também fala. A combinação entre palavra e imagem é que faz a comunicação humana.

Cada momento, cada locução verbal, corresponde a uma expressão facial, que acompanha concomitantemente a expressão corporal.

Os professores precisam compreender a complexidade da linguagem não verbal, facilitando, assim a sua comunicação. Eles precisam conhecer o próprio corpo e como ele reage diante de situações diversas (WEIL, 1997).

A postura e a personalidade do profissional da voz (professor), seus atributos físicos, a expressividade de sua fisionomia, seu estilo, cria uma espécie de simpatia com relação ao ouvinte (aluno).

Quanto mais flexível apresentar-se a musculatura oral, maior facilidade na pronúncia dos fonemas terá o profissional da voz (PINHO, 2007).

Possuir uma articulação adequada é o desejo de todo o profissional da voz. Por este motivo é que os, fonoaudiólogos, propõem diferentes exercícios articulatórios junto a esses profissionais.

A vogal /a/ deve ser pronunciada com abertura e relaxamento da mandíbula e as vogais /o/ /ó/ e /u/ com a protrusão labial adequada. O profissional da voz deve abrir a boca na articulação das vogais /E/, /ê/ e /i/, naturalmente, como se desse um leve sorriso, além de transmitir empatia.

Além de utilizar os recursos verbais e vocais, também faz uso simultaneamente de recursos não verbais, que transmitem uma variedade de mensagens por meio dos gestos, das expressões faciais, da postura, da aparência física e até do vestuário.

A comunicação pode ser dividida em linguagem verbal e não verbal. A linguagem não verbal está relacionada a fatores paralinguísticos, como qualidade vocal, velocidade de fala, ressonância, postura, expressão facial, gestos, a postura, a orientação do corpo e até a organização dos objetos, entre outros, e a linguagem verbal está relacionada ao conteúdo semântico das palavras. A linguagem não verbal é subdividida em sinais visuais (símbolos), convencionais (vestuário), auditivos (sons) e corporais (gestos). Devem estar de acordo: o vestuário, os acessórios, a postura e os gestos. A comunicação verbal engloba todos os aspectos envolvidos na língua do falante (fatores lingüísticos, como a pronúncia dos fonemas, a organização sintática e a constituição semântica das palavras de uma determinada língua). A voz, os gestos, a postura e a expressão facial são comportamentos não verbais, carregando a identidade social e individual de cada profissional (WEIL, 1997).

O recurso não verbal mais praticado pelo ser humano é o gesto. Os gestos são comportamentos corporais aprendidos e transmitidos, sendo considerados fenômenos sociais. O gesto reforça a linguagem oral, acentuando-lhe o lado expressivo; o acento tônico é reforçado pelo gesto e esta associação da palavra e da mímica aumenta as possibilidades de expressão.

O corpo fala tanto quanto a palavra e que, sem o contexto não verbal, a expressão facial, o gesto e o tom de voz, a frase parece não ter significado (GUIRAUD, 1991).

Ocasionalmente, vêem-se profissionais da voz que falam com a articulação travada. Esse modo de falar, com a arcada travada desencadeia uma grande tensão no trato vocal, fazendo com que esses profissionais desenvolvam esforço muscular para falar com movimentos restritos da boca e mandíbula. Todo esse processo inadequado deixa a voz alterada e a articulação dos fonemas imprecisa, causando uma reação muito desconfortável para os receptores (SALES, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos em permanente contato com o outro. E a linguagem oral, por meio da voz e da fala, é a maneira mais comum de nos comunicar, sendo primordial nas relações sociais e na vida profissional como um todo. Só cuidando e usando a voz adequadamente é possível conservar uma voz saudável.

Deste modo, é importante enfatizar que o processo educacional se dá por meio de ações pedagógicas que envolvem relações sociais onde a prática discursiva oral é a principal mediadora para estabelecer uma comunicação interpessoal e conseqüentemente, o processo ensino e aprendizagem.

Segundo informações do Ministério da Educação e Cultura tem havido um crescente número de docentes em nosso País. Porém, pesquisas mostram que esta categoria de profissionais está exposta a situações de riscos ambientais e ocupacionais que podem contribuir para o desenvolvimento de patologias a saúde geral do professor e dentre as alterações encontradas, os danos vocais apresentam alta prevalência.

Podemos afirmar que os professores precisam da voz como instrumento de trabalho para realizar as atividades de ensino. Por isso, são considerados profissionais da voz. Concluimos, portanto, que os aspectos ambientais, organizacionais e emocionais, além da falta de percepção do professor e o abuso vocal, são potenciais fatores de riscos para a saúde vocal, que podem repercutir na sua qualidade de vida.

Com base na revisão da literatura e, considerando que a voz é a principal ferramenta no desempenho profissional do docente podemos elencar ações para promoção de saúde desses profissionais da voz, tais como: oficinas de sensibilização para a importância da voz no processo de ensinagem, vivências de aquecimento e desaquecimento vocal, programas de aprimoramento vocal, entre outras.

Espera-se que este artigo possa trazer contribuições para a promoção de saúde e qualidade de vida do professor e instigar futuras reflexões e pesquisas acerca da relevância da saúde vocal no desempenho profissional docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHLAU, M. e PONTES, P. Higiene Vocal. 4 ed. Revinter, 2009.
- BEHLAU, M. Voz. O Livro do Especialista. 1 ed. Revinter, 2001.
- CASOL, M. Atuação fonoaudiológica na voz do repórter de TV. Revista Fonoaudiologia-Brasil. v 2, n 1. Brasília, junho, 2002; 19-27.
- CHUN, R.Y.S; SERVILHA, E.A.M; SANTOS, L.M.A; SANCHES, M.H. Promoção da Saúde: o conhecimento do aluno de jornalismo sobre sua voz. Distúrbios da Comunicação, São Paulo, 2007; abril, 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistadisturbios-> Acesso em 17/10/2011.
- DRAGONE, Maria Lúcia Suzigan; FERREIRA, Léslie Piccolotto; GIANNINI, Susana Pimentel Pinto; SIMÕES-ZENARI, Marcia; VIEIRA, Vanessa Pedrosa; BEHLAU, Mara. Voz do professor: uma revisão de 15 anos de contribuição fonoaudiológica. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. 2010; 15 (2): 289-296.
- FEIJÓ, D. Avaliando a comunicação oral. IN: KYRILLOS, L. R. (Org.). Fonoaudiologia e Telejornalismo: relatos de experiências na Rede Globo de Televisão. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.
- FERREIRA, L.P; BEFI-LOPES, D.M; LIMONGI, S.C.O. (Orgs.) Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2004.
- FERREIRA, L. P. Um pouco de nós sobre voz. São Paulo: Pró-fono, 1993.
- FRANÇA, M. A. Voz em telejornalismo. Fonoaudióloga e repórteres de TV. IN: KYRILLOS, L. R. (Org.). Fonoaudiologia e telejornalismo: relatos de experiências na Rede Globo de Televisão. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.
- FRANCATO, A; NOGUEIRA, J. R.,J ; PELA, S.M & BEHLAU, M - Programa de aquecimento e desaquecimento vocal. In: MARCHESAN, I; ZORZI, J.L & GOMES, I.C.D - Tópicos em Fonoaudiologia vol. III. São Paulo, Lovise, 1996.
- GUIRAUD, P. A linguagem do corpo. São Paulo: Ática,1991.
- HELOANI, J.R. O Trabalho do Jornalista: Estresse e qualidade de Vida. Interações, 2006.
- KYRILLOS L. R. Voz na mídia (televisão e rádio). In: FERREIRA LP et al (org.) Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2004.
- KYRILLOS, L. R. A Comunicação na Televisão: Reflexões a partir do trabalho realizado com repórteres. IN: FERREIRA, L. P; OLIVEIRA, I. B.; QUINTEIRO, E. A.; MORATO, E. M. (Org.). Voz profissional: Profissional da voz. Carapicuíba: Pró-Fono Departamento Editorial, 1995.
- PENTEADO, Regina Zanella e RIBAS, Tânia Maestrelli. Processos educativos em saúde vocal do professor: análise da literatura da Fonoaudiologia brasileira. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia.2011; 16 (2): 233-239.
- PINHO, S. M. R.. Temas em voz profissional. Rio de Janeiro, Editora Revinter. 2007.

PINHO, S. M .R. - Manual de Higiene Vocal para Profissionais da Voz. Pró Fono,1997.

SALES, N. Atuação fonoaudiológica e médica com telejornalistas. 1999. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.com> - acesso em: 18/10/2011.

SERVILHA, Emilse Aparecida Merlin, MONTEIRO, Ana Paula da Silva. Estratégias para obter a atenção discente no contexto universitário: o papel da voz do professor. *Distúrbios da Comunicação*. 2007; 19 (2): 225-235.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, R. M. F., PICCOLOTTO, L. *Técnicas de impostação e comunicação oral*. São Paulo: Loyola, 1977.

WEIL, P., TOMPAKOW, R. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

Recebido em 19 de setembro de 2012.

Aprovado em 22 de dezembro de 2012.

A REPRESENTAÇÃO DOS CIGANOS NO CINEMA DOCUMENTÁRIO: IMAGENS DO PASSADO REFLETIDAS NO PRESENTE

Francielle Felipe Faria de Miranda.¹

RESUMO

Este artigo busca compreender como as representações dos ciganos no cinema documentário brasileiro contemporâneo dialogam com as representações sociais da etnia presente nos relatos históricos até o início do século XX. E a partir disto, entender de que forma os discursos desenvolvidos constituem um termômetro para compreensão da organização social vigente. Esta reflexão analisa as experiências audiovisuais de curta-metragem de Alice Lanari (*Escuta, Gajon*) e Luciana Sampaio (*Diana e Djavan: o casamento cigano*).

Palavras-chave: Representação, Ciganos, Estereótipo.

INTRODUÇÃO

O estudo das representações sociais estabelece uma multiplicidade de relações com diversas disciplinas que se situam entre o psicológico e o social, encontradas nas Ciências Humanas. Esta variedade de relações com disciplinas próximas ao tratamento psicosociológico da representação, confere a este campo de estudo um estatuto transversal que articula diversos campos de pesquisa e dialoga com o campo da comunicação social, enquanto ciências sociais aplicadas.

As implicações políticas das formas de representação têm mobilizado a atenção de pesquisadores de várias disciplinas e de militantes de diversos movimentos e organizações sociais. Na área específica dos estudos midiáticos, testemunhamos um crescente interesse pelo complexo processo de produção, circulação, consumo e contestação de representações de minorias (FREIRE FILHO, 2005, p.19)

Assim, o estudo das representações midiáticas das minorias busca compreender como as imagens de grupos marginalizados são arquitetadas, estruturadas e apresentadas ao público através dos produtos culturais. E desta forma, observar “como as representações geradas pela cultura midiática globalizada são assimiladas, negociadas ou resistidas pelas diversas audiências” (MARTÍN-BARBERO, 1998, p.86).

FREIRE FILHO (2004, p.65) é enfático ao afirmar que a crítica aos estereótipos carece de compreensão histórica do objeto em função destes processos de estereotipia estarem ligados a questões centrais do mundo moderno tais como o colonialismo e o imperialismo. “É fundamental se interrogar sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, por que elas perduram e são produzidas, e, por fim, como vêm sendo (ou devem ser) questionadas e rechaçadas.”

¹ Docente no curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Araguaia. e-mail: franciellefelipe@gmail.com

Neste sentido, na busca por compreender a maneira como os ciganos são representados no documentário cinematográfico brasileiro e a forma como estas imagens dialogam com a construção histórica destas representações sociais, buscamos em autores – ciganólogos² e historiadores – referências à forma como os ciganos foram representados no decorrer da história da permanência destes no Brasil. Em especial destacamos MORAES FILHO (1885), CHINA (1936), DORNAS FILHO (1948) e TEIXEIRA (2008).

Alexandre José Melo Moraes Filho é considerado um dos pioneiros da bibliografia etnográfica e folclórica no Brasil. Seus trabalhos *Cancioneiro dos Ciganos* (1885), que traz a tradução de poemas e cantigas ciganas para o português e *Os Ciganos no Brasil* (1886) marcam aqui o início dos estudos sobre os ciganos no país. Estes trabalhos baseiam-se na convivência do ciganólogo com um grupamento cigano, depoimentos, pesquisas de outros autores europeus, ordenações e cartas de lei.

Seus sucessores enriqueceram muitas de suas colaborações e contestaram outras, como é o caso de J.B. de Oliveira China. Cinquenta anos após Moraes Filho, este autor faz um estudo mais aprofundado sobre os ciganos no Brasil. Dividida em três partes, a obra *Os Ciganos do Brasil* traz contribuições históricas, etnográficas e lingüísticas.

Esta obra documenta a entrada dos primeiros ciganos no Brasil, a legislação portuguesa relativa ao degredo destes nômades e a disseminação no território brasileiro entre os séculos XVI e XVIII contrastando os relatos de A.Coelho com os de Moraes Filho. Pontua raramente os esforços da etnia para acomodação na sociedade brasileira, observa o estranhamento e o imaginário popular a respeito deles e alguns costumes. Entretanto, isso se dá de forma espaçada, a preocupação é mesmo com o relato histórico sem crítica ou análise.

Outro assunto tratado por China são ciganos brasileiros descendentes diretos daqueles que vieram deportados de Portugal. O autor preocupa-se em tentar mapear a situação destes ciganos, a quem chama de nacionais e dos ciganos estrangeiros (que dão entrada no país a partir do fim do Império)³.

²Termo utilizado no passado para designar o estudioso da cultura e história ciganas que não tinha formação específica de historiador ou antropólogo.

³MOONEN (2008, p. 3-4) explica que “cigano” é um termo genérico inventado na Europa do Século XV, e que ainda hoje é adotado, apenas por falta de outro mais apropriado. Os próprios ciganos, no entanto, costumam usar

A análise destes relatos permite perceber uma espécie de unidade de costumes das comunidades apesar das distâncias geográficas que podem ser verificados pela menção ao uso de língua própria, afinidade com o comércio, o alheamento à civilização, a delinqüência e marginalização como traço do caráter e o progressivo movimento destes para os sertões do país. Eles também demonstram a intolerância por parte da sociedade brasileira em diversas situações.

CHINA (1936) reconhece que graças aos esforços de Melo Moraes Filho, temos conhecimento da história da presença dos ciganos entre 1718 e 1886 no Brasil. Depois disso, nenhuma publicação trata do assunto. Desta forma, ele propõe o delineamento de um painel dos ciganos no país a partir de notícias retiradas de jornais e relatos de informantes. São realizadas recapitulações históricas em cada território que visam traçar também um panorama social. A problemática do texto gira em torno da existência, ou não, de ciganos nas regiões e na preservação de usos e costumes.

É comum nos relatos das mais diversas regiões do país a associação dos ciganos aos estereótipos recorrentes no século anterior, ao mesmo tempo dão conta de certa incorporação da etnia na sociedade brasileira.

“Continuam a ser astutos, velhacos, errantes e miseráveis, procurando viver da pirataria, da troca nas feiras enganando compradores e vendedores (...) Às vezes se dedicam à confecção de objetos de cobre, que procuram vender nas feiras”. (CHINA, 1936, p.120)

Após a obra de José B. de Oliveira China, pouco foi escrito no sentido de mapear a trajetória dos ciganos no Brasil. Muito provavelmente, pela constatação por parte de historiadores e antropólogos de não se tratar de um povo, uma nação, mas de comunidades ciganas cuja história é muito particular.

autodenominações completamente diferentes. Atualmente, ciganos e ciganólogos não-ciganos costumam distinguir pelo menos três grandes grupos:

1. Os ROM, ou Roma, que falam a língua romani; são divididos em vários sub-grupos, com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara e.o.; são predominantes nos países balcânicos, mas a partir do Século XIX migraram também para outros países europeus e para as Américas.
2. Os SINTI, que falam a língua sintó e são mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados Manouch.
3. Os CALON ou KALÉ, que falam a língua caló, os “ciganos ibéricos”, que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como Gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para a América do Sul.

TEIXEIRA (2008) desenvolve a hipótese de que a ausência de acontecimentos relevantes relatados envolvendo ciganos no início do século XX tenha a ver com o aumento do número de imigrantes no país e à acomodação econômica dos ciganos.

Apesar da provável acomodação econômica, obras posteriores a CHINA (1936) constata a manutenção do comportamento e identidade cigana, bem como a hostilidade da polícia e sociedade. Tais fatos podem ser encontrados em DORNAS FILHO (1948) e MOONEN (2008).

Em 1948 João Dornas Filho publica o artigo *Os Ciganos em Minas Gerais*. O autor propõe discutir a influência social dos ciganos neste estado pautando-se em documentos históricos, em especial relatórios policiais e páginas policiais de jornais. Entretanto, por basear-se nestas fontes o texto deste autor acaba por configurar-se como um grande relato em ordem cronológica de saques, seqüestros, roubos e assassinatos supostamente cometidos por ciganos.

A obra assume uma postura notadamente negativa e preconceituosa frente aos ciganos naquela localidade. Não traz nenhum aspecto positivo sobre a presença dos grupamentos no estado, bem como não discorda ou questiona a recorrente associação destes apenas à marginalidade e ao crime nas notícias selecionadas.

Serge Moscovici (2009, p.662) faz no artigo “Os ciganos entre perseguição e emancipação” uma interessante reflexão sobre a possibilidade da teoria das representações sociais contribuir para o estudo das interações entre uma minoria discriminada e uma maioria discriminadora. Segundo o autor, a existência milenar de grupos discriminados estabelece uma situação onde “a minoria que vive à mercê da maioria pode tornar-se o bode expiatório e se ver desqualificada para levar uma vida coletiva, inapta a existir plenamente”. Neste caso, a relação entre maioria e minoria é na verdade relação entre perseguidor e perseguido. “Precisamente porque todo julgamento de acusação, sem qualquer crime ou pecado cometido, suscita a mesma reação de pânico ou de hostilidade, como se houvessem realmente cometido tais crimes”.

Portanto, toda minoria é sempre considerada culpada antes de ser julgada. Assim, os pecados ou contravenções não são definidos como transgressão à lei, mas como tendências inerentes à minoria. Ou seja, a diferença é naturalizada e esta índole criminosa e infratora são colocadas como características próprias da constituição

biológica do grupo. Esta visão aparece de forma muito clara na produção de Dornas Filho.

A obra *A História dos Ciganos no Brasil* (2008), de Teixeira propõe uma visão mais ampla da presença dos ciganos no país. Ao relembrar fatos e apresentar documentos históricos que remetem à vida dos ciganos no Brasil, o autor aponta a diversidade das culturas ciganas. Suas afirmações são fundamentadas na observação da heterogeneidade cultural dos ciganos no Brasil e suas identidades relacionais; contesta e questiona os estereótipos da etnia ao longo da história fazendo uma discussão da relação da representação dos ciganos nos documentos históricos com o pensamento e ideologia dominante em cada período.

É interessante observar que toda a literatura que propõe um resgate histórico dos ciganos até o século vinte, o faz através de arquivos de decretos, alvarás e outros dispositivos legais. A documentação é escassa e dispersa. Sendo um grupo que se expressa, sobretudo oralmente, os ciganos não deixaram registros escritos por vários séculos. Portanto, ciganólogos e historiadores buscam nas fontes historiográficas escritas, informações indiretas sobre os grupos. Pouco se tem de depoimentos orais dos ciganos sobre a sua própria história, sobretudo no Brasil.

Os ciganos aparecem nestas fontes historiográficas quase sempre, quando envolvidos em algum conflito. De acordo com TEIXEIRA (2008, p.2) são relatos de fatos e impressões envolvendo ciganos feitos por não-ciganos, normalmente a polícia, os viajantes, os clérigos e etc. Desta forma, nos aproximamos indiretamente dos ciganos por intermédio de um olhar hostil, constrangedor e estrangeiro.

Temos uma história dos ciganos construída por não-ciganos. Dispomos de um quadro histórico onde os ciganos raramente falam a respeito de si e suas percepções de mundo. Além disso, estes relatos históricos tratam dos ciganos enquanto uma nação ou povo homogêneo. Entretanto, os ciganos em todo o território nacional se organizam em comunidades e em função de suas trajetórias possuem biografias e hábitos distintos.

Em uma visão mais crítica, podemos afirmar que ao estudar a história dos ciganos compreendemos muito mais a história daqueles que os rejeitaram e das imagens que se formaram a respeito destes do que dos ciganos em si. Interpretando estes dados é possível meramente entender o pensamento vigente em cada período histórico acerca

destas comunidades ciganas e contrastá-los com as expressões da cultura que tratam deste mesmo assunto hoje.

A idéia de que, ao representar outras culturas, o Ocidente revela mais sua visão de mundo do que a de seus objetos não é um enfoque novo. De fato, a melhor estratégia para conhecer o que os ciganos pensam não seria pelo filtro das representações ocidentais, mas antes, suponho, por etnografias, que implicam longo convívio com uma maneira de pensar o mundo alternativa à nossa. (FERRARI, 2002, p.23)

São frequentes nestas representações as temáticas do puro e do impuro (limpos/sujos), definindo a presença da minoria cigana como uma anomalia no interior da população brasileira de origem européia; os estigmas negativos sem distinção entre os naturais e os artificiais; a ontologização dos ciganos e as faces incoerentes do nomadismo: “Uma face positiva – a dos ciganos praticando uma profissão, sendo as mais populares as de músico ou saltimbanco – e uma face negativa – a dos ciganos mendicantes ou delinqüentes, levando uma vida precária e fora da lei”. (MOSCOVICI, 2009, p.666)

Estes temas recorrentes na representação dos ciganos são abordadas por Florência FERRARI (2002) que em sua dissertação “Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano”, busca repertoriar as representações dos ciganos reentrantes na literatura ocidental, e dar a elas uma interpretação conjunta. Estas temáticas aparecem aglutinadas em três eixos principais que a autora trabalha no formato de capítulos:

(1) Código econômico usado pelo Ocidente para representar os ciganos: eles exercem determinadas atividades profissionais relacionadas ao espetáculo, ao comércio e à boa ventura, que chamam a atenção do ocidental. As moedas de ouro, as negociatas, as trapaças, a troca, o tráfico, o contrabando, o roubo, enfim, o universo do trabalho é evocado nos textos literários para descrever uma cena com ciganos;

(2) Código espacial: os ciganos são sempre estrangeiros, provenientes do Egito, da Grécia, da Índia, da Andaluzia. O nomadismo, mais que traço distintivo, é metáfora dos ciganos. Em quase todas as obras encontram-se referências a esse trânsito incessante rumo aos confins do mundo, associado aos ciganos;

(3) Código sobrenatural muitas vezes acionado para falar de ciganos, principalmente das mulheres ciganas: o imaginário cristão vem à tona e não só utiliza o conceito de heresia contra os ciganos, como reforça a idéia de um certo poder sobrenatural (magia, visão do futuro) exercido pela cigana diante dos ocidentais. Nesse código se mescla ainda uma conotação sexual, alimentando o discurso cristão das associações entre ciganos, bruxas e demônios. (FERRARI, 2002, p.38-39)

Fruto desta análise de cunho estruturalista, a pesquisadora aponta o lugar do cigano em relação aos valores do ocidente, evidenciando a forma como os códigos econômicos, espaciais e sobrenaturais se sobrepõem e atuam como “metáfora para falar da fronteira com o outro; para falar da alteridade em suas formulações mais radicais”. (FERRARI, 2002, p.224)

Imagens do passado refletidas no presente

Na tentativa de compreender como são representados os ciganos no presente, de que forma estas representações dialogam com imagens recorrentes acerca da etnia no país e a partir disto, entender os discursos desenvolvidos como termômetro para compreensão da organização social vigente foram analisados os curtas-metragem “Escuta, *Gajon*⁴” e “Diana e Djavan: o casamento cigano”.

Escuta, gajon tem duração de 37 minutos e é fruto de uma oficina de vídeo realizada por Alice Lanari com ciganos calon na cidade de Mambaí (interior do estado de Goiás) em 2007. Partiu de proposta de pesquisa realizada através do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

De acordo com relatos dos diretores do filme, a oficina de vídeo teve início em março de 2007 e envolvia um encontro mensal “cujo objetivo era perceber como o grupo construiria uma representação em vídeo, contando a respeito de si e de seus valores, no momento em que tivessem controle sobre essa construção”. (LANARI e SILVA, 2009, p.1)

O filme trata da preparação e realização da festa de Nossa Senhora Aparecida como pagamento de uma promessa feita por um dos membros da comunidade. Informações sobre a organização da festa são entrecortadas por relatos acerca do cotidiano da comunidade, relação com a cidade e com a vizinhança, bem como hábitos mais marcantes da comunidade. A festa é pano de fundo para contar um pouco da história deste grupamento de ciganos que se sedentarizaram a aproximadamente trinta anos no interior de Goiás.

Todo o filme é pontuado pela voz *over* da diretora que conduz a maioria das entrevistas. Nele os entrevistados só falam quando perguntados e estes questionamentos limitam-se às suas condições de vida e relações entre ciganos e não-ciganos. As

⁴ Gajon é um termo no dialeto dos ciganos calon que designa não-cigano.

respostas restringem-se ao perguntado. Eles são “vozes da experiência”, que segundo BERNARDET (2003, p.16) falam apenas de suas vivências, nunca generalizam ou tiram conclusões. Ou porque não sabem, ou porque não querem, ou porque nada lhes é perguntado nesse sentido.

Caráter totalmente distinto tem a de Alice Lanari. Ao contrário dos entrevistados, nada lhe é perguntado. É a “voz do saber” (BERNARDET, 2003), de um saber generalizante que não encontra sua origem na experiência, mas no estudo de tipo sociológico. Ela questiona os indivíduos sobre aspectos que aparentemente não estão acostumados a pensar, o que faz com que pareçam não ter conhecimento algum a seu próprio respeito.

As perguntas óbvias e às vezes tolas direcionadas aos membros da comunidade cigana acabam por corporificar a diretora do filme como uma legítima representante do discurso colonialista sem, aparentemente, se dar conta disso. Ao simplificar e limitar a amplitude das questões, associado ao aparato tecnológico, em especial a câmera, infantiliza e intimida os entrevistados.

Em uma análise mais profunda, a racionalidade e visão clara de mundo são atribuídas à diretora/ cientista da comunicação, enquanto ao “outro”/ cigano cabe viver na obscuridade em relação ao conhecimento para que ambos desempenhem bem o seu papel no filme.

A diretora do filme se propõe dar voz àqueles que não a tem. Adota uma postura pluralista liberal bastante comum nas representações de minorias e grupos subalternos.

O “pluralismo liberal” (STAM, 2003) ao identificar diversos atores culturais, assume uma postura “inclusiva”, quase que caritativa, outorgando uma pseudo-igualdade de pontos de vista entre culturas hegemônicas e as marginais. Esta abordagem presume identidades fixas, unificadas e essencialistas. Este tipo de discurso nada mais é que o eurocêntrico⁵ reelaborado.

Esta relação com o filme traduz uma visão muito preconceituosa, pois pressupõe uma ordem hierárquica entre culturas. E faz isso de maneira benevolente, permitindo que outras vozes se juntem ao “coro principal” da cultura e imagem hegemônicas.

⁵ Por eurocentrismo podemos entender a Europa como sendo fonte única de sentidos. A crítica ao eurocentrismo é endereçada à relação historicamente opressiva da Europa dominante com seus ‘outros’ internos e externos (judeus, irlandeses, ciganos, hugenotes, camponeses, mulheres). (STAM, 2003)

Outro aspecto que intriga na análise da representação da comunidade cigana de Mambá é o uso da estereotipização como prática para obtenção de significado.

Nesta proposta, HALL (1997) acrescenta práticas representacionais utilizadas pelos ocidentais através do tempo, com raízes nos processos de colonização, para marcar diferenças raciais. Em especial destacamos: (1) a oposição polarizada entre as raças brancas como sinônimas de pureza e civilização, e as não-brancas significando impureza e selvageria; (2) a naturalização da diferença e (3) estereotipização. Juntos, formam um conjunto de ferramentas importantes para interpretar as representações que propomos a seguir.

Em *Escuta, gajon*, permite-se que o filme reduza a complexidade e possível riqueza da comunidade cigana aos estereótipos mais conhecidos da etnia: o cigano que gosta de negociar e tem isso como profissão, a submissão feminina e suas funções domésticas, o apreço dos ciganos pelas festas longas e animadas; e o alheamento à civilização.

Este poderia ter sido apenas um documentário a respeito da realização de uma festa por uma comunidade pobre, de uma cidade afastada, mas como ela é realizada por ciganos (o outro, um universo desconhecido), foi necessário estereotipar para produzir uma ponte de significação com o espectador.

Em artigo para o Seminário Nacional de Educação Popular em Audiovisual promovido pela FEPA⁶ em 2009 os diretores afirmam que seus objetivos com o documentário eram mostrar no filme não apenas como essa comunidade vivia antigamente – ainda nômades, os ciganos *calons* negociavam cavalos e outros, mas principalmente, como vivem hoje, buscando atualizar sua imagem. “Além desse objetivo, gostaríamos de propor uma nova imagem do que é ser cigano hoje”. (LANARI e SILVA, 2009, p. 2-3)

Entretanto, o filme em sua constituição exclui tudo aquilo que não se adequa à redução simbólica do estereótipo e passa a ideia de que mesmo negociando carros ao invés de cavalos, trata-se de uma etnia parada no tempo, fadada ao desaparecimento. Este processo reduz toda a riqueza deste modo de vida e a complexidade da relação com a sociedade hegemônica a alguns poucos pontos bastantes presentes nas representações do senso comum quando trata da etnia.

⁶ Fórum de Experiências Populares em Audiovisual – www.fepabrasil.org.br

Apesar de “Escuta, *Gajon*” ser fruto de um processo de criação em conjunto, o poder estabelecido pelo domínio da linguagem audiovisual e do aparato científico da universidade falou mais forte na negociação e condução do processo. O que nos faz afirmar que o direito à voz e uma suposta representação própria, não garantiu aos ciganos de Mambaí uma representação não-eurocêntrica destituída de estereótipos negativos.

“Diana e Djavan: casamento cigano” é um documentário com duração de 28 minutos produzido com verba do Edital de Apoio a Documentários Etnográficos sobre Patrimônio Cultural Imaterial – Etnodoc, do ano de 2007. O filme trata da festa de casamento entre os dois jovens que dão nome ao filme. Eles são primos e foram prometidos um ao outro por seus pais quando Diana ainda estava sendo gestada. Os noivos têm 14 e 15 anos respectivamente.

O documentário é estruturado em torno da festa que celebra esta união, com duração de três dias. Cada dia da festa tem um significado e são divididos em: a véspera, o casamento e a entrega.

Todas as seqüências de “a véspera” articulam-se na busca do significado do casamento para aquela comunidade e para os noivos. A diretora do filme insiste em investigar o sentimento dos noivos em relação ao casamento que acontecerá no dia seguinte, seus gostos pessoais e as conseqüências da união para cada um deles. Diana se apresenta sempre falante e à vontade com a câmera enquanto Djavan demonstra-se tímido e às vezes indiferente às perguntas que lhe são dirigidas.

Nesta etapa do filme são entrevistados Diana, seus pais, irmã, Djavan e uma senhora. A noite cai e a festa da véspera vai madrugada adentro embalada por muita música sertaneja e foguetes.

O segundo dia de festa começa com mais uma cartela preta e caracteres brancos - “o casamento”. As imagens são captadas durante o dia, não é possível precisar se é manhã ou tarde. A diretora entrevista o padre que celebrará o casamento no acampamento. São mostradas cenas de Djavan se preparando para a cerimônia com o auxílio de pessoas próximas. O ritual nos moldes católicos ocorre. Em seguida, os noivos cortam um grande bolo de casamento e distribuem aos convidados. A festa tem início.

A terceira e última parte do documentário inicia nos moldes das anteriores: cartela preta, caracteres brancos dizendo “a entrega”. A diretora faz diversas perguntas direcionadas aos noivos sobre o que aconteceria neste dia. Djavan demonstra-se envergonhado e Diana apreensiva.

O filme é todo produzido com imagens captadas de uma única câmera e som direto. Toda a trilha sonora é incidental. A narrativa é construída em torno de entrevistas com a voz da diretora em *off*. São poucas as imagens onde as pessoas encontram-se atuando de forma espontânea. Os questionamentos são todos muito óbvios e não promovem reflexão alguma acerca da temática exposta. Há uma predominância do verbal sob o visual, o que estreita consideravelmente o campo de observação do espectador. Esta dinâmica torna o filme um lento e cansativo em função do excesso de diálogos dirigidos à câmera.

“Diana e Djavan: casamento cigano” apresenta-se ao espectador como um típico documentário sociológico (BERNARDET, 2003). Estruturado de maneira aparentemente cronológica, cheio de entrevistados para confirmar o real apresentado e sob o título de filme etnográfico, leva o espectador a crer que se trata de uma representação genuína de um típico casamento cigano. Ciganos estes que só são particularizados ao final do filme quando nos são apresentados dados do local da gravação, informa a etnia a qual pertencem (calon) e os nomes dos entrevistados ao longo do filme no formato de lista.

A falta de identificação das pessoas no decorrer das entrevistas (não há sequer legendas) faz com que tenhamos a impressão de que todos os ciganos são iguais. Desqualifica aquelas pessoas na sua individualidade. O filme repete o discurso da história e do senso comum: designa cigano enquanto categoria genérica, entidade coletiva, abstrata e cheia de preconceitos.

Esta abordagem reforça o estereótipo do cigano, pois reduz um complexo emaranhado de comunidades ciganas calon dispersas pelo país às poucas e simples características de seus “porta-vozes” destacados pelo documentário.

Os entrevistados só falam quando perguntados e estes questionamentos limitam-se a perguntas sobre o casamento e os sentimentos dos noivos. As respostas de forma

geral restringem-se ao perguntado, não tiram conclusões ou emitem opinião pessoal. Como na análise anterior, são vozes da experiência.

Se o pluralismo liberal no cinema conforme STAM (2003), nada mais é que o discurso eurocêntrico reelaborado ao presumir identidades fixas, unificadas e essencialistas que dá ênfase aos campos de poder, energia e luta aceitando uma pseudo-igualdade de pontos de vista entre povos e culturas, assumindo desta forma uma postura inclusiva; “Diana e Djavan” é um pouco mais autoritário que isso. O ponto de vista da diretora não concede voz e em nenhum momento afirma que pretende fazê-lo.

Ao assistir o filme tem-se a clara impressão de que a iniciativa trata apenas do registro de uma prática que merece ir para os arquivos do patrimônio imaterial do IPHAN pelo seu caráter curioso. Enxerga essa cultura de forma exótica, quase xenófoba. Portanto, a abordagem não a é do discurso eurocêntrico reelaborado, é o próprio eurocentrismo em si. Não seria exagero afirmar que o filme serve apenas para registrar o quanto os ciganos são diferentes de nós, os brasileiros “normais”.

O recorte e as imagens que são selecionadas marcam de forma forte a diferença existente entre ciganos e não-ciganos. As distinções de cultura são notórias e inegáveis, o problema é maneira como isso é feito na obra. “Diana e Djvan” apenas celebra a diferença ao eleger o rito do casamento em uma comunidade cigana como digno de registro audiovisual, entretanto por falta de reciprocidade e diálogo opõe ciganos e não-ciganos ao enfatizar o déficit civilizatório da comunidade retratada frente à sociedade hegemônica. Ao destacar a diferença, o filme não rompe com uma estrutura social já estabelecida, é um olhar folclorizado sobre uma cultura a que considera subalterna.

O cigano que vemos no filme em questão é um cigano abafado sob a égide da democracia racial no Brasil onde o racismo tende a ser disfarçado, sem uma hostilidade óbvia ou explícita, mas que se revela nos detalhes como estratégia opressora e constrangedora do “direito ao *logos* dentro de espaços previamente delimitados”. (OLIVEIRA, 2009, p.26)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocando o resgate histórico que nos propomos realizar na pesquisa que dá origem a este artigo, em contraponto com a teoria das representações sociais e as análises dos filmes selecionados podemos afirmar que o “nó figurativo” (MOSCOVICI,

2009, p.663) da representação dos ciganos não variou muito ao longo dos séculos. “Sempre que o nó figurativo é associado ao um conceito e a uma imagem dessa minoria e se reproduz em tudo que é dito e pensado a seu respeito, esse nó figurativo é expresso em uma série de temas emblemáticos.”

Os documentários analisados presumem identidades fixas, unificadas e essencialistas ao colocar ciganos enquanto categoria genérica para designar indivíduos que vivem dentro de um determinado comportamento reconhecido socialmente. Da forma como são apresentados, vemos pessoas incapazes de pensarem a respeito de sua cultura, infantilizados e alheios à civilização como no passado.

Os filmes reduzem toda a possibilidade de diversidade cultural das comunidades ciganas aos estereótipos mais conhecidos da etnia: nomadismo versus sedentarização, o ofício de negociante, a submissão feminina e suas funções domésticas, o casamento peculiar e a valorização da virgindade, as festas longas e animadas; e o alheamento à civilização.

Nos filmes verificamos a aplicação do pensamento de FREIRE FILHO (2004) a respeito da utilização dos estereótipos. Segundo ele o emprego do estereótipo enquanto ferramenta de representação é complexo e resistente à mudança social no que diz respeito a grupos minoritários. Os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração; da justificação e da racionalização de comportamentos hostis.

Ao utilizarem apenas de estereótipos para comunicar, os filmes reduzem toda a variedade de atributos destas comunidades a alguns atributos essenciais, encorajando um conhecimento intuitivo sobre o outro e colaboram para demarcar fronteiras simbólicas entre o “nós” e “eles”.

Analisando as relações de poder, são obras que se colocam em uma posição benemerita e caritativa de outorgar voz àqueles que são invisibilizados socialmente. Entretanto, não assumem os riscos de um diálogo real onde o desafio não é só como representar o outro, mas como colaborar com ele para alcance de sua visibilidade social a fim de legitimarem-se enquanto cultura digna de relevância.

Em função desta abordagem, demonstram um pensamento orientado pela lógica eurocêntrica. Um ranço cultural ou um posicionamento implícito que permite o cultivo do sentimento de superioridade nata entre culturas, em especial as de origem européias e a manutenção de um referencial de beleza, comportamento, modo de vida e inteligência únicos.

Como no passado, através destas obras nos aproximamos dos ciganos de forma indireta, através de testemunhos onde a informação nos é dada por intermédio de um ponto de vista opositor e estrangeiro. Seja por uma condição de proteção da identidade étnica, como reação a uma sociedade hegemônica que não consegue conviver de forma harmônica com as diferenças ou dificuldade de mobilização para alcançar estratégias comunicativas, os ciganos raramente falam por si só.

Ao apontar vestígios da postura pluralista liberal em produções como esta busco colaborar para o debate a cerca de como seria possível descolonizar estas representações através do viés multiculturalista. Exigindo mudanças no tocante às imagens e às relações de poder, identificando as comunidades minoritárias como participantes ativos e produtores. Identidades múltiplas, instáveis e historicamente situadas.

Ao exigir mudanças no tocante às imagens dos ciganos no cinema brasileiro, propomos a redução da distância e desconhecimento mútuo que envolve a relação entre ciganos e não-ciganos, manifestada na formação de figuras totalizantes e estereotipadas e desta forma, melhorar as relações e diminuir o preconceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHINA, J.B. d'Oliveira. *Os Ciganos do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

DORNAS FILHO, João. *Os Ciganos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Movimento Editorial Panorama, 1948.

FERRARI, Florência. *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano*. São Paulo: Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2002.

GARDIES, René. *Compreender o Cinema e as Imagens*. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

HALL, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage Publications, 1997.

MOONEN, Franz. *Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil*. Juiz de Fora: Centro de Cultura Cigana, 2008.

_____. *Os Estudos Ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

MOSCOVICI, Serge. *Os ciganos entre perseguição e emancipação*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 653-678, set./dez. 2009.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papirus, 2005.

SHOBAT, Ella. STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: CosacNaify, 2006.

SILVA, Dalcivan. LANARI, Alice. “Escuta, gajon e a oficina de vídeo entre os ciganos calon de Mambá”, in: *Deseducando o Olhar - Seminário Nacional de Educação Popular em Audiovisual*. FEPA: 2009. Disponível em: <http://www.fepabrasil.org.br/content/artigos-e-publica%C3%A7%C3%B5es>

STAM, Robert. *Introdução à teoria do cinema*. São Paulo: Papirus, 2003.

TEIXEIRA, Rodrigo C. *História dos Ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

Recebido em 25 de setembro de 2012.

Aprovado em 27 de dezembro de 2012.

CRIANÇAS, EDUCAÇÃO INFANTIL, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA WALLONIANA

Milna Martins Arantes¹
Florence R. Valadares¹

RESUMO

O artigo que ora propomos tem como objetivo a sistematização das experiências e das reflexões realizadas no XV Encontro Nacional de Educação Infantil. Para tanto, estabelece-se, num primeiro momento, um diálogo com o conceito de crianças e a educação infantil proposto por 2 autores. Num segundo momento, retoma-se, de forma sintética a produção teórica de Henri Wallon, sua contribuição para repensar os processos de aprendizagem e desenvolvimento, com vistas a reafirmar a educação infantil como um dos espaços privilegiados para se viver o tempo das infâncias, ser criança, conhecer o mundo e a si mesmo. Desse modo, este artigo apresenta-se como um estudo de natureza bibliográfica, cuja pretensão é reafirmar a importância de novos debates e o reconhecimento das contribuições de autores como Henri Wallon, para se repensar a educação infantil.

Palavras chave: Educação Infantil. Aprendizagem e Desenvolvimento. Henri Wallon

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo sistematizar as experiências e as reflexões realizadas no XV Encontro Nacional de Educação Infantil, realizado em maio de 2012, em Natal, Rio Grande do Norte. Intitulado “Educação Infantil em perspectivas: diálogos possíveis”, o Encontro foi promovido pelo Núcleo de Educação da Infância (NEI/CAP) e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, integrantes do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Considerando que educação infantil requer múltiplos olhares que enriqueçam e promovam uma educação de qualidade, o referido Encontro envolveu atividades como conferências, mesas-redondas, comunicações orais, apresentação de pôsteres, diálogos pedagógicos, mostra de vídeos educativos e apresentações culturais. Esclarecem os Anais do evento que

A intenção é focar as linguagens, as ciências, as mídias educativas, a inclusão social, a formação docente, as políticas públicas e os modelos de gestão em sua relação com a Educação Infantil, compartilhando, mais uma vez, com todos os envolvidos, a construção de um “caleidoscópio” com a multiplicidade de “cores e formas da educação da infância” (ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 2012, p.5).

¹ Professora da Faculdade Araguaia e Assessora Técnica do Conselho Municipal de Educação

Nossa participação no Encontro teve como motivação inicial a apresentação de uma comunicação oral intitulada “Contribuições da teoria de Henri Wallon para a formação de professores da educação infantil: o movimento, a afetividade e a interação”. Além de cumprir esse objetivo inicial, a participação nesse evento nos proporcionou uma ampla reflexão sobre as infâncias, as crianças e a educação infantil.

Deste modo, buscaremos sistematizar neste artigo algumas reflexões suscitadas; para tanto, iniciaremos nosso diálogo com o tópico Educação Infantil: um *locus* privilegiado para ser criança e estar em contato com o mundo, no qual abordaremos as contribuições da Professora Dra. Zilma Ramos de Oliveira para se pensar a criança e a educação infantil. Destaca-se ainda nesse tópico as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) no que se refere à concepção de crianças e à proposta pedagógica das instituições de educação infantil.

No tópico seguinte, Contribuições da teoria walloniana para a aprendizagem e desenvolvimento infantil, apresenta-se a teoria de Henri Wallon, tendo como eixo norteador as categorias movimento, afetividade e interação.

Nas Considerações finais, reafirma-se a educação infantil como um dos *locus* privilegiados para se viver as infâncias, ser criança e entrar em contato com o mundo, bem como a contemporaneidade das contribuições de Henri Wallon para se pensar e refletir sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Educação infantil: um *locus* privilegiado para ser criança e estar em contato com o mundo

Tu vais de estrela na mão, tu vais levando o pendão, tu vais plantando ternuras na madrugada do chão. Meu companheiro menino, neste reino serás homem, um homem como o teu pai. Mas leva contigo a infância, como uma rosa de flama ardendo no coração: porque é da infância, Leonardo, que o mundo tem precisão.

Tiago de Melo

Pensar a criança e a educação infantil na atualidade, conforme afirma Oliveira (2007), passa necessariamente pelo reconhecimento histórico de que a educação infantil está em processo de construção; muitos são os desafios e os avanços já conquistados. Nesse contexto, tem-se como desafio reconhecer a criança como um sujeito de direitos e produtora de cultura, tal como está expresso no DCNEI (2010), qual seja: a criança é concebida como um

(...) sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia,

deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (p. 12).

Reconhecer a criança nos termos acima descrito requer rompimento com práticas autocêntricas ainda presentes em nossa sociedade, em especial nas instituições de educação infantil. Nesse sentido, Oliveira (2012) lança-nos alguns questionamentos: *Temos o hábito de ouvir as crianças? Permitimos às crianças apropriar e produzir cultura? Abandonamos a visão aduldocêntrica? Respeitamos a incompletude da criança e entendemos que é justamente esta incompletude que possibilita sua capacidade de renovar e inventar o possível? Emprestamos nossos olhos para que as crianças possam construir conhecimentos?*

Responder a esses questionamentos requer repensar as concepções de criança presentes em nosso dia a dia. O termo infância está carregado de sentidos e significados históricos. Infância refere-se aos primeiros anos de vida, e seu sentido inicial vincula-se ao termo *in-fans*, que significa sem fala.

O conceito de infância não é recente, estudos do século XVIII já sinalizam preocupação em compreender a criança de forma analítica. No pensamento grego, o termo infância vinculou-se a tendências selvagens; já no pensamento medieval, associava-se a infância à natureza pecadora do homem, cuja razão não se manifestaria. No Renascimento e na Idade Média, a infância foi vinculada à razão, mas não se acreditava que as crianças podiam lidar plenamente com as informações que recebiam de seu meio (Oliveira, 2007).

Foi a partir dos estudos da psicologia e da psicolinguística que a criança passou a ser reconhecida com uma nova identidade, isto é, como membro ativo que interage com o Outro e com o mundo a sua volta – **inter-ativo** –, que aprende e se desenvolve e, nesse movimento, constrói sua identidade. Uma pessoa complexa e dinâmica, cuja aprendizagem e desenvolvimento vinculam-se à dimensão social, cognitiva, motora, afetiva, estética e ética (grifo nosso).

Nesse contexto, cabe, portanto, à educação infantil garantir os direitos e o bem-estar das crianças, e mais que isso, cabe-lhe

(...) garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (DCNEI, 2010, p.18).

Para tanto, Oliveira (2007) estabelece metas a serem alcançada pela educação infantil com vistas a garantir a dignidade da criança como cidadã de direitos, entre elas destaca-se o movimento de integração entre o cuidar-educar e o brincar-interagir.

Corroborando com esse pensamento, Kramer (2009, p.84), ao discutir a relação cuidar-educar, destaca que o termo educar por si só englobaria a dimensão do cuidar, tendo em vista que o termo educar, em seu sentido etimológico, abarca o nutrir, o educar, o instruir, o ensinar; portanto, na educação infantil não é possível educar de forma indissociável do cuidar. No entanto, educar não significa de antecipar o modelo escolarizante, isto é, preparar para o ensino fundamental, mas privilegiar o brincar, a afetividade, a interação e a expressividade da criança.

Nessa perspectiva, a interação e o brincar se constituem como categorias de extrema relevância, pois é a partir da interação com adultos e outras crianças, em situações variadas, que as crianças poderão ampliar suas formas de sentir, pensar, solucionar problemas, agir de modo cooperativo e desenvolver sua autonomia pessoal e social. O brincar, por sua vez constitui-se como uma atividade humana que possibilita à criança vivenciar experiências sensoriais, expressivas, corporais, o contato com as múltiplas linguagens (gestual, verbal, escrita, plástica, dramática e musical), a curiosidade, a exploração, o encantamento, a apropriação e ressignificação do conhecimento elaborado historicamente, a diversidade e as manifestações e tradições culturais. Para Oliveira (2007) são práticas dessa natureza que poderão ampliar o universo cultural das crianças.

Outra meta significativa proposta por essa autora refere-se à elaboração coletiva e participativa dos Projetos político-pedagógicos das instituições, esta preocupação se faz presente nas DCNEI (2010, p.13) onde se lê:

A proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar.

A elaboração do Projeto ou Proposta pedagógica, nesse contexto, precisa ser pensada a partir de suas dimensões política e pedagógica, respeitando-se os princípios éticos, políticos e estéticos, os quais visam garantir a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade, os direitos, o exercício da criticidade, a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e as manifestações artísticas e culturais, entre outros.

No que se refere à dimensão política, é preciso deixar claro que todo projeto deve afirmar a criança como cidadã de direito, com vistas a “atuar contra a desigualdade, reconhecendo as diferenças” (KRAMER, 2011, p.62-63). Nossa sociedade é profundamente desigual, portanto, nossas escolhas e opções educacionais devem afirmar a igualdade de direitos e oportunidades e o combate às desigualdades social, étnico-racial, de gênero, física e mental, bem como a assistência à saúde, à moradia, ao lazer, ao transporte, à alimentação sadia, entre outros.

Quando à dimensão pedagógica, fica-nos o desafio de compreender a criança como sujeito de cultura e história, cujos interesses e necessidades devem ser respeitados. Portanto, a organização dos espaços, dos tempos, dos recursos e dos conhecimentos devem garantir a integralidade do processo educativo, isto é, garantir tempo e espaço para que as crianças possam vivenciar suas dimensões expressiva, motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural.

Tal dimensão deve também levar-nos ao reconhecimento das especificidades de cada faixa etária e suas singularidades, com vistas a ampliar suas aprendizagens e desenvolvimento e a interação criança-criança e criança-adulto. Possibilitando ainda a adaptação de espaços, materiais, currículo para as crianças em processo de inclusão social.

Nessa direção, faz-se necessário reconhecer na proposta pedagógica ou no projeto político-pedagógico a valorização das culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas, asiáticas, europeias e de outros países da América; a apropriação e a ressignificação da linguagem musical, plástica, gráfica, cinematográfica, fotográfica, a dança e o teatro, a poesia e a literatura. Na proposta ou no projeto deve também se fazer presente a preservação do meio ambiente, o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra e a utilização de diferentes recursos tecnológicos e midiáticos como está previstos nas DCNEI (2010).

Para finalizar, as DCNEI (2010) destacam que a proposta pedagógica das instituições de educação infantil deve cumprir sua função sociopolítica e pedagógica e para tanto deverão garantir

(...) condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as

crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (p.17).

O processo de avaliação também constitui uma meta a ser resignificada na educação infantil. Para Oliveira (2007), avaliar significa conhecer a criança, compreender seus processos de aprendizagem e desenvolvimento, reconhecer suas competências a fim de redimensionar/reestruturar o trabalho pedagógico da instituição, ou seja, avaliar as práticas existentes, o planejamento e a formação dos professores, repensar os tempos e os espaços, os recursos e as diretrizes educacionais. Deste modo, avaliar torna-se uma prática investigativa.

Por último, mas não menos importante, tem-se como meta a ampliação e a valorização da relação com a família e/ou responsáveis pelas crianças e do compromisso de partilhar e completar a educação delas. Para tanto, faz-se necessário o diálogo, a escuta, o respeito e a valorização das famílias e/ou responsáveis em suas diferentes formas de organização e maternagem. Assim, cabe às instituições de educação infantil estreitar as relações com os familiares e a comunidade, estimular a participação dos familiares e/ou responsáveis na elaboração da proposta pedagógica ou do projeto político-pedagógico, nos conselhos gestores, na organização das festas, nas práticas cotidianas da instituição, pois esses gestos possibilitam “agregar experiências e saberes e para aproximar os contextos de desenvolvimento das crianças, articulando suas experiências” (OLIVEIRA, 2007, p.182).

Desse modo, pode-se afirmar que educar para a cidadania plena e para o convívio com as diferenças requer a valorização dos interesses e das necessidades das crianças e a garantia do direito de viver plenamente a infância e ser criança.

Contribuições da teoria walloniana para a aprendizagem e desenvolvimento infantil

Os estudos de Henri Wallon tem sua base filosófica no materialismo dialético. Assim, ao invés de justapor/misturar as contradições existentes nas ideias que permeavam a psicologia positivista e a eclética, o autor optou por reconhecer e conduzir as contradições a seu último grau e investigar as bases filosóficas que permeiam estas perspectivas. Para Wallon a Psicologia está entre a ciência da natureza e a ciência do

homem, e é o materialismo dialético que pode fazer a síntese entre estes pontos de vista e dar equilíbrio a psicologia.

Wallon buscou compreender o psiquismo humano nas suas permanentes transformações e nas relações que se estabelece entre o orgânico, biologicamente organizado, e o meio social no qual o homem está inserido. A análise dialética pressupõe um estudo que abranja o homem nas interações que se estabelecem no decorrer de sua humanização. Entende que estas interações são dinâmicas e que estão em constante movimento, isto é, ao mesmo tempo que o homem interage com o outro e com os meios sociocultural e físico, ele transforma e é transformado. O homem, por sua vez, se autotransforma a partir destas relações.

Destacam-se nesse breve estudo, as categorias movimento, afetividade e interação. Na teoria proposta por Wallon (1980), o movimento – deslocamento no espaço – é considerado o elemento primordial; contribui significativamente na afetividade e na elaboração do pensamento da criança. Dessa forma, contrapondo-se ao conceito de que o movimento diz respeito às manifestações mecânicas e neurológicas, a teoria walloniana dá um traço original à motricidade humana.

Para esse autor, o movimento pode dar testemunho da vida psíquica. A atividade da criança inicia-se de forma descontínua e esporádica, pelo movimento, a criança manifesta suas necessidades e seu estado de humor, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. Dessa forma, constata-se que a primeira função do movimento é, sobretudo, afetiva. No final do primeiro ano de vida, com o desenvolvimento das praxias, dos gestos (pegar, empurrar, abrir ou fechar) define-se melhor o início da dimensão cognitiva do movimento.

Ainda segundo Wallon (1980), o aparelho psicomotor não nasce pronto, o que proporciona à criança a possibilidade de modificar seu diálogo corporal com o meio. As relações variadas ou restritas que se estabelecem entre a criança e o meio humano, social e físico são capazes de ampliar ou não a diversidade das compleições motoras.

É justamente nesse sentido que a atuação dos profissionais da educação infantil torna-se significativa, em especial no berçário, ao implantar práticas pedagógicas que possibilitem às crianças ampliar sua consciência corporal e sua capacidade psicomotora.

Cabe, então, aos profissionais da educação infantil estar atentos aos movimentos, aos gestos, ao choro do bebê; pois estes representam seu estado de bem-estar ou mal-estar, suas necessidades. É a partir desses sinais que os profissionais

podem intervir, a fim de completar e ampliar as possibilidades de interação da criança com o mundo que a cerca.

Outra atividade de grande importância e que envolve o movimento é a imitação. Esta, primeiramente, constitui-se pela repetição de um gesto que a própria criança acaba de executar ou que foi realizado na sua frente; jogo de persistência a um estímulo recente, facilmente avivado no aparelho psicomotor. Em um nível mais elevado, a criança não mais necessita do modelo presente ou de uma excitação atual para realizar a imitação. Ultrapassa, assim, o reflexo sensório-motor e entra na esfera da representação; é quando a criança revive cenas impressionantes, quando se imagina no lugar de uma personagem – o faz-de-conta. Neste momento, a imitação tornou-se verdadeiramente iniciadora (Wallon, 1980).

O movimento intervém no desenvolvimento psíquico da criança, nas suas relações com os outros, no seu comportamento habitual e é um fator importante no seu temperamento (Wallon, 1980). Por isto, é de grande relevância desenvolver projetos na educação infantil que permitam às crianças, desde a mais tenra idade, explorar sua corporeidade e suas possibilidades psicomotoras de forma lúdica, superando as práticas espontaneísta e/ou mecanicistas presentes nessas instituições.

A dimensão afetiva ocupa posição central na psicogenética, no que se refere tanto à formação do sujeito, quanto na construção do conhecimento. Para Wallon (idem), a atividade emocional é, ao mesmo tempo, social e biológica, pois realiza a transição entre o estado orgânico do ser e a sua etapa cognitiva, que só é atingida pela mediação cultural e social. É pela afetividade que o psiquismo emerge da vida orgânica, correspondendo a suas primeiras manifestações. O vínculo que a afetividade estabelece entre a criança e o meio humano, no qual está inserida, possibilita à criança ter acesso ao universo simbólico da cultura, permitindo-lhe a posse dos instrumentos necessários ao desenvolvimento da atividade cognitiva.

Acresce-se ainda, que a emoção pode promover uma revolução orgânica manifestada no próprio corpo, a sensibilidade visível através das modificações na mímica e na expressão facial. Neste sentido, a sensibilidade tem um nível afetivo e outro cognitivo, bem como a motricidade e a linguagem. “A emoção esculpe o corpo imprimindo-lhe forma e consistência, ela é proprioplática” (Wallon, 1980).

A afetividade é vista, nessa perspectiva, como uma fase do desenvolvimento humano, a mais “arcaica”. Nos três primeiros meses de vida, o bebê está imerso

puramente na vida orgânica. Em pouco tempo, a afetividade torna-se o aspecto central na promoção de seu desenvolvimento. No primeiro ano de vida, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira.

Ao longo do desenvolvimento humano elas se alternam, mantendo uma reciprocidade de forma em que as aquisições de uma repercute na outra. A diferenciação entre elas inicia-se logo que o equipamento sensório-motor favorece a exploração da realidade. Neste momento, a afetividade, da forma que era expressa inicialmente, reflui para dar espaço à atividade cognitiva que se intensifica.

Wallon (1980) afirma que a afetividade promove e incorpora as construções da inteligência. Nos primeiros anos de nossas vidas, a afetividade se expressa por manifestações somáticas e epidérmicas que garantem nossa existência, pois mobilizam o meio humano a suprir nossas necessidades. Portanto, as trocas afetivas dependem da presença do outro, por isso o autor afirma que a afetividade é social (Wallon, 1998).

A emoção possibilita as *impulsões coletivas*, isto é, a fusão de *consciências individuais*. Portanto, as pessoas dos meios nos quais as crianças estão inseridas são e lhes dão os motivos para que expressem ou se realizem. Para as crianças, é indispensável a presença do outro, seja na educação infantil (creches, Cmei e/ou escolas), seja na família ou nos grupos de que venham participar; afinal, o outro pode completar e interpretar suas reações, mediar suas aprendizagens, ser referência de comportamentos, valores e hábitos. O outro e as relações sociais são, nessa perspectiva, parceiros do eu na vida psíquica e na construção da personalidade.

Outra categoria relevante para o autor é a interação, ou seja, é a partir da relação com o outro que a criança constrói sua personalidade, o outro influencia suas condutas, seus hábitos e seus valores, não de forma passiva, mas a partir de suas escolhas para integrar ou negar novos parâmetros de comportamento que vão surgindo ao relacionar-se com os outros.

A educação infantil também se constitui como espaço privilegiado para as crianças formarem grupos. Segundo Wallon (1980), os grupos são constituídos a partir de objetivos comuns, temporários ou duradouros, podendo mudar de acordo com a idade, com aptidões físicas, intelectuais e sociais. Nessa perspectiva, faz-se necessário que as instituições de educação infantil possibilitem a formação de grupos, favorecendo as interações criança-criança e criança-adulto. Afinal, segundo a perspectiva walloniana,

a constituição de grupos é fundamental à criança para a sua aprendizagem social e para a formação de sua personalidade.

A formação de grupos traz algumas exigências. As crianças, ao ingressarem num grupo, deverão identificar-se com ele, tomar nele um lugar, um papel determinado, seguir regras. Cabe ao educador ou aos pais mediar possíveis conflitos que possam existir nessa relação, estabelecendo limites para que o grupo não fique numa situação de risco, permeada por rivalidades, despotismos e ambição. Em contrapartida, são os conflitos que mantêm o grupo vivo e em movimento, por isto, não devemos solucionar os problemas para as crianças, mas ajudá-las a construir as respostas ou novos questionamentos que ampliem as relações do grupo.

A teoria walloniana ressalta o grupo como um veículo ou o iniciador das práticas sociais, e que a família possibilita as primeiras aprendizagens das crianças. Ao entrar em contato com grupos variados, as crianças vão tomando consciência de suas próprias capacidades, de seus sentimentos e dos outros; vão, assim, tornando-se indivíduos mais livres nas suas interações e ampliando suas formas de relacionar-se com o outro, suas aprendizagens e personalidade. Desta forma, fica claro que o social ou *o outro é o parceiro do eu na vida psíquica*.

Deste modo, conclui-se que a interação com o outro é de fundamental importância para que as crianças ampliem suas relações com o mundo circundante. Para Wallon (1998), só a existência biológica não garante a sobrevivência do homem, ele precisa da presença do outro para completar, interpretar e ampliar suas aprendizagens e seu desenvolvimento. As interações se estabelecem nos meios, na família e nos grupos, e são a partir delas que as crianças vão tomando consciência de suas próprias capacidades, de seus sentimentos, da importância do outro em sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar a criança e a educação infantil requer um olhar atento e criterioso sobre os estudos da área, uma participação ativa nos debates que se estabelecem no campo acadêmico e político. Deste modo, reafirmamos a relevância do XV Encontro Nacional de Educação Infantil, realizado em maio de 2012, em Natal, Rio Grande do Norte, intitulado “Educação Infantil em perspectivas: diálogos possíveis”.

Dos debates estabelecidos fica-nos a certeza de que muitos são os avanços e os desafios a serem enfrentados. Entre eles, Oliveira (2012) destaca a necessidade de se

reconhecer, de fato, a crianças como sujeito ativo, complexo e dinâmico que, ao interagir com o outro e com o mundo a sua volta, constrói sua identidade pessoal e social, produzindo cultura.

Com vistas a garantir os direitos das crianças, sua cidadania plena e seu direito a uma educação de qualidade, Oliveira (2007) estabelece metas a serem alcançadas na educação infantil, quais sejam: a integração entre o cuidar-educar e o brincar-interagir, a elaboração coletiva e participativa da proposta pedagógica ou projeto político-pedagógico, o processo avaliativo como campo privilegiado de investigação da crianças e do processo ensino-aprendizagem e, ainda, a importância da participação da família e/ou responsável nas instituições de educação infantil. Do mesmo modo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) reafirma o compromisso sociopolítico desta etapa da educação.

Outro aspecto relevante a destacar é a importância de se compreender a perspectiva walloniana o que também – é um grande desafio –, pois ela nos coloca uma nova visão de mundo, homem e criança baseada na concepção sócio-histórico-dialética. Nessa concepção, o homem é assumido como um ser histórico que se constitui ao longo de sua existência, a partir das relações que estabelece com os meios humano, sócio-cultural e físico. Tais relações são dinâmicas e dialéticas, pois estão em constante movimento e permitem ao homem transformar, ser transformado, ao mesmo tempo que se autotransforma.

Para melhor compreender a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, segundo a perspectiva walloniana, fez-se necessário resgatar as categorias: movimento, afetividade e interação. Tais categorias relacionam-se mutuamente, uma influenciando diretamente na outra, e promovem as aprendizagens e o desenvolvimento da criança, pois favorecem seu desenvolvimento psíquico e amplia suas referências de comportamentos, hábitos, valores e conceitos.

Deste modo, este estudo reafirma a importância da educação infantil como um dos *locus* privilegiado para a criança conhecer o mundo a sua volta, produzir cultura e construir sua identidade pessoal e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anais XV Encontro Nacional de Educação Infantil – Educação Infantil em Perspectivas: diálogos possíveis/ Clarice Ferreira Guimarães, Denise Maria de Carvalho Lopes, Edna Maria da Silva (Orgs.). EDUFRN: Natal, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

DANTAS, Heloysa. **A Infância da Razão Uma introdução à Psicologia da Inteligência de Henri Wallon**. São PAULO, SP: Manole Dois, 1990.

DANTAS, Pedro. **Para conhecer Wallon Uma Psicologia Dialética**. São Paulo, SP: Brasiliense s/a, 1983.

GALVÃO, Isabel. **HENRI Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KRAMER, Sônia (Org.). **Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil**. São Paulo: Ática, 2009.

KRAMER, Sônia; BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortex, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1980.

_____. **O espaço do movimento investigação no cotidiano de uma pré-escola à luz da teoria de Henri Wallon**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, SP, 1992.

_____. **A Evolução Psicológica da Criança**. Lisboa, Portugal: Edições 70, Ltda.

Recebido em 04 de outubro de 2012.

Aprovado em 17 de dezembro de 2012.

FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS NA GESTÃO DE COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA

Milton Gonçalves da Silva Júnior¹

Alline Caitano Luz²

Denilson da Silva Bezerra³

RESUMO

O primeiro passo para o gerenciamento participativo das Bacias hidrográficas é identificar os diferentes protagonistas sociais que atuam na gestão dos recursos hídricos. Para que em seguida, os atores sociais, através do processo de educação ambiental, na capacitação de gestores públicos, técnicos, agentes de desenvolvimento local, educadores, professores e lideranças em geral, saibam avaliar as demandas dos demais usuários e tomem decisões conscientes no âmbito do Comitê de Bacia hidrográfica. A escolha da Bacia hidrográfica do Rio Munin, foi devido aos problemas ambientais e o baixo grau de instrução sobre educação ambiental na região. Assim esse trabalho teve como objetivo sistematizar os dados secundários sobre os aspectos políticos, ambientais e sociais em toda área de abrangência da Bacia, demonstrando os passos para iniciar o processo de capilaridade e fortalecimento da educação ambiental, voltados para a instrumentalização e fortalecimento do Comitê dessa Bacia hidrográfica. Este trabalho baseou-se no Projeto União Pró-Águas do Alto e Médio Munin, seguindo as informações obtidas da Rede de Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água, implantada pelo PNMAII/MMA. Foram identificadas na Bacia do Munin 114 organizações da sociedade civil, 101 usuários, 28 instituições ligadas ao governo municipal, 21 ao estadual e 2 federais que participam da implantação desse Comitê. De acordo com a percepção dos moradores, uma das ações mais perturbadoras detectadas na Bacia é a devastação da mata ciliar por desmatamentos e queimadas, que causa o assoreamento do rio. O que se pôde constatar é que o grau de desinformação sobre a gestão das águas nos dá a certeza que a implantação de uma rede de educação ambiental contribuirá de forma eficaz não só na implantação do Comitê da Bacia, como para implantação de políticas públicas no desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

A água é bem indispensável à vida e um recurso natural essencial e limitado, tratado hoje como um bem de domínio público, dotado de valor econômico e possuindo usos múltiplos. A crescente demanda por esse recurso, pelos diversos setores produtivos com várias atividades poluidoras/degradadoras e a ampliação das fontes de poluição difusa nos últimos anos, exige o controle permanente dos usos da água.

Estima-se que a quantidade de água existente na Terra seja a mesma desde a Pré-História, contudo, o número de habitantes vem crescendo de forma bastante acelerada e conseqüentemente o consumo de água vem aumentando consideravelmente. Em termos globais, a Terra tem uma quantidade de água muito superior à demanda gerada pelo homem, entretanto, a grande variabilidade da disponibilidade hídrica, no tempo e no espaço, aliada ao desordenado processo de ocupação e fixação do ser humano, vem desencadeando, cada vez mais, uma série de problemas hídricos em diversas regiões do planeta (BERLINCK, 2003).

Nesse sentido, segundo Couto *et al* (2006) existe uma necessidade de se lidar com a questão da água de forma responsável. A definição de normas de utilização, fiscalização dos

¹ Professor do Curso de Engenharia Ambiental da Faculdade Araguaia.

² Analista ambiental da Life Projetos Limnológicos

³ Doutorando em Ciência do Sistema Terrestre - INPE

agentes poluidores e cobrança de taxas que venham a inibir o mau uso e ao mesmo tempo garantir recursos para programas de despoluição; São ações mínimas que começam a ser adotadas para criar uma visão socialmente responsável na utilização do recurso água.

Dessa forma, percebe-se um cenário delicado, com perspectivas de dificuldades crescentes ao longo dos próximos anos. No caso do Brasil que, para resolver os conflitos existentes entre setores usuários das águas, formulou e aprovou a Política Nacional de Recursos Hídricos, trazendo em seu texto os princípios modernos na gestão de suas águas, de modo a harmonizar os interesses conflitantes entre os diferentes usuários, que são bastante utilizados por vários países (ASSUNÇÃO & BURSZTYN, 2002).

De acordo com os estudos de Costa (2005), onde o Estado mantém o domínio e controle sobre as águas, a sociedade civil é uma grande parceira na implementação dos Comitês de Bacia hidrográfica. Essa participação ampla da sociedade promove uma descentralização política formada por usuários de águas, representantes da Bacia e do poder público (CARRERA-FERNANDEZ E GARRIDO, 2002).

O esforço para promover o uso racional e sustentável dos recursos hídricos é um desafio que está sendo enfrentado de forma planejada, tendo como referência a Lei 8.149/04⁴, promulgada em junho do mesmo ano, a qual restabeleceu condições para implantação da Política e a Gestão Estadual de Recursos Hídricos. Com tais instrumentos de gestão e as deliberações de forma compartilhada entre o poder público, os usuários e a sociedade civil, dá-se o primeiro passo para o gerenciamento participativo das Bacias hidrográficas do Estado.

Porque, os comitês, em seu caráter inovador, institucionalizam a gestão participativa, em um modelo descentralizado por Bacia hidrográfica (Saito, 2001).

Esse modelo de gestão visa atingir os objetivos das comunidades abastecidas pelos mananciais constituintes da Bacia hidrográfica (COSTA, 2005). Mas, a participação de diferentes protagonistas sociais na gestão dos recursos hídricos é uma exigência atual da sociedade. A gestão democrática de uma Bacia possibilita a discussão de diferentes interesses, alguns inclusive conflitantes, mas que buscam soluções que visam à utilização racional da água e à conservação dos recursos hídricos para as presentes e futuras gerações.

Contudo, é preciso assegurar que os representantes de comunidades locais tenham capacidade para participar dos debates, que saibam avaliar as demandas dos demais usuários frente às suas e tomem as decisões no âmbito dos Comitês com consciência e conhecimento

⁴ Lei nº 8.149 de 15 de junho de 2004, Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

de causa sobre o teor dos argumentos e das avaliações técnicas trazidas pelo processo de educação ambiental (SAITO, 2001). Isto é necessário para que os representantes da sociedade civil, do poder público e dos usuários, estabeleçam uma negociação em torno das múltiplas demandas por recursos hídricos (SALLES, 2001; FREITAS *et al*, 2002).

O Coletivo de Educadores⁵ é a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território, é um espaço útil para a difusão da Educação Ambiental, porque mantém as relações humanas e sociais não se resumindo ao funcionalismo, ao utilitarismo, e ao monetário. É um grupo de profissionais que se aproximam para superar lacunas e dificuldades e potencializar as qualidades e capacidades de cada instituição e de cada pessoa. Promove-se, ainda, neste espaço, a articulação de políticas públicas, reflexões críticas, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade dos seus participantes que visa à continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo à percolar, de forma permanente todo o tecido social (SORRENTINO *et al*, 2005).

Deste modo, por meio do Coletivo de Educadores as instituições e movimentos relacionados ao campo da gestão de recursos hídricos articularam suas políticas de formação de gestores públicos, conselheiros, técnicos, agentes de desenvolvimento local, educadores, professores e lideranças em geral, assim como qualificar seus foros de participação social e suas intervenções educacionais voltadas à criação e ou aprimoramento de estruturas e espaços que tenham potencialidade de atuação como educadoras na direção da sustentabilidade.

Mas para que essa inter-relação aconteça de maneira igualitária, será favorecida a continuidade e a permanência dos processos educacionais, a consistência e adequação das propostas de formação, a otimização de recursos locais, regionais e federais, a ampliação das cargas horárias de formação, a articulação de programas e projetos de desenvolvimento territorial sustentável; Pois processos amplos, continuados e que perpassem todo o tecido social dependem de uma conjunção de recursos e competências que não se encontram numa única instituição.

Sendo assim, este trabalho teve como objetivo, levantar e sistematizar os dados secundários sobre os aspectos, ambientais, sociais e políticos em toda área de abrangência da Bacia do Rio Munin. Identificou-se as organizações que atuam com militância social, ativismo ambientalista, educação ambiental, formação de lideranças, educação formal e

⁵ O coletivo educador são grupos de educadores(as) de várias instituições que atuam em processos formativos no campo da educação ambiental, educação popular, da formação de professores, da extensão rural, da formação técnica sócio-ambientalista. e da mobilização social (DEA/MMA, 2005 p.8).

informal nos diferentes segmentos representantes da Bacia e seus conflitos sócio-ambientais, demonstrando os passos para iniciar o processo de capilaridade e fortalecimento do Coletivo de Educadores, propondo estratégias de transferir aos usuários, informações a respeito dos recursos hídricos, para que a formação do Coletivo de Educadores venha a fortalecer, facilitar e compatibilizar ações e projetos voltados para a instrumentalização e fortalecimento do Comitê de Bacia Hidrográfica.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de estudo de caso, sendo descritiva e bibliográfica, ou seja, a pesquisa apresenta características de um determinado fenômeno ou de uma determinada população e procura compreendê-lo através de sua descrição e interpretação. Esse tipo de pesquisa não assume o compromisso de explicar o fenômeno que descreve, mas se utiliza dele como base para seu estudo.

Logo, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, a qual se caracteriza pelo estudo sistemático, os materiais utilizados foram os trabalhos descritos na seção Revisão da literatura, pois em nível de Estado do Maranhão são os que norteiam a Política de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Munin.

O presente trabalho baseiou-se no Projeto *UNIÃO PRÓ-AGUAS DO ALTO E MÉDIO MUNIN*, da chamada pública nº. 01/2006, da Diretoria de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, que está realizando o Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, para organização da atuação dos diferentes segmentos participantes da Bacia do Rio Munin, a partir da implantação do Coletivo de Educadores.

Deste modo, este projeto propôs-se a nortear os primeiros passos para a implantação de um Coletivo de Educadores na Bacia hidrográfica do Rio Munin, através do levantamento e análise de dados secundários. Fundamentando-se em metodologia que visa à integração institucional e a permanente participação dos segmentos na gestão dos recursos hídricos.

As atividades se fundamentaram na gestão participativa, especificamente dentro das ações desenvolvidas para a criação do Comitê de Bacia hidrográfica do Rio Munin, identificando os problemas ambientais locais, bem como as ações para sua resolução. Valorizou-se, portanto, as diferentes práticas sociais existentes, o que contribuiu para o conhecimento das redes sociais. Uma vez que, a organização dos usuários de água da Bacia hidrográfica se constitui em uma das principais etapas da implantação de instâncias organizativas previstas nas leis nacional e estadual de recursos hídricos, que cria um espaço democrático de discussão e deliberação sobre a utilização mais racional e eficiente da água.

Para a implementação do Coletivo de Educadores, foram sistematizados os dados secundários sobre o território nos seus aspectos sócio-ambientais e econômicos e articulados através do mapeamento das organizações que atuam com militância social, ativismo ambientalista, educação ambiental, formação de lideranças, educação formal e informal, foram identificados ainda os conflitos sócio-ambientais.

Portanto, as informações adquiridas com este estudo, serviram de subsídio para a implantação do projeto que norteará o processo de formação dos educadores ambientais, que estará de acordo com a estratégia de mobilização do Comitê de Bacia hidrográfica.

Caracterização da área de estudo

A Bacia é delimitada pelas coordenadas geográficas: Norte: 3°43'S e 43°24'O; Leste: 4°04'S e 43°01'O; Sul: 4°34'S e 43°07'O; Oeste: 3°22'S e 43°28'O, com seu centro geográfico a 140 km a sudeste da capital do Estado. Possui forma alongada no sentido nordeste-sudeste, com cerca de 286 km de comprimento e 160 km de largura máxima, totalizando uma área estimada de 15.926,94 Km² o que corresponde a 4,8% do Estado (Maranhão, 2002) (Figura 01).

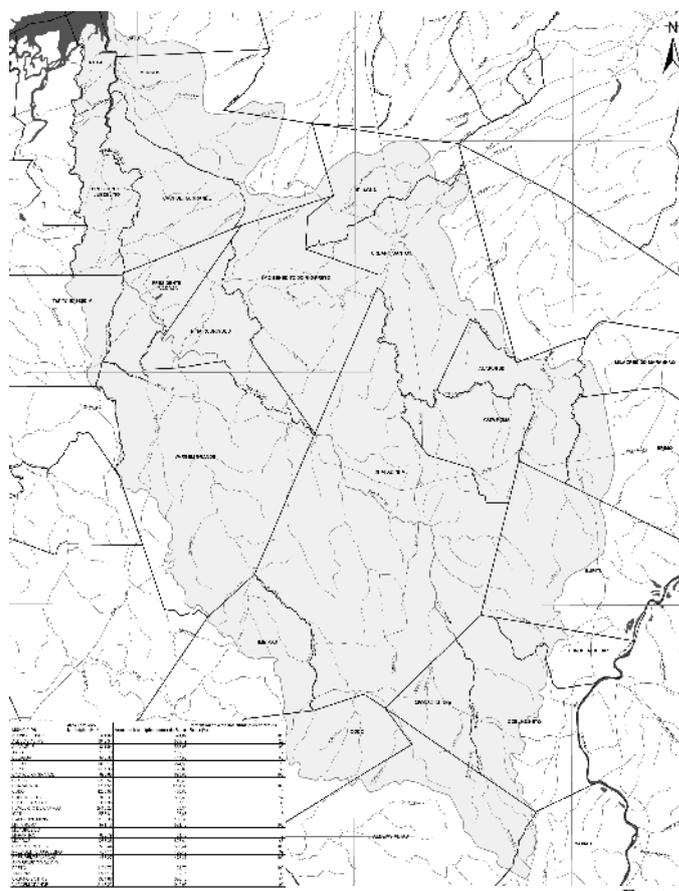


Figura 1 - Mapa de localização dos municípios que compõem a Bacia do Rio Munin.

O rio nasce nos tabuleiros da Formação Barreiras, a nordeste de Caxias, na porção extremo-leste do Estado do Maranhão. Tem como principais afluentes os rios Muquém, Iguará, Preto, Mocambo, Prata, Pirangi, Costa e Santana e deságua na baía de São José, entre Axixá e Icatu, perfazendo um percurso de mais de 320 km., após banhar cerca de 26 municípios da região do Cerrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Delimitação legal da Bacia do Rio Munin

A Resolução N.º. 001/2008 do CONERH/MA (publicada no Diário Oficial do Estado n.º.048 em 10/03/2008 fls. 14 e 15), definindo a delimitação da Bacia hidrográfica do Rio Munin obedeceu aos critérios estabelecidos pelo Núcleo de Geoprocessamento da Universidade Estadual do Maranhão, cujos municípios estão distribuídos nos seguintes cursos, dispostos na Tabela 1.

Tabela 1- Relação dos municípios e delimitação da Bacia hidrográfica com suas respectivas áreas pertencentes à Bacia do Rio Munin

Municípios	Bacias Hidrográficas	Área (Km ²)			Habitantes			
		Município	Participação/Bacia		Urbana	Rural	Total	(p/Km ²)
			Km ²	%				
ALTO CURSO								
Afonso Cunha ^{1,2}	Munin	429,61	429,61	2,7	2.255	2.425	4.680	15,2
Aldeias Altas	Munin/Parnaíba/Itapecuru	1.942,34	457,67	2,87	7.375	11.452	18.827	11,8
Anapurus ¹	Munin/Parnaíba/Preguiças	611,04	569,1	3,57	4.601	5.679	10.280	22,8
Brejo	Munin/Parnaíba	1.051,16	234,46	1,47	10.656	16.857	27.513	20,8
Burití	Munin/Parnaíba	1.404,33	800,48	5,03	7.195	16.931	24.126	10,73
Caxias	Munin/Parnaíba/Itapecuru	5.290,47	56,93	0,36	103.485	36.271	139.756	1,8
Codó	Munim/Itapecuru	4.226,06	421,66	2,65	75.093	36.053	111.146	4,07
Coelho Neto	Munin/Parnaíba	972,31	557,96	3,5	34.747	7.467	42.214	7,65
Duque Bacelar	Munin/Parnaíba	307,95	108,25	0,68	4.173	5.240	9.413	22,6
Mata Roma ^{1,2}	Munin	585,41	585,41	3,68	5.235	6.564	11.799	25,2
Milagres do MA	Munin/Parnaíba	638,79	41,55	0,26	1.399	3.750	5.149	4,28
Timbiras	Munim/Itapecuru	1.227,13	435,96	2,74	13.954	12.447	26.401	7,88
MÉDIO CURSO								
Belágua	Munin/Periá/Preguiças	616,38	430,9	2,71	1.829	3.424	5.253	11
Chapadinha ^{1,2}	Munin	3.273,25	3.273,25	20,54	37.231	24.091	61.322	20,8
Nina Rodrigues ^{1,2}	Munin	585,58	585,58	3,68	3.363	4.926	8.289	17,5
São Benedito do rio Preto ^{1,2}	Munin	1.046,91	1.046,91	6,57	9.173	7.269	16.442	18,5
Urbano Santos ^{1,2}	Munin	1.124,31	1.124,31	7,06	10.906	6.697	17.603	18
Vargem Grande ¹	Munim/Itapecuru	2.113,23	1.876,33	11,78	17.116	17.591	34.707	20,1
BAIXO CURSO								
Axixá ^{1,2}	Munin	152,93	152,93	0,96	1.202	8.940	10.142	70,1
Cachoeira Grande ^{1,2}	Munin	639,29	639,29	4,01	2.852	4.531	7.383	12,5
Humberto Campo	Munin/Periá	2.413,27	45,89	0,29	6.240	15.026	21.266	0,57
Icatu ¹	Munin/Periá	1.538,81	104,99	0,66	6.272	15.217	21.489	59,8
Itapecuru Mirim	Munim/Itapecuru	1.180,35	183,51	1,15	27.661	15.111	42.772	8,23
Morros ¹	Munim/Periá	1.255,38	868,2	5,45	4.946	9.648	14.594	6,51
Presidente Juscelino ^{1,2}	Munin	459,52	459,52	2,89	2.715	7.978	10.693	26,5
Presidente Vargas ^{1,2}	Munin	436,29	436,29	2,74	3.744	6.739	10.483	21
TOTAL			15.926,94	100	405.418	308.324	713.742	19,42

(1) Município com Sede dentro da bacia hidrográfica do rio Munin.

CEPEMAR (2006), IBGE (2000)

(2) Município 100% dentro da bacia hidrográfica do rio Munin.

As principais localidades da Bacia, em relação ao tamanho da população municipal, segundo os dados do IBGE (2000), estão situadas em dez principais municípios, que em

ordem crescente são: Afonso Cunha, Cachoeira Grande, Nina Rodrigues, Axixá, Presidente Vargas, Presidente Juscelino, Mata Roma, São Benedito do rio Preto, Urbano Santos e Chapadinha (Figura 2).

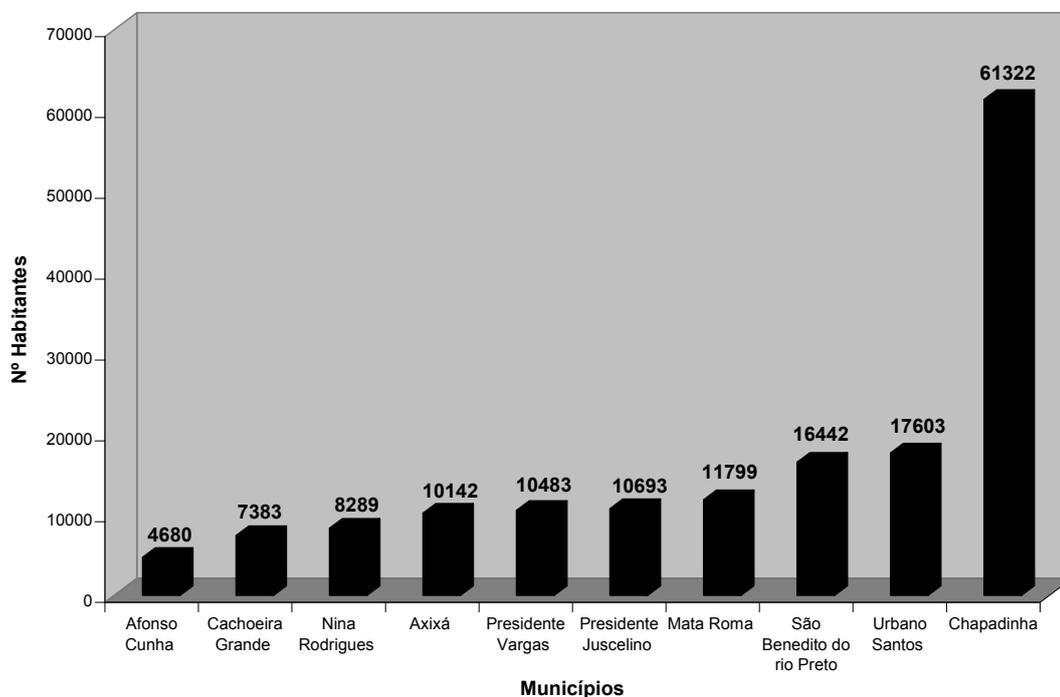


Figura 2 - Principais municípios da Bacia hidrográfica do Rio Munin em número de habitantes.

A população total desses municípios é da ordem de 158.836 habitantes, o que representa cerca de 22,25% do total da população dos municípios contidos na Bacia.

Além do mais, na Bacia do Munin estão localizados municípios, com baixos índices de desenvolvimento humano, onde vive uma população de aproximadamente 400 mil habitantes.

As informações ambientais (hidrologia, qualidade da água, uso e ocupação do solo e alteração da cobertura vegetal), foram obtidas de CEPEMAR (2006), pois retratam um aprofundamento do conhecimento sobre a Bacia hidrográfica do Munin, através de suas características ambientais. O grau de veracidade e complexidade dos dados ambientais inseridos neste trabalho é embasado pela Rede de Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água na Bacia do Rio Munin, implantada pelo Programa Nacional do Meio Ambiente Fase II, do Ministério do Meio Ambiente (PNMAII/MMA).

Características ambientais sobre a Bacia hidrográfica

Características hidrológicas

O Rio Munin nasce nos tabuleiros da Formação Barreiras, a nordeste de Caxias, na porção extremo-leste do Estado do Maranhão. A rede de drenagem na Bacia é formada pelos

rios Munin (principal) e seus afluentes, na margem direita, o rio Una e o rio Preto, tendo sua desembocadura logo abaixo da cidade de Morros, na margem esquerda, o rio Iguará. A foz do Rio Munin encontra-se ao Sul da Ilha de São Luís, no município de Icatu a Sudeste da região do Golfão maranhense (Figura 3).

A Bacia apresenta a disposição da sua rede de drenagem na forma dentrítica, apresentando ramificações irregulares de cursos de água em todas as direções. Os ângulos de inserção entre os canais de drenagem secundários e os principais são os mais variados. Este modelo expressa uma característica básica das Bacias sedimentares; a presença de rochas sedimentares com pouca resistência à erosão. É, portanto, este o padrão preponderante ao longo de toda a Bacia. A região apresenta características naturais diversificadas, com ecossistemas típicos de cerrados, extensa zonas de cocais e o predomínio de manguezais na zona costeira.

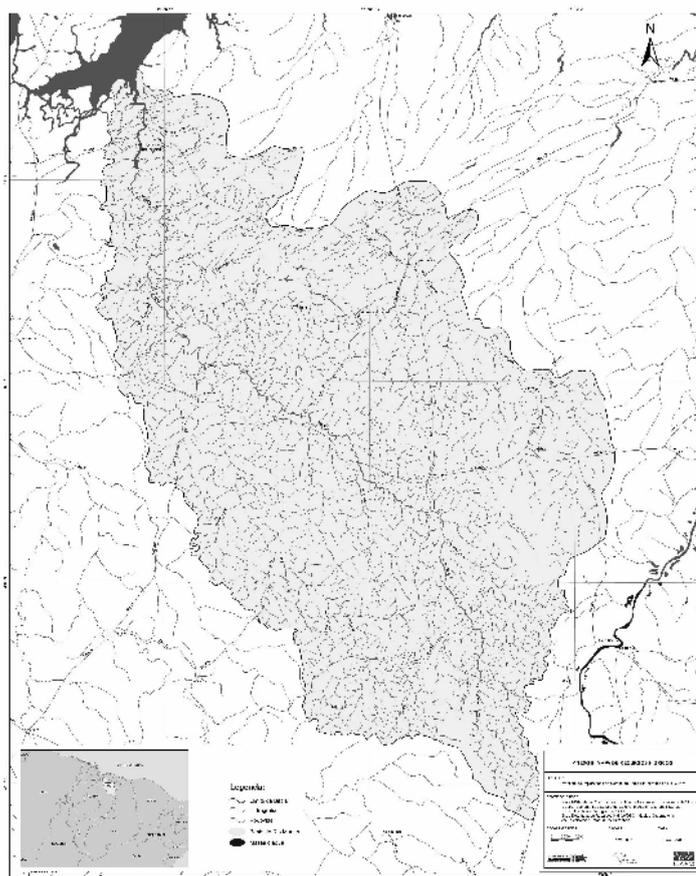


Figura 3 - Mapa dos rios tributários da Bacia hidrográfica do Munin
FONTE: CEPEMAR (2006)

Nesta Bacia se encontra, em face da infra-estrutura hídrica instalada, representatividade de usuários de água como, produtores de grãos, comunidades extrativistas e concessionárias, e

conseqüentemente, todas as implicações pertinentes aos seus efeitos, como degradação ambiental, escassez e conflitos.

Qualidade da água

A partir da rede de monitoramento da qualidade e quantidade da água na Bacia do rio Munin, foram monitorados pontos situados nos riachos Anapurus e São José e nos rios Preto e Munin, sendo os parâmetros analisados: pH , Temperatura, Cor , Turbidez, Cloreto, Cromo Hexavalente, Ferro, Nitrato, Nitrito e Sulfato (CEPEMAR, 2006).

Os resultados do monitoramento demonstraram a presença de águas ácidas e com altos índices de Cor e de Ferro. Valores de Oxigênio Dissolvido se apresentaram pouco acima do limite preconizado pelo CONAMA⁶ para águas Classe 2. Onde em alguns pontos foi observada alta Turbidez.

As principais fontes de degradação encontradas na Bacia do Munin são: desmatamento das matas ciliares causando assoreamento, lançamento de esgotos domésticos “*in natura*”, e de esgotos sanitários, despejos industriais, exploração irregular de areia, criação extensiva de animais, inexistência de infra-estrutura, falta de saneamento básico nos municípios, ocupação urbana desordenada, erosão do solo e lançamento de resíduos sólidos nos cursos d’água, causando elevado índice de ocorrência de doenças por veiculação hídrica.

Considerando que a gestão das águas deve dar-se a partir de um processo de planejamento envolvendo instituições públicas, privadas e sociedade, e que tal processo deve ser fundamentado em um modelo de gerenciamento de recursos hídricos, cujo eixo central é a compatibilização entre a disponibilidade hídrica e a demanda da água pelos diferentes setores, sob a perspectiva de proteção e de conservação desse recurso é que se decidiu pela implementação do do Comitê da Bacia hidrográfica do Rio Munin.

Uso e ocupação do solo

No final da década de 1990, com o processo de globalização, a produção de soja cresceu devido principalmente à sua grande utilização na alimentação de animais. A substituição total ou parcial da cobertura vegetal original pela monocultura implica em fortes impactos sobre a fauna silvestre nativa que perde as condições do seu habitat natural, além do surgimento de pragas e doenças, conduzindo ao vicioso ciclo dos agroquímicos. Tais práticas eliminam não só as pragas como também seus predadores naturais e cria mecanismos de resistência, o que exige taxas cada vez maiores de inseticidas.

⁶ Conselho Nacional de Meio Ambiente

A Bacia hidrográfica do Rio Munin tem vivenciado um forte crescimento econômico como resultado da exploração dos seus recursos naturais. Esse crescimento tem proporcionado grande impacto na flora e na fauna, sendo também causa de profundas mudanças nos padrões sócio-culturais da região. Além das alterações diretas das mudanças na cobertura vegetal, o modelo agrícola utilizado, com tecnologias que agregam grandes quantidades de agroquímicos, representa um conjunto de fatores que conduzem às principais causas de impactos negativos decorrente da ocupação dessas áreas.

Após a grande ocupação do cerrado da região Sul do Maranhão, iniciada na década de 1970, a denominada região de Chapadinha vem sofrendo grandes pressões de uso, principalmente nas áreas de ocorrência desse ecossistema (Figura 4). A redução de áreas disponíveis no sul do Estado aliada às vantagens comparativas de “Chapadinha”, devido à proximidade com São Luís, onde se localiza o complexo portuário do Itaqui, têm sido condições decisivas no aumento do uso da terra na Bacia do Rio Munin. No período entre 2000 - 2004 houve um acréscimo de 36,5% na taxa de desmatamento dentro dessa Bacia. No ano de 2000, o total da área utilizada para instalação de grandes projetos mais as áreas urbanas, representava 532 km² (3,33%). Em 2004 essa área passou para 726 km² (4,56%).



Figura 4- Plantio de soja no município de Anapurus ao lado da BR-222.
FONTE: CEPEMAR (2006)

Como consequência do aumento na taxa de desmatamento, as áreas de cerrado foram as que sofreram maior impacto (Figura 5). Durante o período, os municípios que apresentaram maiores mudanças na cobertura do solo foram: Anapurus, Brejo e Buriti.

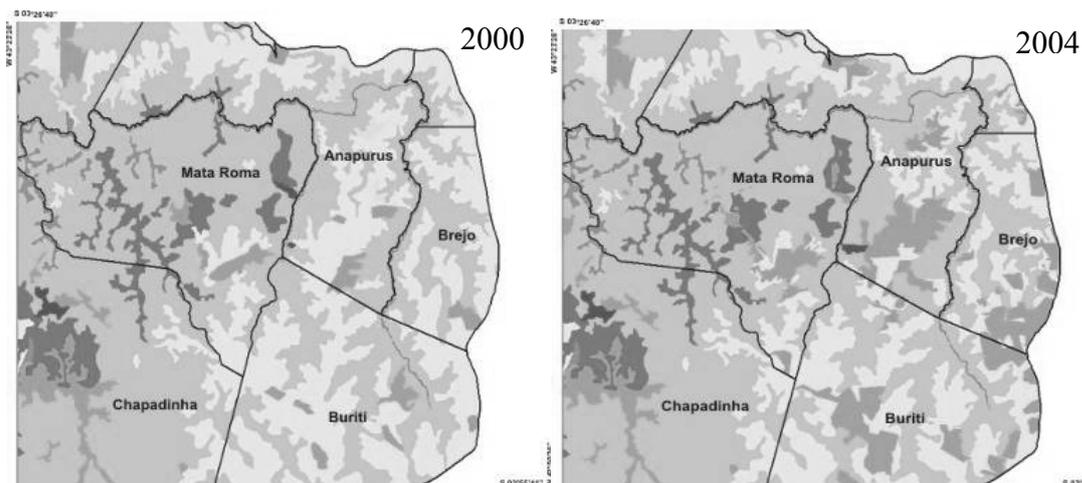


Figura 5- Áreas desmatadas na região de Chapadinha, (laranja) em 2000 e 2004.
 FONTE: CEPEMAR (2006)

Bastante assoreado, o Munin sofre as conseqüências dos desmatamentos e do uso indiscriminado do solo, que tornam suas águas escassas e turvas, só adquirindo maior volume no baixo curso, já próximo à costa (Figura 6).



Foto 6- retirada da mata ciliar próximo à Nina Rodrigues.
 FONTE: CEPEMAR (2006)

Além dos problemas relacionados às mudanças na cobertura vegetal, a Bacia do Rio Munin tem sérios problemas com o destino do lixo e esgoto domésticos (Figura 7).



Figura 7 - Esgoto doméstico jogado diretamente no Rio Munin, no município de Morros.
FONTE: CEPEMAR (2006)

O baixo Munin, na região de Morros necessita de urgentes melhorias de infra-estrutura. Este trecho da Bacia possui diversos balneários sem, no entanto, apresentar quaisquer condições de saneamento básico ou de controle do fluxo de turistas (Figura 8).



Figura 8 - Morador jogando lixo “a céu aberto” em local próximo ao balneário do rio Uma, cidade de Morros.
FONTE: CEPEMAR (2006)

Política de Educação Ambiental como suporte ao processo de formação de educadores ambientais na gestão dos comitês de Bacia hidrográfica

Desde os anos 60, o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países desenvolvidos, os chamados países ricos, vêm promovendo uma série de impactos ambientais avassaladores no planeta, num espaço de tempo curtíssimo, jamais vistos na história da humanidade, o que levou a comunidade política internacional a inquietar-se com a temática ambientalista e a organizar diversos eventos, encontros e documentos que construíram a história da Educação Ambiental (ROTHER E TOMAZELLO, 2004).

Neste sentido, segundo as orientações da declaração da Conferência Intergovernamental de Tbilisi, organizada pela UNESCO⁷ e pelo PNUMA⁸, em 1975, os objetivos da educação ambiental são de favorecer a compreensão e preocupação da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas rurais e urbanas; oferecer a todas as pessoas a oportunidade de adquirir os conhecimentos, valores, atitudes, compromissos e capacidades necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente e criar novas regras de conduta nos indivíduos, grupos e na sociedade em geral em relação ao ambiente (FENSHAM *et al*, 1986).

Assim, a partir da Rio - 92, o governo brasileiro, cria a Lei nº. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que conforme disciplinado no Art. 1º do Capítulo I, entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Mas, em geral, a Educação Ambiental resulta de campanhas isoladas, ações em datas comemorativas, projetos descontextualizados que deixam de lado aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais, que são partes integrantes da temática ambiental, onde poucos projetos são pensados a partir das potencialidades das regiões em que a população alvo está inserida (VIANNA, 2001).

Então para evitar o descrédito dos projetos de educação na área ambiental, em 2003, iniciou-se o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), com o objetivo de criar uma dinâmica nacional contínua de formação de educadores ambientais, apoiar e estimular processos educativos em direção à construção da sustentabilidade socioambiental e fortalecer as instituições e seus sujeitos para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos formativos procurando envolver a totalidade e diversidade da população brasileira (DEA/MMA, 2008).

⁷ Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

⁸ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Sendo que a estratégia de implementação do ProFEA, foi a articulação de Coletivos Educadores, que promovam processos formativos em Educação Ambiental integrados, permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território (*op cit*).

Portanto, a articulação de uma rede para a difusão de atividades voltadas para a educação ambiental, corroborou com os princípios de instalação dos comitês de Bacia hidrográfica, no que diz respeito a considerar os atores locais, como peça fundamental do processo de construção da gestão ambiental local. Pois, o intuito da junção do coletivo educador e do comitê de Bacia, visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza (SORRENTINO *et al*, 2005).

Segundo Lanna (1995), com uma visão mais ampla, surge o conceito de gerenciamento de Bacia hidrográfica como "*processo de negociação social*".

Visto isso, Cavalcanti (1999) aponta a educação, a gestão participativa e o diálogo entre sujeitos sociais como os três parâmetros fundamentais para a regulação ambiental. Onde a articulação aprofundada se dará, a exemplo do processo de formação do Comitê de Bacia hidrográfica, que designa ao poder público e à sociedade, a conscientização dos direitos e deveres inerentes à utilização da água, como instrumento do desenvolvimento sustentável, econômico e socioambiental, destinado a efetivar a proteção nas Bacias hidrográficas (LAGOS BUSTOS, 2003).

Já o Estado assume o estímulo, o subsídio e o certificado de parcerias entre instituições formadoras, que já têm por função precípua a formação de educadores ou que podem passar a assumir tal função, de modo a garantir um processo continuado de formação de educadores ambientais. Visando ao estabelecimento de contratos entre municípios, dos municípios com seus habitantes, com as instituições regionais e com os conselhos, para garantir um processo educador e gestor da sustentabilidade municipal (SORRENTINO *et al*, 2005).

Então, de acordo com o parágrafo VI, do Art. 1º, da Lei nº. 9.433/97⁹, cabe afirmar que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e organizações civis¹⁰.

De acordo com a referida lei estabelece que sejam considerados como organizações civis de recursos hídricos, os consórcios e associações intermunicipais de Bacias hidrográficas, associações regionais, locais ou setoriais de organizações técnicas e de ensino e

⁹ Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a *Lei das Águas*, Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade.

Sendo que a representação dos usuários de recursos hídricos ficou definida para os seguintes setores: irrigantes, indústrias, concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, pescadores e usuários para lazer ou turismo, prestadores de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e hidroviário.

Tal Lei Federal incorporou também o conceito de participação ao estabelecer que os comitês deveriam estar formados por representantes dos segmentos da União, estados, municípios, organizações de usuários de água e da sociedade civil, ou seja, todos articulados com o estado, tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum (LAGOS BUSTOS, 2003).

Percebe-se então que a criação de políticas que correlacionaram às áreas de educação ambiental e recursos hídricos teve como finalidade comum a participação e integração da cidadania nos mecanismos de difusão das atividades de educação ambiental concernentes ao meio ambiente e gestão das águas.

Principais atores sociais que desenvolvem ações relacionadas à gestão de recursos hídricos na Bacia

A Política Nacional de Recursos Hídricos é calcada nos princípios da descentralização e da participação social. Então, para que os princípios da gestão de um recurso possam ser empregados de forma prática e os processos de educação ambiental sejam aplicados em todas as instâncias locais, o Comitê de Bacia hidrográfica foi idealizado, como órgão colegiado formado por representantes da sociedade civil, poder público e usuários (CARDOSO, 2003). Pois com as devidas entidades representadas cria-se um ambiente favorável à gestão de conflitos.

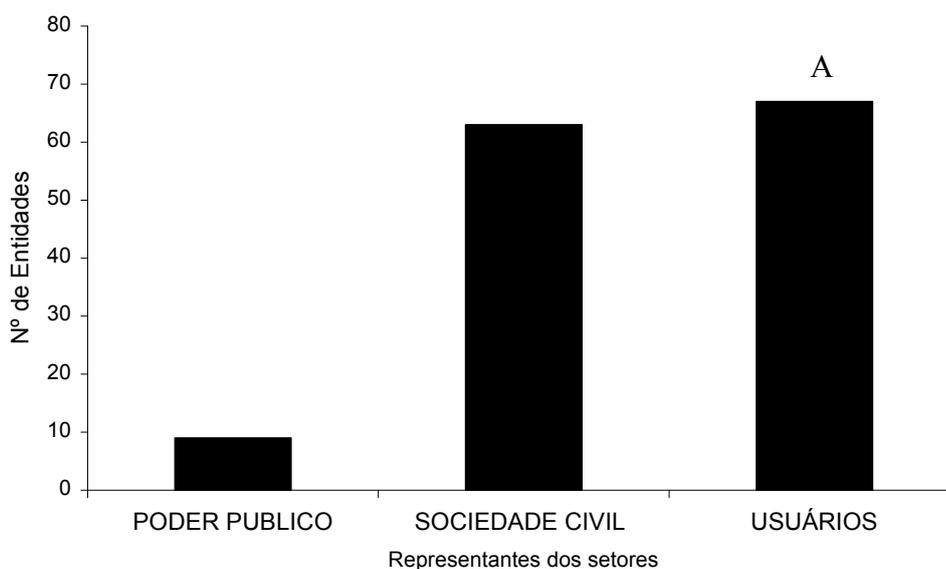
Assim pode-se observar que segundo a Lei das águas, a gestão democrática, participativa e descentralizada dos recursos hídricos, determinando o compartilhamento de poder e de responsabilidades entre o Estado e os diversos setores da sociedade, foram os princípios considerados como fundamentais para a sua aplicação.

Portanto, o primeiro passo para conhecer a realidade local é identificar os órgãos e instituições atuantes na Bacia do Rio Munin. Assim, foram identificadas ao longo dos 26 municípios que compõem a Bacia, 266 instituições que realizam ações para a conservação e preservação dos recursos hídricos.

Das instituições identificadas, 114 são organizações da sociedade civil, 101 são usuários, 28 são ligadas ao governo municipal, 21 ao governo estadual e 2 são instituições federais que apóiam projetos desenvolvidos na Bacia. Nesse levantamento foram destacados os principais usuários e as instituições que atuam direta e indiretamente nos municípios do Munim.

O levantamento contemplou as entidades com potencial de ajudar a dinamizar o processo de mobilização social em prol do Comitê de Bacia e conseqüente implantação do Coletivo de Educadores. O que aparentemente se demonstra um alto grau de envolvimento de todos os setores na gestão das águas.

Para demonstrar que esse processo segue os princípios de gestão descentralizada e participativa da Lei das Águas, através deste estudo, pôde-se quantificar as instituições por trecho da Bacia, mostrando o grau de envolvimento das entidades ambientalistas e da comunidade, na gestão dos recursos hídricos do Rio Munim (Figura 9 A, B e C).



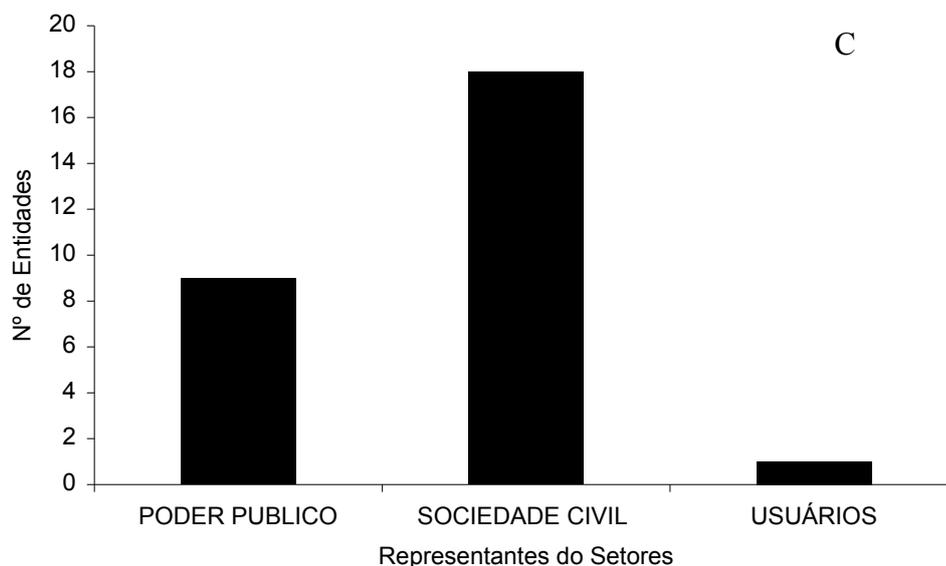
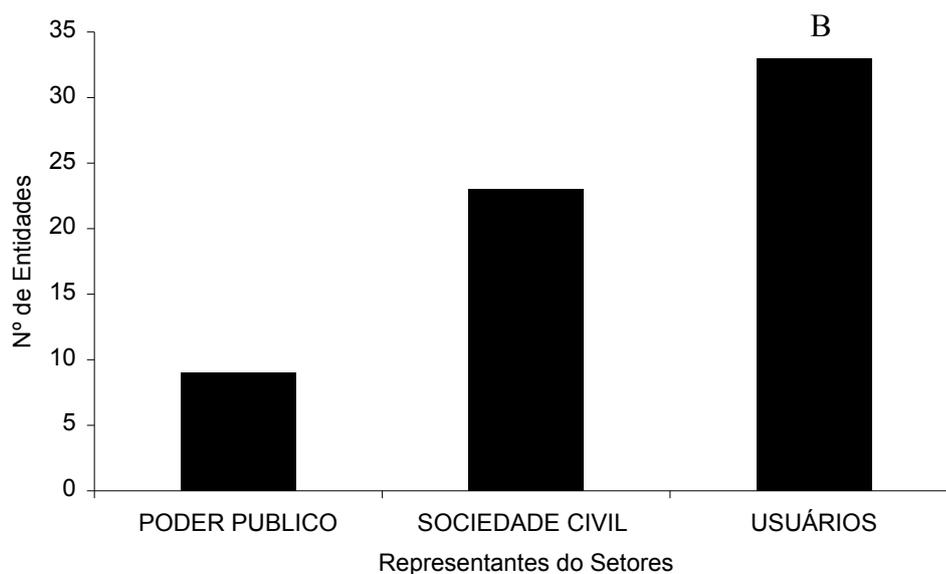


Figura 9 - Quantidade de entidades ambientalistas separadas por suas representações legais por curso da Bacia do Rio Munin. A – Alto, B – Médio e C – Baixo curso

O que se constata é que não existe qualquer tipo de identidade social que corresponda aos limites da Bacia hidrográfica. A diversidade de atores que estão trabalhando na sua gestão possuem percepções espaciais calcadas em outras referências territoriais; a referência da Bacia terá necessariamente que ser construída e disputada com as unidades e percepções já existentes (CEPEMAR, 2006).

Contudo, somente algumas instituições estão atuando diretamente em projetos ligados a gestão das águas do munim, devido à desinformação sobre a importância da água para a população residente na Bacia, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2- municípios com entidades associadas a causas ambientalistas à Bacia do Rio Munim

MUNICÍPIOS	INSTITUIÇÕES
ALTO CURSO	
AFONSO CUNHA	NEPE – Núcleo Estadual de Produção Experimental
ALDEIAS ALTAS	Associação Umbanda dos Moradores de Aldeias Altas
ALDEIAS ALTAS	Sindicato dos Professores e de Mães Servidoras dos Moradores de Aldeias Altas ASALTAS – Associação Ambientalista de Aldeias Altas
ANAPURUS	Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Anapurus Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapurus Fórum de Secretários de Agricultura e Meio Ambiente
BREJO	Pastoral da Juventude da Igreja Católica de Brejo
BURITI	CINPRA (Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento)
CAXIAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Conselho Estadual d Recursos Hídricos
CODÓ	Casa da Agricultura Familiar de Codó
COELHO NETO	Secretaria de Agricultura
DUQUE BACELAR	ABAMA – Associação Bacelaense de Meio Ambiente
MATA ROMA	APREMA - Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Mata Roma Sindicato dos Trabalhadores de Mata Roma
TIMBIRAS	IAC – Instituto de Apoio Comunitário de Timbiras
MÉDIO CURSO	
BELÁGUA	AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis maranhenses e baixo Parnaíba/litoral)
CHAPADINHA	Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Baixo Parnaíba (Chapadinha) Casa da Agricultura Familiar Rural de Chapadinha CAEMA - Unidade de Negócio de Chapadinha Associação Aldeia Ativa do Fórum de DLIS
NINA RODRIGUES	AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis maranhenses e baixo Parnaíba/litoral)
SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	COLETIVO JOVEM DE MEIO AMBIENTE AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis maranhenses e baixo Parnaíba/litoral) Coletivo Educador
URBANO SANTOS	Comercial Agrícola Paineiras AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis maranhenses e baixo Parnaíba/litoral)
VARGEM GRANDE	AGE CONSÓRCIOS Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis maranhenses e baixo Parnaíba/litoral.

Cont. (Tabela 2)

BAIXO CURSO	
AXIXÁ	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Fórum de Secretários de Agricultura e Meio Ambiente Colônia de Pescadores de Axixá Sociedade Cultural e Ambiental de Centro Grande Axixá
CACHOEIRA GRANDE	Secretário de Meio Ambiente: Osmar Fórum de Secretários de Agricultura e Meio Ambiente
CACHOEIRA GRANDE	AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis Maranhenses e baixo Parnaíba/litoral)
HUMBERTO DE CAMPOS	CONSAD – Lençóis Maranhenses/Baixo Parnaíba
ICATU	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Icatú Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
ITAPECURU MIRIM	Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região do Itapecuru (Itapecuru Mirim) CAEMA - Unidade de Negócio de Itapecuru
MORROS	AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis Maranhenses e baixo Parnaíba/litoral)
PRESIDENTE JUSCELINO	AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis Maranhenses e baixo Parnaíba/litoral) Associação dos Amigos do Rio Munin Fórum de Secretários de Agricultura e Meio Ambiente
PRESIDENTE VARGAS	AGE CONSÓRCIOS (Agência intermunicipal de consórcios das microrregiões do munim, Lençóis Maranhenses e baixo Parnaíba/litoral)

Conflitos socioambientais

A partir de um retrato mais nítido sobre a situação dos recursos hídricos da região, fica mais fácil fortalecer o envolvimento dos principais atores e identificar os meios de maior alcance e eficácia para sensibilizar a população a participar do processo de gestão (CEPEMAR, 2006).

A base econômica da Bacia está centrada no setor primário, com pecuária bovina rudimentar, pequenos cultivos de arroz e coleta de babaçu. As atividades exploratórias mais recentes, como a produção de carvão vegetal para uso energético por empreendimentos de produção de ferro-gusa e a ocupação de terras altas e elevadas (tabuleiros) para cultivo de soja é preocupante, em razão da extensão espacial dos impactos em uma Bacia hidrográfica ainda carente de estudos do seu meio físico.

Neste contexto, as ações, que se observam sobre a base de recursos naturais, alcançam, evidentemente, os recursos hídricos. Podemos dizer, então, que há uma forte relação entre os recursos hídricos e a vegetação. Para os organismos aquáticos ela é fonte de alimento e ambiente propício à reprodução.

Sendo assim, as mudanças ocorridas na vegetação resultam em prejuízos diretos ao ser humano, aos animais e em alterações na quantidade e na qualidade da água. Os desmatamentos, as queimadas e outros danos causados à vegetação provocam a erosão do

solo (arraste de terra com abertura de fendas e valas), assoreamento do rio (fica mais raso pela areia arrastada das margens), compactação do solo (fica endurecido e as plantas não crescem), aterramento de nascentes (olhos d'água) e o desaparecimento de plantas e animais, principalmente de peixes.

De acordo com a percepção dos moradores da Bacia, uma das ações mais perturbadoras é a devastação da mata ciliar por desmatamentos e queimadas, o que vem causando o assoreamento. Tal problema está se acentuando nos municípios de Chapadinha (Rio Munin e outros menores), Mata Roma (riacho Estrela) e em Buriti, no riacho do Morro que, de acordo com Márcia Regina, voluntária da Pastoral da criança e professora, *“seca agora no verão”*. Em São Benedito do Rio Preto, o Rio Preto, segundo Plínio Fabrício S. Soares, professor do município, *“está assoreando não somente pelo desmatamento, mas também pela construção de açudes irregulares para a irrigação, os quais represam a água dos afluentes, diminuindo assim a vazão do rio”*.

Em termos de uso e ocupação do solo na Bacia, esta é de natureza predominantemente rural, sendo reduzido o número de cidades banhadas pelo Rio Munin e seus afluentes. Esta Bacia tem sofrido um processo desordenado de ocupação do espaço geográfico, com grave degradação ambiental, fruto do crescimento econômico de uma pequena parcela da população, que não privilegia a qualidade ambiental, cujas degradações que se observa sobre a base de recursos naturais alcançam, evidentemente, os recursos hídricos.

Os mananciais existentes estão passando por um acelerado processo de degradação de ordens orgânica, tóxica e microbiológica, provocando o comprometimento direto da saúde das comunidades usuárias. Evidencia-se na região da Bacia, portanto, um conflito eminentemente qualitativo. Isto explica o fato da atividade agrícola de subsistência e de larga escala, que tem atualmente na soja a cultura que mais demanda terras na região, ser forte causadora do desmatamento, erosão do solo e assoreamento dos cursos d'água e êxodo das famílias. Além dessas ações, o Rio Munin sofre com a extração indiscriminada de areia de seu leito, que é realizada sem nenhum critério técnico (MMA/ANA, 1991).

As principais fontes de degradação na Bacia do Munin são: desmatamento das matas ciliares causando assoreamento, (Figuras 10, 11 e 12).



Foto: CEPEMAR - 2004

Figura10 - Retirada da mata ciliar do Rio Munin próximo a sede do município de Nina Rodrigues.



Foto: CEPEMAR - 2004

Figura 11 - Formação de ilhas de areia no leito à montante do Rio Munin, demonstrando seu grau de assoreamento.



Foto: CEPEMAR - 2004

Figura 12 - Erosão em voçoroca na margem direita do rio Preto, afluente do Rio Munin, no município de São Benedito do rio Preto

A atividade de carvoejamento na região de cerrado, junto às suas cabeceiras nos municípios de Urbano Santos, Mata Roma, Chapadinha e Nina Rodrigues também é outro problema que vem prejudicando o solo na Bacia, por conta do intenso desmatamento.

O lançamento de esgotos domésticos “*in natura*”, (Figura 13) e de esgotos sanitários (Figura 14), despejos industriais, exploração irregular de areia, criação extensiva de animais, inexistência de infra-estrutura, falta de saneamento básico nos municípios, ocupação urbana desordenada, erosão do solo e lançamento de resíduos sólidos nos cursos d’água, vem causando elevado índice de ocorrência de doenças por veiculação hídrica.



Foto: CEPENAR - 2004

Figura 13 - Morador jogando lixo nas margens do Rio Munin.



Foto: CEPENAR - 2004

Figura 14 - Esgoto doméstico sendo lançado diretamente no Rio Munin.

Como podemos observar, todos somos responsáveis pela água, e por isso é preciso o trabalho coletivo, para que a água possa atender as nossas necessidades. Por esse motivo, a sociedade civil, juntamente com o Governo e demais interessados na gestão da Bacia hidrográfica devem promover debates e discussões em um processo de educação construtivista, a respeito de como utilizar este recurso da melhor forma possível para que não falte a ninguém. Segundo relatos da população da Bacia: *“é preciso conservar o que é nosso, utilizar de maneira justa, a partir de um planejamento prévio, do qual todos devem participar”*.

Estratégias de transferência de informações as comunidades, a respeito dos recursos hídricos da Bacia hidrográfica

O grau de desinformação sobre a água “como um recurso essencial e limitado, dotado de valor econômico e de uso múltiplo”, é um desafio ao processo de mobilização social para o fortalecimento do Coletivo de Educadores. Assim, para que esse processo seja incorporado aos projetos educacionais e ambientais de cada município, ele precisará de um esforço de comunicação contínuo e permanente que não fique limitado apenas à produção de alguns eventos e materiais educativos.

Para tanto, é importante identificar iniciativas já existentes nas comunidades e estimular, a criação de Grupos de Mobilização que possam atuar nos municípios, replicando a idéia central do Coletivo, que é a formação de educadores sócio-ambientais, contribuindo com as estratégias de comunicação e sensibilização da população para o uso sustentável dos recursos hídricos da região. Fazendo com que todos os representantes legais das comunidades, municípios, através das prefeituras e entidades privadas que usufruem da água, estejam sensibilizados e aptos a participarem diretamente da gestão das águas, através do Comitê.

Após o levantamento de todas as informações disponíveis sobre a Bacia hidrográfica e reconhecida à realidade da população, através da composição dos cenários de conflitos pelo uso do recurso e sensibilizando o poder público local da importância do investimento técnico e financeiro nessa causa.

Através das informações obtidas neste trabalho; é sugerido a criação de um material básico de apoio, que inclua folder, cartilhas, cartazes, vídeo, spot de rádio e DVD com informações sobre a fauna e flora que compõem o Rio Munin e seus tributários e sobre a população tradicional que depende desse recurso, sobre a proposta de implantação do Coletivo de Educadores, como instrumento da disseminação da educação ambiental, que atuará no Comitê de Bacia.

Pois, segundo Kawamura (1998), as novas tecnologias utilizadas no ensino/aprendizagem, iniciam-se pela imagem, seu registro, passando pela possibilidade de transmissão e seu uso como forma de comunicação.

Onde o material deverá ser elaborado em linguagem acessível, para ser distribuído nos eventos de formação e de mobilização, utilizando-se como referência as experiências positivas de implantação de Projetos sócio-ambientais com participação do Coletivo de Educadores em parceria com as atividades de gestão do Comitê de Bacia, demonstrando a importância da gestão participativa e o manejo sustentável de Bacias hidrográficas.

Desta forma o material básico de apoio ganha sua importância, porque a tecnologia para sua montagem e aplicação, comporta três elementos básicos e diferenciadores a se levar em conta no processo de ensino e aprendizagem: a) a interatividade entre o sistema e seu usuário; b) os sistemas de símbolos que utiliza (código audiovisual, imagem prognóstica, gráfica e música); e c) a mensagem, das diferentes formas que podem ser representadas e estruturadas, assim como os diferentes conteúdos culturais que transmite (SERNA, 1998)¹¹.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que: as atividades de mapeamento das organizações e entidades, bem como o processo de entrevistas com instituições que tenham ações voltadas para a questão ambiental, principalmente, no que se refere aos recursos hídricos realizadas até o momento refletem que os municípios estão socialmente organizados e que entendem a importância da sinergia entre os aspectos relacionados à educação, meio ambiente e aos recursos hídricos. Legalmente, o Estado do Maranhão está bastante avançado quando o que está em pauta são os recursos hídricos, entretanto, é preciso garantir a implementação das leis que tem em seu escopo a gestão descentralizada e participativa. O Projeto do Coletivo de Educadores é uma ferramenta de gestão da educação ambiental no comitê de Bacia hidrográfica. Devido ao grau de envolvimento que os Projetos de educação ambiental devem tomar, há uma necessidade de estabelecer parcerias com todos os atores locais, que possam subsidiar a implantação e atuação do Coletivo de Educadores, para desenvolver modelos de sustentabilidade ambiental nos territórios em conjunto com o Comitê de Bacia hidrográfica, órgão gestor da Bacia. Criar estratégias de territorialização da informação, para o desenvolvimento de um longo e contínuo processo de educação ambiental nas comunidades, para que possam se inserir adequada e plenamente no sistema de gestão, através de

¹¹ Disponível em: <http://www.sav.es/pixelbit/articulos>

capacitações, oficinas, seminários, campanhas educativas e outros instrumentos. A conservação e preservação dos mananciais assim como do ecossistema requer o estabelecimento de políticas públicas para a educação e o meio ambiente, que contemplem o princípio de que a Bacia hidrográfica é a unidade físico-territorial fundamental de planejamento, com o objetivo de melhoria da qualidade sócio-ambiental dos municípios da Bacia do Rio Munin.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, F. N. A. & BURSZTYN, M. A. A. Conflitos pelo uso dos recursos hídricos. In: THEODORO, S. H. (Org) **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BERLINCK, C. N. **Comitê de Bacia hidrográfica: educação ambiental e investigação-ação**. 2003. (Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília).
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1. da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 08 jan.,1997.
- CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. Desafios e Potencialidades dos Comitês de Bacias Hidrográficas. **Ciência e cultura**, v. 55, n. 4, p. 40-41, 2003.
- CEPEMAR. Proposta para implantação do comitê de Bacia hidrográfica do Rio Munin. **Volume II: Metodologia de apoio à organização dos usuários de água**. Relatório Técnico, janeiro, 2006.
- CARRERA-FERNANDEZ, J.; GARRIDO, R. J. **Economia dos Recursos Hídricos**. Salvador: EDUFBA. 2002.
- CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- COUTO, M. A. P., SCHENINI, P. C., SILVA, F. A DA. Gestão de Bacias Hidrográficas: estudo de caso em três comitês de Bacia. CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO. UFSC, Florianópolis. 2006.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Departamento de Educação Ambiental. **Relatório de Gestão 2007 a julho de 2008**, 2008.

- DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional de Formação de Educadores (as) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade.
- FENSHAM, P.; HUNWICK J.; JACOBSON, W. **Programa de formación en educación ambiental para futuros profesores y asesores de ciencias de enseñanza secundaria**. Programa Internacional de Educación Ambiental UNESCO- PNUMA, 1986.
- FREITAS, T. C. M.; ÁVILA, E. F. S. e SILVA, K. R. C. L. Modelo Participativo para a Formação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado do Mato Grosso do Sul. II SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CENTRO OESTE. CD. Campo Grande, 2002.
- KAMAMURA, M. R. D. "Linguagem e novas Tecnologias". In: ALMEIDA, Maria José P. M. de e SILVA, Henrique César da (Orgs.). **Linguagens, leituras e ensino de ciência**. Campinas, Mercado de Letras, 1998.
- LAGOS BUSTOS, M. R. A educação ambiental sob a ótica da gestão de recursos hídricos São Paulo: s.n., 2003. (Tese de Doutorado). Poli/USP.
- LANNA, A. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1995.
- MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Laboratório de Geoprocessamento-UEMA. **Atlas do Maranhão**. São Luís: GEPLAN, 44p. 2002.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agência nacional de águas. **Experiências de gestão em recursos hídricos**. Brasília, 1991.
- ROTHER, M. S. TOMAZELLO, M. G. C. A utilização do vídeo na educação ambiental: um estudo com educadores ambientais de Piracicaba/SP. **Comunicações, Piracicaba**, v. 11, n. 2, p. 63-75, 2004.
- SAITO, C. H. Gestão de Bacias e Participação. In: LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. (Coord.) **Educação ambiental**: Curso básico à distância - Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas Sob a Ótica da Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v. 5, p. 13 – 75. 2001.
- SALLES, P. S. B. DE A. Comitê de Gestão da Bacia do Paranoá. In: FONSECA, F. O. (Org). **Olhares sobre o Lago Paranoá**. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, p. 296 – 307. 2001.
- SERNA, M.C. de la. "Los videos didácticos: claves para su producción y evaluación". Revista Digital Pixel Bit, nº 01, 1998.

SILVA JÚNIOR, M. G., COSTA, C. L. da, BEZERRA, D. da S., PEREIRA, J. de R. R., NOGUEIRA, J. A. Programa União pelas Águas - Gestão Participativa para Elaboração e Formação do Pró-Comitê da Bacia do rio Munim. Revista Brasileira de Recursos Hídricos. , v.13, p.05 - 13, 2008.

SORRENTINO, M. TRAJBER, R. MENDONÇA, P. FERRARO JUNIOR, L. A. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005

VIANNA, L. P. **Meio ambiente na escola**: A proposta do MEC. Pátio: **Revista Pedagógica**. Ano V nº 19: 26-29, novembro 2001/janeiro 2002.

Recebido em 05 de outubro de 2012.

Aprovado em 28 de novembro de 2012.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO DO SURDO

Ana Caroline Félix Fonseca de Souza Arantes¹
Edna Misseno Pires²

RESUMO

A educação dos surdos tem sido alvo de discussões principalmente no âmbito educacional devido o fato de que a inclusão das pessoas com deficiência exige mudanças significativas. O objetivo desta pesquisa é analisar a importância da formação de professores bilíngues para a inclusão dos surdos, visando também compreender o processo histórico da inclusão bem como as leis e as políticas públicas para a sua efetivação. Para tanto foi necessário levantar a seguinte problemática: Qual a real importância do professor bilíngue para o processo de aprendizagem do aluno surdo? Para responder esta questão foi necessário utilizar a pesquisa bibliográfica baseada em alguns autores. Foi necessário fazer um levantamento das leis e políticas públicas que apoiam a inclusão do surdo na rede regular de ensino.

Palavras chaves: Surdez. Língua de sinais. Bilinguismo. Formação docente.

ABSTRACT

The deaf education has been the subject of discussion especially in the educational field due the fact that the inclusion of persons with disabilities requires significant changes. The objective of this research is to analyze the importance of training of bilingual teachers for the inclusion of deaf people, aiming also to understand the historical process of inclusion as well as the laws and public policies to be effective. Therefore it was necessary to raise the following issues: What is the real importance of bilingual teacher for the learning process of deaf students? To answer this question it was necessary to use a literature search based on authors such as Fernandes (2010), Goldfeld (2002) and Quadros (1997). It was necessary to make a survey of the laws and public policies that support inclusion of deaf people in mainstream education.

Keywords: Deafness. Sign language. Bilingualism. Teacher training

INTRODUÇÃO

No âmbito educacional, a educação do surdo tem sido alvo de discussões, pois para que a inclusão das pessoas com necessidades especiais seja efetiva há necessidade de mudanças significativas tanto no espaço físico das escolas quanto no corpo docente e principalmente com o professor na busca da qualificação especial para receber o aluno surdo que no decorrer da história não tinha garantido o direito de estudar nas escolas de ensino regular.

Portanto o objetivo desta pesquisa é analisar a importância da formação de professores bilíngues para a inclusão do surdo, visando compreender o processo histórico da inclusão bem como as leis e políticas públicas para a sua efetivação. Sendo assim foi necessário levantar a

¹ Discente da Pós-Graduação em formação de professores bilíngues para a educação de pessoas surdas da Faculdade Araguaia. e-mail: ana_rodrigo_ar@yahoo.com.br.

² Docente da Faculdade Araguaia - GO

seguinte problemática: Qual a real importância do professor bilíngue para o processo de aprendizagem do aluno surdo? Para responder esta questão foi preciso realizar a pesquisa bibliográfica baseada em autores tais como: Fernandes (2010), Goldfeld (2002) e Quadros (1997).

Foi necessário fazer um levantamento da história da educação dos surdos em que destacam-se três abordagens educacionais: o oralismo que defende a língua oral como método de ensino e aprendizagem, a comunicação total que defende o uso de qualquer meio de comunicação para o ensino da pessoa surda e o bilinguismo que defende que a língua de sinais é a língua natural da pessoa surda, que deve ser usada para a comunicação e o ensino da língua oral como segunda língua em sua modalidade escrita e também defende que a pessoa surda participa de uma comunidade e uma cultura diferente dos ouvintes.

O bilinguismo desde a década de 80 está sendo a filosofia difundida nas escolas com o apoio das leis e políticas públicas que implantaram a inclusão na rede regular de ensino. Sendo assim foi de grande importância citar as leis que defendem a inclusão, o uso da Libras - Língua brasileira de sinais - e a qualificação do professor para receber os alunos surdos.

Neste artigo enfatizou-se a importância da qualificação do professor para que ele se torne bilíngue e que ele não só aprenda a língua de sinais, mas aprenda sobre a comunidade surda e sobre as adaptações curriculares a serem realizadas com intuito de ensinar, educar e incluir o surdo na escola.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO E A FORMAÇÃO DE PROFESSOR BILÍNGUE

A história da educação dos surdos por muito tempo esteve pautada no preconceito. A sociedade acreditava que sem fala não podia desenvolver o pensamento, portanto o surdo não podia ser considerado um ser humano competente por não falar. Mais tarde foi comprovado que tal conceito é errôneo.

Na antiguidade os surdos foram excluídos da sociedade, pois muitas pessoas achavam que eles foram castigados por deuses ou eram enfeitiçados, de modo que eram abandonados ou sacrificados. Até o século XV os surdos eram totalmente marginalizados e não possuíam direitos assegurados, não tinham direito a herança e não se casavam (GOLDFELD, 2002). Porém no final do século XV e início do século XVI, o monge beneditino, Pedro Ponce de León, na Espanha ensinou alguns surdos a falar por meio de uma metodologia chamada de

datilologia (representação manual das letras do alfabeto) e com essa metodologia conseguiram usar a escrita (GOLDFELD, 2002).

A França foi a precursora na educação dos surdos e no ano de 1750, o Abade Charles Michel de L'Epeé aprendeu nas ruas de Paris, com os surdos, a língua de sinais e criou os 'Sinais Metódicos' – uma junção da língua de sinais com a gramática sinalizada francesa – e com esse método, Abade fundou o Instituto Nacional para Surdos-Mudos. Com a morte do Abade o método de ensino mudou para o oralismo (GOLDFELD, 2002).

A educação dos surdos expandiu por todo mundo despertando reflexões principalmente no campo educacional de modo geral em 1880 no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, por grande influencia de Alexandre Graham Bell, foi decidido por votação que o método de ensino oficial seria o Oralismo e o uso da língua de sinais foi proibido. Este fato trouxe como conseqüência a dificuldade de aprendizado para os surdos. No entanto, mesmo com a proibição do uso da língua de sinais, os surdos continuaram usando os sinais quando estavam fora da sala de aula (GOLDFELD, 2002).

O oralismo defende que a surdez é uma deficiência que tem que ser diminuída pela estimulação auditiva. A estimulação faria com que o aluno surdo se integrasse a comunidade do ouvinte por meio da oralização. (GOLDFELD, 2002). O oralismo vê a surdez como uma doença que poderia ser cuidada com o uso do AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual) a abordagem oralista durou até a década de 60 do século XX.

Com o fracasso do oralismo na educação do surdo, Dorothy Schifflet que tinha um filho surdo começou a utilizar o método que combinava língua de sinais, língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual para educar seu filho e em 1968, Roy Holcom chamou esse método de Comunicação Total (GOLDFELD, 2002).

A Comunicação Total surgiu na década de 70 utilizando qualquer forma de comunicação na educação do surdo, seja códigos manuais, a linguagem oral ou a língua de sinais. O aprendizado de uma língua não era o objetivo da comunicação total e sim a comunicação, então fazia o uso simultâneo destes códigos manuais com a língua oral, ou seja, a língua oral sinalizada e obedecendo as regras gramaticais da língua oral (GOLDFELD, 2002).

Os surdos entrevistados, que abordaram a questão, rejeitaram a utilização do Português Sinalizado no processo educativo, argumentando que este sistema de linguagem artificial atrapalha grandemente o aprendizado, pois dificulta a compreensão daquilo que está sendo expresso. Observam que as informações

chegam truncadas, redundantes e contraditórias pelo uso simultâneo de duas línguas de modalidades diferentes (SÁ,1999,p. 118 e 119).

Muitos consideram que a comunicação total como uma linguagem artificial que dificulta a aprendizagem e o entendimento, pois a língua de sinais possui estrutura diferenciada da língua oral e por isso o ser humano tem dificuldade de processar simultaneamente as duas línguas (GOLDFELD, 2002). A comunicação total fracassou quando William Stokoe linguista americano que na década de 60 defendia que a língua de sinais era legítima e provou com sua pesquisa que ela possuía estrutura própria, todas as características das línguas orais e que são adquiridas naturalmente pelos surdos.

O bilinguismo surge na década de 80 que permite o surdo a aprender a língua de sinais como a primeira língua (L1) e depois aprender a língua oficial do país como segunda língua (L2), no caso do Brasil, o português, além de considera o surdo como uma pessoa que possui uma cultura, uma língua, uma forma de pensar, de agir e não o surdo como uma pessoa que não é capaz de escutar, afinal a surdez não impossibilita o surdo de realizar diversas atividades (GOLDFELD, 2002).

Na década de 90 a filosofia bilíngue é implantada na escola. O bilinguismo divide-se em duas formas de educar a criança surda. A primeira defende que a criança deve aprender a língua de sinais e a língua oficial de seu país juntas e a segunda acredita que a criança deve aprender a língua de sinais primeiro e depois começar aprender a língua portuguesa na modalidade escrita (QUADROS, 1997).

No Brasil utiliza-se a Libras (Língua Brasileira de Sinais) que foi reconhecida como língua conforme a lei federal 10.436 de 2002. A lei esclarece que a língua brasileira de sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (SALLES *et all*, 2004), então a pessoa surda deve aprender a ler e a escrever a língua portuguesa.

O atraso da linguagem da criança surda causa danos sociais, emocionais e cognitivos é o que afirma Goldfeld (2002). Essa afirmação esclarece que a dificuldade que a criança surda tem quando não aprende a língua de sinais a prejudica não somente na comunicação com outras pessoas, mas no aprendizado e nos seus direitos como cidadã.

A criança surda deve ser estimulada precocemente a aprender a LIBRAS com um adulto surdo que saiba a língua de sinais (FERNANDES, 2010) muitas vezes as crianças surdas chegam a escola sem o contato com uma pessoa surda, no caso dos filhos de ouvinte, então é necessário que na escola a criança surda seja logo recebida por uma pessoa que

pertence a sua comunidade cultural, social e linguística (QUADROS, 1997), assim com o contato com a língua de sinais com o instrutor surdo a criança começa a criar sua identidade.

É sabido que mais de 90 % dos surdos têm família ouvinte. Para que a criança tenha sucesso na aquisição da língua de sinais é necessário que a família também aprenda esta língua para que assim a criança possa utiliza-la para comunicar-se em casa (GOLDFELD, 2002, p. 44).

È necessário que pais ouvintes que tem filhos surdos aprendam a língua de sinais, conheçam a comunidade surda e que saibam que seus filhos descobrem o mundo de forma visuoespacial para que a criança surda não seja excluída de comunicar-se com sua família (FERNANDES, 2010).

Foi constatado por meio de estudos que as crianças surdas filhas de pais surdos tem o desempenho escolar melhor que as filhas de pais ouvintes, pois a criança com pais surdos começam a aprender a Língua de sinais desde a primeira experiência comunicativa, de forma natural, além que a surdez é tratada com naturalidade neste ambiente familiar. A criança com pais surdos por ter acesso precocemente a língua de sinais tem obtido êxito na qualidade da língua portuguesa em sua modalidade de leitura e produção de texto em relação a produção de uma criança surda filha de pais ouvintes (QUADROS,1997).

O bilinguismo propõe ensinar a língua oral para a criança surda na modalidade escrita, ou seja, a leitura e a produção escrita e a língua de sinais deve ser utilizada como o meio de comunicação para auxiliar no ensino da língua portuguesa (SALLES *et all*, 2004).

Na educação do surdo o bilinguismo representa não só a aprendizagem da língua de sinais como L1, mas representa questões políticas, sociais e culturais, portanto a escola inclusiva deve garantir que todo conteúdo curricular seja ensinado na língua de sinais (QUADROS, 2010). Sendo assim é necessário que a língua portuguesa seja ensinada em momentos específicos das aulas e que o professor bilíngue enfatize que estão desenvolvendo a língua portuguesa.

A aprendizagem da língua portuguesa como L2 na modalidade escrita é importante para pessoa surda, pois é através da língua oral que a pessoa surda terá informação de forma independente na sociedade (QUADROS,2002).

O programa pedagógico para pessoas com necessidades especiais está amparado por leis e políticas públicas a Constituição Federal Brasileira, 1988, Capítulo III, Seção I, art. 208, inciso III assegura a educação especializada aos deficientes na rede regular de ensino, e no art. 205 a Constituição garante que a educação regular é direito de todos (BRASIL, 2011). Mas

somente na Conferência Mundial de Educação Especial, que ocorreu em Salamanca, Espanha em 1994, que estiveram presentes representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais. Na Conferência Mundial foi reconhecida a importância de incluir as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino (UNESCO, 1994).

No que se refere ao trabalho do professor, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para Educação Brasileira) 9394/96, em seu art. 58º e 59º transmite que a educação escolar deve ser oferecida na rede regular de ensino para as pessoas que necessitam de educação especial sendo que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;...; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora (BRASIL/MEC, 2010, p. 43).

A LDB assegura a metodologia a ser adaptada para atender a todos os alunos, os profissionais que não estão qualificados para atender alunos especiais buscarem essa qualificação e que os alunos especiais integrem a sociedade como outro aluno qualquer.

De acordo com Carvalho (2004) independentemente de quem seja o aprendiz ele deve está incluído em escolas comuns, e que o trabalho pedagógico atenda a todos sem discriminação. Para o atendimento as crianças com necessidades educacionais especiais há necessidade de uma equipe multidisciplinar e multiprofissional de apoio na sala de aula até os programas adicionais à aprendizagem e caso seja necessário a assistência externa com auxilio de profissionais especializados (UNESCO, 1994).

Sendo assim a “questão da língua implica mudança na arquitetura, nos espaços, nas formas de interação, nas formações de professores bilíngues, de professores surdos e intérpretes de língua de sinais (Fernandes, 2010, p. 33) e como medida para garantir a formação de profissionais capacitados para atender os surdos o decreto 5.626 de 2005 garante o uso da LIBRAS na educação do surdo desde a educação infantil até a superior, o ensino da

Língua portuguesa como segunda língua, o tradutor e o interprete de LIBRAS- Língua Portuguesa, o professor bilíngue e o instrutor de LIBRAS.

Quanto as características de um professor bilíngue Davies apud Quadros (1997) descreve três aspectos básicos, o primeiro o professor deve enfatizar a importância de a criança surda dominar a língua de sinais e língua portuguesa em sua modalidade escrita, o segundo o professor deve conhecer fluentemente as duas línguas e o terceiro que o professor deve respeitar as duas línguas e considerar as diferenças de cada língua.

Para que o trabalho bilíngue seja de qualidade é necessário preparação e conforme Libanêo (1994) afirma que a formação do professor é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico científica e técnica do professor para dirigir com competência o processo de ensino. Então para que o professor atinja o seu objetivo é necessário que realize um conjunto de operações didáticas, são elas o planejamento, a direção do ensino e da aprendizagem e a avaliação.

Para que o professor faça o planejamento de ensino requer que ele domine o conteúdo da matéria que leciona; tenha a capacidade de organizar a matéria em tópicos básicos; selecione os conteúdos destacando conceitos e habilidades principais da matéria; conheça as características culturais, sociais e individuais dos alunos e o nível escolar que eles se encontram; conheça e domine os métodos de ensino e procedimentos didáticos conforme o tema a ser tratado e as características dos alunos; conheça os programas oficiais e adequando eles as necessidades da escola e dos alunos; compreenda a relação entre a educação escolar e os objetivos sociopolíticos e pedagógicos; utilize outras referências além do livro didático da disciplina e informe-se sobre novos conhecimentos específicos da matéria e os acontecimentos culturais e políticos entre outros.

Para a direção do ensino e da aprendizagem é necessário que o professor domine os métodos de ensino, procedimentos, técnicas e recursos auxiliares; expresse com clareza as ideias, fale de modo acessível para que os alunos entendam; faça com que os alunos pensem por si mesmos e tirem suas conclusões para responder perguntas ou solucionar problemas; conheça as possibilidades intelectuais dos alunos, as suas experiências de vida e o seu nível de conhecimento; instigue o interesse pelo estudo e faça com que o aluno perceba a importância da escola para a participação democrática na vida profissional, política e cultural.

Para a avaliação o professor precisa verificar continuamente se atingiu os objetivos de rendimento das atividades tanto do aluno quanto dele mesmo; utilize de meios e instrumento

de avaliação diagnóstica, ou seja, através da avaliação verificar o rendimento dos alunos, as dificuldades e caso os resultados não sejam satisfatórios reformular o trabalho docente e que conheça as várias modalidades de avaliação qualitativa além das provas.

Para atender alunos surdos é necessário o professor ter uma preparação especial, sendo assim na Declaração de Salamanca há o destaque de que o professor tem um papel fundamental na educação dos alunos e que ele necessita de treinamento especial, pois assim terá autonomia para adaptar o currículo atendendo as necessidades especiais dos alunos na escola inclusiva. (UNESCO, 1994).

O professor bilíngue deve adaptar o currículo escolar em uma perspectiva visuoespacial garantindo o acesso dos conteúdos escolares por todos e usar a língua de sinais, pois ela é o instrumento de comunicação do aluno surdo (FERNANDES, 2010).

[...] a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Assim pensar em ensinar uma segunda língua pressupõe a existência de uma primeira língua. O professor que assumir esta tarefa estará embuído da necessidade de aprender a língua brasileira de sinais (QUADROS, 2006, pg. 19) .

O professor deve se qualificar para saber que a língua de sinais é uma língua visuoespacial que é produzida pelas mãos e recebida pelos olhos onde “os articuladores primários são as mãos que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse espaço” (QUADROS e KARNOPP, 2004) podendo articular os sinais com uma ou as duas mãos e não tem distinção se utilizar a mão esquerda ou direita. Tanto o movimento do corpo quanto o da face desempenham funções na língua e os principais parâmetros da língua de sinais são: locação refere-se ao lugar no corpo ou no espaço de articulação definido pelo corpo em que ou perto da qual o sinal é articulado, a os movimentos da mão ou do pulso e a configuração de mão que é a forma que a mão toma ao ser realizado o sinal. Há ainda a expressão facial e ou corporal que complementam o sinal.

Devido a diferença da língua de sinais e a língua oral os alunos surdos tem dificuldade no aprendizado da língua oral em sua modalidade escrita, então cabe ao professor orientar o aprendizado da escrita como L2 e o professor deve ser capacitado quanto ao ensino de uma segunda língua.

Quanto ao ensino da língua oral em sua modalidade escrita o professor bilíngue deve exercer atividades com textos antecedidas pela leitura dos textos em sinais. Após o aluno surdo saber do que se trata o texto o professor tem que provocar o interesse pelo tema por

meio de discussão, ou debate, ou de estímulo visual, ou por meio de brincadeiras e ou atividades que facilitam a compreensão do texto.

Em todo processo do ensino da L2 o professor precisa conversar na língua de sinais para instigar o interesse e a curiosidade na leitura e no entendimento dos textos a serem trabalhados. O professor deve discutir sobre alguns elementos linguísticos existentes no texto, pois pode ser útil para o aluno que está aprendendo a ler. Depois que o aluno surdo compreender o texto é necessário que ele produza um texto escrito.

Em relação à escrita Nunan apud Quadros (1997) apresenta como de suma importância para o escritor que está aprendendo uma L2 as seguintes habilidades:

- a) O domínio de mecanismos de formação de estruturas;
- b) A obediência a convenções de pontuação e formação de palavras;
- c) O uso do sistema gramatical para transmitir significado;
- d) A organização do conteúdo em nível parágrafo e texto completo para apresentar nova informação e estruturas de tópico/comentário;
- e) O aprimoramento e revisão de esforços iniciais;
- f) A seleção de um estilo apropriado conforme o interlocutor. (QUADROS,1997,p 97 e 98)

Estas habilidades se encaixam em três níveis da escrita a pré-escrita, a escrita e a reescrita, sendo de grande importância para o aluno surdo passar por estas etapas de aquisição da escrita da segunda língua, pois é através delas que o professor percebe se o aluno está avançando na aprendizagem e é com a produção de texto que o professor bilíngue poderá observar o processo de interferência da língua materna na língua que está sendo aprendida pelo aluno surdo, ou seja, na escrita da língua oral e assim orientar melhor as dificuldades apresentadas nos textos produzidos e instigando o aluno surdo a utilizar a leitura e a escrita também fora do ambiente escolar com amigos e familiares seja por celular via mensagem, por *e-mail*, *site* de conversas e outros.

O professor deve compreender que o ambiente do ensino da língua oral – L2 – para o aluno surdo é artificial, pois a pessoa surda não aprende a língua oral de forma espontânea ao está em um ambiente natural da língua oral devido sua condição física (QUADROS, 1997), condição esta que não impede o aprendizado da língua de forma adequada.

Quanto as escolas que os professores não são bilíngues faz-se necessário a ajuda do interprete da língua de sinais para intermediar as explicações do professor dos conteúdos escolares traduzindo da língua oral para a língua de sinais e vice-versa e neste caso o professor deve buscar formação adequada o quanto antes para orientar o ensino e a

aprendizagem utilizando a língua de sinais na comunicação com o aluno surdo e não só buscando a aprender a língua de sinais, mas aprender sobre a cultura surda, as metodologias a serem utilizadas e adaptadas para que o aluno surdo tenha melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história da educação do surdo houve muito preconceito em relação a surdez que com pesquisas de linguistas, educadores e com ajuda dos próprios surdos desmistificaram teorias antes aplicadas a eles que não passavam de teorias preconceituosas.

A educação dos surdos passou por três abordagens educacionais o oralismo que priorizava a língua oral, a comunicação total e atualmente o bilinguismo. Foi possível observar que o bilinguismo prioriza a língua de sinais como primeira língua e a língua oral na modalidade escrita. No Brasil o bilinguismo tem sido utilizado desde a década de 80 onde se utiliza a Libras (Língua Brasileira de Sinais), porém o bilinguismo conseguiu avanço após o reconhecimento da Libras como língua plena conforme a lei federal 10.436 de 2002.

E para que o trabalho bilíngue seja de qualidade é necessário que o professor tenha preparação, sendo assim que realize um conjunto de operações didáticas, que domine os métodos de ensino, procedimentos, técnicas e recursos e verifique continuamente se atingiu os objetivos de rendimento tanto do aluno quanto dele, além de possuir uma preparação especial, aprendendo a língua de sinais e a realizar atividades que provoque interesse nos alunos com estímulo visual.

Portanto a educação bilíngue para os alunos surdos é de suma importância, pois assim os professores poderão ensinar, educar, orientar e se comunicar com o aluno surdo e incluir a família e toda a equipe multidisciplinar e multiprofissional de apoio neste processo de ensino e aprendizagem.

É importante que haja mais pesquisas quanto a formação de professores para melhor incluir a pessoa surda, pois ainda muito tem se discutido e poucos trabalhos são divulgados e além deste tema creio que temas relacionados a metodologia de ensino para surdo será de grande importância no âmbito educacional.

REFERÊNCIA

BRASIL, LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

_____. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”** / Rosita Edler Carvalho. – Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERNANDES, Eulalia, **Surdez e bilinguismo** / Eulalia Fernandes, Org.: Ronice Muller de Quadros...[et al.] – Porto Alegre: Mediação, 2010.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda : linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista** / Marcia Godfield. - 5ª Ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** / Jose Carlos Libâneo. – São Paulo: Cortez, 1994. - (Coleção magistério. Serie formação de professor).

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem/** Ronice Müller Quadros. – Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. **Ideias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Müller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. MEC, SEESP, 2006.

_____. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos** / Ronice Müller Quadros e Lodenir Becker Karnopp. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ , Nidia Regina Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo** / Nidia Regina Limeira de Sá. – Niteroi: EdUFF, 1999.

SALLES, H. M. M. L. *et all.* **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica.** Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação Surdos, 2004.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.

Recebido em 13 de novembro de 2012.

Aprovado em 06 de dezembro de 2012.

TEORIA CRÍTICA E ENSINO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM UMA SOCIEDADE INFLUENCIADA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO

Msc. Keila Mara de Oliveira Farias¹
Msc. Ronaldo Rosa dos Santos Junior²
Msc. Marcos Soares Silva³
Msc. Fabio Gonçalves do Nascimento⁴

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão acerca do ensino em uma sociedade influenciada pelo processo de industrialização, tendo como base conceitos relacionados à Teoria crítica, como indústria cultural, esclarecimento e emancipação.

Palavras-chave: Teoria Crítica, ensino, indústria cultural.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é de utilizar a Teoria Crítica para analisar o ensino como processo de formação em uma sociedade influenciada pela industrialização. Será que as instituições de ensino desempenham suas atividades na lógica da “indústria cultural”? Podem-se considerar essas instituições como indústria? Essas são algumas das perguntas que justificam este estudo.

A utilização de conceitos da Teoria Crítica como “indústria cultural”, “esclarecimento”, “emancipação” entre outros é justificada pela atualidade e relevância desta teoria e de suas idéias. De acordo com Maar (1995) esses conceitos são atuais para o desenvolvimento de um estudo sobre a sociedade influenciada pela industrialização.

Com o processo de industrialização, muitas das organizações foram se adequando a um sistema voltado para o consumismo, para a competitividade, fazendo com que os homens deixem de ser gregários e passem a ser cada vez mais individualista. Esse processo provocou mudanças na sociedade e na forma desta ser percebida pelos homens.

¹Docente do Curso de Administração da Faculdade Araguaia e Faculdade Padrão. e-mail: farias_kmo@yahoo.com.br.

²Coordenador do Curso de Administração Faculdade Araguaia. E-mail: ronaldo@faculdadearaguaia.edu.br

³Docente do curso de Administração e Engenharia Ambiental da Faculdade Araguaia. e-mail: marcoasilva.soares@gmail.com

⁴Docente do curso de Administração da Faculdade Araguaia. e-mail: fabiogadm@yahoo.com.br

Primeiramente, buscou-se conhecer um pouco sobre a Teoria Crítica, seus principais idealizadores e o que a caracteriza, com intuito de mostrar a importância da teoria para o desenvolvimento deste estudo.

Após esta descrição, enfatiza-se sobre a indústria cultura, a educação e como as instituições de ensino estão absorvendo esses conceitos no desenvolvimento de suas atividades, buscando desenvolver uma crítica sobre a lógica da sociedade que pode ser considerada como industrializada, e como essa sociedade passa a exigir e modificar a ideia da atuação das instituições de ensino.

Teoria Crítica

Civita em Coleção Os Pensadores (1975, p. 946) inclui a Teoria Crítica e seus principais representantes na história das grandes ideias do mundo ocidental. Segundo o volume IV desta coleção, grande parte dos trabalhos da Escola de Frankfurt encontra-se na *Revista de Pesquisa Social*, que é considerada um documento importante para a “compreensão do espírito europeu do século XX”, onde “se fundem a autonomia intelectual, a análise crítica e o protesto humanístico”. Os trabalhos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt são nomeados de Teoria Crítica.

De acordo com Civita em Coleção Os Pensadores (1975, p.946) os colaboradores da Escola de Frankfurt “estiveram sempre na primeira linha de reflexão crítica sobre os principais aspectos da economia, da sociedade e da cultura de seu tempo”. Segundo Rouanet (1998) os principais colaboradores da Escola de Frankfurt são Walter Benjamin, Theodor Wiesengrund-Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas. Para Civita em coleção Os Pensadores (1975, p.947) Walter Benjamin, Theodor Wiesengrund-Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas, formaram um grupo mais coeso, com um pensamento dotado de maior unidade teórica. Já Herbert Marcuse e Erich Fromm “procuram vincular a psicanálise criada por Freud às ideias marxistas”. Batista (2001) O esforço dos frankfurtianos “era o de preservar o poder crítico de uma filosofia imanente, totalmente histórica”.

De acordo com Civita em Coleção Os Pensadores (1975, p.952) os frankfurtianos constituem uma escola com “uma postura de análise crítica e perspectiva aberta para todos os problemas da cultura do século XX”. Maar (1995) considera a Escola de Frankfurt como um reflexo teórico da crise do trabalho formador, em especial da questão da articulação entre processo de trabalho social e processo de formação cultural.

Segundo Horkheimer (1975, p.163-164) existe diferença entre a Teoria Tradicional e Teoria Crítica. A teoria no sentido tradicional foi fundamentada no Discurso do Método de Descartes, e “organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual”. Os interesses do pensamento teórico tradicional são universalmente reconhecidos pela sociedade. Pois os seus sistemas podem ser aplicados ao maior numero de ocasiões.

Já a Teoria Crítica é oposicionista, não se deixa enganar pela aparência, e apesar dos interesses do pensamento crítico serem universais não são universalmente aceitos. A Teoria Crítica esta de acordo com o idealismo alemão e preserva a herança da filosofia no sentido de “não se tratar apenas dos fins tais como são apresentados pelas formas de vidas vigentes, mas dos homens com todas as suas possibilidades.”

Segundo Rezende (2004) em aula ministrada sobre Marxismo e Freudismo no dia 24 de agosto em Mestrado de Psicologia – UCG, a Teoria Crítica é caracterizada pelo fato de se contrapor a uma determinada realidade, denunciando não somente o que ela é, mas também diz o que não é a realidade, porem mostra o que deveria ser a realidade.

Maar (1995, p. 12-17) destaca que analisar a formação social seria a função da teoria crítica, revelando assim, as raízes deste movimento e descobrindo as condições para interferir em seu rumo. “O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. (...) Por isto a educação, necessária para produzir a situação vigente, parece impotente para transformá-la”. A Escola de Frankfurt é um reflexo teórico da crise do trabalho formador, em especial da questão da articulação entre processo de trabalho social e processo de formação cultural.

As idéias da teoria crítica são instrumentos importantes para análise da sociedade em que vivemos, onde o que vemos e percebemos dessa sociedade nem sempre é a realidade. São essas características voltadas para a crítica da sociedade, que desperta a necessidade de uma busca continua pela forma que a realidade nos é mostrada e pela forma com que é percebida pelos homens.

Indústria Cultural e Educação

De acordo Civita em Os Pensadores (1975, p.964) o termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez por Adorno e Horkheimer em 1947 em a Dialética do Esclarecimento.

Segundo Almeida (1985, p.7-8) a palavra esclarecimento foi utilizada para a tradução de *Aufklärung*, pois o sentido de ambas designa “o processo pelo qual uma pessoa vence as trevas da ignorância e do preconceito em questões de ordem prática (religiosas, políticas, sexuais, etc.)”. Sendo que, para Adorno e Horkheimer (1985, p.14) o termo “esclarecimento exprime o movimento real da sociedade burguesa”.

Conforme Zuin (1999) o conceito de indústria cultural permanece atual e relevante para a investigação dos mecanismos psicológicos determinado pelas relações sociais que exigem a universalização da nossa ‘educação danificada’. O discurso oficial de que a causa dos problemas sociais vivenciados cotidianamente está na deficiência da escolarização formal é tão falso quanto à idéia de que esses problemas poderiam ser resolvidos por meio de uma educação que produzissem pessoas consideradas ‘cultas’.

Segundo Zuin (1999) essa idéia é constantemente desmentida por situações onde pessoas consideradas ‘cultas’ praticam atos que provam que a barbárie continua presente entre nós como o assassinato do índio pataxó que foi queimado por adolescentes com alto nível de escolarização formal.

Casos semelhantes a este, são noticiado a todo tempo, e continuam acontecendo como o do estudante de medicina que assassinou pessoas em um cinema e o da estudante que planejou juntamente com o namorado o assassinato de seus pais. Nos casos citados as pessoas que praticaram atos bárbaros são pessoas que tinham um bom nível de escolaridade formal.

Atos como esses segundo Zuin (1999, p. 8) indicam uma “fissura entre os conteúdos ideológicos da promessa de uma vida mais justa por causa da ‘democratização da cultura’ e o real cumprimento dessa intenção”. “De fato, a produção cultural que se submete quase por completo ao seu caráter de valor afasta-se de si própria, ou seja, termina por negar toda a possibilidade de felicidade ao dissimular um verdadeiro estado de liberdade”.

De acordo com Zuin (1999, p. 43-44) a humanidade cada vez mais esclarecida é a mesma que sente o prazer da reincidência da barbárie. Mesmo em uma sociedade onde os homens podem igualar-se entre si, a ânsia de satisfação das necessidades causadas por uma sociedade capitalista, faz com que eles acabem se afastando. “É interessante ressaltar que, tal como no mito, situamos-nos diante de uma sociedade em que suas relações suplicam pela reprodução do sempre idêntico. E a mesmice caminha de mãos dadas com o conformismo e com a resignação ao horror”.

Torna-se importante salientar que na sociedade ao buscar se diferenciar uns dos outros, o homem visualiza que ser diferente, ser individuo é mais que ser, é possuir objetos de consumo que, a todo o momento, são oferecidos pela industria cultural. E no decorrer de seus passos pelo consumo desenfreado, pela busca de ter o produto da moda, o homem comete atos bárbaros, que são justificados pelo discurso dominante, o discurso da liberdade de buscar a tão prometida felicidade nos objetos. Mas que educação é essa que não mostra ao homem, o ser humano?

De acordo com Maar (1995, p. 11) em *Á guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa*: “a educação não é necessariamente um fator de emancipação (...) na verdade significa exatamente ao contrario: a necessidade da crítica permanente”. Para Adorno (1995, p. 35) “a própria falta de emancipação é convertida em ideologia, tal como o faz a juventude que, surpreendida em qualquer ato de violência, procura se livrar apelando a sua condição de *teenager* adolescente”. Adorno fala sobre a existência de uma contradição onde a sociedade tenta dissimular pregando a imaturidade democrática para justificar a barbárie.

Quando o assunto é educação contra a barbárie Adorno (1995, p. 158) salienta:

Portanto, creio que na luta contra a barbárie ou em sua eliminação existe um momento de revolta que poderia ele próprio ser designado como bárbaro, se partíssemos de um conceito formal de humanidade. Mas já que todos nós nos encontramos no contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie, e tudo dependerá de orientar esses traços contra o principio da barbárie, em vez de permitir seu curso em direção à desgraça.

A sociedade é considerada como um sistema de partes interdependentes, seguindo o raciocínio da divisão do trabalho industrializado, onde cada um desempenha parte da atividade com padrões pré-estabelecidos para que todos tenham chances de se enquadrar na lógica industrial.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p.114) os padrões são aceitos sem resistência pelos consumidores por serem o resultado das necessidades destes. Para os autores a “racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma”. (...) “A técnica da indústria cultural levou apenas a padronização e a produção em serie, sacrificado o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social”.

Esse padrão é utilizado nas instituições de ensino, da mesma forma que se prega o desenvolvimento de uma indústria cultural, capaz de levar a cultura a todos, de forma massificada, também se prega à massificação da educação. As instituições de ensino passam a padronizar suas atividades, produzindo em série alunos diplomados para atender o mercado.

Maar (2003, p. 460-461) faz distinção entre a indústria cultural e a cultura de massas, para o autor:

Cultura de “massas” parece indicar uma cultura solicitada pelas “massas”, como se fossem “sujeito” pressuposto acriticamente, fora do alcance da totalização. Já o termo indústria cultural ressalta o “mecanismo” pelo qual a sociedade como um todo seria construída “sob a égide do capital, reforçando o vigente (...) “as massas” são semiformadas afirmativamente para confirmar a reprodução continuada do vigente como cópia pela indústria cultural.

Segundo Medrano e Valentim (2001, p. 69) o homem se educa na medida em que se transforma. “A história da nossa Educação está marcada por momentos em que, por puro interesse da burguesia, sofremos transformações no nosso sistema escolar, com o único objetivo de atender a tais interesses capitalistas”.

Medrano e Valentim (2001) citando Ramos-de-Oliveira (1998, p.21-22) revela-nos uma fotografia deste fato, mostrando que se faz "moderno" automatizar vários campos e atividades:

Eis aí o ensino modernizado: grandes unidades para produção do conhecimento. Tudo segundo a ciência norte-americana pragmática e sistêmica: a escola é a grande caixa preta industrial, seu input são os alunos ignorantes, seus output são os alunos diplomados, ou melhor, alguns como produtos com o selo do controle de qualidade, outros destinados ao submercado ou simplesmente refugados. Estamos entrando no industrialismo moderno, na mecânica do fordismo. (1998, p. 21-22)

Segundo Medrano e Valentim (2001) a ‘indústria cultural’ é um fato que a cada dia ganha mais espaço dentro das mais variadas áreas sociais, chega também nas instituições de ensino sem que nos apercebamos de seus perigos e influências.

Para entender os perigos e influências que a indústria cultural impõe a sociedade por meio das instituições de ensino, faz-se necessário conhecer o pensamento de Foucault sobre a educação:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no

que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é maneira política de manter e de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (...) O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos. (Foucault, 1970, p. 43-49)

Muitas instituições de ensino desenvolvem suas atividades dessa maneira, pensando nos alunos como insumos, ou seja, inputs, o que vale para elas é o reconhecimento do mercado. O serviço dessas organizações é preparar produtos para atender a necessidade de mão-de-obra do mercado. Em momento algum se fala no desenvolvimento de pessoas com um pensamento crítico, mas de homens alienados, capazes de dar continuidade ao discurso dominante.

No intuito de verificar esta “qualidade de ensino”, ou seja, se o produto oferecido pelas instituições tem qualidade, foram desenvolvidas diversas avaliações que identificam em único momento se o “produto” esta mais ou menos capacitado para atuação no mercado. Desenvolve um rotulo sobre a instituição classificando-a de acordo com a qualidade aferida nestes testes. Fazendo com que a preocupação da instituição seja com o tempo, com a quantidade de alunos, com a quantidade de artigos produzidos por seus professores e alunos e até mesmo com o tempo estipulado para o desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento.

O discurso continua o mesmo, seja em uma indústria, em uma instituição de proteção ao meio ambiente, seja no governo, seja nas instituições de ensino, seja na família, entre outras, o que funciona é a lógica da sociedade industrial, onde tudo tem seu preço, onde a indústria cultural é capaz de vender até mesmo o que não desejamos, pior que isso, muitas vezes, nem conseguimos perceber que continuamos escravos dessa indústria e que talvez só o feitor tenha mudado.

A “lógica da sociedade industrial” tenta criar o seu próprio discurso, e com o intuito de validá-lo utilizá-se da indústria cultural para divulgá-lo. Adorno e Horkheimer (1985, p. 47-48) consideram que a “lógica da sociedade industrial” forçam ao conformismo afastando os homens da verdade. Que “com a metamorfose que transformou o mundo em indústria, a perspectiva do universal, a realização social do pensamento, abriu-se tão amplamente que, por causa dela, o pensamento é negado pelos próprios dominadores como mera ideologia”.

Muitas vezes na sala de aula ficamos tentados a mostrar os dois lados da moeda e quando não resistimos a isso e deixamos de lado o discurso dominador e mostramos além do

lado do vencedor à necessidade de se conhecer o lado da história pelos vencidos. Percebo uma grande interrogação na sala, será que a professora está ficando louca? De onde ela tirou isso? Eu aprendi desde criança uma história e agora o professor diz que não é bem assim. Nem sempre conseguimos mostrar a história em uma relação dialética.

No parágrafo abaixo Benjamin, fala sobre como deveria ser escrita a história:

Quando Benjamin dizia que a história foi escrita até o presente do ponto de vista dos vencedores e teria de ser escrita do ponto de vista dos vencidos, a isso dever-se-ia acrescentar que o conhecimento decerto tem que apresentar a infausta linearidade da sucessão de vitórias e derrotas, mas também deve se voltar para o que não se inseriu nessa dinâmica e ficou a meio caminho – por assim dizer os resíduos e pontos sombrios que escaparam à dialética. É da essência do vencido aparecer em sua impotência como inessencial, marginal, ridículo. O que transcende a sociedade dominante não é só a potencialidade desenvolvida por ela, mas também aquilo que não se enquadrou nas leis do movimento da história. (Adorno, 1993, aforismo "Legado", p. 133, *apud* Batista, 2001)

Isso faz refletir sobre o que realmente seja o ato de ensinar. Como mostrar a realidade, se muitas das vezes apenas se repete o discurso dos vencedores, até mesmos porque este é o único que foi permitido conhecer. O que é ensinar? De acordo com Ramos-de-Oliveira (2001, p.19-27) :

Ensinar é exercer atos de comunicação com propósitos definidos. Trata-se de transmitir conhecimentos básicos que formem uma rede de apoios à contínua aquisição e reformulações posteriores.(...) Um ato de comunicação pode ser uma simples ponte de informações entre pessoas numa espécie de trânsito de mão única ou dupla, mas que não pressupõe a obrigatoriedade de que tais unidades se fixem. Passam, cumprem seu propósito e se apagam. Nós nos comunicamos quando, por exemplo, interrogamos o açougueiro a respeito do preço das carnes que vende e este nos responde. Trata-se de um ato necessário, não resta dúvida, mas esgota-se em si mesmo. Há outros tipos mais fortes de intercâmbio entre pessoas e a educação pressupõe um dos mais importantes: a comunicação real, a troca que enriquece e se fixa não como um elemento estático, mas como um germe, um ponto potencialmente explosivo. Essa é a comunicação educativa, um ato que transforma, modifica, persiste atuante. Bem se vê que esta ação cala, entra, penetra. Tem como uma de suas características o estímulo, o ferrão que estimula respostas imediatas e mediatas. É também resultado de uma expressão, algo que sai de uma pessoa com ênfase e autenticidade. É colorida e densa, profunda e larga. É o verdadeiro ato educativo. É formação. (...).Por outro lado, os conhecimentos que realmente significam demandam um trabalho interno considerável. Não são efêmeros nem são rápidos. São "insights", são relâmpagos, mas só se fixam integralmente com a passagem do tempo. Exigem uma sedimentação contínua. Retornam de tempos em tempos, enriquecendo-se e modificando-se. Sem o passar e o decantar do tempo, a formação não se estabelece.

Será que as instituições de ensino estão prontas para ensinar? Ou a lógica da sociedade industrial já conseguiu fazer com que muitas instituições de ensino praticassem suas atividades de forma a manter o discurso dominante, onde o “diploma”, ou seja, os alunos diplomados passaram a ser considerados como bens de consumo do mercado.

Zuin (1999, p.81) utiliza-se do mito de Tântalo que furtou os manjares dos deuses para entrega-los aos homens, pagando um alto preço, pois “quando tinha sede e se aproximava da água, ela se afastava; quando tinha fome e se aproximava das árvores, seus frutos eram negados”. Passando a sensação de que a felicidade encontra-se ao lado, mas nunca poderá ser satisfeita. Veja o que o autor diz sobre o consumo suntuoso e sedutor:

Ele parece prover a sensação de que, ao nos apropriarmos dos produtos propagandeados, imediatamente tomamos posse dos atributos vinculados. Mas essa sensação é tão efêmera que se dissipa não tanto pela aplicação do raciocínio crítico. Ele se desmorona frente à promessa de que na próxima semana nossa consternação será eliminada, pois encontraremos, enfim, a satisfação plena no produto simbólico mais sofisticado. Estamos defronte a um processo em que aparente não sublimação das pulsões está muito distante do rompimento entre as antinomias do sujeito e do objeto, do desejo e da sociedade. Há um nítido processo repressivo em jogo, pois o desejo, na sociedade capitalista contemporânea, é duplamente humilhado.(...) A construção de cultura, na forma da sublimação estética, como pudemos observar anteriormente, exige a renovação da humilhação da pulsão. Mas a preservação de sua dignidade é seriamente abalada quando a indústria cultural afirma acabar com a imposição sociais, mais jamais cumpre o prometido. (Zuin 1999, p.81-82)

As pessoas acabam acreditando que com o diploma, desta ou de outra, instituição de ensino pode conseguir uma melhor “formação”. Um diploma mais valorizado no mercado e quanto mais as instituições de ensino percebem isso mais elas tentam vender a imagem de uma instituição reconhecida no mercado. Vende a sua posição no mercado, utiliza a mídia para mostrar que é a melhor. Vende uma estrutura, vende um diploma mas a maioria das vezes deixa a sua condição de instituição de ensino para torna-se uma indústria onde a qualidade não esta voltada para o conhecimento, mas para a produção, para a estrutura.

A diferença entre as instituições de ensino, como as vantagens e desvantagens, serve apenas para criar uma ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha. Essas instituições tratam o aluno como produto de sua indústria, onde o desenvolvimento de novos cursos, é voltado para atender as necessidades de mão-de-obra do mercado. Os alunos são

treinados e preparados para o mercado de trabalho, de forma a não contestar as ordens, e muitas vezes para não ter um senso crítico, passando a repetir exatamente o que os outros querem, e finalmente que ele entre na lógica da sociedade industrializada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca do conhecimento de forma crítica, surgem vários caminhos, que nem sempre nos mostra a verdadeira realidade, mas faz se importante continuar a persistir nesta busca. O desenvolvimento deste trabalho não buscou tentar generalizar as situações, mas levantar algumas indagações sobre a lógica desta sociedade industrializada, que muitas vezes inviabiliza o conhecimento crítico aos homens, e que tenta de certa forma, fazer com que continuemos alienados a algumas situações.

Desta busca surgem várias outras questões. Como os alunos que estudam em instituições de ensino superior percebem a alienação? O que os educadores estão fazendo para que as pessoas tenham conhecimento dos males causados pela indústria cultural? Será que as pessoas estão preparadas para viver em um mundo real?

Mas percebemos que atualmente, as pessoas vivem reclamando que não tem tempo pra isso, não tem tempo para aquilo, que as informações estão cada vez mais rápidas, e que as pessoas cada vez mais longe da tão sonhada felicidade. Será que as pessoas estão preparadas para a realidade?

A pergunta que faço a todo tempo, será que estamos preparados para a realidade? Vejo que também para esta pergunta ainda não encontrei resposta. Talvez por ainda estar no ritmo acelerado da lógica industrial, onde ser humano, não é o que importa, e sim ser competitivo, ter um lugar na sociedade, obter o reconhecimento das outras pessoas, e até mesmo por ter sido educada para a busca desse ideal pragmático e consumista.

Concluindo, faço as palavras de Adorno (1995, p.67-68) as minhas:

O individuo só emancipa quando se libera do imediatismo de relações que de maneira alguma são naturais, mas constituem meramente resíduos de um desenvolvimento histórico já superado, de um morto que nem ao menos sabe de si mesmo que está morto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Trad. de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

- ADORNO, T. W. *Mínima moralia: Reflexões a partir da vida danificada* Trad. de L. E. Bicca, 2a. ed.. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento* - Fragmentos filosóficos. Trad. de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.
- ALMEIDA, Guido. In: ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento* - Fragmentos filosóficos. Trad. de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985. p.7-8.
- BATISTA, Sueli Soares dos Santos. "O projeto interdisciplinar da teoria crítica: a história e a psicologia". *Psicol. USP*. [online]. 2001, vol.12, no.1 [citado 23 Janeiro 2005], p.121-133. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-6564.
- CIVITA, Victor. "Historia das Grandes Idéias do Mundo Ocidental". In: *Os Pensadores*. 1ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- FOCAULT, Michel. *A ordem discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HORKHEIMER, M. "Teoria Tradicional e Teoria crítica". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975; vol. XLVIII; p. 125-162.
- MAAR, Wolfgang Leo. "A Guisa de Introdução: Adorno e a Experiência formativa". In: ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Trad. de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- MAAR, Wolfgang Leo. "Adorno, Semiformação e Educação". In: *Revista Educação e Sociedade*., Campinas, vol. 24, n. 83, p. 459-476, 2003.
- MEDRANO, Eliziara M. O. e VALENTIM, Lucy M. S. "A indústria cultural invade a escola brasileira". *Cad. CEDES*. [on-line]. ago. 2001, vol.21, no.54 [citado 23 Janeiro 2005], p.69-75. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-3262.
- RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. "Reflexões sobre a educação danificada". In: *A educação danificada: Contribuições à Teoria Crítica da Educação*. Petrópolis: Vozes/São Carlos: UFSCar, 1998.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, NEWTON. “Do ato de ensinar numa sociedade administrada”. *Cad. CEDES*. [online]. ago. 2001, vol.21, no.54 [citado 23 Janeiro 2005], p.19-27. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-3262.

ROUANET, Sergio Paulo. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 4^a ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1998.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. “Sobre a atualidade do conceito de Indústria Cultural”. *Cad. CEDES*. [on-line]. ago. 2001, vol.21, no.54 [citado 23 Janeiro 2005], p.9-18. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-3262.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares.. *Industria Cultural e Educação: O novo Canto da Sereia*. Campinas: Autores Associados, 1999.

Recebido em 20 de novembro de 2012.

Aprovado em 12 de dezembro de 2012.

DEMOCRACIA E INFORMAÇÃO NA ERA DA INTERNET

Uianã Cordeiro Cruvinel Borges¹

Ronaldo Rosa dos Santos Junior²

Hamilcar Pereira e Costa³

RESUMO

A democracia é, dentre os regimes de governo conhecidos, um valor em si. Contemporaneamente a rapidez da informação através da tecnologia tem apontado novos caminhos para o exercício democrático. O objetivo deste artigo é demonstrar que a utilização das tecnologias de informação é um recurso ótimo na obtenção dos melhores padrões de relacionamento entre representantes e representados nas democracias contemporâneas. Considerando as críticas apontadas quanto aos limites de ação da internet, pretende-se demonstrar que a utilização da rede no relacionamento da sociedade civil com as instituições democráticas tem capacidade de amenizar o problema histórico do afastamento entre os atores pesquisados. Neste sentido serão feitos alguns apontamentos sobre os conceitos de democracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, enfocando os conceitos de accountability e responsividade.

Palavras-chave: democracia, internet, informação

INTRODUÇÃO

Retomando o problema clássico da teoria democrática referente à distância entre os atores políticos institucionalizados e a sociedade civil, as inovações tecnológicas tem demonstrado serem uma possibilidade de baixo custo na mediação dessa interação política. Com a emergência das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), tais como internet, celular e outras, especialistas retomam o debate sobre a qualidade e a perenidade da democracia tomando como parâmetros certas questões sobre o modo como essas novas tecnologias incidirão sobre o ambiente político democrático e suas repercussões na participação dos cidadãos na vida pública.

Qualquer que seja o espectro ideológico defendido para o exercício da democracia, a unanimidade está na própria democracia enquanto valor, independente das regras relativas aos processos políticos. Como coordenar as diferentes vontades individuais, nas mais diversas formas de organização social, fazendo com que todos os indivíduos sintam-se representados e governados de maneira igualitária, é um dos maiores questionamentos da vida pública política, que coloca as diversas vertentes da democracia em voga. Tais questionamentos levam a conclusão de que a polêmica sobre a democracia – enquanto regime – encontra-se em constante modificação (BOBBIO, 1979). Neste sentido optamos por estudar a democracia contemporânea, ou como afirmou Pateman (1992), os modelos de democracias respaldados na teoria política ocidental. Segundo a autora,

(...) a teoria democrática resultou de um acontecimento intelectual do século XX, o desenvolvimento da sociologia política, e de um evento histórico, a emergência dos Estados totalitários. No início do século, a dimensão e a complexidade das sociedades industrializadas e o surgimento das formas burocráticas de organização,

¹ Docente da Faculdade Araguaia. e-mail: uianacs@yahoo.com.br

² Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Araguaia. e-mail: ronaldo@faculdearaguaia.edu.br

³ Mestrando em Agronegócio da UFG. e-mail: adm_hamilcar@hotmail.com

para muitos teóricos políticos de orientação empirista, pareciam levantar sérias dúvidas sobre a possibilidade de se colocar em prática o conceito de democracia do modo que ele era realmente compreendido. (Pateman, 1992, p.11)

A modernidade política pressupõe uma interação consecutiva entre sociedade civil e representantes legalmente eleitos. Entretanto, esta premissa foi historicamente refutada com o distanciamento cada vez maior entre as esferas institucionais e civil. A história mostra que constantemente novas formas de consolidação desta relação foram criadas, novos instrumentos foram introduzidos. A assunção da internet, contemporaneamente, como meio doméstico de comunicação social representa mais um ciclo de possibilidade de incremento da relação representantes/representados. Isso posto, discutiremos neste artigo o sentido do fazer democrático e como os incrementos tecnológicos podem auxiliar neste exercício democrático.

Os sentidos do exercício democrático

O fazer democrático está intrinsecamente ligado à possibilidade, ou aos níveis, de participação popular. Assim sendo, cada modelo democrático engendrará certo limite de ação à realização da soberania popular. Neste sentido a democracia direta ou deliberativa, pressupõe o exercício máximo da soberania popular, como afirmam Filla e Battini (1993), em que o indivíduo pode "apresentar e debater propostas, deliberar sobre elas e, sobretudo, mudar o curso da ação estabelecida pelas forças constituídas e formular cursos de ação alternativas" (Filla e Battini, *apud* Lyra 1998, p. 11). Assim, Lígia Helena Hahn Lüchmann, define a democracia deliberativa nos seguintes moldes,

“A democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na idéia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais. Constitui-se, portanto, em uma alternativa crítica às teorias "realistas" da democracia que, a exemplo do "elitismo democrático", enfatizam o caráter privado e instrumental da política.” (Lüchmann, 2002, p 19).

Dahl (2005) calcou a existência de uma “poliarquia”, ou democracia, em cinco critérios, quais sejam: participação efetiva; igualdade de voto; entendimento esclarecido; controle do programa de planejamento e inclusão dos adultos. Nestes cinco critérios percebemos claramente a relação de restrição imposto pelo Estado ao exercício da soberania popular e assim o crescimento ou diminuição do teor democrático. Para o autor “uma característica chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (Dahl, 2005). Para que todos os indivíduos sejam considerados politicamente iguais e para

que um governo permaneça responsivo, Dahl (2005) afirma que todos os indivíduos devem ter oportunidades plenas de:

1. Formular preferências;
2. Expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva;
3. Ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte de preferência (...) para essas três oportunidades existirem para um grande número de pessoas, tal como o número de pessoas abarcado pela maioria dos Estados-nações existentes, as instituições da sociedade devem fornecer pelo menos oito garantias. (Dahl, 2005, p.25)

São essas as garantias:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações;
2. Liberdade de expressão;
3. Direito de voto;
4. Direito de líderes políticos disputarem apoio/voto;
5. Fontes alternativas de informação;
6. Elegibilidade para cargos políticos;
7. Eleições livres e idôneas;
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (Dahl, 2005, p. 25)

Assim, toda a teoria dahlsiana remete-nos à noção dos níveis de autorização de uso do poder popular, da soberania popular. A autorização da representação em sociedades complexas tende a gerar um distanciamento das preferências populares – preferências da soberania popular – em relação as práticas de seus representantes. O resultado de tal distanciamento pode ser observado contemporaneamente através da distância no relacionamento democrático entre os atores em questão. Um dado que comprova tal distanciamento relacional são os índices que apontam o nível de credibilidade da sociedade em relação as suas instituições democráticas. De acordo com Araújo (2009),

(...) pesquisa de iniciativa da AMB⁴, em parceria com o IPESP⁵, denominada Barômetro de Confiança nas Instituições Brasileiras⁶, que consiste em um estudo quantitativo em relação ao nível de confiança e à avaliação das principais instituições do país, revela a baixa confiança da população nos governos, casas legislativas e partidos políticos. Realizada em junho de 2008, esse estudo apontou as instituições políticas como as que ostentam o menor índice de confiança da população: 42% não confiam no Governo Federal; 44% não confiam nos governos estaduais; 48% não confiam nas prefeituras municipais; 54% não confiam nas assembleias legislativas; 61% não confiam no Senado; 68% não confiam nas câmaras de vereadores; 68% não confiam na Câmara Federal; e 72% não confiam nos partidos políticos. (Araújo, 2009, p. 19)

⁴ Associação dos Magistrados Brasileiros

⁵ Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas.

⁶ Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/docs/pesquisa/barometro.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Assim, seguindo um fluxo cíclico de superação de suas limitações, a representação passou a ser observada sob uma nova ótica. O real sentido da palavra democracia vem sendo extensamente trabalhado pelas mais diversas vertentes do pensamento político. Muitos fatores contribuíram para essa busca do real significado da democracia, como afirmou Nobre (2004):

“Desde o colapso do chamado “socialismo real” e do longo declínio do grande arranjo social europeu conhecido como Welfare State até o processo de liberalização dos mercados e dos fluxos do capital financeiro que recebeu, em um primeiro momento, um vago nome de “globalização”, a disputa política em torno do sentido de “democracia” tornou-se mais aguda. (Nobre, 2004, p.21)

Jürgen Habermas teorizou de maneira exaustiva as relações do estado com a sociedade e fundamentou muito de sua análise na legitimidade dos processos democráticos submetidos à processos discursivos. Para este autor, em “Direito e Democracia” (1997) o aparelho do Estado é tomado como ponto de referência, tornando a esfera pública e o complexo parlamentar o lado input, a partir do qual o poder social de interesses organizados flui para o processo de legislação.

No seu lado output, a administração encontra a resistência dos sistemas funcionais das grandes organizações que fazem valer o seu poder no processo de implementação. Um poder administrativo, tendencialmente autônomo, se liga a um poder social eficaz – tanto do lado input como output – formando uma contracorrente que atravessa o fluxo dos processos de decisão democráticos, dirigidos pelo poder comunicativo. Neste sentido o conceito de “poder comunicativo” é tido como um simples constructo tendencioso por parte de duas teorias: pela teoria da ação que define o “poder” como sendo a capacidade de atores imporem a sua vontade à vontade contrária dos outros; pela teoria do sistema, que desmembra o poder em dois elementos: no código de poder de um determinado sistema político de ação, e no poder geral de organização, ou melhor, na capacidade de auto-organização “auto-poiética” que segundo Habermas (1997, p.20) traduz-se na capacidade de auto produção da vontade pública por meio de um processo comunicativo.

Habermas (Ibid., 1997, p. 22) assume em sua teoria que o poder administrativo é empregado para influenciar a formação da vontade parlamentar e o jogo de forças que regula os interesses organizados, que exercem influência direta na formação da política e no emprego do poder administrativo. Isso gera um processo circular, que liga o poder social dos clientes – cidadãos – aos partidos que conseguem o poder político, o processo de legitimação às operações e realizações do estado e, por último, fechando o círculo, liga esse processo de implementação às pretensões do cliente.

Assim a teoria social do pluralismo insere-se no modelo normativo de liberalismo através de

uma simples substituição: o lugar dos cidadãos e de seus interesses individuais é ocupado por organizações e interesses organizados. Tal teoria parte do princípio, segundo o qual todos os atores coletivos tem aproximadamente as mesmas chances de influenciar os processos de decisão relevantes para eles. Para o autor, após a revisão do princípio do pluralismo, restou uma teoria da elite, expurgada dos acréscimos pluralistas, e que reduz essencialmente o papel do processo democrático à escolha plebiscitária entre dirigentes, portanto a uma seleção de condutores.

A observação habermasiana da democracia procura destrinchar os meandros da teoria dos sistemas e da teoria econômica da democracia afirmando que desde o final dos anos 60 avolumam-se certas evidências críticas à tais teorias, tais como a de que o sistema administrativo só pode operar num espaço muito estreito. No lado output, o estado ativo logo atinge os limites de sua capacidade de regulação, porque sistemas funcionais e grandes organizações se subtraem a intervenções diretas. No lado input, o espaço de iniciativa do governo e dos partidos é limitado através da imprevisibilidade, tanto dos eleitores esclarecidos quanto dos que não possuem identificação partidária definida, cujos laços com os partidos são cada vez mais frouxos. E conclui que de um lado, a teoria do sistema elimina os derradeiros laços do modelo normativo que servira de ponto de partida; de outro lado a teoria econômica da democracia dedica-se quase exclusivamente ao processo de legitimação, apoiando-se nos pressupostos de um individualismo metodológico.

Em termos da teoria econômica da democracia, Habermas (1997, p. 34) demonstra a racionalidade do comportamento dos eleitores e dos políticos e capturando, assim, algumas intuições normativas do liberalismo em contraposição à teoria dos sistemas que abandona o nível dos sujeitos da ação sejam eles indivíduos ou coletividades e ampara na densificação dos complexos organizatórios, chegando à conclusão de que a sociedade constitui uma rede de sistemas parciais autônomos, que se fecham uns em relação aos outros através de semânticas próprias.

A observação seletiva destes sistemas parciais autônomos acarreta um ganho realista que sobrecarrega tal teoria com um problema colateral inquietante. Todos os sistemas funcionais conseguem sua autonomia através da criação de códigos e de semânticas próprias, não traduzíveis entre si, limitando-se apenas à observação mútua, o que a impede de quase por completo de integrar a sociedade em seu todo. “O núcleo do problema está na improbabilidade de que aconteça uma comunicação entre unidades autônomas, que operam de modo auto-referencial” (Ibid., 1997, p.40).

Para Habermas (Ibid., 1997, p.62), um modelo de circulação político, seguindo o caminho de outros sistemas funcionais, tornou-se independente transformando-se num círculo de ligações fechado em si mesmo. Segundo a lógica da diferenciação funcional de uma sociedade, afirma

Habermas, os sistemas parciais diferenciados são reintegrados no nível da sociedade como um todo. Pois, se a sociedade descentrada não pudesse mais manter sua unidade, também não poderia mais aproveitar-se do aumento da complexidade de suas partes e cairia vítima de seus ganhos em termos de diferenciação.

Além disto, o enfraquecimento da capacidade de integração significa um desafio para a política e o direito. Esse enfraquecimento reproduz, de certa maneira, um choque que ambos sofreram ao perder a legitimidade religiosa. E esta legitimação deve ser conseguida através de processos políticos de sintonia entre diferentes sistemas funcionais. Habermas (Ibid., 1997) sintetiza em três pontos a descrição dessa sociedade que seria integrada e ao mesmo tempo tutelada através de um equilíbrio intersistêmico:

- I) através de sistemas de negociação não hierarquizados, o Estado supervisor procura afinar-se com sistemas sociais funcionais da sociedade. O estado supervisor tem que exercer uma política de opções, semelhante à do planejamento econômico. O conselho empresarial é tido como modelo de estratégia que amarra diferentes sistemas fechados num conjunto produtivo e auto-vinculante;
- II) a política reguladora do sistema que continua servindo-se da linguagem do direito não necessita mais de seus programas condicionais ou teleológicos. O direito passa a funcionar como catalisador das transformações internas;
- III) Ao passar do plano da formação democrática da opinião e da vontade das pessoas para o das relações sistêmicas a integração deve manter intacto a conteúdo essencial da democracia. O diálogo dos sistemas funcionais, ao contrário da prática comunicativa das pessoas privadas, não trata mais de normas valores ou interesses; ele se limita ao fim cognitivo da intensificação reflexiva do saber sistêmico. (Habermas, 1997)

As objeções I, II e III que enfrentam o conceito de uma sociedade de sistemas parciais autônomos, estruturada corporativamente, apontam na mesma direção: a integração de uma sociedade altamente complexa não se efetua através de um sistema paternalista que ignora o poder comunicativo do público de cidadãos. A política e o direito não podem ser entendidos como sistemas autopoieticamente fechados porque o sistema de ação político está embutido em contextos do mundo da vida (Habermas, 1997, p. 70).

Neste sentido para Habermas a esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papeis, nem regula o modo de pertença de uma organização. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delimitar seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.

Na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera. Nessa luta não se aplica somente a influência política já adquirida, mas também o prestígio de grupos de pessoas e de especialistas que conquistaram sua influência através de esferas públicas especiais. Nesse sentido os papéis dos atores se multiplicam e se profissionalizam cada vez mais através da complexidade organizacional (Habermas, 1997, p. 70). O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. Essas associações não constituem o elemento mais evidente de uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa.

No campo da comunicação entre as esferas públicas, um conceito fundamental é o de “Governança”. A noção de Governança aparece com maior ênfase em algumas reflexões conduzidas pelo Banco Mundial. Em documento intitulado “Governance and Development” de 1992 o Banco Mundial define governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”, ou ainda, “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”.

Diniz (1995) afirma que o conceito de boa governança tem em vista “aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente”, e ainda segundo o autor “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (Ibid., p. 400).

Maria Helena Santos em seu artigo “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte” de 1997 afirma que

“A idéia de que uma “boa” governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos.” (Santos, 1997, p. 3)

Na gama de conceitos sobre boa governança podemos explicitar dois grandes e marcantes momentos do conceito. Os trabalhos de Huntington fazem parte da primeira geração de análises sobre governança, de meados da década de 60 até a década de 70. Santos afirma que tais análises interpretam a crise de governabilidade como,

(...) fruto dos excessos da participação e sobrecarga de demandas. Para Huntington,

o funcionamento adequado dos sistemas políticos depende do equilíbrio entre as instituições de *input*, agregadoras de interesses ³/₄ sobretudo os partidos políticos ³/₄ e as instituições governamentais de *output*, que regulam e implementam as políticas públicas. Quando no contexto das democracias consolidadas surge uma onda de participação, segue-se, em resposta, um aumento da atividade governamental, acompanhado de sobrecarga no governo, falência de *outputs* e deslegitimação da autoridade, com subsequente enfraquecimento das instituições políticas. Estas últimas, contudo, por serem fortes, adaptáveis e coerentes, acabam por absorver, dentro de limites, as tensões e pressões por participação, conseguindo preservar-se até o arrefecimento da onda de participação. Nas democracias recentes, por sua vez, a incorporação política de grupos sociais antes excluídos conduz a essas mesmas conseqüências, sem que haja, contudo, instituições consolidadas, capazes de suportar a pressão sobre o sistema político. (Huntington *apud* Santos, 1997, p.4)

Retomando as noções do Banco Mundial, o conceito de governança e, ainda, de boa governança adquire contornos mais amplos. O conceito passa, então, a adquirir a noção de que a forma como a autoridade é exercida na gestão dos recursos nacionais de determinado governo no caminho do desenvolvimento, em todos os campos, é determinante. Para Melo (*Apud*, Santos, 1997, p.8) o conceito refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais que inclui,

(...) questões ligadas ao formato político-institucional dos processos decisórios, à definição do *mix* apropriado do público/privado nas políticas, à participação e descentralização, aos mecanismos de financiamento das políticas e ao alcance global dos programas. (MELO *apud* Santos, 1997, p.8)

Neste sentido a gestão das NTICs e, particularmente, do uso da internet como mediador das relações entre as esferas políticas e civil determina o nível de governança exercido pelo governo. Os dados empíricos desta dissertação revelam exatamente como o poder governamental tem exercido o conceito de boa governança no campo digital. Ressaltamos que a forma como cada governo opera seus dispositivos digitais no campo do debate público evidencia sua ligação com o interesse de reavivar na sociedade o sentimento de uma comunidade de interesses entre ambos e da capacitação dos seus cidadãos para o exercício da palavra democrática.

A literatura recente da área de estudos sobre democracia participativa e também da democracia deliberativa e/ou discursiva tem apontado um crescimento significativo em estudos relacionados ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) por parte do Estado, especialmente pelos poderes Executivo e Legislativo.

Pode-se considerar dois grandes eixos de problema do funcionamento democrático, quais sejam: o eixo político que assume que as instituições políticas atuais não possibilitariam um verdadeiro funcionamento democrático; e o eixo econômico que assume que o dispositivo estrutural das relações salariais, o peso da desigualdades econômicas arruinariam na base qualquer

possibilidade de democracia.

Na contra-mão da idéia dicotômica, podemos analisar as duas esferas de maneira complementar, de tal forma concluímos que

“a vantagem destes paradigmas é transportar para os outros a responsabilidade daquilo que nos acontece. É evidentemente mais fácil incriminar, à maneira foucaultiana, o “poder” e sua dominação tentacular. Ou ainda se esconder atrás das dificuldades econômicas para não assumir uma cidadania ofensiva. Em suma, o Estado, o poder e a economia estariam coligados a fim de esvaziar a democracia de sua substância. Qualquer mudança, por menor que seja, é deste modo adiada para um tempo indeterminado da revolução global.” (Breton, 2008)

Em outro sentido o que propõe Breton é a idéia de retomar a competência central da democracia: a competência da palavra. É no uso da competência da palavra democrática que, possivelmente, o problema da distância entre representantes e representados seja minimizado.

Ao tomar como pressuposto a noção da palavra democrática a interatividade se apresenta como uma nova maneira de se conceber tal palavra e seu papel. A idéia é que a palavra circule melhor, mais rápido e de maneira mais convivial se as normas oratórias que organizam a distribuição incitarem todo mundo, de um lado, a falar livremente, quando quiser, e, de outro, a escolher de preferência um propósito em relação, como reação, com o que acaba de ser dito, a fim de estreitar o mais possível o elo social.

A informação é o eixo central para o uso da competência da palavra democrática pela sociedade. O Estado pode ofertar informação ao indivíduo em vários níveis midiáticos. Entretanto, o que nos interessa, dada a convergência digital, é como o Estado tem feito uso da internet e, especificamente, dos sites oficiais dos governos na promoção da competência da palavra democrática.

Neste sentido faz-se interessante lembrar uma das questões fundamentais levantadas pelos federalistas, que é a noção de comunidade de interesses entre sociedade civil e esfera decisória. Analisando de forma complementar, pensar os problemas fundamentais da democracia associados à noção de comunidade de interesses federalistas na era da internet surgem as seguintes questões: O governo usa a interatividade – internet – como meio de reestruturação da possibilidade da palavra democrática? Em que medida? Quais são as ferramentas que possibilitam a sociedade civil exercer a palavra democrática no que diz respeito ao *accountability* político e à responsividade?

Outra questão que se torna relevante neste estudo é a verificação da existência de canais de interação entre as esferas civis e decisórias no campo virtual. Segundo Breton (2008) “os dispositivos democráticos existem em todos os níveis; somos nós (a sociedade civil) que nada fazemos. Na maioria das vezes por falta de competência para utilizá-los”. Essa noção que aponta

para a incompetência democrática do cidadão comum é uma das causas da distância no relacionamento político dos atores institucionalizados e não institucionalizado não é recente. Schumpeter afirma que o cidadão além de ser apático em relação às questões do mundo político possui uma incapacidade cognitiva para a atuação nesta arena.

Entretanto, notamos que o desenvolvimento tecnológico é seguido por um momento de adaptação à nova tecnologia. Neste sentido podemos inferir que a utilização contínua da tecnologia para atuação política contém, lembrando o ideal democrático rousseauiano, um teor didático capaz de potencializar as capacidades cidadãs. Mas o que confere à rede um status “revolucionário” das relações? Quais as características que a diferencia dos demais meios de interação democrática tradicionais? Tais características podem ser uma aliada na desconstrução do que se convencionou chamar de *déficit democrático*? Assim, nos perguntamos: os governos tem se disponibilizado a criar canais de interação com o indivíduo via internet? Quais são estes canais? Eles são satisfatórios?

A Internet como canal de mediação do exercício democrático

Breton (2008) levanta alguns problemas da interatividade midiática, dentre eles, uma característica central da interatividade, qual seja, o que dizemos deve se encaixar com o que os outros dizem. Segundo o autor “Os propósitos devem se corresponder. A réplica é rainha. Deve-se reagir à reação do outro. Esta exigência tem uma reação direta, que não é visível à primeira vista, mas muda tudo. De tanto responder continuamente, toda palavra que vem do interior se acha desqualificada. A originalidade e a singularidade da palavra se vêem assim postas de lado” (BRETON, 2008). Neste sentido o que queremos salientar é se o governo tem aberto à sociedade a possibilidade da realização da responsividade.

Entman (1989) trabalha numa perspectiva similar, apontando a falta de formação/informação política como responsável pela apatia dos cidadãos. Este autor assinalou um déficit significativo na esfera dos atores do mercado político, os quais deveriam ser incluídos sempre que o assunto fosse a missão de formar/informar os cidadãos e ajudar a melhorar quantitativa e qualitativamente a participação destes. Em outras palavras podemos visualizar a crise da palavra levantada por Breton na realização do ideal democrático.

Para este autor, a mídia comercial não pode ser entendida como a melhor guardiã da democracia, tampouco educadora cívica, pois se trata de um mercado que, historicamente, tem se deixado pautar pelos interesses da audiência, dos anunciantes e do próprio mercado político. Outra questão importante, também ressaltada por Entman (1989), é o papel “não-ocupado” pelos atores políticos/instituições políticas, nessa tarefa cívica de “melhorar” a qualidade da informação política.

Nesse caso vale lembrar autores clássicos como Schumpeter (1961), para quem não há medida significativa nesse campo, já que informação é algo muito caro e de difícil aceitação por parte dos cidadãos comuns; e Downs (1999), que achava que o comportamento eleitoral dos partidos podia, por si somente, servir de guia para os cidadãos/eleitores.

A informação tem seus custos, como afirma Downs (1999), tanto para o emissor, no caso o Estado, quanto para os cidadãos. É por isso que a internet tem ganhado força, já que se trata de um meio de menor custo e que tem se expandido rapidamente entre a população brasileira. A *Pesquisa TIC Domicílios e Empresas de 2011* revelou que:

“De maneira geral, a banda larga fixa (por meio das tecnologias a cabo e DSL, por exemplo) permanece o principal tipo de conexão, presente em cerca de dois terços (68%) dos domicílios com acesso à Internet. A banda larga móvel (modem 3G), por sua vez, está em 18% dos domicílios conectados. Mesmo assim, o Brasil segue a tendência mundial de crescimento de banda larga móvel, com um aumento de oito pontos percentuais em relação à medição de 2010, ao passo que as conexões de banda larga fixa permaneceram no mesmo patamar. Isso significa que, em 2011, a banda larga móvel foi a principal responsável pelo crescimento na proporção de conexões de banda larga nos domicílios brasileiros. Além disso, pela primeira vez, as conexões via banda larga móvel ultrapassaram o acesso discado: 18% contra 10%, respectivamente”⁷

Sobre a proporção de usuários de computador no Brasil o relatório do Cetic apresenta os seguintes dados:

“A proporção de usuários de computador no país segundo a TIC Domicílios, isto é, daqueles que utilizaram o equipamento nos três meses anteriores à pesquisa, foi de 48% em 2011. Há, contudo, disparidades entre as áreas urbanas (53%) e rurais (22%). A parcela de usuários cresce com a escolaridade, a renda familiar e a classe social, e decresce quanto maior a idade do indivíduo. Assim, desde os que declaram renda familiar de até um salário mínimo até o grupo que tem o maior ganho (acima de dez salários), a proporção de usuários varia de 21% a 89%. Do mesmo modo, varia de 33%, entre os que fizeram o Ensino Fundamental, até 92%, entre os que têm curso superior; e é de 17% entre os indivíduos nas classes DE e 94% na classe A.” (Ibidem²)

A convergência digital é inegável. O caminho trilhado contemporaneamente por todas as sociedades aponta para a construção de uma democracia cognitiva que segundo Ronca e Costa (2002) caminha paralelamente à co-evolução da coletividade social. O que é ressaltado pelos autores são as transformações do conhecimento social no mesmo compasso que as inovações tecnológicas. Tecnologia e conhecimento transformando-se mutuamente, construindo a base de uma democracia cognitiva, característica do século XXI e das sociedades de informação. Assim a internet consolida-se como instrumento de construção e disseminação do saber, além de um

⁷ Pesquisa Tic Domicílios e Empresas 2011 do CETIC – Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e comunicação – órgão do CGI – Comitê Gestor da Informação do Governo federal.
Disponível em: <http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>

possível condicionante democrático. Os autores afirmam ainda que “uma autêntica democracia cognitiva exige não apenas um alto grau de comunicação interna, mas também uma abertura em direção à sociedade e suas necessidades”. É no sentido desta ampla abertura de informação e participação à sociedade que a internet ganha espaço e apresenta-se como recurso mais cômodo e eficaz.

A ciência política não pode ater-se a noções normativas não correspondentes à realidade social em pesquisa. Não é possível traduzir os impactos da internet de forma mundial e generalizada, posto as características intrínsecas de cada país que delineará os contornos do uso da rede. Neste sentido o que propõe José Eisenberg em seu artigo “Internet, Democracia e República” é a análise detalhada de dois termos bastante disseminados, mas nem tanto verídicamente explicativos da realidade social do uso democrático da internet, quais sejam, as noções de ciberespaço e de aldeia global.

Segundo o autor:

“O ciberespaço não existe. [...] Os operadores da internet, conhecidos hoje como internautas, não vão à lugar algum enquanto navegam na rede. [...] a internet não constitui um espaço. Visitar uma *homepage* não é visitar alguém em sua casa; afinal, ninguém está lá para recebê-lo. Participar de um *chat* também não é ir a um boteco, onde você jamais se senta à mesa de desconhecidos para discutir um tema qualquer. Em suma, parece haver algo de seriamente equivocado em conceber a internet como um espaço. Pelo contrário, na medida em que interações humanas via internet são completamente independentes de “onde” você está, devemos dizer que nela essas interações são desterritorializadas”. (Eisenberg, 2003)

Desterritorializar as interações sociais pode acarretar tanto desfechos positivos quanto negativos. Interessa aqui a noção de que a desterritorialização das interações via internet oferece aos indivíduos a possibilidade de interações, as mais diversas, a baixo custo. A internet como instrumental técnico mediador das interações e informações tem o potencial de amenizar os custos da informação pagos pelo indivíduo comum. Para Joseph Schumpeter, em seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” um dos maiores problemas para ação política do cidadão comum são os custos de obtenção, análise e avaliação das informações, que são a base de qualquer democracia. A internet possibilita ao cidadão médio o acesso a informações variadas, análises, as mais distintas, e a oportunidade de uma comunicação descentralizada com as diversas partes do globo expondo suas opiniões e recebendo as diversas influências à disposição. É a possibilidade de o indivíduo ser, simultaneamente, receptor e produtor da agenda de discussão da informação, que reveste a internet de um status tal, a ponto de vários teóricos a referendarem com estatuto de agente revolucionário.

A noção de aldeia global é questionada por Eisenberg ao avaliar que esta não é nem tão aldeia

assim, posto que sua suposta horizontalidade é controlada por instituições públicas e privadas delimitando suas possibilidades, e nem tão global, considerando-se que a noção de aldeia global está restrita aos países desenvolvidos e, na mais otimista das avaliações, às elites dos países em desenvolvimento. Outra forma de observar a criação dessa 'aldeia global' é perceber a rapidez com que as informações e as comunicações podem desenvolver-se. A oferta de informação via rádio levou cerca de 50 anos pra popularizar-se, a televisão demorou em média 16 anos, ao passo que a internet em apenas 4 anos conseguiu uma expansão tal que hoje podemos discutir ao menos a noção de uma aldeia global comunicativa.

É notório que a internet mantém alguns aspectos dos meios de comunicação tradicionais como o rádio e a televisão. Entretanto, a rapidez com que a rede mundial de computadores tem proliferado e as possibilidades de utilização deste meio técnico pode impactar de maneira diferente e mais profunda que os meios já consolidados. Cabe as instituições democráticas utilizarem a internet como meio técnico, habilmente capaz de captar as demandas, satisfações e insatisfações sociais. Atualmente podemos traçar dois perfis de utilização da rede na tentativa da governança digital. Um primeiro modelo que enfatiza a oferta de serviços públicos *on line* via internet. Estes serviços deveriam ser ofertados em qualquer momento e lugar, via computadores particulares, quiosques públicos de consulta ou até mesmo, com a convergência digital, nos aparelhos televisivos. De outra forma o uso da internet conectada às reformas administrativas, a cada momento mais urgente, que deveria caminhar lado a lado à noção da internet como oferta de serviços públicos, tem caminhado como que na direção oposta, como sendo um caminho alternativo. O que a internet nos apresenta é a possibilidade da convergência entre os interesses dos dois caminhos citados. Uma rede *on line* que possibilite a oferta tanto de serviços públicos quanto de participação nas decisões políticas.

O caminho para a utilização da internet como forma de interação pública política deve ser normativo, orientado por certos padrões de governabilidade. A *accountability* política e a responsividade devem ser os eixos norteadores da oferta *on line* da assim chamada “boa governança”. A tendência contemporânea, no que se refere às ferramentas de democratização da atividade política, especialmente governamental, tem indicado a *accountability* como elemento relevante. Acredita-se que a disponibilização de dados, especialmente se for conduzida pelas instituições, pode incrementar a esfera pública e conseqüentemente a capacidade de avaliação retrospectiva por parte de indivíduos e grupos.

O problema é que *accountability* tem sido reduzida ao trato com o dinheiro público. Mas será que apenas realizando uma boa prestação de contas o governante está realizando plenamente o que

se espera da accountability política? Certamente que não, o que nos conduz ao segundo problema: como realizar accountability política sem enveredar pela propaganda direcionada para a persuasão político-eleitoral de interesse do grupo que está no poder. Ainda há que se discutir a opção, em boa medida, dos governantes por investir em propaganda de caráter mais persuasivo. Na prática, distinguir accountability política de propaganda política não é uma tarefa simples, até porque para as instituições governamentais o caminho da propaganda tem se mostrado mais interessante e, portanto, com maior uso por parte dos atores políticos inclusive os governamentais. Portanto, realizar accountability política sem incluir os aspectos positivos e também os negativos das políticas públicas e demais ações governamentais é transformá-la em propaganda com fins exclusivos de divulgação da informação positiva para o realizador, uma prática comum no Brasil. Entretanto, de modo algum, a propaganda política supre a oferta de accountability. Ao tratarmos a noção de accountability política referimo-nos à possibilidade de oferta de informação pelas instituições democráticas, à sociedade, de forma ampla e não apenas centralizada na prestação de contas da receita do governo. Referimo-nos à uma informação que qualifique a sociedade à discussão de suas preferências, à discussão do que está sendo implementado pelo governo e também de como os gastos públicos estão sendo conduzidos. Os estudos apontam a delicadeza do tema ao mostrarem que as prestações de contas são instrumento eficaz no combate à corrupção. Entretanto a accountability política não refuta este mecanismo, ao contrário, ela é um incremento da prestação de contas, ela ultrapassa a prestação de contas financeiras e expande-se para a noção de uma prestação de contas dos atos públicos.

A accountability política tem se apresentado em diversos países como um incremento democrático. A esfera pública é capacitada à discussão da *res pública*, do trato com as questões públicas, com o fomento dos atos públicos. Assim um exemplo de accountability política seria a correlação entre plataforma de campanha, realizações públicas e prestação de contas dos representantes eleitos. Entretanto, é necessário realizar accountability política incluindo os aspectos positivos e também os negativos das políticas públicas e demais ações governamentais, não apenas anunciá-las como propaganda dos aspectos positivos.

A realização da accountability política tem na internet uma aliada. Tanto para governo quanto para a sociedade civil o custo do uso da internet é incomparavelmente menor. Para o poder público a publicização de tais informações via rádio, televisão ou imprensa significaria um aumento tal na receita que nenhum governo está inclinado a fazê-lo. Ao cidadão comum a possibilidade de receber essa informação e ressignificá-la, no conforto de sua casa ou no intervalo do trabalho, à qualquer momento que lhe parecer mais confortável estar *on line*, significa uma maior liberdade de ação.

Outra noção do incremento democrático é a responsividade, em outras palavras, a capacidade do governo de produzir mecanismos que aproximem ao máximo as preferências da sociedade, dos cidadãos, ao processo de formulação de políticas públicas. Uma questão importante da responsividade é que apenas a implementação dos mecanismos de captação das preferências não é significativo para a consolidação democrática. Se de fato responsividade é um indicador de democracia, é importante que os órgãos públicos criem mecanismos para o cidadão expressar suas preferências, bem como seria preciso que passassem a formular políticas de acordo com preferências anteriormente manifestadas. Neste caso, as novas tecnologias de informação poderiam constituir ferramentas mais adequadas à realização da responsividade política, o que, num país de baixo acesso a rede como é o caso do Brasil, talvez servisse ainda para manter a assimetria informacional e, conseqüentemente, a exclusão da maioria da população dos processos políticos. O incremento do fluxo de informação por parte dos atores políticos certamente traria conseqüências positivas no procedimento de tomada de decisão. A grande questão é se isto, de fato, interessa àqueles que detêm o controle destes processos.

Em países em desenvolvimento as novas tecnologias, se utilizadas apenas no âmbito privado pode significar o aumento da assimetria informacional. O que torna essas novas tecnologias, incluindo a internet, atraentes à democracia é a possibilidade de uso indiscriminado por todos os cidadãos. Assim, o sucesso da implementação da internet como aliada da responsividade política está intimamente ligada a forma de acessibilidade proporcionada pelos governos. Frey (2002) aponta três campos de ação na implementação dessa tecnologia, quais sejam:

1. Pontos de acesso público; implementação de quiosques de acesso gratuito à rede, permitindo os cidadãos receberem e re-transmitirem informação;
2. Campanhas de ensino da linguagem virtual; fomentar não apenas o uso das tecnologias, mas seu uso numa cidadania ativa;
3. Apoio para aplicativos da cidadania; fomento da internet para a consolidação de uma esfera pública virtual.

Países como Alemanha, Inglaterra, Itália e Finlândia são exemplos nesse tipo de utilização das tecnologias. Cada país teve sucesso em determinada utilização e encontrou dificuldades em outras. Em alguns a utilização dos quiosques públicos gratuitos tem de ser repensada, assim como as estratégias de ensino e fomento da linguagem virtual. Entretanto, o que é comum à todos é o excelente resultado na integração sociedade civil e poder público na elaboração de políticas públicas. A distância entre representantes e representados diminui, a esfera pública é consolidada e os custos da governança são divididos com toda sociedade. Assim, cidadãos bem articulados às informações políticas podem deixar de ser meros consumidores de políticas públicas para tornarem-se produtores de preferências, tornando-se acionistas dessas políticas, assumindo as

responsabilidades e obrigações de uma sociedade consciente.

Danilo Rothberg (2008) qualifica a tecnologia como subsidiária da democracia. O autor toma como pressuposto a idéia de que decisões políticas legitimadas por consultas públicas virtuais tendem a diminuir eventuais resistências a mudanças e pode gerar ganhos de eficiência na gestão pública.

Os estudos sobre internet como meio de produção de cultura e de relacionamento social estão em um bom estágio. As noções de cibercultura e ciberespaço tem sido abordadas com frequência entre os pesquisadores brasileiros. Araújo (2011) realizou um levantamento da produção científica sobre internet no Brasil e afirma que,

O fortalecimento da legitimidade da Cibercultura como um domínio de estudos científicos dentro do campo da Comunicação tem se intensificado através de diversos fatores, que se perfazem na produção bibliográfica docente e discente dos programas de pós-graduação, na criação de grupos e linhas de pesquisa nesses programas, que se focam no estudo do tema, e de grupos de estudo pertencentes a entidades como a Compós⁸ e a Intercom⁹. Com a criação da ABCiber¹⁰, a Cibercultura avança mais uma etapa na busca de sua consolidação no âmbito científico e passa [a] ter uma representação nacional dedicada exclusivamente a um trabalho de legitimação da pesquisa nacional. (Amaral *et al.*, apud Araújo, 2011).

E qual o papel do Estado na criação deste indivíduo acionista das políticas públicas? Sem cair nos extremos do ciberotimismo ou do ciberpessimismo, alguns autores apontam para um Estado que mantém o monopólio estratégico do poder no controle dos meios de interação política. Neste controle o Estado é o interventor construtor de uma esfera pública ampliada. Neste sentido deve-se destacar as desigualdades de origem nas interações, noção que contrapõe a teoria Habermasiana onde estas desigualdades são temporariamente suspensas no fórum de discussão pública. Rothberg (2008) lembra que a inspiração liberal determina que o apagamento das diferenças nas posições iniciais do debate é necessário para que a discussão seja orientada à consecução do bem comum. Entretanto, a mistificação do que vem oportunamente a ser chamado de bem comum serviria a setores privados que se apressam para forjar seus próprios interesses como interesses da coletividade. Assim a saída é admitir a existência de múltiplos públicos competitivos ou diversas microsferas públicas, cada uma com suas pretensões de validade, chamando para si o domínio da compreensão de determinada questão em debate.

Diante deste cenário, os estudos relativos ao uso e aos impactos das novas tecnologia de

⁸ Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <<http://www.compos.org.br>>. Último acesso em 30/07/2011.

⁹ Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>. Último acesso em 30/07/2011.

¹⁰ ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Disponível em <<http://abciber.org>>. Último acesso em 30/07/2011.

informação e comunicação são iminentes. Pensar o uso da internet na manutenção da governança democrática hoje é pensar os meios que serão comumente utilizados em algumas décadas. Faz-se necessária a criação de uma agenda de pesquisa social e política no que concerne a uso dessas novas TIC's.

Considerando o recente uso dessas tecnologias no Brasil, as pesquisas aqui desenvolvidas devem conter esta especificidade, entretanto, visualizar o rápido florescimento do uso da internet no país. O Brasil ainda não é detentor de uma cultura da informação, do conhecimento. Entretanto, se utilizada e incentivada de forma correta a internet pode tornar-se uma aliada da recente democracia brasileira. Cabe saber se é de interesse das esferas decisórias que o cidadão comum participe e interfira no processo de formulação das políticas públicas que regem suas sociedades. Nesta via alguns estudos vêm se desenvolvendo. Um exemplo é a análise dos portais dos governos estaduais. Analisando como a esfera pública estadual oferta informações públicas à sociedade civil podemos delimitar um perfil do cidadão que o governo pensa ter, ou ainda, deseja ter.

Tais estudos passam por uma orientação normativa e empírica. A noção de que deveria ser a oferta da informação em comparação à real oferta aponta para várias questões. A estrutura oferecida pelo governo nos sites é, também, outro diferencial motivador, ou não, da difusão das informações na esfera pública. Nas discussões, fundamentais para a formulação de preferências, o papel dos moderadores é outro ponto crítico pois implica na difusão ou na censura das informações.

O que se pode concluir, até o presente momento, é que o mundo está diante de uma nova possibilidade interativa. Uma possibilidade que oferece vantagens e desvantagens, dado a forma de sua utilização, e o fornecimento da possibilidade de uso. Cabe às ciências sociais analisarem estas formas, além de observarem como serão utilizadas essas novas tecnologias. Mas é o poder público o responsável por difundir essas estratégias comunicacionais, fortificando a discussão da esfera pública e consolidado uma sociedade do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, W. L. B. de. Sistema representativo brasileiro: análise crítica das instituições representativas. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza. 2009.

ARAÚJO, W. F. Ciberativismo: Levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. V Simpósio internacional da ABCiber. UDESC/UFSC. 2011.

BRETON, P. A incompetência democrática. A crise da palavra na origem do mal-estar na política. São Paulo. Edições Loyola. 2008.

BOBBIO, N. Quais as alternativas para a democracia representativa. In: BOBBIO, Norberto et. Al. O marxismo e o Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

- DAHL, R. A. Poliarquia e Oposição – 1ª ed., 1ª reimpressão. Editora USP. São Paulo. 2005.
- DINIZ, E. “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995.
- DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo. EDUSP. 1999.
- EISENBERG, J. Internet, democracia e República. *Dados*, vol.46, no.3. p. 491 – 511. 2003.
- ENTMAN, R. Democracy without citizens: media and the decay of American politics. New York: Oxford University Press, 1989.
- FILLA, M. J. ; BATTINI, O. . Cidadania e Participação Popular. REVISTA N. 2, p. 0-0, 1993.
- FREY, K. Governança Eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In.: In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (ed.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HABERMAS, J. Direito e democracia – entre facticidade e validade . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1997.
- LYRA, R. P. “Teorias clássicas sobre a democracia direta e a experiência brasileira”. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Ano 35, nº 140, out/dez. 1998.
- LÜCHMANN, L. H. H. Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre / Lígia Helena Hahn Lüchmann . Campinas, SP. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2002.
- NOBRE, M. “Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução”. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (orgs) Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1992.
- ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008.
- RONCA, A. C. C.; COSTA, R. da. A construção de uma democracia cognitiva. São Paulo em Perspectiva, 16(4): 24-29, 2002.
- SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1961.
- SANTOS, M. H. C.. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997.

Recebido em 26 de novembro de 2012.

Aprovado em 21 de dezembro de 2012.

MARKETING AMBIENTAL: CARACTERÍSTICAS, IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA

Fabio Gonçalves Nascimento¹
Marcel Soares²
Luciene Ribeiro da Costa³
Luiz Carlos Brito⁴

RESUMO

A Educação Ambiental é um processo contínuo que busca um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento e progresso. Ela tem como objetivo o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente; estímulo de consciência crítica sobre a problemática ambiental; garantia de democratização das informações; estímulo à integração dos órgãos federais, estaduais e municipais, setor produtivo e acadêmico; fortalecimento da cidadania ambiental, autodeterminação dos povos e solidariedade. Diante deste estudo destacam-se os impactos ambientais causados pela área de propaganda, onde as empresas precisam devolver meios ou mídias que gerem vantagens econômicas e ambientais. Nesta questão envolve-se "Marketing Verde" que é destinado a minimizar os efeitos negativos sobre o ambiente físico ou melhorar a sua qualidade. Observa-se que o consumidor esta cada vez mais consciente com relação aos problemas ambientais, por isso optam por consumir produtos de empresas, os quais são ecologicamente sustentáveis, trazendo assim uma maior competitividade para as empresas ecologicamente corretas. Sendo assim o marketing ambiental tem um grande papel como ferramenta de contribuição para a redução dos impactos causados por propagandas.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Desenvolvimento, Educação e Ambiental

INTRODUÇÃO

Nunca se processou com tanta rapidez mudanças como as que ocorrem atualmente esta ocorrendo atualmente, mudanças científicas, tecnológicas, de hábitos e costumes, e nunca se fez tão necessário adaptações principalmente no meio empresarial. Dificilmente uma empresa consegue se manter ou sobressair se não utilizar de um conjunto de variáveis, tidas como sendo parte de uma atividade empresarial chamada marketing.

Chegou-se a um consenso mundial de que é necessária a preservação do meio ambiente, bem como a utilização de meios que impeçam a proliferação dos danos a ele causados. As empresas precisam devolver propagandas que gerem vantagens econômicas e ambientais, nesta questão envolve-se "*Marketing Verde*" que é destinado a minimizar os efeitos negativos sobre o ambiente físico ou melhorar a sua qualidade. Em um estudo, 93 % dos adultos disseram que o impacto ambiental provocado por um produto definia suas decisões de compra

¹ Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela PUC-GO. Docente do curso de Administração da Faculdade Araguaia. E-mail: fabiogadm@yahoo.com.br

² Mestre em Administração pela UNISINOS. Docente do curso de Administração da Faculdade Araguaia. E-mail: marcelouro@hotmail.com

³ Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Territorial pela PUC-GO. Docente do curso de Administração da Faculdade Araguaia. E-mail:

⁴ Pós-Graduado em Auditoria e Gestão de Tributos. Docente do curso de Administração da Faculdade Araguaia. E-mail: luizbrito.cont@gmail.com

(Churchill, 2000).

Sendo assim, justifica-se este artigo apresentar um estudo sem pretensão de esgotar o assunto, sobre marketing ambiental, suas: características, importância e interligação com a propaganda e as demais questões ambientais.

Trata-se aqui sobre a Educação Ambiental que vem ocupando espaço de destaque, cada vez mais amplo, não apenas nas áreas de educação, mas também em outras áreas como administração, economia e contabilidade. O fator das diferentes realidades sociais, aliado às dificuldades econômicas crônicas, contribui para aumentar a complexidade desta questão, conduzindo a exaustivas e por vezes frutíferas discussões acadêmicas de cunho epistemológico. Esta riqueza epistemológica a faz relevante para as Ciências da Administração, que devem considerar os impactos ambientais das organizações. Portanto, a Educação Ambiental também interessa às Ciências Sociais Aplicadas, cuja taxionomia a Administração participa.

A Educação Ambiental surgiu como forma de analisar os problemas sócios ambientais que vem se tornando insuportáveis nos últimos tempos, levando o homem a questionar o crescimento econômico de forma responsável.

A metodologia utilizada parte da pesquisa bibliográfica, utilizando-se como base de referências os principais autores ligados ao marketing e a Educação Ambiental.

Pretende-se, também, com esta pesquisa, aprofundar o conhecimento em relação a Marketing Relacionado à Propaganda e Questões Ambientais.

As Bases da Educação Ambiental

Para falar da Educação Ambiental devemos lembrar o grande marco mundial que foi a conferência intergovernamental de Educação Ambiental realizado no ano de 1977, em Tbilisi na Geórgia (ex-URSS). Foi a partir desta conferência que saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental, que hoje são adotadas como referência por muitos educadores.

A partir desta conferência a Educação Ambiental adquiriu novas e auspiciosas possibilidades, com o engajamento das Ciências da Administração. Trata-se de exigências indispensáveis na compreensão do binômio local-global e para o uso racional de recursos ambientais e socioculturais, visto que ambos constituem patrimônio. A informação, a aquisição do conhecimento e a integração de esforços avultam nas premissas na era do conhecimento, em configuração a passos largos.

Neste contexto, a Educação Ambiental é uma ferramenta de Educação para o

Desenvolvimento Sustentável (apesar de polêmico o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista ser o próprio “desenvolvimento” o causador de tantos danos socioambientais).

A este respeito, a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, destaca que:

A Lei Federal nº 9795 define a Educação Ambiental como “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sócias, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (art. 1º, da Lei Federal nº 9.795, de 27/04/1999).

Sendo a Educação Ambiental peça fundamental para a sustentabilidade, terá maior intensidade na infância, mas não devemos esquecer que os adultos também precisam se educar nas diferentes fases da vida, pois o que leva o ser humano a adquirir conhecimento, é a curiosidade. Todo ser racional tem a capacidade de incorporar novos conhecimentos em função do que acredita durante sua existência. Isso é possível pela aproximação, pelo desenvolvimento crítico e contínuo da realidade, para que seja modificada para se tornar uma ação transformadora, a fim de melhorar a qualidade de vida da humanidade.

Por conseguinte, a educação ambiental, instrumentalizada por meio de políticos e diretrizes normalizadas, pauta-se pela interdisciplinaridade, devendo se implementar não apenas no âmbito escolar, mas no seio das organizações em geral. O impacto negativo de destruição ambiental pode gerar prejuízos incalculáveis, em punições por parte do Estado, ou perda de mercado.

Visto que ter conscientização ambiental, portanto, é construir competência: é conseguir fazer o que antes não se conseguia, e, portanto, envolve ampliação da autonomia, ou seja, no passado a população além de ser em menor quantidade, não possuía a expectativa de vida como se tem hoje, não tinha a consciência da necessidade de preservação ambiental.

Ver-se uma parte do poema de Gabriela Mistral citado por Muller, 1988:

“Toda natureza é um serviço. Serve a nuvem, serve o vento, serve a chuva. Onde houver uma árvore para plantar, plante-a você. Onde houver um erro para corrigir, corrija-o você. Onde houver um trabalho e todos se esquivam, aceite-o você..

Assim, é a Educação Ambiental implícita no trecho do poema citado acima, demonstra que é uma prática educacional sintonizada com a vida em sociedade e que deve ser adotada por todo e qualquer cidadão.

Conforme preceitua o art. 255, inciso VI, do Estado da República, ao estabelecer a “promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública”, como um dos deveres do Estado para assegurar o direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Também as constituições estaduais consagram a promoção da Educação Ambiental nos mesmos termos nacionais. Entretanto deve interpor todas as ações, com a adaptação de seus conceitos, teorias, princípios e diretrizes tomando como fonte a legislação vigente.

Incorporando a educação ambiental na vida de cada um, possibilitará o crescimento gradativo do envolvimento participativo da sociedade brasileira na sua totalidade, atuando não só como interlocutor de suas bases, mas também de fendendo ideias e ações socialmente favoráveis.

Contrapondo-se ao modelo de clássico, estático e controlador, não condizente com as necessidades de um mundo em constantes transformações, emerge novo paradigma, que almeja outras dimensões. Deste fato surge, com clareza, a relevância da educação ambiental das Ciências da Administração.

A Gestão Ambiental, assim, adquire relevância, por princípios éticos e, reitere-se, por abordagem pragmática, tal como explicitado por Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002), portanto como benefícios da administração com consciência ecológica podem destacar:

- a. Sobrevivência humana;
- b. Consenso público;
- c. Oportunidade de mercado;
- d. Redução de risco;
- e. Redução de custo;
- f. Integridade pessoal.

A avaliação em uma organização se efetua com fulcro não apenas em critérios de produção e venda, visto que implica critérios mais complexos, em termos de suas dimensões humanas, políticas e sócias. Para tanto, vale neste passo, compartilhar a conceituação de que “recurso natural é qualquer insumo de que os organismos, as populações e os ecossistemas necessitam para sua manutenção” (BRAGA *et al.* 2005).

Entendendo o Marketing Ambiental e a Influência da Propaganda

Ao verificar-se uma contextualização histórica do termo Marketing no Brasil, verifica-se que, na própria gênese do comércio o Marketing é um campo de estudos novos que quando comparado com os demais campos do saber. Para Drucker (1998, p.82):

“[...] Marketing não é apenas mais abrangente do que a venda, não é de nenhuma forma uma atividade especializada, marketing abrange

uma área empresarial por completo. É o negócio completo visto de um ponto de vista do resultado final, isto é, do ponto de vista do cliente. O interesse e responsabilidade pelo marketing devem conseqüentemente difundir todas as áreas da empresa”.

Para compreender melhor o estudo do mercado surgiu então da necessidade de administrar uma nova realidade que estaria emergindo, provocada por causa da Revolução Industrial que causou uma enorme transformação de um mercado de vendedores para um mercado de consumidores. O marketing neste estágio da economia é inseparável da administração, pois inicialmente sua maior preocupação era de logística e produtividade, para a maximização dos seus lucros. Os consumidores não tinham qualquer poder de barganha e a concorrência era praticamente inexistente. Tal realidade manteve-se inalterada e inabalada até fins da segunda guerra mundial quando então, reagindo ao crescimento da concorrência, mercadológicas começaram a teorizar sobre como atrair e lidar com seus consumidores. Surgiu então a cultura de vender a qualquer preço.

Para Kotler (2006), Marketing não é uma filosofia ou um sistema ou uma estrutura organizacional, mas é um conjunto de atividades empresariais que visa à satisfação das necessidades e desejos de um ou vários mercados, através da oferta e procura de produtos, adquiridos por um processo de troca. Marketing, segundo a American Marketing Association (apud Kotler 2006, p. 4), “[...] é uma função organizacional é um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado”. Portanto, marketing pode ser conceituado como a entrega de um valor ao cliente por meio de processos que buscam a criação e a comunicação.

Uma das principais instituições do marketing é a propaganda, instrumento que comunica a muita gente ao mesmo tempo, a disponibilidade e a natureza dos produtos, criando, atendendo e satisfazendo desejo dos consumidores, um meio de comunicação muito importante para vários setores, principalmente o comercial. A propaganda é conceituada como propagação de princípios e teorias.

Sabe-se que a propaganda é um tema bastante amplo, envolvendo, idéias religiosas ideológicas, políticas e econômicas. Com o objetivo deste estudo é também auxiliar os comerciantes, com algumas informações que possam ajudá-los na hora de fazer uma propaganda, o foco será dado a ultima.

Antes da propaganda econômica, faz se necessário um breve relato sobre a história da propaganda de forma geral, sua origem, utilização, como surgiu, a diferença de publicidade e propaganda, suas formas, objetivos e meios de divulgação. Tudo isso é de extrema

importância para quem queira realizar uma propaganda. “A propaganda causa diferenciação de produto, a diferenciação de produtos causa a lealdade de marca e a lealdade e barreira para o concorrente”. (Kirkpatrick), 1997, p.24.

Para a criação de uma propaganda ainda que seja de forma amadora, há alguns aspectos a ser considerado, para não infringir leis, agredir o meio ambiente, fazendo com que ela repercuta de forma reversa ou negativa.

Através deste estudo, dúvidas serão esclarecidas e muitas outras aparecerão, mas certamente você como leitor deseja fazer uma propaganda, verá que a mesma não é simplesmente comunicar uma promoção, oferta, produto ou serviço, mas é saber o que quer fazer, para quem fazer como fazer o que esperar e finalmente, saber quais foram os resultados.

Segundo Oliveira (2006) Marketing Ambiental é uma modalidade que visa o enfoque das necessidades de consumidores ou clientes corretamente ecológicos que contribui para a criação ou sustentação de uma sociedade mais sustentável. Lavorato (apud Oliveira 2006) destaca que o marketing ambiental contribui para o crescimento e desenvolvimento de produtos e serviços direcionados a um segmento específico, que valoriza e consome produtos ecologicamente corretos. Portanto trata-se de uma importante ferramenta que é capaz de projetar e dar sustentabilidade a imagem da empresa, definindo-a como uma nova visão de mercado, destacando sua diferenciação ecologicamente correta junto à sociedade, fornecedores, funcionários e ao mercado. Para Peattie (apud Maia & Vieira 2004) define marketing ambiental como sendo uma gestão que tem como objetivo principal procurar identificar e anteciparem-se as exigências do mercado consumidor, de forma a ter lucro e ser sustentável e ecologicamente correto na área ambiental que está ligada na área de propaganda como meio de divulgação dos seus produtos e serviços.

A propaganda e os principais elementos dentro do contexto histórico

Elementos da propaganda existem desde a antiguidade e podem ser vistos através de sinais de diferentes formas e em diversos lugares como: Grécia, Roma, Egito, em varias partes da Ásia, em alguns países da America do sul e até no Brasil. Esse era um jeito de impressionar, mostrar status, poder ou mesmo de inibir inimigos

O Rei Sargão II que governou a mesopotâmia de 722 a.C a 705 a.C. tinha na entrada do palácio, um touro de 3,30m de altura esculpido. O que demonstra uma forma de propagar sua força.

Outro exemplo de divulgação é o monumento de Estela de Naran-sim em Susa (Irã) onde o Rei mandou registrar por volta de 2200 a.C. a vitória de uma guerra.

Mensagens e cartazes de vendas foram criados em papiros por Egípcios, indícios que a

arte de divulgar, propagar é algo que já existia a milhares de anos atrás evidenciados através de pinturas rupestres, papiros escritas cuneiformes ou hieróglifos.

Estes sinais existem e podem ser comprovados pela história, embora não fosse empregado a estes, o termo propaganda. A palavra propaganda vem do latim *propagand* “aquilo que precisa ser espalhado” e este relacionado à planta, mas esse termo surgiu em 1622, no início da guerra dos Trinta anos, quando o papa Gregório XV fundou a Sagrada Congregação Católica Romana para propagação da Fé (*sacra congregatio Christiano nomini propaganda*), um comitê de Cardeais para supervisionassem a propagação do Cristianismo e a direção dos negócios eclesiásticos, pelos missionários enviados para países não-cristãos.

Na época a propaganda tinha sua função voltada apenas para propagar, como o próprio nome sugere, contudo esse ato foi aos poucos sofrendo transformações passando a ser usado como uma arma política para manusear, induzir ou mesmo incutir idéias.

Personagens e políticos da história souberam usufruir muito bem dessa ferramenta da comunicação para se projetem como grandes heróis, ou alcançar seus objetivos em diferentes tempos e espaço, como o caso do Faraó que mandou construir as pirâmides no Egito, de Napoleão Bonaparte, que mandou pintar um quadro retratando sua imagem e também de Cristo que convenceu milhares de pessoas a mudar e até das suas vidas, utilizando se para isso, atos e palavras que anunciavam as boas novas e prometiam um lugar no reino do céu.

No processo da história, a política mercantilista fortaleceu economicamente a burguesia, que com o tempo começou a perceber que a associação com os estados absolutistas, através da compra de matérias primas baratas e venda de produtos caros das metrópoles o pacto colonial aumentava o tesouro da coroa dando mais poderes aos governos absolutistas, essa política já não mais era confortável para a burguesia, uma vez que os Estados absolutistas poderiam limitar suas atividades.

Sobre um liberalismo econômico, para que as leis do mercado se auto-regulassem o uso de recursos para a conquista do mercado e dentre esses o da propaganda se tornou algo indispensável.

Muitos autores acreditam que o uso do Marketing e propaganda tornou-se mais evidente com o surgimento da Revolução Industrial. Inicialmente os comerciantes compravam bens dos produtores domésticos e os vendiam a mercados distantes. Alguns comerciantes, porém começaram a financiar os produtores domésticos com dinheiro adicional, equipamento e materiais para que os bens fossem produzidos, para melhor controle dessa operação, alguns comerciantes juntaram esses produtores domésticos e equipamentos em um só lugar chamado de ‘manufatura’ ou ‘fábrica’. Esses comerciantes identificaram as

oportunidades, investiram capitais direcionaram a produção e levaram os bens ao mercado.

Esse encaminhamento ao mercado geralmente era feito por caixeiros viajantes que percorriam vários países. Para auxiliar essa comercialização eram colocados em jornais “reclames” (como era chamada as antigas propagandas) com o intuito de atingir muita gente de uma só vez, reduzindo o custo da comunicação com os viajantes e dando mais velocidade as vendas possibilitando a recuperação do investimento mais rápido.

O século XVIII, com vários produtos manufaturados a necessidade de dispor dos excedentes, a vontade de lucrar dos caixeiros, bem como falta desses produtos em regiões como Ásia, África, Europa e colônias na America, serviram de combustível para alimentar a comunicação de massa através de propaganda, que tornou possível aos fabricantes venderem seus produtos de forma mais veloz, permitindo a recuperação de seus investimentos mais rapidamente. Foi assim, e ainda hoje é preciso, que os comerciantes percebam a importância da comunicação dentro da sua empresa e que a propaganda é uma forma de alcançar muita gente ao mesmo tempo sem gastar muito por isso.

Propaganda nas grandes empresas

A propaganda é uma arma poderosa e de extrema importância principalmente para o setor comercial. As grandes empresas geralmente têm um departamento de marketing ou contrata, através do administrador, uma agência de propaganda de sua confiança para realização das campanhas de publicidade. Levando sempre em questão a eficiência da mesma, medida quase sempre, pelos bons resultados. Tendo escolhido uma agência, faz-se necessário estabelecer metas e objetivos a serem alcançados, cabe à agência de propaganda atender e planejar a mídia publicitária de seus clientes, dar assistência, fazer um estudo, compreender os problemas e as oportunidades, bem como, planejar trabalhos e tarefas para solucionar problemas e aproveitar as oportunidades.

As agências de propaganda são empresas independentes que prestam serviços ao anunciante, ela se dedica ao planejamento execução e distribuição da publicidade de qualquer firma que a contrate. Conforme Manzo (1973, p.40) “[...] geralmente, o anunciante tem uma pessoa encarregada de sua propaganda, incluída nos seus quadros fictícios. Nas empresas pequenas, essa função e, às vezes, exercida pelo próprio chefe de vendas”.

As primeiras agências de publicidade apareceram no século passado na Inglaterra, França Alemanha e Estados Unidos. Inicialmente eram apenas organizações angariadoras de anúncios, comprando geralmente espaço para anúncios em jornais e vendendo-os aos anunciantes em pequenas proporções. Com o tempo foram desenvolvendo formas de torná-las mais eficazes gerando melhor resultado e este trouxe a melhor remuneração que por sua vez

foi estimulando cada vez mais o desenvolvimento dessas técnicas publicitárias.

Segundo a Lei Federal n 4.680 de 18/06/1965 regulamentada pelo decreto n 57. 690 de 1/02/1966 “Agencia de Propaganda é pessoa jurídica especializada na arte e técnica publicitária que, através de especialistas, estuda, concebe executa e distribui a propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes-anunciantes, com o objetivo de promover a venda de produtos e serviços, difundir idéias ou informar o publico a respeito de organizações ou instituições colocadas em serviço do publico”.

Conforme Manzo (1973, p.111):

“No inicio, a propaganda resumia-se basicamente em comprar espaço num jornal ou revista e compor o texto que o encheria. Atualmente, temos, entre outros a agencia de propaganda, fotógrafos, desenhistas, cineastas, redatores, músicos, gravadores de clichês... e muitos outros.

Nas pequenas empresa a função de preparar a propaganda geralmente fica a cargo do administrador ou de outro funcionário. Em cidades do interior como é caso de Sanclerlandia, quase sempre esse administrador ou funcionário não tem conhecimento do processo de elaboração de uma propaganda, sem um conhecimento mais específicos geralmente não se preocupa em converter os objetivos da propaganda em metas específicas, em identificar o publico alvo, ou seja, a quem quer atingir com aquela propaganda; se jovem, adulto ou infantil a classe social o sexo e tantas outras informações importantes na elaboração de uma propaganda, outra informação importante a saber é quais são os interesses desses consumidores e o quanto eles estão dispostos a gastar, que mensagem deve ser utilizada e de que forma os resultados poderão ser avaliados

A falta de conhecimento do assunto e a ação executada de forma intuitiva e amadora poderá comprometer na eficiência da comunicação não satisfazendo as expectativas do empresário nem atendendo as necessidades de informação dos clientes, inviabilizando o resultado positivo dessas ações.

A propaganda é um instrumento que possui um leque de objetivos, Katler, em sua obra enumera alguns tais como,

1. Cumprir toda função de vendas;
2. Lançar novo produto ao publico;
3. Convencer os intermediários a aderirem ao produto;
4. Cultivar a preferência pela marca;
5. Recordar aos clientes que eles devem comprar os produtos.

Estes são alguns objetivos, contudo eles são vários dependendo da empresa e do marketing.

Deve se saber que existem três formas de propaganda segundo seus objetivos: Informativa - utilizada para comunicar sobre um novo produto, sugerir novos usos, mudanças de preços funcionalidades etc.

Propaganda persuasiva - desenvolver preferência de marca persuadir compradores encorajar mudanças para marca sendo algumas delas consideradas comparativas.

Propaganda de lembrança - extremamente importante quando um produto já está consolidado no mercado.

Para se adotar uma destas formas de propaganda é importante que se tenha conhecimento do estágio da empresa para que se alcance com êxito um resultado positivo. Tendo conhecimento da situação e o objetivo a ser alcançado, faz se necessário estabelecer a quantia a ser disponibilizada para a execução da propaganda e embora essa possa parecer um gasto poderá ser um investimento revertido com o tempo em lucratividade para a empresa.

Segundo Kotler (1998, p.67) um programa de comunicação e promoção completa, tem oito etapas que o comunicador de Marketing deve seguir:

- 1-Identificar a audiência-alvo
- 2-Determinar os objetivos da comunicação
- 3desenvolver a mensagem
- 4-selecionar os canais de comunicação
- 5-definir o orçamento total da promoção
- 6-decidir sobre o composto promocional
- 7-mensurar os resultados da promoção
- 8-administrar e coordenar o processo de comunicação do marketing integrado

Para se decidir bem sobre o orçamento a ser gasto com a propaganda deve se gastar mais com os novos produtos menos com os já estabelecidos e pesados com os de grande concorrência, as repetições para levar informações são de extrema importância e um impacto no orçamento de qualquer empresa. As marcas conhecidas como commodities precisam e exigem propaganda intensa e vários são os fatores a serem considerados ao estabelecer o gasto orçamental em propaganda e nem sempre é possível conciliar comunicação ideal com a verba disponível.

A observação das ações dos concorrentes para o posicionamento, o controle adaptativo, aplicação de gastos e o retorno proposto para um determinado tempo e percebendo o êxito da ação poderá repeti-lo definindo bem em bom nível os gastos. Outra forma de avaliar os resultados é uma enquête feita com os clientes, a mediação do aumento das vendas antes e depois do esforço da comunicação para mensurar os ganhos e perdas.

A escolha da mensagem de propaganda a ser comunicada deve haver adequação com o meio e ser coerente.

A propaganda deve chamar a atenção, ser criativa original clara e objetiva, não basta apenas gastar rios de dinheiro. A empresa deve estar preparada para atender a demanda de consumidores considerando as estratégias de marketing utilizadas.

Um item de relevância é a pertinência da mensagem, ela deve ser clara objetiva e contundente bem como compatível com o produto ou serviços oferecido. Além disso, a mensagem pode apelar para a emoção ou a razão dependendo do que esta oferecendo fazendo adequação da mensagem a esse sentimento o que bastante válido.

Para melhor direcionar esse instrumento chamado propaganda publicitária é importante a utilização dos diversos veículos como mala direta telemarketing TV, jornais revista rádio outdoors, sites face books, e tantos outros que a criatividade e os recursos tecnológicos vem oferecendo a cada dia.

O importante é que os comerciantes e empresários tomem conhecimento da necessidade de se informar sobre o assunto, que tenham interesse e busquem se qualificar até mesmo para simplesmente contratar um profissional da área para a execução dessa atividade, haja vista que não se delega bem, uma tarefa que não se tem conhecimento a respeito ou seja até para exigir se faz necessário antes conhecer. O conhecimento sobre a propaganda é indispensável para quem está inserido nesse processo ou nessa área, pois toda empresa seja ela grande media ou pequena deve se comunicar bem com seus clientes. A propaganda é uma das grandes pilastras da comunicação possuindo varias etapas a serem consideradas e executadas na hora de planejar uma campanha publicitária para a obtenção do sucesso esperado melhor para atuar mesmo que de forma amadora.

Propaganda e o seu Impacto ambiental

A constituição da República estabelece em seu artigo 225, “[...]que todos têm o direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para os presentes e futuras gerações”.

A questão ambiental tem tido grande repercussão, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Chegou-se a um consenso mundial de que é necessária a preservação do meio ambiente, bem como a utilização de meios que impeçam a proliferação dos danos a ele causados. Segundo Kotler & Armstrong (2003, p. 544), “[...]a defesa ambiental é um movimento organizado que congrega cidadãos, empresas e agências governamentais engajados, com a finalidade de em melhorar o ambiente de vida da população”. Todos são formadores de opinião e consumidores potenciais que influenciarão nos índices de consumo.

O profissional de Marketing ou uma organização empresarial deve aproveitar as necessidades dos consumidores ecologicamente conscientes realizarem internamente uma verdadeira mudança, ou seja, industrializar de forma que o meio ambiente seja preservado e quem ganha com isso é a própria empresa, pois irá alcançar mais clientes, contribuirá para a criação de uma sociedade sustentável em fim consolidando um comércio justo.

Em se tratando de preservação ambiental uma das formas de propaganda existente nas cidades são as utilizadas pelos veículos de som, viabilizando uma ampla divulgação, mas ao mesmo tempo causa poluição sonora. Sabe-se que a poluição sonora é um mal que afeta a vida da grande maioria dos indivíduos que vivem em centros urbanos.

Para Rosane Jane Magrini:

“A poluição sonora passou a ser considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), uma das três prioridades ecológicas para a próxima década e diz, após aprofundado estudo, que acima de 70 decibéis o ruído pode causar dano à saúde. De modo que, para o ouvido humano funcionar perfeitamente até o fim da vida, a intensidade de som a que estão expostos os habitantes das metrópoles não poderia ultrapassar os 70 decibéis estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde.”

Outro fator que para o marketing fundamental é a propaganda visual que para divulgação de produtos e serviços torna-se magnífico porém atinge as questões ambientais, pois os prejuízos não se restringem somente à questão material, mas também à saúde visual dos usuários, assim como a mental; a medida que sobrecarrega o cérebro dos indivíduos de informações desnecessárias que desviam a atenção do motorista no trânsito. Nas grandes cidades há uma degradação do meio ambiente, provocada por anúncios publicitários, carência de áreas verdes e recantos naturais, como também a grande concentração de edifícios, o que causa um estresse em quem usa veículos, para trabalhar, viajar e mesmo para circular pelas vias urbanas no seu dia-a-dia, observa-se que o uso de cartazes, banners ou pôsteres de forma exagerada em uma loja ou empresa torna-se poluição ao invés de comunicar algo de novo ou imperdível, não é o acúmulo de cartazes que trará uma boa comunicação, mas sim a qualidade do mesmo. Assim as empresas que se preocupam com as questões ambientais e que utilizam estratégias de publicidade para divulgarem seus produtos e serviços, podem de forma sustentável combinar ferramentas e recursos ecologicamente corretos. Esta também é uma forma de buscar a aceitação junto ao consumidor, pois antes tudo o consumidor esta cada vez mais consciente, divulgar produtos ou serviços em harmonia com a cultura educacional do cliente consciente com relação às questões ambientais também é uma excelente estratégia de propaganda.

CONCLUSÃO

Conclui-se com este artigo que o Marketing ambiental deve estar totalmente vinculado

ao cenário atual e vários estudos tem mostrado a importância de se programar estratégias focadas para empresas produzirem com maior sustentabilidade.

Muitas vezes ao longo da história a arte de propagar, passou a ser usada como estratégia de guerra, manipulando, induzindo, persuadindo ou servindo para evitar que idéias contrárias fossem espalhadas, foi assim na Primeira e segunda Guerra Mundial e também no período chamado de Guerra Fria.

A propaganda é uma arte que veio aos poucos se transformando e ganhado características e usos bem diversificados, a tal ponto de ser considerada como uma arma manipuladora. Bastante usada hoje em dia, principalmente pelo setor comercial, é uma atividade que viabiliza um melhor resultado do mercado produtor para o consumidor. Tão grande é sua importância que passou até mesmo, a ser considerada como uma disciplina aplicada, e como todas as disciplinas e preciso que exista educação, critérios e regras para sua aplicação.

Analisar as circunstâncias e formas de se aplicar esse meio de comunicação chamado propaganda, sem que isso possa infringir o meio ambiente também faz parte de um jeito responsável de divulgar e de trabalhar a mídia da empresa,

Hoje essa atitude voltada para a preservação do meio ambiente respeitando o bem estar do consumidor é chamado Marketing Verde. Essa é uma forma inteligente de fazer mídia sem causar danos à sociedade, gerando um conceito positivo por parte do consumidor com relação ao produtor ou prestador de serviço. A opção por fazer uma propaganda saudável, respeitando o direito do ser humano na condição de consumidor, com certeza resulta uma maior eficiência na comunicação, uma melhor imagem da empresa e por consequência resultados positivos que vão culminar no êxito da ação.

Sendo assim, o ato de fazer propaganda que geralmente nas pequenas empresas ficam a cargo do administrador, vai além da necessidade de se conhecer o processo de elaboração da propaganda como: os objetivos a serem atingidos, o público alvo, a mensagem a passar, o meio e o tempo de veiculação etc. ele tem que se pautar na ética, na verdade no respeito ao consumidor na legislação e principalmente no respeito ao meio ambiente.

Através deste estudo, dúvidas serão esclarecidas e muitas outras surgirão, mas certamente quem precisar fazer uma propaganda, verá que a mesma não é simplesmente comunicar uma promoção, oferta, produto ou serviço, mas é saber o que quer fazer, para quem fazer como fazer o que esperar e finalmente, saber quais foram os resultados.

Nesse sentido, pretende-se aprofundar esta pesquisa, pois, este tema, a cada dia, vem crescendo e possibilitando novos estudos em decorrência do crescimento do marketing

relacionado à propaganda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; Tachizawa, Takeshy; de Carvalho, Ana Barreiros. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

BRAGA, Benedito et al. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em de 05 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº01/92 à 31/2000.

BRASIL. **Lei nº 4.680, de 18 de Junho de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. Publicação: 21/06/1965. p.5748.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>>. Acesso em: 17/10/2011.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução a Administração**. São Paulo: Thomson Pioneira, 1998.

KIRKPATRICK, Jerry. **Em Defesa da Propaganda**. 1º ed. São Paulo: Geração, 1997.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing: A bíblia do marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MAIA, Galileu Limonta & VIEIRA, Francisco Giovanni David. **Marketing Verde: Estratégias para produtos ambientalmente corretos**, 2010. Disponível <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=gestao/index.html&conteudo=/gestao/artigos/mkt_verde.html>. Acesso 20/08/2011 às 10h30min.

MANZO, José Maria Campos. **Marketing uma Ferramenta para o Desenvolvimento**. 4º ed. Rio de Janeiro: Kahar, 1973.

MULLER, M. (1988). **Energy metabolism of protozoa without mitochondria**, Annual Review of Microbiology 42, 465-488.

OLIVEIRA, Ednilson Barbosa de. **Marketing Ambiental: Conceitos e uma nova orientação**, 2009. <<http://www.administradores.com.br/informe/artigos/marketing-ambiental-conceitos-e-uma-nova-orientacao/123291/>>. Acesso em 21/08/2011 às 10h42min.

MAGRINI, Rosana Jane. **Poluição sonora e lei do silêncio**. Rio de Janeiro nº 216. Out/1995. p. 20.

Recebido em 26 de novembro de 2012.

Aprovado em 12 de dezembro de 2012.

A LINGUAGEM SECRETA DA SÉTIMA ARTE: INFÂNCIA, NARRATIVA E EXPERIÊNCIA

Tatiana Carilly Oliveira Andrade¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância do cinema na contemporaneidade como lugar de possibilidade de estranhamento e ressignificações por meio da análise da obra cinematográfica “Phoebe in Wonderland” e sua correlação com os conceitos de educação, infância, narrativa, experiência, maternidade e testemunho elaborados a partir de reflexões de consagrados autores, dentre eles Benjamin, Agamben, Roure, Ariès, Freire.

Palavras-chave: Cinema, infância, narrativa, experiência.

ABSTRACT

This article aims to show the importance of cinema in contemporary times as a place of strangeness and possibility of new meanings through the analysis of the cinematographic work “Phoebe in Wonderland” and its correlation with the concepts of education, childhood narrative, experience, motherhood and testimony made from reflections of authors such as Benjamin, Agamben, Roure, Ariès, Freire, entre outros.

Keywords: Cinema, childhood, narrative, experience.

INTRODUÇÃO

Desde sua invenção, em 1895, o cinema vem despertando no ser humano as mais diferentes sensações, percepções. Ver imagens em movimento, enquadradas em uma tela, propicia uma impressão de realidade, que pode possibilitar ao espectador uma experiência única, uma forma diferente de olhar para o mundo e até mesmo para si próprio. É nesse contexto, que muitas vezes a sétima arte² pode nos colocar diante do indizível, do núcleo do real, nos fazendo olhar o que não suportamos ver: nossa incompletude, a falta, nossos traumas, nossa desumanização.

Na obra *A significação do cinema*, Christian Metz (1972) levanta a discussão acerca da impressão de realidade causada por uma narrativa cinematográfica. Segundo ele, o filme

“desencadeia no espectador um processo ao mesmo tempo perceptivo e de “participação” (não nos entediamos quase nunca no cinema), conquista de imediato uma espécie de credibilidade (...) alcança sem dificuldade um tipo de enunciado que o lingüista qualificaria de plenamente afirmativo e que, além do mais, consegue ser levado em geral a sério”. (Metz, 1972, p.16)

¹ Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: taticarilly@yahoo.com.br

² O cinema vem sendo denominado sétima arte desde 1912 com o Manifesto das Sete Artes escrito pelo teórico e crítico de cinema Ricciotto Canudo.

Essa impressão de realidade que o cinema desperta parece contribuir de certa forma para que a narrativa cinematográfica impossibilite ao espectador um bordejar em torno do núcleo do real. Acerca disso Glacy Roure (2007, p.03)³ acrescenta que “uma obra fílmica, marcada por uma narrativa clássica de cunho representativo, e cuja imagem apresenta-se em seu caráter totalizante, afirma-se ao espectador em sua dimensão transparente e sem ambiguidade”. Por outro lado, ainda segundo a autora, há filmes que se aproximam muito da arte justamente por quebrar essa impressão de realidade e conseqüentemente despertar o estranhamento. Esse tipo de obra que revela o cinema como arte, segundo a autora, se aproxima bem do que a psicanálise faz com pacientes. Nessa perspectiva, ir ao cinema pode se tornar uma terapia, não no sentido de entretenimento, mas na direção de possibilitar a suspensão dos significados, permitindo, talvez, o deslocamento de significantes e conseqüentemente um novo olhar sobre algo. É como se o cinema-arte⁴ ajudasse a reorganizar o pensamento psíquico.

Muitas vezes, ao sentarmos numa sala escura de cinema o que nos olha é aquilo que não podemos dizer, aquilo que nos causa estranhamento, aquilo que descola significado de significante. Dessa maneira, pode-se afirmar então que esse tipo de obra de arte fílmica dá visibilidade ao choque, ao trauma. Diante disso, se levarmos em conta que os traços do inconsciente são essenciais para o olhar consciente, assistir a um filme pode então se tornar uma experiência singular. Acerca disso, o filósofo Georges Didi-Huberman acrescenta que “o que vemos- só vive – em nossos olhos pelo que nos olha. Inelutável, porém, é a cisão que separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha” (1998, p.29).

Acerca dessa experiência singular produzida pela obra de arte fílmica, vale ressaltar o diagnóstico da pobreza de experiência do homem moderno feito pelo filósofo Walter Benjamin já no início do século XX, como ressalta Agamben (2008) acrescentando que “Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que ainda nos seja dado a fazer” (2008, p.21).

³ <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT16-3724--Int.pdf>>

⁴ Uso o termo “cinema-arte” com a finalidade de diferenciar obras que contribuem para causar estranhamento e contribuir por deslocamento de significantes e reelaboração de pensamento e atitude a partir disso e as obras que causam tamanha impressão de realidade que impede esse trabalho de construção, permitindo apenas a identificação com modelos de representação estabelecidos culturalmente em uma sociedade.

Assim, o homem moderno tomado pelo discurso da mídia, da religião, da família, estaria apenas vivenciando e não experimentando, estaria buscando sempre colar significado no significante para explicar tudo muito rápido e não sofrer. A arte na modernidade ao suspender os significados permitiria uma separação entre significante e significado o que possibilitaria a experiência e não a reprodução. E isso pode ser uma das grandes contribuições do cinema-arte na atualidade.

Dessa forma, pode-se dizer que a partir do registro de imagens por uma objetiva de uma câmera que as narrativas cinematográficas podem contribuir para a construção, desconstrução e rupturas de histórias. Afinal, quantas vezes assistimos a um filme e de tão afetados, nos implicamos não só em meras reflexões, mas em mudanças de comportamento, mudança no olhar sobre algo. O cinema, muitas vezes, denuncia, desnuda, produz estranhamento e queda de representatividade.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que há obras filmicas que trazem muito mais que o registro de imagens em movimento e todas as técnicas envolvidas na produção de uma obra. Essas sobrepõem toda a técnica, se revelando como pura arte, cujo poder vai além de educar, doutrinar, influenciar cidadãos. A sétima arte por meio de sua linguagem própria significa, ressignifica, constitui. Para Benjamin (1997), a arte é uma forma de denunciar e presentear o que acontece. Segundo ele,

O filme serve para exercitar o homem nas novas percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel cresce cada vez mais em sua vida cotidiana. Fazer do gigantesco aparelho técnico do nosso tempo o objeto das inervações humanas – é essa a tarefa histórica cuja realização dá ao cinema o seu verdadeiro sentido (Benjamin, 1987, p.174).

Foi considerando esses apontamentos traçados até aqui acerca do cinema como arte e sua importância na modernidade é que nesse artigo me debruço na tentativa de trabalhar a partir da obra filmica *Phoebe in Wonderland*, dirigido por Daniel Barnz, conceitos como educação, infância, criança, maternidade, narrativa, experiência, testemunho, que podem ser encontrados nas reflexões de autores como, Benjamin (1987, 1994, 1997), Agamben (2008), Ariès (1981), Badinter (1985), Zadorosny (2005), Roure (2004).

Levando em conta que o discurso é que constrói o conceito, é importante destacar que ele, geralmente, faz parte de um consenso social construído historicamente. Partindo dessa perspectiva, pode-se dizer que a construção de um conceito inclui

características que automaticamente excluem outras. É nessa fragilidade do conceito que, muitas vezes, ele não se sustenta de fato.

O conceito de infância⁵, por exemplo, foi construído historicamente a partir do século XVII. Em sua raiz reside o ideal da Revolução Francesa e da classe burguesa que pela luta e manutenção do poder usou o discurso de liberdade, igualdade, fraternidade, felicidade. Trata-se então de um construto social, econômico e político, que desde sua invenção vem sendo reformulado, como mostra o autor francês Ariès⁶ (1981).

Se de um lado esse construto social moderno acerca da infância tenta assegurar à criança condições básicas de sobrevivência e de um desenvolvimento considerado saudável, evitando a violência e primando por uma formação escolar, de outro se pode afirmar que o nascimento desse sentimento de infância é, hoje, a morte da criança. Ou seja, o conceito de infância, que temos atualmente, exclui a criança real, retira o seu lugar de criança, já que nele inclui-se uma criança escolar e feliz, fato que automaticamente exclui uma criança que trabalhe e que não seja feliz. O que existe é um conceito idealizado de infância, que inclusive vem redefinir as concepções de maternidade e paternidade, como bem expõe a historiadora francesa Badinter⁷ (1985).

O filme *Phoebe in Wonderland* (2008) conta a história fictícia de uma menina que passa a se comportar fora dos padrões considerados normais, conversando com figuras imaginárias, confundindo realidade e imaginação, tendo tiques de repetições de falas e sendo por isso rejeitada pelos colegas de classe. A superação desse transtorno ocorre em dois momentos importantes um deles é quando a menina participa de uma peça teatral

⁵ Acerca do conceito de infância discutido nesse artigo, é importante ressaltar que infância e criança não devem ser tomados como sinônimos. A criança está ligada ao conceito de infância para pensar os limites do humano. Enquanto criança é cronológico, infância não é. Na sociedade em que vivemos é provável que muitos homens tenham vivido sem terem infância, porque esse é o lugar do estranhamento, de passar pela experiência.

⁶ Na obra *História Social da Criança e da Família* Philippe Ariès narra sobre a construção do conceito de infância, que inicialmente não era valorizada, existindo um sentimento de que a criança não contava. Esse por sua vez, foi reformulado nos séculos que se seguiram estabelecendo então o sentimento de paparicação – a criança com potencial de distração – o de exasperação ou irritação e o de interesse da psicologia, da educação, da medicina – criança pensada não como adulta, mas como quem precisa de cuidados que atendam a requisitos morais, psicológicos, de saúde e higiene.

⁷ Na obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Elisabeth Badinter (1985) narra sobre o amor materno. Segundo ela, esse sentimento não seria inerente à condição de mulher, mas algo que se adquire. Nos séculos XVII e XVIII era comum que as crianças fossem criadas pelas amas praticamente até os cinco anos de idade. Assim, o sentimento materno seria uma produção da evolução social desde princípios do século XIX.

"*Alice no País das Maravilhas*" podendo se entregar ao mundo da fantasia, o que a leva ao lugar de criança, lugar que a escola não lhe dava até então, e à concentração, que ameniza os sintomas da doença que a acomete.

O outro momento é quando a mãe da menina aceita o diagnóstico de que sua filha sofre de síndrome de Tourette⁸. Esse momento é muito rico, não pelo rótulo que se cria ao nomear uma patologia, mas por apresentar um conflito vivido pela mãe de Phoebe revelando um problema que impera na sociedade atual que é o de colocar a criança no lugar de objeto de gozo, em que os pais se realizam somente a partir de um filho perfeito, saudável, com características favoráveis ao alcance de um sucesso balizado por uma cultura e ideologia capitalista.

Além disso, apesar de o diagnóstico da doença ter tirado a poética e a magia de ser criança do filme, de certa maneira, tornou-se interessante a forma como durante toda a trama ficcional há algo muito semelhante ao que ocorre em seções de psicanálise. A mãe de Phoebe bordeja em torno de um problema e ao contar e recontar sobre o comportamento da filha tanto no consultório com o psicólogo, quanto nas brigas com o marido, nos diálogos com o diretor da escola e em especial em um confronto em defesa da filha com a professora de teatro Dodge, é que ela consegue deslocar significantes de modo a construir uma nova história. Porém, nesse caso em específico, isso trouxe ao filme um final feliz, mas que de certo modo pode ser questionável. Isso porque há de se avaliar até que ponto nomear ou rotular uma doença pode ser considerado a solução do problema.

Durante toda a narrativa filmica, podemos perceber também a questão de como a escola, que se dedica ao ensino infantil, está tomada pelo discurso de uma sociedade narcísica, tendo o mínimo de sensibilidade em perceber a criança real. O texto *Se esta criança, se esta criança fosse minha*, de Roure (2004) denuncia o quanto nossa cultura coloca a criança fora de seu próprio lugar. A ela estaria reservado o lugar de

⁸ Segundo a Associação Brasileira de Síndrome de Tourette, Tiques e Transtorno Obsessivo Compulsivo (ASTOC), a Síndrome de Tourette (ST) é um distúrbio neurológico, cujos sintomas, geralmente, começam na infância. O portador desse distúrbio apresenta múltiplos tiques motores involuntários de forma repetitiva, dentre eles estão: piscar olhos, fazer caretas, repuxar membros do corpo, fungar, pigarrear, tossir bater os dedos. Há casos em que existe a emissão involuntária de ruídos, palavras, expressões, gritos, risos, ecolalia - repetição do que outra pessoa ou a própria criança acabou de dizer – e até a coprolalia - dizer palavras socialmente inapropriadas. Como os sintomas podem mudar e também podem ser suprimidos por segundos ou até por períodos prolongados, uma pessoa que desconhece o problema pode acreditar que os comportamentos são propositais. (Em: < <http://www.astoc.org>>. Acesso em 07 de julho de 2012).

representante forçado, de objeto de gozo, cujo papel seria “cumprir o mandato de seus pais de ser “feliz” e alcançar “sucesso””. A criança de nosso tempo não tem tempo para ser criança. Ela está ocupada demais se preparando para ser adulta. Em meio a um turbilhão de aulas, regras e cumprimento de horários. A escola de nosso tempo adestra a mente, dá significados o tempo todo, impossibilita viver e experimentar ser criança.

Nesse papel não há lugar para uma criança doente, imperfeita, não escolar. Dessa forma, a escola estaria tão preocupada em preparar a criança para um futuro de sucesso que rouba dela o tempo e o modo de ser criança, não dando espaço para fantasias, brincadeiras livres, narrativas próprias e experiências. Para Zadorosny (2005)

“é necessário o resgate de valores rousseunianos na educação da criança, uma vez que, esses valores revelam profunda crença na potencialidade e defesa da condição infantil. O educador precisa trabalhar com aquilo que é fundamental em toda criança, tendo em vista as particularidades do contexto no qual está inserido; necessita valorizar aquilo que todos trazem dentro de seu coração: o gosto por ser criança, o direito e o respeito a sua condição. Não podemos privar a criança da alegria de ser crianças: aqui está o grande mérito de Rousseau. (Zadorosny, 2005 p. 402-403)

No filme a denúncia de que a sociedade atual priva as crianças de serem crianças fica bem explícita em um diálogo entre a mãe e o psicólogo de Phoebe. Na tentativa de esconder de si própria a doença da filha, ela revela em uma sentença um dos grandes problemas da contemporaneidade: o de que a criança real não está dentro do construto de infância e isso traz sérias consequências. “*Vocês não querem que crianças sejam crianças*”, diz ela.

A mãe também faz uma crítica à psicologia que também parece não dar conta da criança real e na tentativa de enquadrá-la a um padrão considerado normal, geralmente, trabalharia rotulando, receitando medicamentos como se as soluções estivessem em frascos de remédios cujos efeitos colaterais embotariam mentes.

Aqui cabe ressaltar-se que no lugar dessa criança idealizada, sobrecarregada de tarefas a serem cumpridas para se tornarem adultos bem sucedidos, nossas crianças escolares se estranham, não se encontram, se entristecem, adoecem e se apresentam cada vez mais infelizes. A maternidade e paternidade reformuladas a partir dessa criança ideal também parecem se tornar tarefas bem difíceis. Os pais desejanter de uma criança idealizada terão que lidar com a criança real, que adoece, que vê o mundo de forma diferente do adulto, que tem desejos diferentes do adulto, que tem em sua natureza humana o bem e o mal.

Se o cinema, como arte, muitas vezes, cumpre a missão de trazer o lugar de estranhamento, isso se confirma em *Phoebe no País das Maravilhas*. A forma como a instituição escolar é colocada no filme é muito interessante. Trata-se de um verdadeiro convite para que olhemos a escola, principalmente, a que se dedica ao ensino infantil, como realmente é. Por mais que a sociedade se rotule de moderna e escolha diferentes metodologias educacionais, grande parte dessas instituições ainda se apresenta como um ambiente hostil, de competição, de regras e de adestramento. O mais grave é que a maioria das escolas reais, fora da ficção, é mesmo dessa forma e sequer questionamos isso. O filme ajuda o espectador a subverter o significado já dado e instaurado como verdade acerca de escola, para causar o estranhamento. O estranhamento de uma realidade que não nos damos conta em nosso dia-a-dia, talvez, por já sermos adultos demais, significarmos tudo muito rápido para não nos pegarmos de frente com o que nos incomodou em tenra idade.

A escola de nosso tempo parece estar ainda na contramão da busca do conhecimento para a libertação e a autonomia do indivíduo. Ainda estamos vivendo a “era do gelo” na educação, em que ensinar resume-se em transmissão de conhecimento. A educação bancária, em que o professor deposita o conhecimento no aluno, tão criticada pelo pedagogo Freire⁹ (1981) ainda persiste em muitas instituições de ensino.

Na obra *Phoebe in Wonderland*, um dos momentos de destaque para a arte de verdadeiramente ensinar cabe à personagem Dodge, que ao contrário de todas as imposições e regras das escolas, dava às crianças a chance de experimentar, de criar. O resultado disso pode ser apreciado em um dos momentos tensos do filme em que a professora é despedida e deixa o teatro pedindo aos alunos, apenas, que continuassem. E eles continuaram mesmo sem a professora, porque foram afetados pelo seu discurso, que era totalmente oposto ao da escola e que, por isso, causou estranhamento e proporcionou à turma a experiência da criação livre possibilitando a construção do papel singular de cada um. Segundo Agamben (2008), fazer experiência é passar da língua ao discurso. Ainda sobre o conceito de experiência Larrosa (2002) acrescenta que,

“A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas

⁹ Paulo Freire critica o “ensino bancário” na obra *Pedagogia do Oprimido*. Para ele, uma educação para a autonomia e libertação só ocorreria de fato fora do modelo tradicional de “educação bancária” adotado pela prática pedagógica e que visava a mera transmissão de conhecimento, como se o papel do professor se resumisse a depositar conhecimento no aluno, que receberia isso de forma passiva.

coisas porém, ao mesmo tempo, quase nada acontece. Dir-se-ia que tudo o que passa está organizado para que nada nos aconteça. (Larrosa, 2002, p. 21).

O filme, ainda, aponta essa questão de como ensinar está além de transmitir ou depositar conhecimento no aluno, quando aborda de modo inteligente e bem diferente do que costumamos observar, a questão da sexualidade. Amigo de Phoebe, o garoto Jamie escolhe participar na peça “*Alice no país das Maravilhas*” no papel de a Dama de Copas. Por ser um menino representando uma mulher, ele sofre as críticas dos colegas que num ato de crueldade chegam a escrever em seu figurino a palavra “veado”. A professora de teatro Dodge parte dessa ação desumana praticada por uma criança para mostrar de fato o que é ensinar. Como testemunha de quem não viveu a época de Shakespeare, ela toma para si a experiência do outro para narrar que naquele tempo meninos representavam o papel de mulheres no teatro, já que não era permitido às meninas atuar. E, de acordo com ela, eles construíram no teatro grandes mulheres, mesmo sendo homens. Para Roure (2010) ensinar é testemunhar, fazer algo acontecer e não apenas transmitir conhecimento. Não é necessariamente viver a situação traumática do outro. Mas, se comprometer em transmitir a experiência do outro.

Se considerarmos que em nosso tempo a arte cinematográfica pode desempenhar o papel de transmitir o mundo na sua complexidade, tal como ele é e não como imaginamos que ele seja, podemos afirmar então que o cinema, por meio de suas obras filmicas, seria a arte mais adequada a testemunhar o nosso tempo. Ao trabalhar os conceitos de educação, infância, criança, maternidade, narrativa, experiência e testemunho a partir da obra *Phoebe em Wonderland* percebe-se o quanto é grande a possibilidade de o homem atual estar apenas vivenciando a vida e não experienciando, o quanto o homem desconhece sua própria natureza.

O homem contemporâneo não faz experiência com o próprio cotidiano, não se conhece, não conhece o mundo que desumaniza. Assim, não é de se estranhar o incômodo que nos acomete o final de *Phoebe em Wonderland*. O quadro fechado na face da personagem principal Phoebe fica guardado na mente junto ao último diálogo da peça de teatro em que a lagarta pergunta “E você, quem é?”. Nesse instante, os olhos de Phoebe miram a lente da câmera e acertam em cheio o olho de um espectador, talvez, desarmado. E a personagem principal na procura de descobrir quem é encerra o filme de forma surpreendente com um penetrante olhar e uma pergunta que ecoa em nosso

pensamento tornando-o inquieto. A questão é então repassada ao espectador. Antes de levantar da poltrona a grande questão que fica é “E eu, quem sou?”

É dentro desse contexto, que tudo indica assim como bem aponta Benjamin (1987), que ao sentarmos distraídos em uma sala escura do cinema estaríamos nos presenteando com a possibilidade de olharmos a realidade. Nesse contexto o cinema seria então o exemplo máximo de exposição do choque ou trauma¹⁰ e da percepção do homem. É como se o cinema conseguisse produzir uma representação com o olhar da criança, sem apego aos significados e às representações. Nessa perspectiva, o cinema pode ser uma janela por onde o homem possa se reconhecer, uma luz para despertar no homem o humano. Comungando com a visão benjaminiana, o cinema pode ser para o homem atual um instrumento revolucionário, uma arte-pedagógica capaz de conduzir as multidões ao seu autoreconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Síndrome de Tourette. Em: < <http://www.astoc.org>>. Acesso em: 07 de julho de 2012.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história.** Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza.** In: _____. Magia e técnica, arte e política, Obras escolhidas I, SP, Ed. Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **O narrador.** In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política, Obras escolhidas I, SP, Ed. Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** In:

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

(Obras Escolhidas v.1)

¹⁰ Aganben (2008) diz que o traumático é aquilo que o sujeito não da conta de se haver com ele.

- BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas em Baudelaire**. In: _____. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Obras Escolhidas v.2)
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LARROSA, Jorge, **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, nº 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr.2002.
- METZ, Christian. **A Significação no Cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1972
- ROURE, Glacy Q. de. Se esta criança, se esta criança fosse “minha”. In: *Reeducação em revista: Profissionalização dos funcionários administrativos da escola*. Goiânia: SINTEGO, Ano VI. N 6. 2004.
- ROURE, Glacy Queirós. **Infância, experiência, linguagem e brinquedo. (2010)** Em: <www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/.../GT07-6935--Int.pdf> Acesso em: 30 de junho de 2012.
- ROURE, Glacy Queirós. **Cinema, Educação e Psicanálise: uma questão de transmissão. (2007)** Em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT16-3724-Int.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2012.
- ZADOROSNY, Keity Jeruska Alves dos Santos. Rousseau e o moderno sentimento de infância: um legado a ser recuperado. IN: MARQUES, José Oscar de Almeida (Org.). **Verdades e mentiras: 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Recebido em 03 de novembro de 2012.

Aprovado em 31 de dezembro de 2012.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA: ESPAÇOS DE CONSUMO

Luciene Ribeiro da Costa¹
Milton Luiz Pereira²
Uianã Cordeiro Cruvinel Borges³
Keila Mara de Oliveira Farias⁴

RESUMO

A fim de proporcionar um melhor entendimento de estratégia, o artigo debruçou-se teoricamente sobre a cidade de Goiânia, contando de forma breve o processo histórico dos loteamentos. As empresas em Goiânia possuem um ambiente competitivo e têm forte concorrência, que são decorrentes do dinamismo do município e ocasionados pelo desenvolvimento organizacional e empresarial. Assim, este artigo tem por finalidade analisar o planejamento estratégico na urbanização dessa cidade, a partir dos anos 80, realizado a partir de e com as empresas Jardim Goiás Empreendimento – da família Louza –, que possuem também um ambiente competitivo, resultante da disposição espacial da cidade.

Palavras-chave: Goiânia. Estratégia. Planejamento Estratégico. Organização. Empresa. Espaço.

INTRODUÇÃO

Goiânia foi uma cidade planejada por uma concepção moderna – diferente do estilo colonial da antiga capital, a cidade de Goiás –, com amplas avenidas, dois eixos que se cruzam (Avenida Goiás com a Avenida Anhanguera), bulevares e jardins.

Segundo Manso (2001), o município de Goiânia possui um acelerado ritmo de mudanças ambientais que exigem das organizações capacidade de implementar estratégias com objetivos para serem atingidos em curto, médio e longo prazos.

A estratégia do planejamento urbano apresentou grande desenvolvimento, principalmente, a partir da década de 1980. As mudanças, de lá para cá, estão ocorrendo de forma muito acelerada, as organizações impõem vários desafios, como: escolher entre reduzir de maneira defensiva, manter ou aumentar o seu escopo empresarial.

Este artigo está estruturado em dois momentos: o primeiro discute os aspectos históricos da construção cidade de Goiânia; o segundo enfoca os níveis de estratégias usadas com ênfase no planejamento estratégico, como espaço de consumo

Histórico

No início da construção de Goiânia realizou-se um projeto urbanístico no qual era prevista a benfeitoria de qualidade de urbanização nos bairros, como: praças, árvores,

¹ Professora do Curso de Administração da Faculdade Araguaia.

² Professor titular da Faculdade Araguaia.

³ Professora da Faculdade Araguaia.

⁴ Mestre em Psicologia

pavimentação, espaços de lazer para a população, dentre outros. Mas conforme Daher (2003), o Estado, no momento que fornece os equipamentos urbanos, gera uma segregação, nos locais da cidade onde residem pessoas com poder econômico alto. Assim, podemos ver como as melhorias urbanas influenciam as decisões políticas da maneira que mais convém ao modo de produção capitalista.

Segundo Manso (2001), no projeto de Atilio Corrêa Lima, arquiteto responsável pelo projeto da nova capital, o modelo de urbanismo dividia a cidade por setores de atividade. Entretanto, com as mudanças ocorridas durante a construção de Goiânia, a zona residencial foi segregada a áreas distintas, dividindo os bairros em Setores Central, Sul e Oeste. Estas áreas passaram a ser consideradas como pertencentes a uma classe mais abastada e as classes menos favorecidas ficaram restritas às áreas próximas à zona industrial.

No início dos anos 30, houve um processo de viabilização de obras em Goiânia que foi marcado pela construção de cem prédios vendidos para o funcionalismo público, de acordo com o decreto nº 326, do ano 1935. Neste mesmo ano, foi firmado um contrato com a empresa Lar Nacional S/A para a construção dessas obras. Em outubro de 1935, foi assinado um contrato, com os engenheiros Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, para fiscalização dos serviços contratados com o Lar Nacional S/A (MANSO, 2001).

Sobre a concepção de cidades, Armando Augusto de Godoy (apud Manso, p. 204, 2001) comenta:

Conforme já vimos, os planos do Rio de Janeiro e São Paulo inspiraram o surgimento de uma sequência de cidades brasileiras. Os princípios essenciais desses esforços eram referenciados em teorias e experiências urbanísticas europeias e norte-americanas. Tomada como proposta concreta, Goiânia faz parte desses projetos. Armando Augusto de Godoy lançou Goiânia em moldes tipicamente modernos, seguindo os conceitos propostos e sintetizados por Ebenezer Howard (1850-1928).

O engenheiro, Jerônimo Coimbra Bueno, elaborou um relatório em março de 1937 sistematizando os principais elementos do Plano de Goiânia. Este documento, intitulado “O Plano de Urbanização”, possui características modernas nos contextos regionais e nacionais. O projeto da cidade foi definido em 5 zonas: Centro Cívico, inicialmente Praça Couto de Magalhães, atualmente Pedro Ludovico, que abrigaria todos os edifícios públicos das administrações federais, estaduais e municipais, e um monumento comemorativo da fundação do Estado e a figura de Anhangüera; Centro Comercial, uma rede de ruas e avenidas com largura suficiente para satisfazer ao tráfego por várias décadas; áreas Urbanas e Suburbanas; Zona Industrial, na parte mais baixa da cidade, próxima ao local previsto para a construção da

estrada de ferro; zonas residenciais, distanciadas das áreas de movimento mais intenso e zona rural (MANSO, 2001).

Coimbra Bueno incluiu, no plano oficial de Goiânia, um projeto de loteamento de sua propriedade particular, que foi denominado cidade-satélite de Campinas, sendo este um setor distante do núcleo urbano (DAHER, 2003).

Durante o período em que Goiânia foi sendo criada houve divergências no que diz respeito às plantas urbanísticas, pois era muito difícil separar com segurança o projeto feito por Atilio Correa Lima daquilo que fora realizado pelos irmãos Coimbra Bueno e por Godói.

Por causa dessa divergência, Atilio, não teve o seu nome registrado nos projetos. Citamos aqui alguns comentários feitos por ele, que foram publicados nos trabalhos realizados por Ackel (apud DAHER, 2003, p. 203): “a omissão sistemática do meu nome como autor do plano, já em parte realizado, e a citação exclusiva e indefectível de ‘construtores da cidade de Goiânia’ só pode ser interpretada com má fé (Lima,1943).

Na fase de implantação de Goiânia, o seu espaço urbanístico teve três momentos decisivos. No primeiro que durou de 1932-1945, na gestão do Pedro Ludovico, as ideias não foram concretizadas; no segundo momento de 1945-1950, Pedro Ludovico foi deposto do seu cargo de interventor federal, e logo nesse período foram convocadas eleições, no qual Jerônimo Coimbra Bueno foi eleito pelo voto popular (a partir de sua gestão o poder público libera a comercialização das terras particulares, não havendo impedimento de invasão de terras públicas) e no terceiro momento foi feita a transferência da capital federal para Goiás (DAHER, 2003). Tanto os proprietários de terra como os invasores almejavam uma terra para morar.

De acordo com Daher (2003), com a vinda da capital federal para Brasília, o governo de Juscelino Kubitschek encorajou a construção civil e abriu rodovias no interior do Brasil. Com isso Goiânia, por ser a cidade mais próxima, teve a incrementação da demanda por habitações em ritmo acelerado para loteamentos particulares.

A energia elétrica nos anos 50 é inexistente, sendo um fator desfavorável para o desenvolvimento econômico de Goiânia. Já a indústria de transformação e a de construção civil absorve maior número de mão-de-obra, devido a não ter necessidade de energia elétrica (DAHER, 2003). Assim, o setor terciário passa a ter uma dinâmica acelerada em Goiânia.

Na época da construção da capital federal Brasília, o poder público de Goiânia passou por dificuldades em relação ao controle das suas áreas públicas, que foram invadidas. Para conter esse problema, foi criada a Lei nº 1.566, de 11 de setembro de 1959, em que fica

suspensa à aprovação de loteamentos particulares no município de Goiânia, perímetro urbano, até que seja feita uma revisão. Essa proibição não vigorava para aqueles processos de loteamentos que estavam em andamento, a serem aprovados de acordo com a Lei anterior a esta (DAHER, 2003).

Na década de 70, houve uma proliferação de loteamentos em Goiânia sem infraestrutura, por parte dos proprietários de terras, fazendo com que a cidade se expandisse de forma desordenada. Ficando tal cuidado por conta do poder público, para impedir tal ação, a prefeitura aprovou uma lei que restringia a criação de loteamentos sem infraestrutura básica. Nesse sentido, Visconde (2002, p. 41) aponta:

A aprovação da Lei Municipal nº. 4.526, de 1971, que impedia a aprovação de loteamentos para fins urbanos em Goiânia, sem infra-estrutura mínima, fez com que as terras dos municípios limítrofes de Goiânia passassem a representar uma opção de parcelamento menos onerosa [...]. Após 1972, o número de novos loteamentos abertos em Goiânia reduziu-se consideravelmente.

Manso (2001), ao discutir o processo de loteamento, diz que ele se configura da seguinte forma: é um local em que se constroem edificações, onde são instaladas benfeitorias como ruas, calçadas, esgotos, pavimentação, energia elétrica, entre outros. O loteamento pode ser organizado pela iniciativa privada, pelo poder público, associações, etc., cujo proprietário, após a licença da prefeitura, adquire a liberação para construir e comercializar o seu lote.

No ano de 1945, os loteamentos eram propriedades do Estado, de particulares (aprovados ou não) e invadidos. O Estado ocupava uma área de um total de 44% e 56% que eram invadidas por imigrantes de origem rural. Para Daher (2003, p.249): “...os loteamentos públicos que mais influenciaram esse crescimento no Estado foram os Setores Sul e Oeste. As invasões não cresceram em área, mas se adensaram mais ainda”.

De acordo com Daher (2003), os espaços públicos são construídos com requinte para servir ao consumismo e homogeneizar as diferenças culturais, mas acabam sendo instrumentos de segregação e de controle social. Construídos, normalmente, em locais distantes das periferias, dificultam o acesso e o deslocamento das classes populares. Em síntese: um espaço que deveria ser público torna-se privatizado e seletivo. Mas, a privatização do espaço público é feita também pelas classes populares e acompanha o “ideal das elites”.

Assim sendo, Goiânia hoje é uma metrópole altamente urbanizada, com problemas organizacionais, que levam a estudos sobre urbanização e ao crescimento de empresas que

utilizam de estratégias e planejamento. Este é um assunto que vai ser discutido no próximo item.

Gênese da estratégia

Em sentido original, segundo Luecke (2008), estratégia é um termo militar usado na descrição da arte do general. Essa palavra hoje é bastante usada na área de negócios. A palavra vem do grego antigo *stratègós* (de *stratos*, "exército", e "ago", "liderança" ou "comando").

Atualmente, o conceito de estratégia é um dos mais utilizados na vida empresarial e encontra-se abundantemente nas palavras usadas na literatura da especialidade. Com o crescimento das organizações e o acelerado ritmo de mudanças ambientais, o mercado tem exigido maior capacidade de formular e implementar estratégias que possibilitem superar os crescentes desafios empresariais. Nesse sentido, Luecke (2008, p.12) diz que:

Estratégia é um plano que objetiva dar à empresa uma vantagem competitiva sobre os rivais por meio da diferenciação. Estratégia é entender o que você faz, o que quer se tornar e – mais importante – focalizar como fazer para chegar lá. Da mesma forma, trata do que você não faz; delimita as fronteiras em torno do alcance das intenções de uma empresa. Uma estratégia sólida, implementada com habilidade, identifica as metas e a direção necessárias para que os gerentes e funcionários de todos os níveis definam o seu trabalho e tornem a organização bem-sucedida. Uma organização sem estratégia clara, por sua vez, fica sem leme. Ela se agita, lançando-se em uma ou outra direção de acordo com as oportunidades, mas nunca chega a um ótimo negócio.

A estratégia surge da missão da organização e suas metas são influenciadas pela análise do ambiente interno e externo, que é desenvolvida pela análise de SWOT, que são as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (LUECKE, 2008).

Esses fatores ajudam a organização a tomar decisões de forma planejada, pois esclarece ao mundo comercial o desenvolvimento do mercado consumidor e proporciona a empresa uma diferenciação e vantagem competitiva. No próximo item será mostrada a articulação da empresa Jardim Goiás Empreendimentos, da família Louza, em Goiânia.

Planejamento Estratégico em Goiânia

Goiânia é uma cidade que vem passando por muitas transformações. A intervenção do poder público e a iniciativa privada, aos poucos, vão dando forma aos ordenamentos

espaciais. O planejamento estratégico está inserido no novo conceito de urbanização, no qual a competitividade impera na gestão urbana.

Segundo Moysés (2004), a cidade de Goiânia surgiu a partir de uma demanda de ordem política e econômica, tendo sido inserida num movimento que, em âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do Estado, como a sul e sudeste. Desta forma, a cidade de Goiânia já surgiu com o seu espaço tomado pela lógica do valor de troca, prevalecendo à desigualdade da sua ocupação sócio-espacial.

Segundo Compans (2005), a partir da década de 1980, a estratégia corporativa apresentou grande desenvolvimento, quando o fenômeno da reestruturação empresarial imobiliária ganhou impulso com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e dos transportes, passando a predominar uma dinâmica de interação e integração.

Para Porter (1999), as estratégias corporativas determinam em qual setor a empresa deve operar e explicita como a empresa utilizará seus recursos e sua capacidade para construir e influenciar as vantagens competitivas de forma favorável às decisões de compra dos clientes, pois uma corporação precisa introduzir vantagem competitiva aos negócios empresariais. Conforme Porter (1999, p.237) a estratégia corporativa se refere a duas questões diferentes: a de quais negócios o grupo deve participar e a de como a matriz deve gerenciar a variedade de unidades de negócios.

De acordo com Porter (1999), um planejamento estratégico possui alguns indicativos de sucesso, como o que podemos chamar de gerência de carteira, que se baseia na diversificação por meio da aquisição de empresas sólidas e outro como a gerência com conhecimento especializado, que atua como financiadora e analista. Outro indicativo é a reestruturação que transforma as unidades de negócio, procurando organizar os setores doentes e inteiros não completamente desenvolvidos das organizações; e a transferência e o compartilhamento de atividades que exploram o interrelacionamento entre as unidades. Essa correlação em estratégia corporativa é uma forma de encontrar a cadeia de valor. Porter (1999, p.257) diz que “cada unidade de negócio é uma coleção de atividades distintas que vão desde vendas até contabilidade, que lhe dão condições de competir. Chamo essas atividades de ‘atividades de valor’. É nesse nível, e não na empresa, que a unidade ganha a sua vantagem competitiva.”

Para Porter (1999), cadeia de valor ajuda na transferência de habilidades entre as unidades de negócio da empresa, ou seja, um produto já existente na comercialização transmite ideias sobre novos conceitos de posicionamento estratégico, podendo ambos beneficiar-se.

De acordo com Moysés (2004), o município de Goiânia teve a participação dos agentes que produziram o espaço urbano. O mercado imobiliário (empreendedor) e o Estado são os agentes que implementaram a urbanização. O primeiro constitui-se de proprietários de terras (a serem loteadas), projetistas, consultores, financiadoras e incorporadores. Os dois agentes uniram-se para garantir lucros através do mercado de terras em Goiânia. Desta forma, houve articulações de forças em todo âmbito regional.

Goiânia faz parte do espaço do consumo que é fruto de uma sociedade marcada pela submissão e pelo poder, por ser uma cidade contemporânea possui uma transformação contínua e crescente nas políticas urbanas.

Conforme Jacques (2003), o espaço urbano contemporâneo tem por objetivo transformar as cidades em um espetáculo mercantil. A difusão das cidades pode criar espaços urbanos caóticos, havendo na criação de novos bairros uma especulação imobiliária nos mercados globalizados.

Lefebvre (1999) ressalta que os espaços urbanos têm trazido mudança na esfera da reprodução social, no estilo de vida, no espaço imobiliário, sendo que essa transformação tem uma demanda crescente na qualidade de vida das pessoas, também associadas ao capitalismo urbano.

Segundo Lefebvre (1999), não se vendem mais objetos, tijolos, ou habitações nas cidades, o espaço foi dominado pelo capitalismo, isso significa que o espaço tornou-se mercadoria, entrando no circuito de valor de troca. No mundo moderno, o processo de reprodução do espaço se submete cada vez mais ao jogo do mercado imobiliário, que tende cada vez mais a criar espaços de dominação e controle. Nesse contexto, a troca se mundializa de forma rápida, o processo de comercialização e especulação em torno do espaço torna-se cada vez mais acentuado, e o lugar transforma-se, produzindo estranhamento a partir da sua desfiguração.

O espaço produzido enquanto mercadoria entra no circuito da troca, em que atrai capital de investidores e a economia migra de um setor para outro. Desta forma, há uma banalização do espaço porque é associado a uma nova dominação.

O espaço dominado pelo capitalismo impõe modos de apropriação, influencia também no comportamento, nos modelos de construção que excluem/incluem, produzem novas centralidades e a espacialização dos lugares ((LEFEBVRE, 1999).

De fato, a espacialidade transforma o mercado imobiliário que pode levar a destruição e melhoramento dos antigos lugares. Os interesses imediatos e lucrativos levam muitas vezes a

grandes consequências, como a destruição de áreas de preservação ambiental, gerando para a cidade um descontrole organizacional.

A expansão das áreas urbanas pode tornar-se uma disputa por qualidade de vida. A reestruturação dos espaços urbanos na cidade de Goiânia representa mais que impactos econômicos, têm-se uma mudança em toda a esfera de reprodução social e nos espaços de consumo.

Uma das mudanças, de destaque, foi iniciada na década de 50 estrategicamente com a empresa Jardim Goiás Empreendimentos, pertencente à família Louza. O bairro Jardim Goiás foi fracionado com o intuito de realizar na década de 80 a construção do primeiro shopping da capital, que causou um grande impacto na economia local, mudando a imagem do bairro Jardim Goiás e agregando valor aos imóveis localizados na região.

Os empreendimentos Louza, já pensando na maximização do lucro, criaram vários outros espaços como o Residencial Alphaville Flamboyant, lançado em 2001, uma realização no setor urbanístico de alto padrão, com qualidade nas construções e infraestrutura completa. Além disso, fez parcerias com o poder público implantando o Parque Flamboyant, uma benfeitoria que potencializou o mercado imobiliário, construindo prédios residenciais de luxo. Ainda trouxe empresas multinacionais, como concessionárias e hipermercados para essa área.

Para Milton Santos (2008), o espaço geográfico constitui um sistema de objetos e um sistema de ações, valoriza a questão do tempo e sua estreita relação com o espaço. Cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e local, convivendo harmoniosamente.

Um planejamento estratégico urbano contribui para a construção de um planejamento crítico que leva o empreendedor e o poder público a pensar nesse desenvolvimento de forma justa, participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das formas de estudar, o planejamento estratégico na urbanização de Goiânia – Espaço de Consumo – neste artigo, foi evidenciando o processo do espaço.

No primeiro momento, há um histórico da cidade de Goiânia, dando ênfase a sua construção, com relatos históricos. Já no segundo momento, conceituou-se sobre estratégia e destacou-se a importância de se incorporar a dimensão do consumo no espaço, para se entender sobre as aglomerações urbanas no contexto do capitalismo.

Dentro do exposto, conclui-se que, desde a criação da nova capital Goiânia, a estratégia esteve presente com a decisão do interventor Pedro Ludovico de construir Goiânia. A partir dos anos 80 assiste-se a modernidade de Goiânia em seu espaço urbano e a introdução do

planejamento estratégico idealizado no mundo empresarial, com os empreendimentos Louza na construção do primeiro *shopping* da capital, que foi o início do planejamento estratégico, ou seja, uma preparação para uma gestão futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DAHER, Tania. *Goiânia, uma utopia européia no Brasil*. Goiânia: Institutos Brasileiros de Cultura, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. *Patrimônio Cultural Urbano: espetáculo contemporâneo*. RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo. Salvador. v.1, n.8. 2003.

LEFEBVRE, H. (1999). *A revolução urbana*. Editora UFMG, Belo Horizonte.

LUECKE, Richard. *Estratégia*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Ed. Prefeitura de Goiânia, incentivo a cultura, 2001.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

PORTER, Michael E.; MONTGOMERY, Cynthia A. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

VISCONDE, M.S.X. *Um lugar na metrópole: o bairro Jardim da Oliveiras no município de Senador Canedo (GO)*. 2002. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

Recebido em 06 de dezembro de 2012.

Aprovado em 20 de dezembro de 2012.

A IMPORTÂNCIA DO APRENDIZADO DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS NO ATENDIMENTO AO DEFICIENTE AUDITIVO EM SERVIÇO DE SAÚDE

Ronney Jorge de Souza Raimundo¹
Thais Alves dos Santos²

RESUMO

Indivíduos com limitação auditiva têm seu processo comunicativo prejudicado. Mesmo amparado por lei, e um país cada vez mais preocupado com a exclusão social, ainda existe a necessidade de mudanças principalmente nas áreas educacionais e de saúde. Procurou-se explorar aspectos da comunicação da enfermeira com os deficientes auditivos. O estudo descritivo foi realizado em hospitais de Brasília mediante entrevistas abertas. Os enfermeiros perceberam que é difícil a comunicação com o deficiente auditivo, embora algumas tenham desempenho satisfatório. Nesse processo, algumas preferiram utilizar tanto a comunicação não verbal, por mímica e leitura labial, como a comunicação verbal oral e escrita. Outras utilizaram o acompanhante, quebrando o sigilo da consulta. Para aperfeiçoar a comunicação, sugere-se o preparo profissional na graduação e cursos de LIBRAS uma vez que pode-se concluir que existe dificuldade da enfermeira em se comunicar com o deficiente auditivo

Palavra chaves: Enfermagem, Deficiência, Surdez.

INTRODUÇÃO

A expressão da pessoa com necessidade especial é usada em referência a portadores de anomalias físicas, psíquicas, fisiológicas, além de outras de difícil caracterização. Por deficiência, de modo geral, se define toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Ao se comparar as pessoas com deficiência física, auditiva e visual, o deficiente auditivo é o que enfrenta maior dificuldade de inclusão na sociedade, porquanto a audição é o sentido essencial para a aquisição e uso da linguagem. Em face da invisibilidade da sua limitação, muitas vezes este deficiente é estigmatizado como revoltado e dissimulado. A privação auditiva se configura como um grave distúrbio neurológico sensorial que afeta a capacidade de comunicação oral e de aprendizagem deste tipo de clientela.

É através deste sentido que comunicamos com o mundo e este se comunica conosco, desenvolvendo assim a nossa identidade, os nossos sentimentos, a compreensão do mundo que está à nossa volta, os vínculos sociais, as interações intra e interpessoais e, não esquecendo, o modo como manifestamos os nossos anseios e necessidades.

Deficiência auditiva, trivialmente conhecida como surdez, ou, por termos técnicos como hipoacusia, consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir. Esta perda pode ser de nascença ou até mesmo ocasionada por motivos de doenças posteriormente adquiridas.

¹Ronney Jorge de Souza Raimundo - Docente da Faculdade Araguaia. e-mail: ronney.jorge@gmail.com

² Thais Alves dos Santos – Enfermeira (UNIPLAN)

Para os deficientes auditivos as mudanças acontecem quando são aceitos e respeitados em suas diferenças, e o grande marco deste respeito foi a publicação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, pela qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), regulamentando a profissão do Intérprete em LIBRAS e dá outras providências no atendimento aos deficientes Auditivos, que é um bom exemplo de valorização das diversidades.

Existem várias maneiras de se comunicar com esse tipo de deficiente. No entanto, cada profissional utiliza a forma que considera mais eficaz no processo de comunicação. Nem sempre, porém, a forma utilizada pelo profissional é a melhor para a comunicação com o deficiente auditivo, pois o deficiente auditivo com surdez severa poderá ficar limitado, conforme o nível de escolaridade, ao uso de gestos isolados e próprios, entendidos exclusivamente no âmbito familiar. A comunicação não verbal refere-se a mensagens enviadas por meio de ações e comportamentos humanos em vez de palavras, utilizados, na maior parte das mensagens enviadas e recebidas, pelas expressões faciais, maneirismos, voz, postura e vestimenta.

O número de surdos no Brasil era de 166.400, sendo 80 mil mulheres e 86.400 homens. Além disso, do total de pessoas surdas, cerca de 900 mil pessoas declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir.

O deficiente auditivo, ao procurar um serviço de saúde, encontra como principal barreira a sua comunicação com a equipe de saúde. Por não fazer uso da língua oral, o deficiente auditivo permanece isolado, tendo seus anseios acerca de sua saúde, em geral, prejudicada ou incompleta, no que diz respeito ao tratamento.

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação da comunicação entre os profissionais da área de saúde e os deficientes auditivos, verificar as principais dificuldades no atendimento, sobre a forma de inserção do assunto por parte dos gestores públicos, ações para a busca de soluções dos problemas/dificuldades encontradas pelos profissionais de saúde além do interesse dos profissionais de saúde em se capacitarem.

METODOLOGIA

Estudo descritivo exploratório foi realizado através de entrevistas com profissionais enfermeiros da área de saúde pública no Distrito Federal, abordando o primeiro contato com o paciente, no momento da triagem. Analisando as principais dificuldades dos profissionais ao receber um portador de deficiência auditiva, saber se há interesse em realizar

treinamentos/aperfeiçoamento na comunicação com o portador de deficiente auditiva, sob a forma de LIBRAS, com o fito de facilitar a comunicação entre as partes.

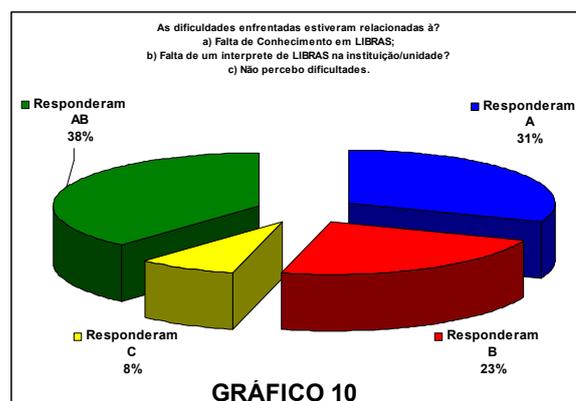
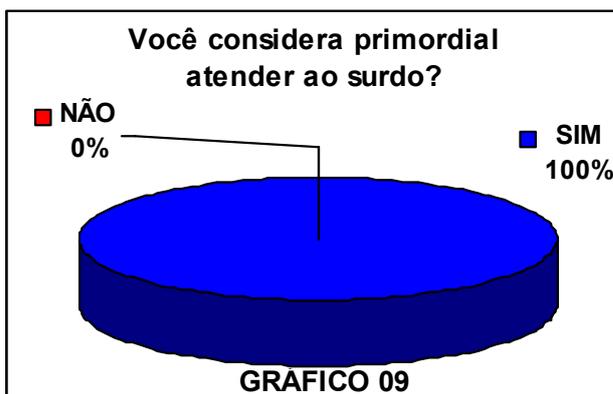
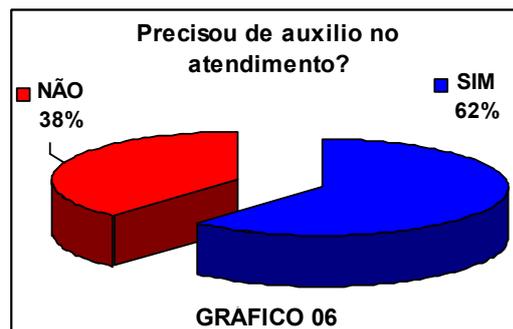
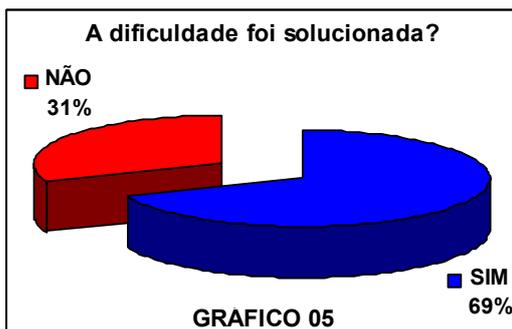
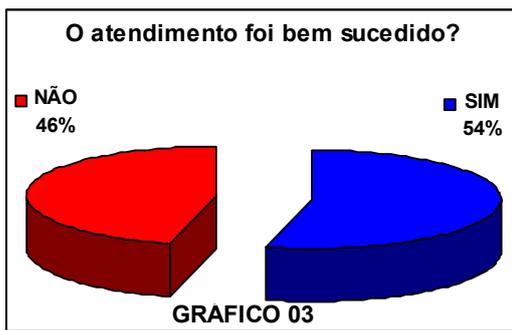
Foram selecionados profissionais enfermeiros que estavam em exercício e trabalho no 1º atendimento ao público/paciente. O âmbito da pesquisa se concentrou no Hospital de Base de Brasília e no Posto de Saúde nº 02 do Recanto das Emas, ambos localizados em Brasília/DF.

Utilizou-se como critério de inclusão na pesquisa os profissionais enfermeiros que possuíam contato no dia-a-dia, diretamente com o cliente/paciente deficiente auditivo e que trabalhavam nos locais indicados para pesquisa. Como critério de exclusão incluiu-se os profissionais enfermeiros que se encontraram em desvio de função e que não possuíam contato direto com o cliente/paciente.

RESULTADOS

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram expressos em gráficos, em que os mesmos foram detalhados e elaborados com base em questões pertinentes ao contato direto do profissional de saúde com o cliente/paciente.





DISCUSSÃO

Conforme se sabe, não se pode pensar em atuação profissional sem levar em conta a importância do processo comunicativo inerente à prática assistencial (9). Portanto, quando não há uma comunicação eficaz, não há como auxiliar o paciente a resolver seus problemas e minimizar conflitos.

O trabalho mostrou que existe despreparo dos enfermeiros no domínio do processo de comunicação com deficientes auditivos. Em relação à percepção do processo de comunicação, todas se enquadraram no grupo com dificuldade de comunicação. Os enfermeiros mostraram-se inseguros ao se relacionarem com os surdos por não conhecerem a língua utilizada por eles e pela falta de habilidade em transmitir a informação sobre sua saúde.

Conforme o resultado dos gráficos, podemos constatar que a maioria dos profissionais entrevistados possuíram contato com pacientes surdos ou com grau de surdez, como também, em sua grande maioria, conhece outro profissional que passou por esta situação similar, o que, confirma a necessidade e importância do primeiro atendimento para o sucesso do tratamento. Quanto ao percentual de sucesso no atendimento, foi constatado que houve uma positividade, entretanto, há uma porcentagem considerável de pessoas que não obtiveram o mesmo sucesso.

A grande maioria dos entrevistados respondeu que “durante o atendimento houve algum tipo de dificuldade”, dentre as quais se destaca a identificação e assimilação sobre o problema enfrentado, para que o profissional possa identificar um possível diagnóstico, visando um posterior encaminhamento ao especialista conforme o caso. Constata-se pelos gráficos, que a maioria dos entrevistados sanou suas dificuldades no atendimento ao paciente surdo com o auxílio de métodos primários, com a utilização de papel e caneta, escrevendo e/ou desenhando para se expressar.

Sabe-se que a LIBRAS tem-se integrado a práticas educacionais e a programas destinados a pessoas surdas, permitindo, dessa forma, o estabelecimento efetivo de contatos, total ou parcialmente bloqueados. Demonstra-se, a partir daí, a importância de conhecer essa linguagem para se poder ter uma comunicação efetiva com pacientes deficientes auditivos.

Apesar desse ponto não ter sido mencionado como forma de comunicação, mas apenas como sugestão para uma melhor comunicação, é válido notar que embora a maioria das profissionais não conheçam essa linguagem, elas percebem a sua importância, e demonstram interesse em aprender a LIBRAS para utilizá-la no futuro. Além disso, incluir a LIBRAS na grade curricular de cursos da área da saúde, pelo menos como uma disciplina optativa,

minimizaria o problema e facilitaria o acesso dos deficientes auditivos aos serviços de saúde, garantindo um cuidado eficaz, de acordo com suas necessidades reais.

No hall dos entrevistados fora constatada que, em sua totalidade, não sabe e/ou não tem acesso a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS. Constatou-se também que boa parte dos entrevistados possui interesse em aprender a linguagem e que cem por cento dos entrevistados consideram primordial o atendimento aos pacientes surdos, mesmo não esboçando interesse em aprender a linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em observância aos estudos, entrevistas, constatações e pesquisas obtidas na realização deste trabalho que a proporção dos entrevistados que possuíram contato com pacientes surdos, não possuem preparo, tampouco instrução necessária ao atendimento para o encaminhamento à especialidade médica aplicada ao caso concreto.

Para que haja um atendimento digno, com excelência e com o grau de importância no qual o paciente surdo merece, e não se sinta excluído da sociedade, os profissionais de saúde devem se capacitar, e aplicar sua qualificação nas rotinas do dia-a-dia, pois a população de pessoas que possuem algum grau de surdez, seja do menor ao maior grau, vem se ampliando cada dia mais, não sendo mais este um fato isolado e sem conhecimento popular.

A capacitação e a especialização em LIBRAS de servidores e profissionais da área de saúde são de suma importância para a sociedade, uma vez que a qualificação será aplicada nas situações rotineiras. Sabe-se que tais capacitações são oferecidas aos profissionais de saúde da rede pública de forma ampla e gratuita, entretanto os mesmos não esboçam interesse em qualificar-se. Defende-se a idéia de que tais qualificações deveriam ser implementadas de forma sumária, obrigatória e remuneratória aqueles que exercem funções em que envolvam pacientes surdos.

É importante enfatizar ainda que a dificuldade de relacionamento com os deficientes auditivos não é geral, pois alguns profissionais sempre tentam aprender maneiras de relacionar-se eficazmente, no intuito de proporcionar o bem estar e transmitir maior confiança. Essas profissionais evidenciaram seu esforço e a busca pela melhor forma de relacionamento com esse tipo de paciente, porém o sucesso é limitado pela falta de preparo desde a sua formação acadêmica

Como a deficiência auditiva atinge considerável parcela da população mundial, exige-se particular atenção nesse sentido, pois muitos profissionais, independentemente de

estarem ou não preparados, podem se deparar com essa situação. Para enfrentá-la com sucesso, é indispensável o interesse profissional pelo assunto e a adaptação nas grades curriculares de cursos da área da saúde em geral.

Dessa forma, amparado pelo conhecimento e pelo empenho no bem-estar do deficiente auditivo, o profissional poderá concretizar o processo de comunicação e garantir a este deficiente um cuidado eficaz, de acordo com suas necessidades

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLONHINI, JUNIOR RB. Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira. São Paulo: ARX; 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE; 1996.

FONSECA, V. Educação especial: Programa de Estimulação Precoce: uma introdução às idéias de Feuerstein. 2a ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.

FERREIRA, A.B.H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1998.

CICCONE, M. Comunicação total: introdução , estratégia, a pessoa surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica; 1990.

FRANÇA, I.S.X. Formas de sociabilidade e instauração da auteridade: vivência dos portadores de deficiência [tese]. Fortaleza: Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Ceará; 2004.

SKLIAR, C.. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação; 1998.

NOGUEIRA, R.A. , CAETANO, J.A., PAGLIUCA, L.M.F. Interpretação da comunicação não verbal de um grupo de surdos. Rev RENE. 2000;1(1):41-5.

SILVA, M.J.P. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. 2a ed. São Paulo: Gente; 1996.

STEFANELLI, M.C, CARVALHO, E.C.. A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem. Barueri: Manole; 2005.

STEFANELLI, M.C. Comunicação com paciente: teoria e ensino. 2a ed. São Paulo: Robe; 1993.

POLIT, D.F., BECK, C.T., HUNGLER, B.P.. Fundamentos de pesquisa em enfermagem. 5a ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 2004.

PAGLIUCA, L.M.F., FRANÇA, I.S.X, MOURA, E.R.F., CAETANO, J.A., MACEDO,

K.N.F., VASCONCELOS, L.R., *et al.* Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência física e/ou sensorial aos serviços de saúde: estudo das condições físicas e de comunicação [relatório de pesquisa]. Fortaleza: Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Ceará; 2004.

PAGLIUCA, L.M.F, *et al.* Aspectos da comunicação da enfermeira com deficiente auditivo. Rev.Esc.Enfermagem USP.2007;41(3):411-8

Recebido em 27 de setembro de 2012.

Aprovado em 28 de dezembro de 2012.